

MARIA BEATRIZ NADER



Paradoxos do Progresso

A dialética da relação mulher, casamento e trabalho



Paradoxos do Progresso

A dialética da relação mulher, casamento e trabalho

MARIA BEATRIZ NADER

Paradoxos do Progresso

A dialética da relação mulher, casamento e trabalho



Vitória • 2013

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari · 514 · Campus de Goiabeiras
CEP 29 075 910 · Vitória – Espírito Santo, Brasil
Tel.: +55 (27) 4009-7852 · E-mail: edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor | Reinaldo Centoducatte
Vice-Reitora | Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto
Superintendente de Cultura e Comunicação | Ruth de Cássia dos Reis
Secretário de Cultura | Orlando Lopes Albertino
Coordenador da Edufes | Washington Romão dos Santos

Conselho Editorial

Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Glícia Vieira dos Santos, José Armínio Ferreira, Maria Helena Costa Amorim, Sandra Soares Della Fonte, Wilberth Claython Ferreira Salgueiro.

Comitê Científico de Letras

Antônio Pires, Evando Nascimento, Flávio Carneiro, Goiandira Camargo, Jaime Ginzburg, Luiz Carlos Simon, Marcelo Paiva de Souza, Márcio Seligmann-Silva, Marcus Vinicius de Freitas, Marília Rothier, Paulo Roberto Sodrê, Rosani Umbach.

Revisão de Texto | Regina Gama e Tânia Canabarro
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa | Anaíse Perrone
Revisão Final | Autor

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

N135p Nader, Maria Beatriz,
Paradoxos do progresso : a dialética da relação mulher, casamento e trabalho /
Maria Beatriz Nader. – Vitória : Edufes, 2013.

284 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-161-0

1. Mulheres – História. 2. Mulheres – Emprego. 3. Família - História. 4. Casamento.
5. Mercado de trabalho. 6. Vitória (ES) – Condições econômicas. I. Título.

CDU: 396

À MELISSA E A SIDNEI
ÀS MULHERES VITORIENSES

Sumário

- 9 Agradecimentos
- 11 Prefácio
- 17 Introdução

PARTE I

VITÓRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESPÍRITO-SANTENSE: O CENÁRIO E AS MUDANÇAS

- 27 Capítulo I - A base agrícola: triunfo e decadência do café
- 44 Capítulo II - Vitória: cidade industrializada
- 61 Capítulo III - O mercado de trabalho e a participação feminina

PARTE II

A DIALÉTICA DA RELAÇÃO CASAMENTO, MULHER E TRABALHO

- 87 Capítulo IV – Casamento: sentidos e representações
- 113 Capítulo V – O casamento: tradições e costumes
- 146 Capítulo VI – O tecido da vida feminina e o fio do trabalho

PARTE III

O MERCADO DE TRABALHO E A NOVA CONDIÇÃO DA MULHER

- 171 Capítulo VII - Visibilidade feminina: aproximação
- 186 Capítulo VIII – As trabalhadoras e o casamento: adaptações
- 210 Capítulo IX – No tecido de muitos fios: trabalho feminino e rompimento conjugal

- 233 CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 247 FONTE E BIBLIOGRAFIA
- 267 ANEXOS

Agradecimentos

Este livro é resultado de minha tese de doutorado em Ciências - História Econômica - defendida na primavera de 2003 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Não posso começar esses agradecimentos sem mencionar Eni de Mesquita Samara, por ter passado de professora que mudou o rumo de minhas pesquisas à orientadora que esteve presente em várias etapas de minha trajetória acadêmica.

Várias pessoas e instituições, de diferentes maneiras, colaboraram para que este livro pudesse ser escrito. Não tenho esperanças de conseguir agradecer apropriadamente a generosidade e o profissionalismo dos professores e monitores do Núcleo de Estatística e do Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Espírito Santo, pelo apoio que me dispensaram no decorrer desta pesquisa. Tive sorte de encontrar pessoas solidárias e profissionais como Martinha, Conceição e Fátima, bibliotecárias que me deram atenção e carinho, durante toda a pesquisa. Rosana, Cláudio e Guido, funcionários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo profissionalismo com que sempre me atenderam. Agradeço especialmente aos proprietários e funcionários dos Cartórios de Registro Civil de Vitória, Sarlo, Amorim e Zilma Leite, pela atenção com que me receberam nas dependências de seus estabelecimentos.

Agradeço à Viviane, pela colaboração na coleta e digitação dos dados registrados nos cartórios, e à Marta e à Dilu, pela revisão final deste trabalho.

Não posso deixar de mencionar o carinho e a enorme ajuda que recebi de meu amigo particular Sebastião Pimentel Franco, que me ajudou na travessia desde o começo. E, ao meu grande amigo Gilvan Ventura da Silva, pelos conselhos fundamentais para que eu conseguisse seguir em frente. Em especial agradeço à Maria da Penha Smarzaró Siqueira, pela disponibilidade de fontes, pelas valiosas sugestões e pelas críticas ao trabalho.

Agradeço também às mulheres vitorienenses que habitaram comigo estas páginas e, em especial, àquelas que me receberam com gentileza, interesse e paciência para contar suas experiências com o casamento. São elas Adriana, Paula, Mônica, Elizabeth, Maria de Fátima, Eliane, Layla, Ana, Helena e Ângela.

E, sobretudo, agradeço a DEUS, por mais esta oportunidade e por me presentear com Melissa e Sidnei, pessoas preciosas que me deram constante estímulo e amor implacável, que me levaram a concluir o trabalho e me impulsionam a continuar com fé o meu trabalho.

Prefácio

O livro *'Paradoxos do progresso. A dialética da relação mulher, casamento e trabalho'* constitui mais uma contribuição de Maria Beatriz Nader para a História de Gênero e, em específico, para a História das Mulheres. Desde sua dissertação de mestrado, editada pela primeira vez em 1997 e, em sua segunda edição em 2001, com o título *Mulher: do destino biológico ao destino social*, a autora tem se dedicado ao estudo da mulher como sujeito histórico, publicando vários trabalhos sobre essa temática. O livro em questão é resultado de sua tese de doutorado, defendida na USP, sob orientação da Professora Dra. Eni de Mesquita Samara.

Como em outros textos, a autora se situa no cruzamento de várias abordagens, conjugando olhares à procura de uma visão o mais abrangente possível de seu objeto. Em primeiro lugar – fazendo jus à orientadora – o livro de Maria Beatriz se filia à chamada História da Família, que, antes da incorporação do conceito de gênero à historiografia brasileira, abrigava os estudos sobre a condição social da mulher, atrelando-os à história das estruturas e relações familiares. Esses trabalhos concentravam o debate sobre o modelo patriarcal de família, discutindo as obras de Gilberto Freyre, Antônio Cândido, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

Outra abordagem marcante nos estudos da família – também presente neste livro – esteve vinculada ao que se denominou História Demográfica, caracterizada pelo uso de recursos estatísticos para conhecer os aspectos populacionais das sociedades do passado. A utilização dos computadores permitiu aos historiadores a análise de grande número de dados, tornando possível o estudo quantitativo das relações familiares.

Também podemos identificar no texto de Maria Beatriz a abordagem característica do que foi denominado História

da Mulher, preocupada em revelar as trajetórias femininas no processo histórico, tirando-as da invisibilidade que uma tradição reducionista da História, entendida como estudo dos acontecimentos políticos, as havia condenado. Ao incorporar novos objetos, emprestados das outras ciências sociais, como os temas relativos à vida privada, a historiografia legitimou o estudo do espaço doméstico e, conseqüentemente, a mulher como sujeito histórico.

Finalmente, podemos inserir o livro em questão no campo da História de Gênero, preocupada em revelar os processos de construção social das identidades masculina e feminina, identificando as relações entre homens e mulheres como relações de poder e desmistificando o ‘destino biológico’ da mulher, como afirmou Maria Beatriz em sua dissertação de mestrado.

Essa multiplicidade de ângulos é que faz deste livro uma importante contribuição para a compreensão das condições de vida das mulheres na sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho. Essa questão é analisada a partir do exame das dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras da cidade de Vitória, no Espírito Santo, entre 1970 e 2000, para conciliar trabalho fora do lar e casamento.

O livro apresenta três partes. Na primeira, dividida em três capítulos, a autora analisa as mudanças econômicas ocorridas no Espírito Santo, que, até os anos de 1960, era uma região essencialmente agro-exportadora de café. Na capital, Vitória, as oportunidades de trabalho se concentravam nas atividades portuárias voltadas para o escoamento daquele produto, o que se traduzia por um índice de emprego baixíssimo, mesmo para os homens. Para as mulheres, não havia nada a não ser o magistério, a enfermagem e outras atividades tipicamente femininas, como o artesanato, sobretudo de bordados.

Nos anos de 1960, esse quadro se modificou com a inauguração do Porto de Tubarão, criado para o escoamento do minério produzido em Minas Gerais. O novo porto fez com que o desenvolvimento urbano se voltasse para o norte da cidade. Por outro lado, no campo, a erradicação dos cafezais improdutivos

provocava o desemprego e o êxodo rural. A população vinda do interior deixou Vitória vulnerável a inesperadas mudanças, pois o Estado não dispunha de recursos para prover as necessidades sociais e urbanas que estavam sendo geradas por esse incremento populacional, analisado por Maria Beatriz por meio de um estudo demográfico.

Data também dessa época uma política federal de incentivos fiscais à indústria e o Estado do Espírito Santo recebe autorização do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para implementar os Grandes Projetos Industriais que são acompanhados pelo mercado terciário, abrindo postos de trabalho também para as mulheres.

Após essa contextualização, a segunda parte do livro - também dividida em três capítulos - aborda as conseqüências da inserção das mulheres capixabas no mercado de trabalho para as suas relações conjugais.

Maria Beatriz nos mostra, então, como a urbanização, a industrialização e a concentração populacional nas cidades afetam os padrões das relações familiares e de gênero, colocando em xeque arranjos tradicionais, profundamente arraigados em nossa cultura. O aparecimento de novas oportunidades de trabalho fora do lar, o aumento da margem de realização pessoal e os novos contatos fora da família representaram para as mulheres a possibilidade de questionar as relações conjugais tradicionais, marcadas pela submissão ao marido nos estreitos limites do ambiente doméstico.

Para entender a formação histórica dessas relações na cultura ocidental, a autora recua aos tempos do início do cristianismo, analisando o patriarcalismo romano e o pensamento cristão, traduzido nas obras de São Paulo e Santo Agostinho, bem como a apropriação da Igreja sobre o matrimônio, transformado em sacramento.

Os três capítulos da terceira da última parte do livro tratam da nova condição da mulher trabalhadora e sua vivência no casamento, debruçando-se sobre a realidade das mulheres de Vitória, que,

juntamente com aquelas vindo do interior, ingressaram no mercado de trabalho e, a partir daí, foram modificando suas relações conjugais.

Para traçar esse quadro a autora realizou uma pesquisa nos três Cartórios de Registro Civil de Vitória, levantando os registros de casamento e separação e de separação e divórcio do período estudado, num total de 65.924 registros de casamento e, entre esses, 8.680 registros de ocorrências de rompimento conjugal.

Para entender a dinâmica dessas relações, foram anotadas a data do casamento, a idade e a profissão da mulher na época do casamento e a data do rompimento da relação conjugal. Além disso, foram entrevistadas dez mulheres inseridas no mercado de trabalho que se casaram e se separaram ou divorciaram nesse período.

Todos esses dados, apresentados em tabelas e gráficos, enriquecem a argumentação da autora sobre como a urbanização, a industrialização e a conseqüente inserção das mulheres no mercado de trabalho influem nas relações de gênero dentro do casamento, chegando mesmo ao ponto de provocar sua ruptura.

Os dados analisados indicaram que, durante os últimos trinta e um anos do século XX, as uniões consensuais aumentaram e cresceram as separações e divórcios, além de as mulheres passarem a casar cada vez com mais idade.

Em suma, Maria Beatriz nos mostra que, depois de se tornarem economicamente independentes, as mulheres assumiram novos padrões de conduta, mostrando-se socialmente capazes de gerir seu próprio sustento e o de sua família, e alterando o projeto socialmente concebido como o ideal feminino: o matrimônio. Apesar de educadas para serem esposas e mães, essas mulheres viram na profissão uma nova possibilidade de realização social.

As entrevistas reiteram os resultados das análises quantitativas, possibilitando um mergulho na subjetividade das mulheres. O livro de Maria Beatriz torna-se uma condição que nos permite acompanhar os processos dos quais resultou essa mudança

de atitude que construiu novos paradigmas possíveis para o comportamento feminino em nossa sociedade.

Escrito numa linguagem clara, rigorosa, mas sem academicismos, o novo livro de Maria Beatriz Nader nos proporciona conhecer, a partir do caso específico da cidade de Vitória, a trajetória de toda uma geração de mulheres que romperam com a condenação a um destino apresentado como biológico e, portanto, inexorável, e tomaram nas próprias mãos a construção de outro destino social.

Lana Lage da Gama Lima

Rio de Janeiro • 2008

Introdução

Na época da elaboração da minha dissertação de mestrado, “*Do destino biológico ao destino social: unidades domésticas gerenciadas por mulheres. 1970-1995*”, quando pesquisei a mulher vitorienense, chamaram-me a atenção os procedimentos adotados por elas ao retratavam suas referências pessoais. Naquela ocasião, observei que grande parte das mulheres apresentava um conjunto de atitudes em relação ao casamento,¹ que poderia estar sendo tomado em face de sua inserção no mundo do trabalho remunerado.² Sobre a mulher incidia a carga de sustentação do domicílio familiar e também a responsabilidade de se manter diante da sociedade de forma a não expor sua família a situações financeiras desagradáveis. Ingressando no mercado de trabalho, ampliavam-se as possibilidades de prover melhor o domicílio e, mais ainda, de proporcionar garantias de redução das desigualdades econômicas, que impunham diferenças dos papéis sexuais, na sociedade e na relação marital. A compreensão desse fenômeno serviu como ponto de partida para a presente pesquisa.

Em Vitória, durante o período de 1970 a 2000, principalmente depois que ocorreu a implantação dos Grandes Projetos Industriais, formou-se um conjunto de alterações de ordem econômica, na

¹No Brasil, o termo *casamento* refere-se tradicionalmente aos arranjos para a união aprovados pela sociedade com referência especial ao relacionamento institucionalizado de marido e esposa. Normalmente, esse conceito é aplicado à aliança entre um homem e uma mulher com a intenção de vida conjunta e durável, assim como do estabelecimento de condições sociais para a formação de uma família. Na sociedade brasileira, o uso geral do termo segue essa definição. Contudo, os arranjos para a união de duas pessoas, seja do mesmo sexo ou não, revelam tal diversidade de significados que se torna quase impossível encontrar uma definição bastante ampla, que não seja tautológica. Para efeito desta pesquisa, portanto, casamento equipara-se aos termos matrimônio, enlace, união, união conjugal, aliança, entre outros.

²Entendo por inserção feminina no mundo do trabalho remunerado a participação efetiva da mulher no terreno da produtividade, no modo de produção capitalista, em troca de salário.

medida em que ocorreu a desagregação da economia primário-exportadora da monocultura cafeeira e, posteriormente, a implantação das grandes indústrias produtoras de bens de capital, que abriram um enorme mercado de trabalho na cidade. Todo esse processo trouxe reflexos para a sociedade vitorienne, que perdeu o tradicional perfil de cidade colonial, tornando-se um aglomerado urbano que absorveu enorme quantidade de pessoas vindas do mundo rural em busca de empregos. A capital capixaba sofreu um impacto populacional e congestionou-se com a expansão de favelas e atividades informais. Ao mesmo tempo, formava-se um novo mercado, secundário e terciário, promovido pela expansão do parque industrial. Essas alterações influenciaram significativamente a vida da mulher vitorienne sob inúmeros aspectos.

Como em todo o Brasil, a partir dos anos de 1970 as mulheres vitorieneses conquistaram o mundo do trabalho e milhares delas, incentivadas pelos movimentos feministas, reivindicaram garantias de igualdades econômica e social, visto que as desigualdades nesse âmbito lhes impunham as diferenças dos papéis sexuais e as impediam de se afirmar e se expressar como pessoas integrantes da sociedade.

Consideradas as alterações socioeconômicas ocorridas em Vitória, meu propósito foi analisar como a inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho vitorienne influenciou nas mudanças de atitudes que as levaram a estabelecer novos paradigmas de comportamento, particularmente na sua relação com o casamento, considerado por tradição como o ideal da vida feminina.

Para atingir meu objetivo, utilizei uma das fontes mais profícuas, qual seja, os Livros de Registro Civil de Vitória. Os registros de casamento foram então pesquisados nos Cartórios de Registro Civil e Tabelionato da Primeira, Segunda e Terceira Zonas Judiciárias de Vitória, a saber: Cartório Sarlo, Cartório Zilma Leite e Cartório Amorim, respectivamente.

Foram pesquisados, ao todo, 65.924 registros de casamento e, entre esses, 8.680 registros de separação e divórcio. Os dados relativos aos registros de casamento possibilitaram verificar, nos

cartórios, mês a mês, em cada um dos 31 anos que compreendem o período de 1970 a 2000, o número de uniões oficializadas ocorridas em cada Zona Judiciária da cidade, o tipo de união, se somente civil ou também religioso, e a taxa de crescimento positiva e negativa dos casamentos.³ A consulta aos registros de separação e divórcio permitiu o levantamento de dados relacionados às mulheres, no que diz respeito à idade e à profissão que tinham na época do enlace, ao tipo de união que realizaram e à duração do vínculo conjugal.⁴

Os dados obtidos nos cartórios de registro civil são, portanto, características de uma investigação que se ajusta basicamente na sistemática da análise quantitativa. A escolha desse modelo justifica-se pelo fato de ele permitir alcançar o objetivo central do trabalho proposto, na forma mais apurada possível. O uso das técnicas quantitativas em séries estatísticas proporcionam uma variação no entendimento dos dados coletados, além de permitirem uma distribuição de acordo com o tempo em que esses dados ocorreram, permanecendo fixos os locais e a categoria. Seu processo permite extrair de conjuntos complexos representações simples e verificar se essas representações simplificadas têm relação entre si, uma vez que os dados são, em sua maioria, expressos com medidas numéricas. O modelo de pesquisa estatística foi, portanto, o escolhido para a análise dos dados obtidos.

Outras fontes utilizadas foram os levantamentos existentes nos institutos de pesquisa: na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e no Instituto de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves. Nesses locais foi obtido um conjunto de informações de ordem estatística que permitiu vislumbrar as alterações econômicas e demográficas de Vitória.⁵

Uma vez que as fontes citadas até o momento contribuíram com

³Vide, por exemplo, as tabelas 15, 16 e 17 e os gráficos 3, 4, 5, 6 e 7.

⁴Vide, por exemplo, as tabelas 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e os gráficos 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

⁵Vide, por exemplo, as tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14 e os gráficos 1 e 2.

dados essencialmente quantitativos, busquei, também, obter informações de natureza qualitativa por meio de dez entrevistas com mulheres separadas e divorciadas, moradoras de Vitória.

As informações obtidas em diferentes fontes, embora sejam fundamentais, revelam-se ainda mais úteis quando analisadas à luz de outras pesquisas sobre o Espírito Santo. Foi justamente esse o papel da bibliografia relativa ao Estado, consultada com o intuito de contextualizar os dados obtidos e de fazer um bom uso das informações coletadas. Vitória, no período pesquisado, tornou-se um campo muito rico para a investigação científica.

Acerca da escolha de Vitória como recorte geográfico para minha pesquisa, respaldo-me nos princípios teórico-metodológicos que dão sentido e contextualizam o estudo das localidades com suas transformações histórico-geográficas, implicando características do tempo e do espaço. A história local apresenta-se como uma possibilidade de se trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre o indivíduo, a sociedade e o meio em que aquele vive e atua. Esse posicionamento levou-me a priorizar a história enraizada, que fala da economia local, inclinando-me a trabalhar sob o ângulo específico e particular dos processos de mudanças sociais que ocorreram na cidade, antes e durante o período proposto para o estudo.

A dinâmica econômica e social que se processou na cidade mostra que seu cotidiano passou por transformações profundas, que alteraram a vida pacata da cidade e das pessoas que nela se aglomeravam. Entre as possibilidades de estudo dessa sociedade plural que se iniciou na década de 1970, as estatísticas permitem melhor situar o impacto das mudanças na vida das mulheres, notadamente em suas relações com o casamento.

Nessa perspectiva, a contribuição de estudos relativos ao gênero proporcionou uma maior reflexão a respeito deste campo de interesse: a mudança do comportamento feminino em relação ao casamento, mediante a inserção da mulher no mercado de trabalho.

As considerações conceituais de gênero desenvolvidas por Scott,⁶ na já consagrada obra *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*, fornecem delimitações interessantes para a compreensão da construção social e cultural da presença feminina na sociedade. A relação entre os sexos feminino e masculino, para essa autora, não é um fato puramente *natural*, mas sim consequência de uma interação socialmente construída e perceptível pela forma como é estabelecida e incessantemente remodelada, pelas diversas sociedades humanas e em diferentes períodos históricos. Por isso, é importante conhecer a estruturação e a evolução dos sistemas de gênero, ou seja, as representações dos estudos de um gênero ou de outro em determinada sociedade, que ocorrem como uma forma primeira de significar as relações de poder, assim como definem culturalmente o feminino e o masculino, concedendo-lhes identidade.

Samara,⁷ em sua análise clássica sobre *O Discurso e a Construção da Identidade de Gênero na América Latina*, argumenta que a construção social da identidade de gênero também se expressa por paradigmas diversos e se apresenta de diferentes formas em cada época histórica e em cada cultura. Para essa autora, a “identidade” é um conceito dinâmico, que possibilitou a construção de arquétipos e estereótipos que se perpetuaram ao longo da História.

A nova produção historiográfica que se apropriou da “categoria gênero” e que trata de escritos sobre a mulher, tanto para Scott quanto para Samara, enriqueceu a História da Mulher, dando-lhe características de agente do processo histórico.

A contribuição dos escritos sobre a mulher e o trabalho e a educação feminina nas sociedades brasileira e vitoriana foi determinante para a elaboração desta pesquisa, pois é por esse meio que ela vem conquistando, lenta e gradualmente, a subversão de sua

⁶SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16. n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

⁷SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: SAMARA, Eni de Mesquita et. al. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1977. p. 11-51.

situação social no interior da família. Nesse sentido, os estudos das alterações na estrutura socioeconômica de Vitória devem ser vistos como acoplados às mudanças na relação mulher e casamento. E para entendê-las é preciso considerar as contradições presentes nas representações simbólicas, o conteúdo dos textos normativos e a própria estrutura social, como, por exemplo, as relações que se estabelecem em termos do mercado de trabalho, da idade feminina ideal para o casamento e da educação.

Levando em consideração os objetivos da pesquisa e as fontes utilizadas, subdividi o trabalho em três partes.

A primeira tem por objetivo básico apresentar o painel de fundo histórico de Vitória, observado principalmente a partir das transformações de ordem econômica. Partindo do século XIX, quando se instalaram as pequenas propriedades produtoras de café, que passou a ser o principal produto de sustentação econômica do Espírito Santo, até a decadência da cultura cafeeira nos anos de 1960, mostro como o Estado se manteve primordialmente dependente do setor agrícola para a obtenção de boa parte de sua receita. Nas três últimas décadas do século XX, as transformações econômicas que ocorreram com a instalação dos chamados Grandes Projetos Industriais modificaram definitivamente a economia do Estado, consolidando-se, em Vitória, a chamada sociedade urbano-industrial. Foi esse novo contexto que, entre outras alterações, possibilitou o ingresso maciço das mulheres vitorienenses no mercado de trabalho.

A segunda parte visa analisar a relação da mulher com o casamento e o trabalho. Em um primeiro momento, fiz uma retrospectiva histórica do sentido da instituição do casamento na vida da mulher, a partir da historiografia sobre o tema. São estudadas as determinações do cristianismo sobre o sentido do casamento, sobretudo para as mulheres, até o Concílio de Trento. Em seguida, tratei do modo como as prescrições cristãs foram apropriadas e dos seus desdobramentos no contexto brasileiro. Com a intenção de situar Vitória nas mudanças ocorridas no contexto ocidental, estudei o desenrolar histórico do entendimento da relação feminina com o casamento e com o trabalho.

A terceira parte aborda as alterações que as mudanças econômicas e sociais da cidade proporcionaram ao entendimento do casamento na vida das mulheres vitorienenses. Para tanto, utilizei dados estatísticos levantados nos Censos Demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e nos Livros de Registro Civil dos Cartórios de Vitória. Os resultados gerais salientam o impacto da vida urbana sobre a mudança nos números de casamentos e mostram que os padrões de comportamento, antes muito importantes para a vida da mulher, já não condizem com os objetivos sociais femininos. Nesse sentido, algumas questões, que considero primordiais, são abordadas de forma seqüente: a idade da mulher por ocasião do casamento, sua inserção no mercado de trabalho e as mudanças ocorridas nos vínculos conjugais. Os dados estatísticos mostram que, nas sociedades industriais, a participação feminina na força de trabalho afetou sensivelmente a idade tida como “ideal” para o casamento, assim como sua participação no mercado de trabalho alterou as atitudes diante das relações conjugais.

As mulheres que se profissionalizaram e que buscaram empregos que as sustentassem e, muitas vezes, aos seus familiares mudaram a forma de se relacionar com o casamento: as solteiras passaram a adiar o casamento para cada vez mais tarde, ou mesmo a nunca optar por ele, e o trabalho remunerado passou a representar respeitabilidade social, aumento da auto-estima e, principalmente, liberdade de escolher seu próprio destino. Quando se casaram, grande parte das mulheres continuaram trabalhando, principalmente para não depender economicamente do marido. Depois de séculos colocadas em planos sociais como o segundo sexo,⁸ por não terem independência econômica, as mulheres exigiram estar em pé de igualdade com o sexo oposto.

Os efeitos das transformações econômicas e sociais ocorridas na cidade de Vitória, assim como o acesso à educação e ao mercado de trabalho, que traçou mudanças específicas na vida da mulher, juntamente com a Lei do Divórcio (Lei n.º 6.515, de 26

⁸BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

de dezembro de 1977), possibilitaram o rompimento do vínculo conjugal. Os levantamentos estatísticos sobre o divórcio em Vitória, nos documentos de registro dos casamentos, mostram que o tempo do casamento se altera dentro dos grupos de idade e sofre influência direta da profissão feminina.

Para finalizar, realizei uma análise que pretendo qualitativa e exemplificadora dos dados obtidos até então. Efetuei entrevistas com dez mulheres que iniciaram sua vida profissional, se casaram e passaram pelo processo de rompimento conjugal em Vitória, durante o período pesquisado. O objetivo foi observar, mais detidamente, o modo como algumas mulheres que viveram essas transformações na sua vida enunciam questões trabalhadas, nos capítulos precedentes, de uma maneira mais quantitativa. Essas entrevistas proporcionaram informações extremamente férteis e exemplificadoras, na medida em que as experiências pessoais apontaram para a possibilidade de vislumbrar, na história local, versões mantidas por um segmento populacional: mulheres separadas e/ou divorciadas moradoras de Vitória.

Trata-se, portanto, de um estudo sobre as mudanças no comportamento feminino, mediante a inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho que se abriu na cidade de Vitória, após os anos de 1970, enfocada a partir de ângulos diversos, cuja pretensão é somente contribuir com mais uma análise sobre as mulheres vitorienses. A escolha do objeto de estudo, recorrente na produção historiográfica, privilegia a metodologia de se pesquisar a História das Mulheres por meio do estudo da relação mulher, trabalho e casamento. Ainda que se tenha uma rica historiografia brasileira sobre o tema, há muito a se fazer pelo estudo sobre a História das Mulheres em Vitória.

VITÓRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESPÍRITO-SANTENSE: O CENÁRIO E AS MUDANÇAS

Tendo vindo para ficar, não sosseguei enquanto não obtive explicação para o cacoete verbal do “Oi?”... Gastei um bom raciocínio para concluir que não havia significado algum no tal “Oi”. Era um recurso para se ganhar tempo e pensar na resposta. Ou, com mais sorte, cansar o interlocutor e não ter de responder... E, logo me vi em casa, cercada de gente que, a qualquer pergunta, respondia: “Oi?” Minha família se tornara capixaba sem que eu notasse.

DIONARY SARMENTO RÉGIS (1996)

A BASE AGRÍCOLA: TRIUNFO E DECADÊNCIA DO CAFÉ

Distantes, por milhares de léguas, da região de maior produção açucareira do Brasil, as propriedades localizadas no Espírito Santo, até o século XIX, ligaram-se também ao setor de exportação, destacando-se o capixaba como pequeno produtor de açúcar, algodão, aguardente, milho, arroz e de outros produtos que comercializava com as capitanias vizinhas.

A produção agrícola capixaba, enquadrava-se no modelo predominante da produção de tabaco e algodão desenvolvido na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Pernambuco. A opção por essas culturas implicava um investimento financeiro inicial muito menor do que o destinado ao engenho de açúcar, além de não exigir a presença de um número elevado de escravos. Em muitos casos, e, principalmente, quando o cultivo se dava em um terreno que podia ser controlado somente pelo produtor e sua família, os escravos podiam até ser dispensados.¹

Grandes propriedades no Espírito Santo foram somente as que estiveram nas mãos dos padres jesuítas. Suficientemente forte para arcar com o ônus dos empreendimentos que os latifúndios exigiam, o grupo religioso implantou alguns complexos de

¹Sobre o assunto, ver CORREA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Maria Suely K. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.

fazendas especializadas, visando, a princípio, à manutenção do Colégio de São Tiago, localizado em Vitória.

No Espírito Santo, as poucas fazendas que existiam não passavam de pequenas clareiras abertas na mata. Bastava que acontecesse um ataque dos Botocudos, uma epidemia ou mesmo uma inundação para que logo a clareira se acabasse.²

Com a introdução do plantio do café na Província, no início do século XIX, a cafeicultura comercializada expandiu-se rapidamente e enriqueceu muitos fazendeiros, fortalecendo a elite rural. O desbravamento das florestas, a instalação das plantações de mudas do produto, a abertura de vias para o interior e o assentamento de imigrantes europeus deslocaram definitivamente a prática da lavoura tradicional para o plantio do café. O chamado ouro negro destacou-se como poder econômico e suplantou toda a produção agrícola do Espírito Santo.

Plantado em caráter experimental no Vale do Rio Doce, o café satisfez, com seus resultados, o governador da Província, que ordenou a incrementação de sua cultura nas cercanias de Vitória e no litoral, abrangendo quase todos os povoados no norte e no sul do Estado. Após a segunda metade do século XIX, sua produção deu início a um processo de expansão econômica capaz de promover a ocupação das terras antes habitadas somente por índios e permitiu a integração do Espírito Santo com o mercado mundial. Para a historiografia capixaba,³ o café foi o principal elemento de determinação econômica na tomada de áreas totalmente despovoadas no interior do Estado.

Integrante do rico sudeste cafeeiro, apesar de ser uma das províncias menos desenvolvidas do país, o Espírito Santo

²BORGO, Ivan et al. *Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)*. Vitória: EDUFES, 1996.

³Ver, dentre outros, NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1969; OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975; BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987a; BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização. Do engenho às grandes indústrias. (1535-1980)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987b; FERREIRA, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração do mercado nacional. 1840-1960*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987; CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002.

conseguiu desbaratar-se de sua letargia, graças à produção do café, que se manteve por mais de um século como a principal fonte geradora de rendas do Estado, promovendo também a riqueza de seus produtores.

Entre os anos de 1890 e 1920, o café representou mais de 90% do valor total das exportações capixabas, chegando a atingir, em 1903, 95% da receita do Estado.⁴ Embora a agricultura local se dedicasse também, em menor escala, à cultura do cacau, do algodão, da cana-de-açúcar, do milho e do arroz, o comércio era dedicado prioritariamente à exportação de café.

Do ponto de vista econômico, a cafeicultura dependia principalmente da exportação e grande parte do produto capixaba era exportado para o porto do Rio de Janeiro. Muitos esforços governamentais foram feitos a fim de levar o produto a ser exportado pelo Porto de Vitória. Dentre eles, destacam-se a construção da estrada de ferro no sul do Estado,⁵ a abertura e melhoria de vias ligando as áreas produtoras às ferrovias, a desobstrução de rios para o transporte fluvial, empréstimos no estrangeiro, a introdução de barcos a vapor e, principalmente, o enquadramento da capital no processo de exportação.

Em 1900, o Porto de Vitória não tinha condições técnicas que permitissem a operacionalidade das exportações da produção cafeeira e das importações de mercadorias para a cidade, por não possuir ainda atracadouro para navios de grande porte. Vitória dispunha de um porto precário e em seu pier somente as chatas flutuantes podiam aportar e transportar os produtos levados pelos navios que ficavam parados ao largo.

Vários governos estudaram a possibilidade de construir um porto eficiente, bem aparelhado, com capacidade para escoar a produção cafeeira e promover o progresso da cidade. Após

⁴BITTENCOURT, 1987a.

⁵Entre as estradas construídas por força da necessidade do escoamento da produção cafeeira, a Estrada de Ferro Leopoldina Railway, que ligava a cidade de Vitória ao sul do estado do Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, foi a que contribuiu para que a produção cafeeira sulista fosse encaminhada para o Porto de Vitória. Com isso, evitava-se a evasão da receita do café capixaba para o estado do Rio de Janeiro. Também a Estrada de Ferro Vitória-Minas promoveu o surgimento de várias povoações no interior do Estado.

vários estudos e a elaboração de diversos projetos técnicos, norteados por disputas políticas sobre a localização, foi aprovado pelo Governo Federal, no início do século XX, o projeto definitivo do Porto. As obras foram iniciadas em 1908, passaram por várias fases conturbadas e sofreram paralisação durante a Primeira Guerra Mundial.

No final da década de 1910, graças ao capital acumulado pela expansão cafeeira, Vitória começou a passar por uma transformação estrutural, recebendo calçamento, iluminação elétrica, água encanada, esgotos, escolas e outros serviços públicos básicos. Saletto afirma que, com a elevação do preço e da produção do café, na década de 1920, a cidade foi inteiramente remodelada e suas obras,

[...] guardadas as proporções, equivalem às de Pereira Passos no Rio de Janeiro do início do século. O antigo centro, de ruas estreitas e tortuosas, invadidas pelas marés altas, com construções de estilo colonial, foi praticamente demolido. Abriram-se e alargaram-se ruas e avenidas pavimentadas, construíram-se amplos edifícios públicos, mercados, conjuntos residenciais, um belo teatro, formaram-se ou desenvolveram-se bairros. Foi construída a primeira ponte ligando a ilha ao continente.⁶

Nos anos de 1920, mais precisamente em 1924, foram reiniciadas as obras do porto, que foi finalmente concluído e inaugurado em 1940, na parte sul da Ilha, em frente à área central da cidade, estendendo-se ao longo do canal que marca a baía de Vitória.

Ficava, assim, estabelecido o Cais Comercial de Vitória, que transformou a cidade em centro comercial e principal porto exportador do café produzido no interior do Estado. Vitória atraiu grande parte da produção de café de Minas Gerais e do sul do Espírito Santo, que antes era exportado pelo porto do Rio de Janeiro. Casas bancárias e empresas de exportação e importação

⁶SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. 1994. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. p.14.

nacionais, locais e estrangeiras foram abertas.

Contudo, essas melhorias da cidade e o crescimento econômico do Estado não conseguiram levar o Espírito Santo a alcançar o dinamismo econômico da Região Sudeste, em que se situa geograficamente. Suas próprias características socioeconômicas o mantinham dentro das mesmas tendências das regiões menos desenvolvidas do país. A situação secundária e desfavorável do Estado, que se mantinha entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina, tinha sua explicação na inexpressiva força política local, que manteve, durante várias décadas, o Espírito Santo fora das decisões da política econômica nacional. O modelo econômico primário-exportador do Estado foi ditado pelo café, que determinou as atividades de mão-de-obra e a formação da renda no contexto socioeconômico, até o final da década de 1950.⁷

Erradicação de Cafezais e Diversificação Econômica

Depois da década de 1930, as mudanças na estrutura produtiva brasileira efetivaram-se e diversos setores industriais se desenvolveram, enquanto no Espírito Santo permaneceu a produção agrária de predomínio familiar dentro de pequenas propriedades. Apesar de investir na produção cafeeira, o Estado não conseguiu acumular capital comercial suficiente para investir em outras áreas produtivas.

Enquanto em outros estados do país se implantavam indústrias voltadas para a complementação das atividades econômicas predominantes, no Espírito Santo não se conseguia formar uma estrutura industrial capaz de seguir com êxito os passos dos estados vizinhos, devido à situação financeira agravada pelos efeitos seculares do desequilíbrio regional. A indústria têxtil do Estado ainda se voltava para a produção de sacaria destinada à exportação do café, com destaque apenas para duas fábricas de

⁷SIQUEIRA, Maria da Penha Smarزارo. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória. 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2002.

tecido, uma localizada em Vitória e outra no sul do Estado, na cidade de Cachoeiro do Itapemirim.⁸

Faltavam condições infra-estruturais para uma produção industrial expressiva, pois, mesmo sendo criadas fábricas de diferentes produtos (cimento, papel, óleo, cal, ladrilhos, telhas francesas, manilhas de cimento, cerâmica, meias, mobílias, calçados, tamancos) e usinas de açúcar (Paineiras, Cascata e Jabaquara), a agricultura continuava sendo a base econômica do Estado.

Nas primeiras décadas do século XX, o café levou o Espírito Santo ao terceiro lugar na produção nacional. Em 1926, o Estado atingiu a marca de mais de um milhão de sacas exportadas, ficando o produto responsável por grande parte dos recursos estatais, influenciando as demais transações comerciais e a própria indústria adjacente. O resultado monetário da exportação do café possibilitou a construção de estradas e pontes, financiou energia elétrica e urbanização de várias cidades, além de prover outras melhorias no desenvolvimento da capital do Estado.

Após a Segunda Guerra Mundial, o consumo de café foi estimulado na Europa e nos Estados Unidos. Tal fato encorajou a plantação de mais mudas no Espírito Santo. As safras aumentaram em torno de 53% e a comercialização do produto pelo Porto de Vitória teve seus preços aumentados consideravelmente. Só no início da década de 1950, 44.170 pequenas propriedades foram catalogadas no Estado, e as áreas cultivadas com o produto aumentaram em 39,4%, chegando a produzir, em 1951, mais de dois milhões de sacas.⁹

Toda essa expansão acentuou o peso da cafeicultura na economia capixaba. Em 1960, 80% da população economicamente ativa (PEA) ligada à agricultura estava empregada nos cafezais e no setor de comércio do produto. O café não só monopolizava a

⁸Sobre o assunto, ver FRANCO, Sebastião Pimentel. *Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República*. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

⁹SIQUEIRA, 2002.

economia capixaba, mas também incentivava a economia de todas as regiões cafeeiras do país e de vários lugares do mundo, as quais ampliaram de forma significativa sua capacidade produtiva.¹⁰

As safras anuais, no entanto, passaram a superar a capacidade de absorção do consumidor, convertendo a superprodução em crise no mercado internacional. Com a instabilidade no setor, os preços internacionais caíram vertiginosamente. No ano de 1955, registrou-se uma queda de 29% e, em 1959, a queda foi de 51,7% em relação ao preço médio de 1954.¹¹

Esse quadro começou a sofrer alterações nos anos de 1960. O Governo Federal, buscando controlar os preços do café, promoveu uma política econômica cujas diretrizes pretendiam ocasionar a erradicação dos cafezais antiprodutivos em toda região cafeeira, a diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e a renovação de uma parcela dos cafezais. As duas últimas diretrizes não tiveram conseqüências significativas, mas a erradicação transformou profundamente a economia do Espírito Santo.¹²

Em território capixaba, a erradicação foi superior à ocorrida em outros estados produtores de café, pois o clima e o relevo espírito-santenses eram pouco favoráveis ao plantio. Os investimentos em aplicações de técnicas modernas de cultivo e beneficiamento do produto eram pequenos, o que gerava, em relação à produção nacional, um baixo nível de produtividade e *tipos baixos* de café, não apropriados para a exportação. Acrescente-se a isso o fato de uma indenização paga pelo governo por cova erradicada, o que deve ter significado para os cafeicultores um negócio bem mais atraente e muito mais rentável do que manter a planta e fazer a colheita do produto.

¹⁰Não só no Brasil ocorreram safras cafeeiras volumosas. Em alguns países da África e na Colômbia, a produção e a qualidade do café foram também significantes. Sobre o assunto, ver ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo. 1955-1985*. Vitória: FCAA, 1991.

¹¹ROCHA e MORANDI, 1991.

¹²Implementado em duas fases, o programa de erradicação exterminou 53,8% dos cafezais capixabas, e em todo o país foram erradicados cerca de 1.379.343 pés de café. Sobre o assunto, ver SIQUEIRA, 2002.

Em conseqüência, a crise econômica que se abateu sobre o Espírito Santo tornou imperativa a necessidade de se diversificar a tradicional base agrícola que, desde o século XIX, era dependente de um único produto. O café sempre proporcionara à economia capixaba situações de depressão, quando ocorria uma queda nos preços ou mesmo quando era grande sua oferta. Mas essas constantes apreensões não alteravam as estruturas da economia do Estado. Em 1967, quando a política de erradicação dos cafezais improdutivos e o plantio de lavouras novas começaram a surtir efeito, a economia capixaba buscou novas alternativas visando à sua recuperação.

Em quase todos os estados ligados à produção cafeeira a diversificação agrícola foi pouco significativa, uma vez que as áreas antes produtoras de café foram, em sua maioria, ocupadas por pastagens e pecuária. Em São Paulo, onde já havia uma agricultura mais diversificada, 27% das áreas liberadas pelo café deram lugar a pastagens. Em Minas Gerais e no Paraná, as antigas áreas cafeeiras foram ocupadas por pastagens, em média 66,5% e 40,4%, respectivamente.¹³

No Espírito Santo, as áreas antes utilizadas para o plantio de café e as grandes extensões florestais desocupadas pela incipiente indústria madeireira foram tomadas em 70% pela criação extensiva de bovinos para leite e corte. A nova conjuntura econômica, aliada ao crescimento do consumo de carne em Vitória e no Rio de Janeiro, acelerou a expansão da pecuária de corte, tornando a atividade mais rentável.

A indústria madeireira foi outra diligência que, na época da erradicação do café, serviu como alternativa à economia então decadente. O norte do Estado, ainda na década de 1960, dispunha de terras cobertas por florestas naturais, onde existiam cedros, perobas, jequitibás e a maior concentração de jacarandás do planeta, cujo valor comercial atraiu parte do capital disponibilizado pela erradicação do café.¹⁴ Indústrias madeireiras exportavam

¹³BITTENCOURT, 1987a.

¹⁴BITTENCOURT, 1987b.

para a indústria mobiliária e para o setor da construção civil dos centros urbanos do país, principalmente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.¹⁵

Outras alternativas, como a cultura de mandioca, milho, feijão e arroz, apresentaram tendências de crescimento na economia vigente. Mas nenhuma desempenhou papel tão marcante quanto a cultura cafeeira que, durante longas décadas, foi a única base econômica do Estado. O profundo abalo provocado pela política federal de erradicação dos cafezais “antieconômicos” não foi compensado pelos programas de estímulo para a diversificação da produção agrícola, o que levou o Espírito Santo a defrontar-se com graves problemas pertinentes a essa questão.

A Solução Industrial

Localizado entre pólos industriais consolidados, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o Espírito Santo contava, ainda nas primeiras décadas do século XX, com uma população fragmentada e com vazios demográficos que não davam sequer margem para o aparecimento de uma produção artesanal significativa. Enquanto no sul do país, os imigrantes europeus, além de trabalharem na agricultura, eram direcionados para a produção de manufaturas e artesanatos, no Espírito Santo os trabalhadores europeus trabalhavam somente na pequena propriedade, na produção do café voltada exclusivamente para a exportação.

Diferentemente da estrutura urbana formada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a base necessária para o desenvolvimento manufatureiro se deu de forma expressiva, uma vez que contava com população densa, mão-de-obra especializada e dinheiro disponível, o mercado urbano capixaba não dispunha de tais condições para se desenvolver tanto, sendo obrigado aos empreendimentos da comercialização do café.

Os esforços governamentais para diversificar as fontes de renda

¹⁵BORGO, et al., 1996.

foram muitos. O Estado fez doação de terrenos, promoveu a isenção de impostos e forneceu energia elétrica gratuita como forma de incentivos fiscais para a implantação de indústrias em solo capixaba. Assumiu também a gestão de estabelecimentos industriais e da infra-estrutura de energia e transporte. No entanto, pulverizando uma fração considerável da economia capixaba, a estrutura fundiária passou a concentrar o dinheiro comercializado com a exportação do café, impedindo, de certo modo, que o capital comercial se transformasse em outras formas de capital.

No final da década de 1920, a sociedade capixaba ainda era monocultora e rural. À elite capixaba não interessava o envolvimento da administração pública com o capital industrial, justamente em um período que se apresentava como favorável à abertura de fronteiras agrícolas e à expansão da cafeicultura.

O último governo estadual da Primeira República, adepto do *status* agroexportador, aderiu aos anseios da elite local e concentrou-se no desenvolvimento de obras para a melhoria das vias de escoamento da produção cafeeira, tais como as do Porto de Vitória, a instalação de uma ponte de ferro ligando a Ilha de Vitória ao continente, a ampliação dos serviços de água e esgoto e a construção de pontes no norte do Estado.

A crise econômica internacional no início dos anos de 1930 provocou grande queda nas exportações do café, deixando o país sem receita para importar os produtos manufaturados consumidos pelos brasileiros. E, como a capacidade da indústria brasileira não supria o próprio mercado, o governo “estadonovista” incrementou áreas de infra-estrutura de bens duráveis, de capital e, principalmente, de bens intermediários, como a metalurgia, a siderurgia e o petróleo.¹⁶

A política federal de incentivo à indústria, entretanto, pouco afetou a economia capixaba, e os interesses coronelistas da monocultura do café se mantiveram. O governo interventor deu

¹⁶A indústria, durante a ditadura Vargas, cresceu em aproximadamente 5,4% ao ano. Sobre o assunto, ver FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

continuidade aos empreendimentos de construção de estradas de rodagem e às obras do Porto de Vitória, ao mesmo tempo que contribuiu para a manutenção dos interesses dos produtores de café. Enquanto o populismo constituía-se na forma básica das disputas políticas nos demais estados da Região Sudeste, no Espírito Santo as velhas práticas coronelistas eram reeditadas em bases novas, reforçando o modelo agrário tropical de exportação, diferentemente do restante da produção cafeeira nacional, vitimada pela praga da broca do café.¹⁷

Ao longo do período de intervenção federal, a forte presença da cultura cafeeira manteve-se, impedindo, de certa forma, o empreendimento estatal de obras industrializantes. As poucas empresas produtivas do Estado não geravam renda capaz de motivar uma mudança na economia, que ficava na dependência das especulações mercantis do mercado cafeeiro. As indústrias de alimento, de bebida e de tecido tiveram um pequeno crescimento na época. Somente as indústrias de madeira e de minerais não metálicos apresentaram taxas de crescimento alto.

A indústria têxtil capixaba foi a mais sensível às mudanças que ocorreram no país durante a década de 1930. Existiam somente duas fábricas de fiação e de tecelagem no Estado, e os tecidos de algodão usados aqui eram importados, principalmente do Distrito Federal e do estado de São Paulo que eram beneficiados pelas baixas tarifas interestaduais e pelo sistema de transporte que auxiliava na *expansão econômica* do comércio nacional.

A política econômica e o pouco investimento feito no Espírito Santo possibilitavam a abertura do Estado para receber produtos industrializados de outros estados. Além disso, a política do Governo Federal de integração do mercado nacional proporcionou a importação de produtos necessários para o consumo da população capixaba, que aumentara de 457.328 habitantes (em 1920) para 750.107 (em 1940). São Paulo fazia o suprimento de material de transporte; o Distrito Federal fornecia produtos

¹⁷Para se ter uma idéia da força econômica do café no Espírito Santo, em plena crise cafeeira no país, foram plantados 44.275 novos pés de café. Sobre o assunto, ver MORANDI, Angela Maria. *Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo. 1930-1970*. Vitória: UFES, 1984; BITTENCOURT, 1987a.

farmacêuticos, farinha de trigo, fumo, calçados de couro e artigos de armarinho; Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia forneciam açúcar; Pernambuco, álcool; Rio Grande do Sul fornecia banha, charque, arroz, feijão, vinho e cebolas; Rio Grande do Norte, sal; Paraná, sabão; e Santa Catarina, farinha de mandioca e fósforo. Faziam parte da pauta de importação do exterior os combustíveis líquidos, vindos dos Estados Unidos da América; os tubos e canos de ferro e aço, da Polônia; e o material usado na eletrificação do Estado, da Alemanha.¹⁸

Durante os vinte anos que se seguiram ao Estado Novo, a participação da produção industrial capixaba em relação à taxa de crescimento da indústria nacional apresentou-se menor que 1%. No entanto, foi nesse período que o Estado consolidou sua posição nesse mercado, pois, além do intercâmbio com as regiões importadoras de seus produtos primários e exportadoras de produtos manufaturados consumidos pelos capixabas, passou a ser o principal corredor de exportação do minério de ferro da região de Itabira, em Minas Gerais.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), criada em 1942 pelo Acordo de Washington, começou a explorar o minério da aludida região mineira e a comercializá-lo nos mercados internacionais, utilizando para tal fim o sistema portuário de Vitória. Para isso, construiu um cais no continente e de frente para a Ilha de Vitória, destinado ao embarque de minério. Aos poucos, ampliou o Porto de Vitória, preparando-o para receber o terminal da Estrada de Ferro Vitória-Minas e da Estrada de Ferro Leopoldina, que se tornaria uma das principais vias de transporte para a exportação de minério através do Espírito Santo. No mesmo ano, por meio de iniciativa particular, também foi criada a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), que se compunha de um pequeno alto-forno movido a carvão vegetal, com capacidade de produzir até 40 toneladas por dia ou 12 mil toneladas de ferro-gusa ao ano.

Nesse contexto, o Governo do Estado, sintonizado com a proposta industrializante conduzida pelo Governo Federal, deu início ao

¹⁸Sobre o assunto, ver MORANDI, 1984 e SIQUEIRA, 2002.

Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo, buscando reduzir os obstáculos que poderiam impedir o desenvolvimento do Estado. A partir de então, iniciou a construção de usinas, procurando minimizar um dos problemas cruciais da infraestrutura urbana, ou seja, a falta de energia elétrica, que poderia inviabilizar os outros empreendimentos previstos no Plano, quais sejam: ampliação do setor rodoviário; maior incentivo à produção agrícola; criação de uma Secretaria de Agricultura, Terra e Colonização para prestar assistência técnica aos cafeicultores; ampliação e reaparelhamento do Porto de Vitória; instalação do parque carvoeiro e petrolífero da Capuaba; aterro e urbanização da parte da orla marítima; importação e instalação de novos guindastes e drenagem do canal de acesso ao Porto de Vitória.¹⁹

Os efeitos desse Plano só se fariam sentir duas décadas depois, visto que a situação portuária e a infra-estrutura deficientes, aliadas à falta de recursos financeiros do Estado, dificultavam a implantação das metas. A solução foi incorporar os investimentos ao Plano de Metas do Governo Federal, em empreendimentos de grande porte, tanto no interior do Estado, com a conclusão da Usina de Rio Bonito e a construção da Hidrelétrica de Mascarenhas, quanto na capital, com a expansão física do Porto de Vitória: a construção do Cais de Capuaba e do Cais de Paul.

Na década de 1950, outros setores industriais também foram beneficiados pelo Plano: a criação do Moinho de Trigo Buaiç, a reformulação da Fábrica de Cimento de Cachoeiro do Itapemirim e sua incorporação ao grupo proprietário do complexo industrial Itabira Agro-Industrial S.A. (Cimento Nassau) e a Fábrica de Calçados Itapoã. Contudo, mesmo com essas empresas em pleno processo de funcionamento, o Espírito Santo encontrava-se quase que totalmente isolado das demais regiões do país. Suas rodovias eram muito precárias (sem pavimentação) e suas ferrovias estavam ultrapassadas.

Numa ação conjunta entre o Governo Federal e o Governo Estadual, iniciaram-se as obras de ampliação e pavimentação

¹⁹BITTENCOURT, 1987b e FERREIRA, 1987.

das estradas rodoviárias, as quais deveriam ligar o Espírito Santo aos estados vizinhos. A BR-101 (paralela ao litoral), pavimentada e inaugurada em 1969, interligou Vitória ao Rio de Janeiro e a Salvador. A BR-262, que corta o Estado no sentido leste-oeste, também teve suas obras encerradas em fins de 1960, interligando Vitória a Belo Horizonte e possibilitando à capital de Mato Grosso, Cuiabá, acesso ao litoral. A terceira rodovia, a BR-259, também no sentido leste-oeste, ligou a BR-101 à Rodovia BR-040, que, por sua vez, interliga a capital mineira ao Rio de Janeiro. Concluída na década de 1970, foi de grande importância econômica, pois conectou a zona mineira do Rio Doce e a região cafeeira do norte do Espírito Santo ao Porto de Vitória.²⁰

Essas estradas possibilitaram o acesso dos municípios do interior espírito-santense aos grandes mercados nacionais e reforçaram a posição estratégica do Porto de Vitória. Composta de apenas três cais que operavam com a exportação de minério de ferro e a importação de carvão mineral, em 1963 a estrutura do porto teve sua capacidade operacional reavaliada, levando a CVRD a iniciar as obras de um outro porto, maior e especializado no ramo de exportação de minério. Inaugurado em 1966, o Porto de Tubarão foi considerado o maior da América Latina destinado à exportação do produto em questão. A construção e efetivação desse porto, juntamente com a construção das usinas de pelotização, possibilitou a criação de infra-estrutura para a urbanização da região norte de Vitória, até então despovoada.²¹

Embora esses empreendimentos industriais não colocassem o Espírito Santo em uma posição de destaque entre os estados mais industrializados do país, no final da década de 1950 foi criada a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES). Foi a partir da fundação dessa instituição que nasceu a “concepção ideológica” do desenvolvimento socioeconômico do

²⁰ROCHA e MORANDI, 1991; SIQUEIRA, 2002.

²¹Em apenas três anos, o Porto de Tubarão foi transformado no “Complexo de Tubarão”, quando a CVRD deu início à primeira das seis usinas de pelotização de minério de ferro do Porto. Sobre o assunto, ver BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A. *Perspectivas de desenvolvimento integrado do Espírito Santo no próximo milênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos grandes projetos*. Vitória, 1993.

Estado, e novas forças políticas passaram a tomar consciência da grande distância existente entre o desenvolvimento econômico e político do Espírito Santo e o dos outros estados da União. A não-participação das elites cafeeiras capixabas no Governo Federal, no período da erradicação dos cafezais improdutivos, levou as forças políticas tradicionais a se posicionarem favoráveis à modernização do Estado e à sua inserção no contexto nacional.²²

A economia capixaba precisava modernizar-se e exigia medidas decisivas dos poderes públicos. Para a elite local, a saída estratégica para enfrentar o crescimento industrial do país e fomentar o desenvolvimento estadual não parecia ser outra que não a industrialização.

Por outro lado, o caos econômico que se estabelecia em decorrência da retração das atividades econômicas tradicionais levou o Governo Estadual a chamar a atenção do Governo Federal para a necessidade de medidas especiais, também requeridas pela sociedade local, pois a decadência econômica de grande parte dos municípios capixabas levou milhares de pessoas para Vitória, resultando daí inúmeros problemas sociais. As poucas indústrias que se desenvolviam na capital atraíam a população rural, mas não ofereciam empregos o suficiente para atender à demanda de mão-de-obra que crescia com o êxodo rural. Acrescentasse a isso a desqualificação do pessoal desempregado e a baixa renda *per capita* regional, situada aquém da metade da nacional, aproximando os traços econômicos e sociais do Estado com os do Nordeste brasileiro, historicamente sabidos como desiguais e desequilibrados.

O governador Christiano Dias Lopes (1967-1971) apelou para o Governo Federal, mostrando que o Nordeste era

[...] mais “subdesenvolvido” em relação ao Brasil em geral do que o próprio Brasil em relação aos Estados Unidos e à Europa do Mercado Comum. O Espírito Santo começou a

²²SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: estado, interesses e poder. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

*ser visto como o “Nordeste sem a SUDENE”.*²³

Com esse discurso, o Governo Estadual conseguiu autorização federal para criar incentivos fiscais que retirariam da economia local os tributos necessários para a construção de um parque industrial, ou seja, o Governo do Estado do Espírito Santo viria a ser o próprio fornecedor de capital social básico para seu progresso. O Estado transferiria recursos públicos para o setor privado, contribuindo para a industrialização capixaba por meio de fornecimento de incentivos fiscais e de uma legislação correlata.

Havia consciência, entretanto, de que somente o capital interno era insuficiente para alavancar o processo de desenvolvimento do Estado, visto que a economia local ainda se caracterizava pela expansão dos gêneros alimentícios tradicionais, situando-se abaixo da média nacional. Os projetos da FINDES procuravam mostrar as restrições geográficas do Estado em relação à vocação agrícola, como argumento para captar recursos federais e dar prosseguimento à implantação do projeto de desenvolvimento (do Estado) na área industrial. A defesa desse objetivo repousava na necessidade de se alocarem recursos para a concretização de projetos que fossem de porte igual aos da CVRD, os quais, por sua eficiência comercial, davam poder de barganha suficiente para negociar novos empreendimentos no Espírito Santo, além de possibilitar a gestação desses empreendimentos em cadeia.

Por outro lado, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado pelo Governo Federal em 1974 para enfrentar a crise econômica de então, tinha como objetivo a substituição acelerada das importações no setor de bens de capital e insumos básicos (química pesada, siderurgia, metais não ferrosos e minerais não metálicos), bem como o desenvolvimento de grandes projetos de exportação de matéria-prima (celulose, ferro, alumínio e aço). Para isso, precisava contar com um centro localizado estrategicamente entre as jazidas de minério de ferro e o mar, que oferecesse condições para se formar uma infra-estrutura

²³BITTENCOURT, 1987b, p. 205.

portuária e ferroviária e estivesse apto a receber grandes investimentos capazes de atender ao mercado externo.

O Espírito Santo, que desde a década de 1940 contava com uma moderna infra-estrutura desenvolvida para atividades exportadoras de minério de ferro criada pela CVRD, viabilizava os planos do Governo Federal. Enquanto isso, era atendida a política do Governo Estadual, direcionada para a divulgação das vantagens locais do Espírito Santo voltadas para investimentos estatais e de capital estrangeiro.

Conjugando esforços na implementação de grandes projetos industriais, os Governos Federal e Estadual viabilizaram uma mudança radical na economia do Espírito Santo, obrigando-o a deixar sua dependência da monocultura cafeeira secular para ligar-se ao grande capital internacional, em menos de uma década.

Os chamados *Grandes Projetos de Impacto*, ou *Grandes Projetos Industriais*, ligados a investimentos estatais e estrangeiros passaram a definir a dinâmica de quase todo o desenvolvimento estadual, caracterizando a importância econômica do Espírito Santo em todo o território nacional e, quiçá, no mundo.

CAPÍTULO II

VITÓRIA: CIDADE INDUSTRIALIZADA

Voltadas para o mercado externo, as indústrias implantadas ao redor de Vitória agrupavam-se nos setores siderúrgico, naval, paraquímico e portuário. No Complexo Siderúrgico: Companhia Ferro e Aço de Vitória - COFAVI, Usina de Pelotização da CVRD (com unidades de produção da Itabasco, da Hispanobrás e da Nibrasco), Usina Siderúrgica de Tubarão e Usina de Pelotização Samarco; no Complexo Naval: Estaleiro de Reparos Navais com composição acionária dos Grupos Docenave, Fronape, Lisnave (Portugal) e Lloyd Brasileiro; no Complexo Paraquímico: Aracruz-Celulose e Flonibra – Empreendimentos Florestais; e no Complexo Portuário: Superporto de Tubarão (Porto Terminal de Tubarão, para atender à CVRD, e Porto Terminal de Praia Mole, para atender à Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST), Porto da Barra do Riacho (Portocel, para atender à Aracruz Celulose), Terminal de Exportação de Pellets de Ubu (para atender à Samarco), obras portuárias do Canal da Baía de Vitória, envolvendo a construção do Cais de Capuaba/Atalaia, do Cais de Jaburuna, do Cais de Aribiri e ampliação e melhorias do Cais Comercial de Vitória e do Cais de Jabour.²⁴

²⁴Sobre o assunto, ver ROCHA e MORANDI, 1991; SIQUEIRA, 2002; BITTENCOURT, 1987b; MORANDI, 1984.

Nem todas as indústrias relacionadas acima entraram em funcionamento na década de 1970. Mesmo assim, na primeira metade da década de 1980, o setor industrial já participava com 40% da produção global da economia capixaba.

Dentre as empresas implantadas e/ou ampliadas nesse período, destaca-se a CVRD. De maior importância para o desencadeamento de uma série de mudanças não só na economia do Estado, mas também na vida cotidiana de Vitória e de outros municípios capixabas, a CVRD foi o centro propulsor da diversificação econômica em sua área de influência, especialmente dentro do Espírito Santo.

Depois de inaugurar o Porto de Tubarão²⁵ em 1966, mudando radicalmente a escala de suas exportações, a CVRD promoveu a implantação de outras grandes empresas no Estado. No Município de Aracruz, influenciou a instalação da Aracruz Celulose, empresa que se tornou a segunda maior empregadora do Estado. Somente no ano de 1992, as duas empresas proporcionaram juntas um número aproximado de quatorze mil empregos.²⁶

Outra grande empresa criada sob a influência da CVRD foi a CST, cuja especialização se centra na produção de placas de aço utilizadas por outras indústrias siderúrgicas. Começou a operar em novembro de 1983, tornando-se a maior abastecedora do produto no mercado mundial. No período de 1984 a 1991, gerou divisas em torno de US\$ 3,4 bilhões, conquistando no último ano o título de terceira maior exportadora do Brasil, ficando atrás somente da CVRD e da Usiminas.

Essas empresas – CVRD, CST e Aracruz Celulose – foram juntas responsáveis pela geração de 24% do total da renda interna estadual, no ano de 1985.²⁷

²⁵A efetivação do Porto de Tubarão deve ser vista como um dos mais importantes componentes da infra-estrutura portuária do Espírito Santo, no que diz respeito aos desdobramentos da economia do Estado.

²⁶DOCUMENTO do Estado. *A Gazeta*, Vitória, 26 out. 1991. Suplemento. p. 10- 11.

²⁷SANTOS, Ricardo. *Os grandes diretores do processo de transformação do Espírito Santo*. Espírito Santo, século 21. Projeto de mobilização da sociedade para construção de seu próprio futuro. Vitória: Rede Gazeta, [199-?].

Encadeando o processo de benefícios fiscais, outras empresas de menor porte e de setores variados foram instaladas ou ampliadas em Vitória e na Grande Vitória.²⁸ Muitas delas, ligadas à produção dos “gêneros tradicionais”, tais como produtos alimentares, madeira, tecidos e minerais não metálicos, estavam relacionadas ao capital e ao mercado locais, que não exigiam nem mão-de-obra qualificada nem tecnologia avançada, absorvendo parte da população oriunda da zona rural.²⁹

Em 1970, Vitória possuía 218 estabelecimentos industriais. Nos dez anos seguintes, foram criadas, ao redor da cidade, inúmeras empresas, dentre as quais se destacavam a Real Café Solúvel do Brasil, a Indústria de Bebidas Antártica do Espírito Santo, a White Martins, a Fertilizantes Heringer, a Braspérola Indústria e Comércio, a Carboindustrial S.A., a Confeções Guritex, a Risk Indústria e Comércio Ltda, o Frigorífico Paloma Ltda, a Dumilho S.A., a Cooperativa Central dos Produtos do Leite, as Indústrias de Massas Alimentícias Villoni, a Salibrás, a Biscoitos Alcobça, a Refinaria de Açúcar Regina, a Sapatos Pimpolho, a Condimentos Temper, a Pepsi-Cola, a Gincal Derivados de Carne, a Biscoito Queop's, a Indústria de Papel Ipressa, a Inseticida Vitória.

Em 1974, a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), procurando abrigar as novas empresas que se estabeleciam ao redor das grandes indústrias, criou o Centro Industrial de Vitória (CIVIT). É oportuno observar que o CIVIT foi construído em Carapina, no Município da Serra, e não em Vitória, onde não havia espaço físico para comportar tão grande

²⁸A Grande Vitória é a absorção das localidades vizinhas de Vitória, a saber: Vila Velha, Viana, Serra e Cariacica. Em 1991, segundo Siqueira, era vista como uma “[...] aglomeração urbana de porte médio, envolvendo áreas já conurbadas, ou em processo de conurbação nos cinco municípios que a integram. Na verdade, pelo efeito da rápida expansão da aglomeração, grandes proporções dos espaços territoriais foram incorporadas e convertidas em áreas urbanas ou de especulações para expansão mais recente” (SIQUEIRA, 2002, p. 74)

²⁹Essas empresas representaram, até 1975, uma participação ativa de 78,4% no valor da produção industrial capixaba, demonstrando a pequena diversificação da indústria local até essa época. Sobre o assunto, ver ROCHA e MORANDI, 1991.

empreendimento. Em 1980, o CIVIT já havia recebido 22 indústrias em seu Plano Piloto.³⁰

Na mesma década de 1980, registrou-se, em Vitória, o número de 646 indústrias. Novas iniciativas de investimentos foram sendo constituídas em pequenas e médias empresas, potencializando um processo de diversificação econômica na cidade. Vitória, que passou a comportar “empresas de transformação”, envolvendo indústrias de extração de minerais, produtos minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação, material de transporte, madeira, mobiliário, papel e papelão, borracha e química, tinha agora seu potencial produtivo em estado de constante expansão, a partir desse período (Tabela 1).

Somente a indústria de papel e papelão deixou de existir no período. Outras novas indústrias foram sendo criadas e as já existentes expandiram-se. A indústria de extração de minerais chegou a crescer em torno de 1.000%. No período de 1970 a 1993, as indústrias localizadas em Vitória cresceram em torno de 336%.³¹

³⁰Outros distritos industriais também foram implantados ao redor das grandes indústrias, no interior do Estado: no norte, os núcleos industriais criados em Barra do Riacho, Linhares, São Mateus, Colatina; no sul, em Cachoeiro do Itapemirim. Esses municípios credenciaram-se como áreas prioritárias para industrialização. Até o ano 2000, outros pólos industriais foram criados, a saber: na Grande Vitória, CIVIT II e Pólo Industrial de Vila Velha; no norte, em Conceição da Barra, Barra de São Francisco, Nova Venécia e Aracruz, e no sul, o Pólo de Piúma.

³¹ESPÍRITO SANTO. Departamento de Estatística. *Anuário estatístico do Espírito Santo - 1993*. Vitória, 1993.

Tabela 1 - Atividades industriais e de serviços a elas diretamente ligados e respectivo número de empresas instaladas, por gêneros. Vitória - 1989, 1991 e 1997.

EMPRESAS POR GÊNERO	1989		1991		1997	
	número	%	Número	%	Número	%
Extração de Minerais	1	0,17	5	0,68	10	1,28
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	18	3,09	20	2,74	14	1,79
Indústria Metalúrgica	39	6,69	30	4,09	24	3,07
Indústria Mecânica	9	1,54	53	7,22	35	4,48
Indústria de Material Elétrico e de Comunicações	6	1,03	29	3,95	44	5,64
Indústria de Material de Transportes	2	0,34	8	1,09	3	0,39
Indústria da Madeira	7	1,20	8	1,09	2	0,25
Indústria do Mobiliário	25	4,28	32	4,36	25	3,20
Indústria de Papel e Papelão	2	0,34	-	-	-	-
Indústria da Borracha	1	0,17	2	0,27	1	0,13
Indústria de Couros, Peles e Produtos Similares	-	-	-	-	1	0,13
Indústria Química	3	0,52	3	0,42	4	0,52
Perfumaria, Sabões e Velas	-	-	-	-	1	0,13
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	-	-	-	-	2	0,25
Indústria de Produtos de Matérias Plásticas	3	0,52	4	0,56	6	0,77
Indústria Têxtil	2	0,34	4	0,56	2	0,25
Indústria do Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	65	11,15	121	16,49	107	13,70
Indústria de Produtos Alimentares	86	14,75	108	14,73	117	14,98
Indústria de Bebidas e Álcool Etilico	1	0,17	1	0,02	3	0,39
Indústria Editorial e Gráfica	45	7,72	42	5,73	51	6,53
Indústrias Diversas	17	2,92	31	4,23	22	2,82
Indústria da Construção Civil	220	37,74	224	30,53	177	22,66
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3	0,52	9	1,024	3	0,38
Serviços de Reparação e Conservação	28	4,80	-	-	80	10,24
Serviços de Informática	-	-	-	-	47	6,02
TOTAL	583	100,00	734	100,00	781	100,00

Fonte: Anuário estatístico do Espírito Santo, 1993; Anuário industrial do Espírito Santo, 1991; Bandes, 1989; ESPÍRITO SANTO (Estado), 1999.

O crescimento industrial, a partir dos anos de 1970, contribuiu para que Vitória tivesse seu espaço urbano estendido na direção de seu entorno, com a instalação de pequenas e médias empresas. Entretanto, foi a Ilha e seus bairros adjacentes que concentraram a maior parte das atividades econômicas dessa expansão. Em 1996, das 150 maiores empresas estabelecidas no Estado, 34,6% passaram a operar no município de Vitória, transformando a cidade na maior concentração de trabalhadores do Estado.

Explosão Demográfica

O período histórico que marcou o desenvolvimento estadual a partir dos anos de 1960 refletiu mudanças expressivas tanto na economia quanto na questão urbana e social. As dificuldades que restringiram o crescimento industrial até essa época passaram a ser superadas, devido aos efeitos da política nacional, que estabeleceu um programa estratégico de progresso e, em virtude dos instrumentos locais, de fomento ao crescimento estadual no contexto da modernização da economia como um todo.

Ligado à monocultura das pequenas propriedades tocadas pela mão-de-obra familiar, o Espírito Santo, na segunda metade o século XX, aos poucos foi afastando-se das atividades tradicionais, e sua união ao processo de industrialização foi intensificando-se. Naturalmente, Vitória foi o palco principal das mudanças que passaram a ocorrer.

Os projetos industriais implantados após 1970 foram implementados de forma muito brusca e em muito pouco tempo promoveram a decadência das atividades econômicas tradicionais, descaracterizando, por conseguinte, os traços rurais da região urbana de Vitória. Além disso, os projetos industriais atraíram para a cidade a população rural capixaba que ficou desempregada depois da erradicação dos cafezais improdutivos e, também, um formidável contingente de migrantes de outras localidades do país, o que contribuiu para agravar ainda mais o quadro caótico que se instalara em Vitória e ao seu redor, ou seja, na Grande Vitória (Tabela 2).

Tabela 2- Distribuição dos migrantes nas unidades da Grande Vitória – 1970 e 1980.

Unidades Urbanas	1970				1980			
	População Total		Migrantes		População Total		Migrantes	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Grande Vitória	252.979	65,53	116.247	66,18	498.516	70,58	336.756	73,47
Vitória	133.019	34,47	59.385	33,82	207.736	29,42	121.553	26,53
TOTAL	385.998	100,00	175.632	100,00	706.263	100	458.309	100,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. (1970, 1980); SIQUEIRA, 2002.

Estima-se que aproximadamente 250 mil pessoas desempregadas e de mão-de-obra desqualificada chegaram à Grande Vitória no início da década de 1970, resultando na proliferação de favelas e em inúmeros outros problemas sociais.³² O desemprego no campo promoveu um processo migratório rural que se refletiu na estrutura de aglomeração dentro do espaço geográfico de Vitória, acelerando o processo urbano sem infra-estrutura adequada.³³

As pessoas vinham do sul da Bahia, do norte do estado do Rio de Janeiro e da Zona da Mata Mineira e eram, em sua grande maioria, mão-de-obra sem qualificação para as atividades do trabalho urbano. Na realidade, a população que chegava todos os dias a Vitória constituía-se de um grande contingente de pessoas sem conhecimento das atividades desenvolvidas no setor formal de trabalho e com limitadas condições de acesso a alojamentos. O fluxo dessas pessoas intensificou a ocupação de áreas periféricas de Vitória, sem nenhuma infra-estrutura. Estabeleceram-se favelas onde essas pessoas se concentravam,

³²SIQUEIRA, 2002.

³³Vitória não tinha nenhuma política habitacional definida, nem mesmo uma política de assentamento urbano para receber a população que saía da zona rural. O Governo Municipal permitiu que fossem ocupados os espaços devolutos da periferia, os manguezais e os morros que se situavam no centro da Ilha.

nas mesmas condições de miséria dos desassistidos, analfabetos e desempregados, dando origem a graves problemas sociais estigmatizados por doenças, promiscuidade e criminalidade. Vitória concentrava 34,9% do total da população do Estado.

O caos que se estabeleceu com o processo de mudança promovido na economia tornou-se mais expressivo na capital nas décadas seguintes, não apenas na aparência desordenada do crescimento metropolitano, mas também na reprodução incontrolável da pobreza. A ausência ou ineficácia de um projeto público anterior à erradicação dos cafezais improdutivos provocou o êxodo rural, deixando Vitória vulnerável a inesperadas mudanças, pois o Estado não dispunha de recursos para prover as necessidades sociais e urbanas que haviam sido geradas, principalmente nas áreas de maior concentração de pobreza.

Nesse contexto, as transformações econômicas e populacionais concorreram para que inúmeras mudanças ocorressem em Vitória, alterando rápida e radicalmente a sociedade. No plano econômico, as mudanças que mais se fizeram sentir e provocaram alterações no cotidiano da capital foram o crescimento populacional, a expansão do comércio, a diversificação do setor de serviços e a fisionomia da cidade.

Até os anos de 1950, a urbanização de Vitória devia-se ao desenvolvimento comercial de seu porto. Apesar de manter as características dos tempos coloniais, era uma cidade confortável para as famílias possuidoras de fortunas adquiridas com a exportação do café. Elas se aglomeravam nas áreas centrais da Ilha, nos casarios amplos e modernos, construídos em ruas limpas e calçadas por onde trafegavam bondes e automóveis.

Considerada anteriormente por seus habitantes como uma cidade pacata e conhecida nacionalmente como Cidade Presépio do Brasil, Vitória mudou completamente de aspecto em trinta anos. O documento Município de Vitória. *Situação Sócio-Econômica*,³⁴ editado no ano de 1978, mostra que a cidade, em

³⁴COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. *Município de Vitória: situação sócio-econômica*. Vitória, 1978.

1970, se localizava em uma área de 81 quilômetros quadrados.³⁵ Seu complexo portuário era a maior expressão do desenvolvimento e da economia da Região Sudeste. O documento denuncia que a erradicação do café liberou de uma só vez 50 mil trabalhadores rurais que, juntamente com suas famílias (aproximadamente 150 mil pessoas), teriam tomado o rumo da capital, a qual sofreu um inchaço em sua população em torno de 24,1%. Com um número populacional de 50.922 habitantes em 1950, depois do fluxo migratório referenciado acima, a cidade passou a ter 83.351 habitantes, declarados no Censo Demográfico de 1960. Dez anos depois, esse número cresceria para 133.019 habitantes (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução da população residente em Vitória – 1970-2000.

ANO	POPULAÇÃO
1970	133.019
1975	163.877
1980	207.736
1985	259.154
1991	258.243
1996	265.874
2000	292.304

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. (1970, 1980, 1991, 2000), Contagem da População 1996; Censo Industrial, 1985; MORAES, 1994.

A instalação dessa população no pequeno espaço físico da cidade e nos municípios circunvizinhos gerou denominada *desorganização social* e promoveu um processo de inchaço populacional, além de acarretar uma maior e desordenada ocupação do solo. Em 1970, a taxa de ocupação urbana era equivalente a 1.643,42 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto em 1980 essa taxa se elevou para 2.562,47, aumentando em 1991 para 2.911,42. No ano 2000, a população chegou a 3.292,99 habitantes por

³⁵Em 2000 e 2002, devido aos aterramentos, Vitória cresceu para 91 Km² e 104,3 Km², respectivamente.

quilômetro quadrado.³⁶

Na segunda metade da década de 1970, na área oposta ao Oceano Atlântico, nas margens do canal que circunda a Ilha, a população migrante invadiu o manguezal, local em que a Prefeitura Municipal de Vitória despejava o lixo da cidade. Essa invasão resultou na formação de várias favelas. Em consequência, numa extensão de aproximadamente cinco quilômetros, surgiu o Bairro de São Pedro, que ficou conhecido nacionalmente pelo documentário *Lugar de toda pobreza*. Milhares de pessoas sobreviveram ali da cata de lixo. Ao longo de anos de constantes invasões, São Pedro transformou-se num centro de absorção de populações que buscavam novas oportunidades de emprego nas indústrias incipientes locais.

Em 1980, a Ilha de Vitória já se urbanizara totalmente, tornando-se um centro populacional altamente congestionado, com grande expansão de favelas. Estima-se que, em 1983, 47% da população de Vitória estavam vivendo em favelas e que a cada dia eram construídos cerca de 20 novos barracos de madeira e alvenaria.³⁷

Embora atraísse boa parte da população ativa desempregada do interior do Estado e de outras regiões do país, a indústria em Vitória era ainda uma atividade incipiente, incapaz de absorver toda a força de trabalho disponível. A construção das grandes indústrias criou muita expectativa em torno da geração de empregos, provocando seqüentes fluxos migratórios. Exemplo disso foi a construção da fábrica da Aracruz Celulose que absorveu cerca de 14 mil trabalhadores e da CST que atraiu para a cidade mais 40 mil pessoas. Nessa primeira fase, tanto uma empresa quanto a outra exigiam um grande número de pessoas, mas não mão-de-obra qualificada. A exigência de mão-de-obra qualificada só veio a surgir com a implantação efetiva das operações industriais. A

³⁶Informações obtidas no site da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Banco de Dados Agregados. SIDRA. *Censos Demográficos do Espírito Santo: 1970, 1980, 1991 e 2000*. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 23 jul. 2002.

³⁷Sobre o tema, ver BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1998.

Aracruz, inicialmente, empregou 2.500 pessoas e a CST, 4.674.³⁸

Contudo, a falta de estrutura para absorver a mão-de-obra disponível não extinguiu as constantes chegadas de migrantes, que proporcionavam o crescimento populacional da cidade. Famílias inteiras chegavam de diversos lugares, todos os dias, em busca de novos empregos. Em 1970, o Censo Demográfico registrou 59.385 pessoas não naturais do município vivendo na cidade, ou seja, 44,64% da população residente em Vitória procediam de outras regiões, do próprio Estado ou de outras localidades do país (Tabela 4).

Tabela 4 - Pessoas não naturais de Vitória, segundo o local de origem – 1970-1991.

REGIÃO	1970		1980		1991	
	número	%	Número	%	número	%
NORDESTE	3.577	18,07	4.092	16,00	11.414	19,60
NORTE	168	0,85	423	1,65	808	1,38
SUDESTE (*)	14.552	73,54	18.438	72,10	41.642	71,53
CENTRO-OESTE	252	1,28	783	3,06	712	1,22
SUL	746	3,77	882	3,44	1.464	2,55
BRASIL S/ ESPECIFICAÇÃO	-	-	21	0,08	761	1,31
EXTERIOR	493	2,49	628	2,45	1.011	1,74
NATURALIZADOS	-	-	-	-	400	0,67
SEM DECLARAÇÃO	-	-	303	1,22	-	-
TOTAL	19.788	100,00	25.570	100,00	58.212	100,00

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. (1970,1980, 1991) (*) Nos números da Região Sudeste não constam migrantes do interior do Espírito Santo, ou seja, foram somados somente os migrantes dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

³⁸SIQUEIRA, 2002.

Os censos demográficos, após a década de 1970, registravam a presença de pessoas de todas as regiões do país, notadamente da Região Sudeste, que superava as demais em números absolutos, aumentando a cada censo. A Tabela 4 demonstra a evolução da população de migrantes, segundo a região de origem, no período de 1970 a 1991.

No ano de 1970, em toda a Grande Vitória habitavam 385.998 pessoas naturais da região e, especificamente, o número absoluto de pessoas nascidas na Capital era de 133.019. Pode-se observar, na tabela anterior, que no Censo Demográfico de 1970 o total de pessoas procedentes de outros estados da Federação ainda era muito pequeno. Deve-se registrar também que, já nessa época, a maioria dos migrantes residentes em Vitória era procedente de Minas Gerais, cerca de 11.075 pessoas.

Na década seguinte, o percentual de migrantes mineiros que residia em Vitória, 8,22%, continuou sendo o maior. Os demais estados que participaram significativamente da composição populacional de Vitória foram o Rio de Janeiro, com 4,1%, e a Bahia, com 2,26%. Aqui moravam pessoas de todos os outros estados do Brasil, com exceção do estado de Roraima.³⁹

As perspectivas advindas da nova dinâmica das atividades industriais também deram margem à ampliação do comércio e do setor de serviços, motivando a concentração da população do Estado do Espírito Santo na região da Grande Vitória. Em 1991, 74% da população estadual concentravam-se na zona urbana e, só na Capital, viviam 13,44% desse universo populacional.⁴⁰

A quantidade de pessoas que chegava a Vitória todos os dias também vinha de zonas urbanas metropolitanas de quase todos os estados do país, chegando mesmo a superar, nas décadas de 1970 e 1980, em números absolutos, os migrantes procedentes de zona rural (Tabela 5).

³⁹Isso ocorria porque o Governo Federal incentivava a população brasileira a migrar para o estado de Roraima, com o objetivo de povoá-lo.

⁴⁰FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. 1991.

Tabela 5 - Pessoas não naturais de Vitória, por situação do domicílio anterior – 1970- 1980.

Ano	Total		Procedentes de zona urbana		Procedentes de zona rural		Sem declaração de procedência	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1970	27.092	32.293	19.292	22.983	7.792	9.307	8	3
1980	52.105	61.450	33.101	37.854	19.004	23.596	-	-

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo (1970, 1980).

O contingente populacional que vinha do interior do Espírito Santo, no entanto, superava os demais. Eram pessoas procedentes de zonas urbanas e de zonas rurais, chegando a compor, em 1970, 29,76% de toda a população da capital.

Na década de 1980, devido ao incentivo do Governo Federal para o assentamento populacional no estado de Roraima, houve uma pequena diminuição do número de migrantes em Vitória procedentes do interior do Espírito Santo. Famílias inteiras, oriundas da região norte do Estado, foram viver em Roraima. Nesse período, a migração capixaba para Vitória sofreu uma queda de aproximadamente 17%.

De 1990 a 2000, entretanto, a migração interna teve um crescimento formidável.

Durante o longo período de 31 anos considerado na pesquisa, a população capixaba do interior, que constantemente chegava a Vitória, sobrepôs-se a toda a população proveniente de outros estados, em números absolutos (Tabela 6).

Tabela 6 - Pessoas residentes em Vitória que migraram do interior do Estado do Espírito Santo – 1970-2000.

ANO	POPULAÇÃO
1970	39.597
1980	32.955
1991	200.358
2000	221.429

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo. (1970, 1980, 1991, 2000).

Todo o período estudado permite verificar o rápido crescimento da população de Vitória. Em três décadas, a população cresceu em torno de 159 mil habitantes, ou seja, a população vitorienne aumentou mais de 100% em 31 anos.

É importante mencionar que o percentual de mulheres e de homens em relação ao total da população manteve uma variação em torno de 52,90% e 47,09%, respectivamente. Isso demonstra a existência de uma grande diferença numérica entre os sexos, na cidade. Aliás, esse fenômeno pode ser visto desde o primeiro censo realizado no Brasil, em 1872 (Tabela 7).

Tabela 7 – População de Vitória, por sexo – 1872-2000.

Ano	População total e por sexo – Vitória				
	Total	Mulheres		Homens	
		Número	%	Número	%
1872	16.157	8.361	51.75	7.796	48.25
1890	16.887	8.583	50.83	8.304	49.17
1900	18.547	9.440	50.90	9.107	49.10
1920	21.866	11.132	50.91	10.734	49.09
1940	45.212	23.728	52.48	21.484	47.52
1950	50.922	27.046	53.11	23.876	46.89
1960	83.351	43.413	52.08	39.938	47.92
1970	133.019	70.103	52.70	62.916	47.30
1980	207.736	108.966	52.45	98.770	47.55
1991	258.243	136.399	52.82	121.844	47.18
2000	292.304	154.366	52.81	137.938	47.19

Fonte: CARVALHO, 1920; MORAES, 1994; FIBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo (1970, 1980, 1991, 2000).

Diferentemente do demonstrado nos censos da população capixaba, no Brasil, a presença feminina é superada pela masculina em quase todos os censos demográficos, apesar da proximidade dos números (Tabela 8).

Considerando-se também as diferenças regionais do país e a

situação da migração interna, principalmente a masculina, em busca de novas áreas de trabalho, observa-se, no Censo de 1872,⁴¹ que a presença feminina só era superior à masculina no Espírito Santo (37.325 mulheres e 35.181 homens), em Sergipe (87.101 mulheres e 81.982 homens), em Santa Catarina (73.008 mulheres e 72.297 homens) e em Goiás (73.810 mulheres e 72.845 homens).

Tabela 8 – População do Brasil, por sexo – 1872-2000.

Ano	População				
	Total	Mulheres		Homens	
		Número	%	Número	%
1872	9.930.495	4.806.609	48,40	5.123.886	51,60
1890	14.339.915	7.095.983	49,48	7.237.932	50,52
1900	17.438.434	8.537.908	48,96	8.900.526	51,04
1940	41.636.315	20.822.227	50,01	20.814.088	49,99
1950	50.954.397	25.059.396	49,17	25.895.001	50,83
1960	70.070.451	35.015.001	49,97	35.055.450	50,03
1970	93.339.737	46.807.894	50,26	46.531.843	49,74
1980	118.002.705	58.879.345	49,90	59.123.360	50,10
1991	146.825.475	74.340.353	50,63	72.485.122	49,37
2000	169.799.170	86.223.155	50,78	83.576.015	49,22

Fonte: CARVALHO, 1920; FIBGE. Censos Demográficos do Brasil (1970, 1980, 1991, 2000); MORAES, 1994; SAMARA, 1998.

Nas outras províncias do Brasil de 1872, o percentual entre os sexos variava muito pouco em relação à média do país, embora prevalecesse o sexo masculino. Para citar alguns exemplos de províncias onde a presença masculina era maior do que a feminina, destacou-se o Rio de Janeiro (9,76%), São Paulo (9,62%) e Rio Grande do Norte (9,56%). Em todo o país, nos

⁴¹Sobre o assunto, ver CARVALHO, Bulhões de. Introdução. *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*: Diretoria Geral da Estatística. Censo do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. v. IV (1ª Parte). População. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1926.

censos apresentados na Tabela 8, a presença masculina só foi sobrepujada pela feminina nos anos de 1940, 1970, 1991 e 2000.

Particularmente em Vitória, os homens só foram maioria nos grupos de idade de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos, nos anos de 1970 e 1980, respectivamente. Nessas faixas etárias a presença feminina dominava as de 10 a 70 anos (Tabela 9).

Tabela 9 - População de Vitória, por sexo e grupo de idade – 1970-1980.

Faixa Etária	População Residente			
	1970		1980	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
0-4	8.265	8.499	12.760	12.932
5-9	8.695	8.841	10.299	10.356
10-14	8.804	7.942	10.924	10.411
15-19	9.278	7.043	13.930	11.993
20-24	7.371	6.174	13.446	11.704
25-29	5.385	4.439	10.377	9.080
30-34	4.578	3.996	7.660	6.815
35-39	4.135	3.791	5.979	5.446
40-44	3.220	2.995	5.477	4.773
45-49	2.744	2.622	4.717	4.179
50-54	2.261	1.942	3.814	3.580
55-59	1.577	1.322	2.660	2.430
60-64	1.270	1.234	2.112	1.693
65-69	1.049	920	1.745	1.263
70 e mais	1.369	1.086	2.725	1.884
Ignorada	72	70	307	276
TOTAL	70.103	62.916	108.932	98.815

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo (1970, 1980); MORAES, 1994.

Moraes⁴² verifica que a pirâmide populacional de Vitória, desde o Censo Demográfico de 1960, tinha na base de sua composição um número maior de jovens e ia estreitando-se gradativamente a cada faixa etária. O autor seleciona, no Censo Demográfico de 1970, a faixa etária de 25 a 29 anos, com 5.385 mulheres e 4.439 homens, e a compara com a faixa de 35 a 39 anos, envelhecida mais dez anos, do Censo Demográfico de 1980, quando esses números aumentaram para 5.979 e 5.446, respectivamente.

Esse fenômeno, que se repetia nas faixas etárias de 10 a 44 anos do Censo de 1970 e na faixa de 20 a 54 do Censo de 1980, mostra que a população de Vitória teve um *aumento artificial*, proveniente de grandes levas populacionais que chegaram à cidade em busca de emprego.

Na análise desses dados, Moraes afirma ainda que o migrante, dentro daquele período, vinha para Vitória com no máximo 55 anos e que, a partir dessa idade, a população mantinha ritmo declinante em números absolutos, comprovando a dificuldade de locomoção encontrada pelas pessoas idosas.

Dessa análise conjunta depreende-se que o crescimento demográfico ocorrido em Vitória, no período de 1970 a 2000, trouxe uma população jovem, com capacidade para conquistar um lugar no competitivo mercado de trabalho que se abria na cidade.

⁴²MORAES, Paulo Stuck. Vitória: alguns dados demográficos. 1940-1980. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 44, p. 55-64, 1994.

O MERCADO DE TRABALHO E A
PARTICIPAÇÃO FEMININA

Novas Oportunidades de Trabalho

A presença do Porto era um aspecto típico na fisionomia urbana de Vitória, sendo ele o fator mais importante de concentração de força de trabalho até a década de 1960. Notadamente portuária, a cidade caracterizou-se como entreposto comercial e urbano a partir do dinamismo da exportação do café, em fins do século anterior. Na década de 1940, quando a comercialização daquele produto impulsionava o mercado urbano, fazendo escoar a produção do Espírito Santo pelo Porto de Vitória recém-inaugurado, havia poucas casas bancárias, o comércio varejista era pequeno, o setor de serviços era precário e as oportunidades de emprego no serviço público eram muito disputadas. O setor de serviços empregava 16,5% da PEA da cidade e correspondia a 41,5% da renda gerada. O mercado de trabalho em Vitória, até a década de 1960, era muito restrito não só para as mulheres, mas também para os homens. No ano de 1960, só o setor de serviços passou a empregar 23% da população.⁴³

A inauguração do Porto de Tubarão foi a grande causa da mudança do cenário urbano de Vitória.⁴⁴ Irrigando a economia

⁴³CENTRO Industrial de Vitória. *A Gazeta*, Vitória, 29 set. 1987. Suplemento Especial. A reportagem não traz dados sobre os números de empregados por sexo.

⁴⁴BUFFON, José Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. 1992. 373 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas. Campinas, 1992.

da cidade com os salários pagos a milhares de pessoas que empregava, ou proporcionando condições de trabalho na medida em que foram sendo criadas as empresas *satélites* que atendiam a CVRD, o Porto de Tubarão mudou completamente a vida de Vitória: desencadeou o desenvolvimento industrial, transformou de forma definitiva a economia local, proporcionou à indústria um peso muito maior na economia estadual e contribuiu para a implementação do comércio e do setor de serviços urbanos.⁴⁵

O início da construção da CST, na segunda metade da década de 1970, transformou o mercado de trabalho, antes voltado em sua maior parte para a comercialização do café, caracterizando-o por suas tendências potenciais à absorção de grande número de pessoas. Nessa época, as indústrias que foram criadas ao redor da cidade⁴⁶ abriram um mercado de trabalho com mais de 21.000 oportunidades de empregos, assim distribuídos: Complexo Siderúrgico: 14.974, Complexo Naval: 4.000 e Complexo Portuário: 2.400.

Na indústria, a metalurgia tornou-se o gênero mais importante, representando 33,96% do total do valor da produção industrial capixaba, em 1985. Nesse mesmo ano, a CST ofereceu emprego direto para aproximadamente 6,3 mil trabalhadores. Em 1992, empregou cerca de 4.200 pessoas e gerou, no biênio de 1991/92, cerca de 27,1 milhões de dólares em ICMS para o Estado.⁴⁷

Seguindo as atividades industriais, foi inaugurado em Vitória e nos municípios vizinhos um caudaloso mercado terciário, que empregou milhares de pessoas vindas do interior do Espírito Santo e de outras localidades do país. A expansão do comércio formal e a diversificação do setor de serviços incentivaram

⁴⁵Apesar de todo o processo de industrialização e crescimento do setor de serviços que fora desencadeado na Grande Vitória, a economia do Estado do Espírito Santo continuou dependente da agricultura, tanto que esse setor, no período pesquisado, era o que mais ocupava a PEA do Estado. O principal produto dessa agricultura continuava sendo o café. Sobre o assunto, ver ROCHA e MORANDI, 1991 e ESPIRITO SANTO, (Estado), 1999.

⁴⁶Além das indústrias instaladas ao redor de Vitória, a Aracruz Celulose e a Samarco, hospedadas nos Municípios de Aracruz e Guarapari, respectivamente, abriram (juntas) vagas para cerca de três mil empregos, somente na fase de inicial de sua construção.

⁴⁷Sobre a CST ver ROCHA e MORANDI, 1991; SIQUEIRA, 2002; BITTENCOURT, 1987b.; CST, 1986; CST, 1994.

a concentração espacial de diversos ramos empresariais, estimulando desse modo uma série de atividades pertinentes ao transporte, à circulação de matérias-primas e de mercadorias, e de atividades ligadas diretamente ao seu processo operacional, como as de fornecedores de componentes, acessórios, os cursos de especialização de pessoal, entre outras.

Por seu turno, essa aglomeração empresarial ocasionou uma concentração de renda em Vitória, incentivando a ampliação dos setores de comércio e de serviços que abrangeram atividades produtivas de compra e venda, armazenagem, sistema bancário, telecomunicações, fornecimento de energia, além das ligadas à administração pública.

A diversificação do comércio instalado foi estimulada pelo crescimento do mercado urbano e pela demanda devida à aglomeração populacional em Vitória e ao seu redor. Galerias comerciais que, na década de 1970, comportavam entre 3 a 7 lojas no pequeno centro urbano da cidade e pequenos estabelecimentos dispersos pelos bairros e em municípios vizinhos, deram lugar aos *shopping centers* que renovaram o comércio varejista da cidade.⁴⁸

Do mesmo modo, os serviços especializados modernizaram-se, principalmente os ligados às atividades de luxo, como as clínicas médicas especializadas, agências de turismo e de lazer, galerias de arte, entre outros, criando um mercado de trabalho diversificado, típico de grandes centros empresariais, com atividades criadoras, agências de publicidade e centros de pesquisa e informática. Acrescentem-se a tudo isso os serviços pessoais, as atividades financeiras, os serviços públicos e portuários que foram igualmente estimulados a se modernizar e a se afinar com as regras da “globalização”.

⁴⁸A partir dessa época, o comércio capixaba passou por uma mudança estrutural em sua distribuição espacial. As lojas que se aglomeravam no centro da Cidade e atendiam à população de Vitória e de outros municípios foram deslocadas para a região norte da Cidade, promovendo um esvaziamento comercial no centro e a formação de outros núcleos comerciais nos demais municípios.

Rocha e Morandi⁴⁹ ressaltam que esse crescimento do comércio e do setor de serviços, excetuando-se os de monopólio estatal e os industriais, experimentou um processo simultâneo de concentração de capital e modernização e foi reproduzido pelo capital local, que encontrou condições favoráveis para sua expansão. Segundo esses autores, os grupos econômicos locais investiam principalmente no setor terciário, pelo fato de esse setor não exigir grande volume de dinheiro e por render lucros sem riscos, apesar dos constantes enfrentamentos com a concorrência de empresas nacionais que atuavam no ramo. Exemplo disso foram as grandes redes comerciais brasileiras e multinacionais que instalaram suas filiais em Vitória, tais como lojas de departamento de dimensões da Mesbla, das Lojas Americanas e da C & A.

Nas décadas de 1970 e 1980, a concorrência nacional enfrentada pelos empresários capixabas estendia-se tanto no plano econômico quanto no plano sociocultural. No plano econômico, pode-se citar que Vitória, considerada como *porta de entrada e de saída* de mercadorias de uma hinterlândia vasta, competia com o Rio de Janeiro e Salvador os benefícios das importações e exportações de mercadorias do Corredor Centro-Leste, que até o presente momento engloba pólos importantes de desenvolvimento agrícola e industrial, como os de Minas Gerais, de Goiás, do Distrito Federal, do sul da Bahia e do leste do Mato Grosso. Como economia pautada na indústria e nos serviços de exportação, o segundo enfrentamento correspondia à preparação de pessoal para as atividades especializadas, tais como ensino superior, serviços e comércio de alto padrão. As cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Campinas, de Belo Horizonte e de Juiz de Fora foram as maiores concorrentes de Vitória, pois ofereciam atividades específicas nesse setor, tais como cursos de especialização, pós-graduação e intercâmbios culturais.

Desempenhando o papel de principal pólo urbano do Espírito

⁴⁹ROCHA e MORANDI, 1991.

Santo, a partir dos anos de 1970 Vitória passou a estender sua área de influência não só para todo o Estado, mas também para o sul da Bahia e parte do leste mineiro. Vitória tornou-se a única cidade a oferecer, em uma vasta área, atividades de serviços especializados típicos de grandes centros urbanos, como hospitais especializados em determinados exames e cirurgias, por exemplo.

Por outro lado, como centro polarizador da economia capixaba, Vitória mostrou-se pequena para abrigar o comércio, a centralização populacional e as atividades de serviços, que cresceram em larga escala, após os anos de 1970. Por seu entorno estendeu-se o espaço urbano, hierarquizando e definindo a região da Grande Vitória que, em 1996, agregava uma população de 1.300.000 habitantes.⁵⁰

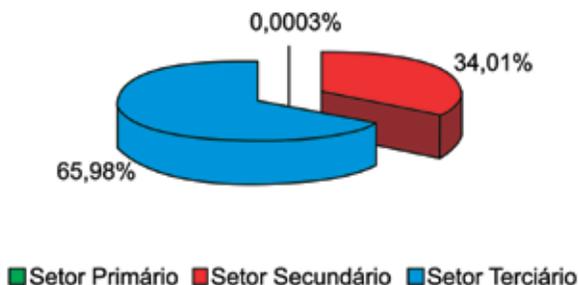
Mesmo crescendo e tornando os municípios vizinhos parte de sua área metropolitana, Vitória continuou concentrando as atividades socioeconômicas da região. Os impostos gerados na cidade e as condições de vida da população vitoriense distinguiam a capital dentro de sua área metropolitana, principalmente em termos de aplicação de receitas. Em 1996, as empresas instaladas em Vitória geraram 61% do total da receita de todas as empresas do estado, e, da PEA da região da Grande Vitória que recebia mais de 20 salários mínimos, 66% residiam na capital. Nessa época, Vitória concentrava 33% da renda estadual, 68% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM) de todo o Espírito Santo, 75% dos hospitais privados, 33% das vendas dos jornais diários do Estado, 50% dos automóveis registrados em todo o território espírito-santense e 59% da população metropolitana.⁵¹

A concentração de renda no mercado vitoriense seguia a tendência dos grandes centros econômicos do país. Em 1997, sua estrutura produtiva compunha-se de aproximadamente 13 mil empresas, distribuídas em setores primário, secundário e terciário (Gráfico 1).

⁵⁰PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Projeto Vitória do futuro: plano estratégico da cidade. (1996-2010)*. Vitória, 1996.

⁵¹PMV, 1996.

Gráfico 1 - Setores da economia. Vitória, 1997

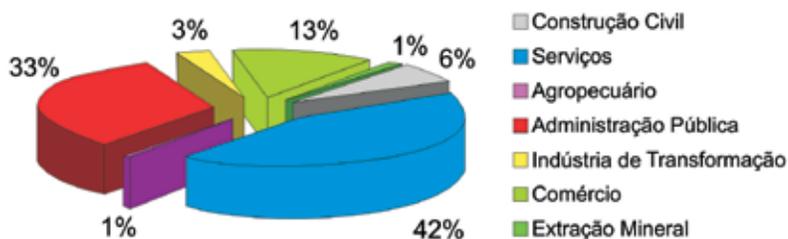


Fonte: PMV, 2002.

Muitas empresas que deslocaram sua infra-estrutura de armazenagem para municípios vizinhos continuaram mantendo suas transações comerciais centralizadas em Vitória. Em 2000, 72% das empresas do Estado localizavam-se na região da Grande Vitória, e aproximadamente 58% delas estavam instaladas na capital.⁵²

Como grande centro de comercialização de artigos destinados à exportação de produtos, seja do próprio Estado, seja dos estados vizinhos, Vitória, em 1998, gerou 7.150 empreendimentos que produziram 55% dos empregos na cidade (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição de empregos por setor de atividade. Vitória, 1998.



Fonte: PMV, 2002.

⁵²PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Uma ilha de oportunidades a sua espera. *Caderno Vitória*, 2002.

No conjunto dos geradores de emprego, destacava-se o setor de serviços. Nele sobressaíam as atividades ligadas ao comércio exterior, que eram possibilitadas pela diversificação da pauta de produtos movimentados pelos portos de todo o Estado. Dentro desse setor, podem-se citar os serviços em saúde e educação, que concentravam suas especialidades na capital e recebiam pessoas de todas as regiões do Espírito Santo, de parte de Minas Gerais e do sul da Bahia, e os que ofereciam conhecimentos técnicos especializados, como consultorias, instituições de pesquisa e pequenas empresas produtoras de bens com base em tecnologia de ponta.⁵³

Ainda dentro dessas atividades voltadas para a produção de serviços, incluíam-se as da administração pública, que respondiam por aproximadamente 50% dos empregos da Capital, e as do conjunto de ocupações que representavam os mais altos salários, como as dos profissionais liberais, dos especialistas, dos associados em pequenas empresas ou dos autônomos, que atingiam a casa dos 30% dos empregos formais da cidade. Esses últimos criaram possibilidades de geração de outros empreendimentos, aumentando os postos de trabalho em Vitória.

Algumas empresas ligadas ao turismo, como agências de viagens, redes hoteleiras e restaurantes de porte nacional e internacional, também tinham um movimento crescente. No período de 1990 a 2000, o turismo de negócios e eventos foi-se constituindo em um importante fator de ocupação dos hotéis capixabas, principalmente aqueles situados na orla marítima da Capital. Em 1996, 26% dos motivos que levavam turistas à cidade eram viagem de negócios e de eventos, como congressos, seminários, feiras, exposições e atividades do gênero. Em fins da década de 1990, o turismo de eventos realizado em Vitória representava 35% de todo o turismo no Estado, gerando em torno de 20 milhões de reais no ano de 1999.⁵⁴ Segundo informações obtidas no Fórum Brasileiro dos Conventions x Visitors Bureaux, em 2000 essa

⁵³PMV, 2002.

⁵⁴A SAGA do Espírito Santo: das caravelas ao Século XXI. *A Gazeta*. Vitória, 17 fev. 2000. Suplemento Especial.

espécie de turismo gerou 44 mil empregos diretos e indiretos no Espírito Santo, chegando a arrecadar, por pessoa, o equivalente a cem dólares por dia, espécie 300% maior do que o turismo de lazer.⁵⁵

A Mulher no Mercado de Trabalho Capixaba

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro tem raízes no período colonial, quando as mulheres, que proviam o próprio sustento e o de sua família, desenvolviam atividades de produção doméstica para sua comercialização (bordados e doces) ou improvisavam trabalhos tidos como masculinos para sobreviver (como o de tropeiras e cocheiras).⁵⁶

A sociedade brasileira, que se pautou no poder masculino, jamais prescindiu da mão-de-obra feminina. Tanto as mulheres das camadas mais abastadas da sociedade quanto as mulheres pobres conviveram com o trabalho, desenvolvendo-o cada uma de acordo com a sua necessidade.

Em fins do século XVI, quando a descoberta das minas propiciou o deslocamento do eixo econômico da Colônia (antes basicamente assentada nas plantações de cana de açúcar do Nordeste) para o sul, a vida urbana no Brasil intensificou-se e deu oportunidade à população feminina para uma participação mais intensa nas atividades do mercado de trabalho que se abria. A falta de escravos e os espaços deixados pelos homens que migravam constantemente para outras regiões, em busca de enriquecimento, permitiram que as mulheres entrassem no mercado de pequenos negócios e serviços ligados ao abastecimento urbano.⁵⁷

Em Vitória, pouco se sabe sobre as mulheres dessa época. A escassa

⁵⁵No ano de 2001, foram realizados 8.000 eventos em Vitória e sua arrecadação foi em torno de 294 milhões de reais. Informações obtidas no *Fórum Brasileiro dos Conventions x Visitors Bureaux*, realizado no Centro de Convenções de Vitória, em agosto de 2002.

⁵⁶DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁵⁷SAMARA, Eni de Mesquita. *Mudanças econômicas, gênero e família no Brasil. (1836-1996)*. *População e Sociedade*, São Paulo, n. 4, p. 43-57, 1998.

historiografia⁵⁸ que faz alguma referência sobre a participação feminina na cidade informa apenas que eram habilidosas tecelãs e que viviam do artesanato, da fiação e da costura.

Em São Paulo e em Minas Gerais, em fins do século XVIII e início do XIX, as mulheres tinham presença absoluta na circulação de gêneros de primeira necessidade e na organização do mercado ambulante de alimentos e de produtos de consumo. Especificamente em São João Del-Rei, ainda na primeira metade do século XIX, a maioria das mulheres, livres e escravas, desenvolvia atividades relacionadas à fiação, tecelagem, agricultura e ao serviço doméstico. Somente uma pequena parcela dedicava-se à pecuária e à mineração. Mas era na área urbana que as mulheres se integravam às atividades de comércio e de artesanato.⁵⁹

Os quadros de profissões, que demonstravam a complexidade das atividades de base econômica, e a presença feminina no mercado informal de trabalho apontavam grande variedade de ocupações em espaços regionais diversos. Para se ter uma idéia dessa diversidade, Samara observa que, nas *Listas de Habitantes de Minas Gerais*, para os anos de 1831 e de 1838 foram arrolados 250 tipos de ocupações femininas, e que em Fortaleza, em 1887, foram arrolados 218. A variedade de ocupações femininas, em São Paulo, também não se afastava desses números, mantendo níveis semelhantes.

De acordo com o *Recenseamento da População do Império do Brasil*,⁶⁰ de 1872, alguns trabalhos desenvolvidos pelas mulheres fugiam aos padrões de serviços domésticos tradicionais. Eram atividades, entre outras, de criadoras, jornalistas, operárias de tecidos, comerciantes, artistas, manufatureiras e fabricantes,

⁵⁸OLIVEIRA, 1975; NOVAES, Maria Stella de. *A mulher na história do Espírito Santo: história e folclore*. Vitória: EDUFES, 1999. (Coleção José Costa, 4).

⁵⁹SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX*. Trabalho apresentado na Conference on Matrilineality and Patriarchy in Comparative Historical Perspective, promovida pela University of Minnesota, Minneapolis, USA, em maio de 1992.

⁶⁰SAMARA, Eni de Mesquita. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX. In: _____. (Org.). *As idéias e os números do gênero*. Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 23-61.

operárias em couro e peles, operárias em calçados, professoras, capitalistas e proprietárias, guarda-livros e caixeiras, operárias em vestuários, operárias em tinturaria, operárias em chapéus. Compunham esse quadro mulheres livres e escravas, significando uma pequena variação de condição e etnia, somando pouca flutuação entre a mão-de-obra das mulheres livres pobres e das mulheres escravas, que integravam o cotidiano das atividades urbanas brasileiras.

Sob o sistema escravocrata, que durou até fins do século XIX, em todo o Brasil a maioria das mulheres se incluía na classe trabalhadora rural, urbana e nos serviços domésticos. Trabalhadoras escravas, cuidando da lavoura ou das atividades cotidianas das propriedades agrárias e urbanas, ou senhoras, administrando a escravaria ou os negócios da família, as mulheres brasileiras, livres, pobres ou não, propiciaram o equilíbrio com os homens na força de trabalho em todo o Brasil.

No interior do Espírito Santo, especificamente no assentamento dos povos migrantes como pequenos proprietários, desenvolveu-se o sistema de relações de produção familiar, cuja mão-de-obra envolvia todos os membros da família, sem distinção de sexo. Nas famílias dos pequenos proprietários, as mulheres exerciam atividades iguais às dos homens, participavam da derrubada de florestas, das plantações e das colheitas.⁶¹

A participação feminina na agricultura foi fundamental para a manutenção das fazendas capixabas, desde o início da colonização. No entanto, apesar de as mulheres terem funções bem definidas dentro dessas pequenas propriedades e atuarem lado a lado com os homens nos campos, a cultura de tradição religiosa efervescente manipulava sua formação, voltada para a constituição de uma família, cujo principal papel era o de esposa e mãe.

Giemsa e Nauch descrevem o universo da mulher capixaba rural no contexto das atividades sociais do trabalho do seguinte modo:

⁶¹SALETTI, 1994.

[...] as mulheres, de preferência, cozinham, cortam e costuram, remendam roupas, alimentam os animais, ordenham as vacas, além de realizarem, no campo, outros trabalhos variados e leves, como a colheita do café, limpeza do pasto, etc.⁶²

A mão-de-obra familiar nas pequenas propriedades era a tônica do sistema econômico capixaba, e a estrutura dos grupos familiares que habitavam essas terras era a mesma que, durante os três séculos de colonização portuguesa na América, envolveu homens e mulheres em uma sociedade rigidamente hierárquica, estabelecida sobre papéis sociais bem diferenciados entre os homens e as mulheres. Para os homens, o destino público os induziu à escolha de um trabalho, da forma de participação política, dos meios de diversão; para as mulheres, o destino privado determinou o papel de esposa e mãe, além da responsabilidade pelo trabalho doméstico.

A dominação masculina que aparece na sociedade brasileira traduziu-se na lógica que rege o poder do homem sobre todos os membros da família, principalmente sobre a mulher e seus filhos, tal quais os que se constituíram nos moldes da família patriarcal, que promoveu essa divisão manifesta de sexismo e atribuiu a cada pessoa papéis e modelos de comportamento predeterminados, de acordo com o gênero: os homens, sujeitos que *nunca* fraquejam, afirmam-se em sua *superioridade*, têm *naturalmente* capacidade de gerir seu próprio sustento e por isso tornam-se *responsáveis* pelo sustento de suas mulheres e de seus filhos. As mulheres, *naturalmente* dependentes, devem ser *submissas e dóceis*.

Esse imaginário, fortalecido pela família e pela Igreja Católica, que se apropriaram da educação e se utilizaram da cultura e da disciplina para convencer a mulher de que era esse o seu papel na sociedade, prevaleceu mesmo entre as mulheres que exerciam sua força de trabalho junto com os homens nas lidas rurais coloniais e no mercado de trabalho urbano, após a segunda metade do século XIX, quando foram instaladas as primeiras

⁶²GIEMSA E NAUCH, apud NOVAES, 1999, p. 27.

fábricas têxteis no país.

Mesmo presas ao *ideal feminino*, as mulheres ocuparam espaços no mundo fabril e tornaram-se operárias, competindo com os homens no mercado de trabalho. Em 1882, existiam, no Rio de Janeiro, quarenta fábricas de fiação de algodão e em apenas uma delas foram registradas 60 mulheres como operárias. Fábricas de outros produtos também empregavam mulheres. Provavelmente, 2.000 mulheres eram empregadas em estabelecimentos fabris nessa época.⁶³ Na cidade de São Paulo, as mulheres participavam ativamente do mercado público de trabalho. Nos anos de 1869 e 1890, a Repartição Pública de Estatística apurou que a participação das mulheres em diversas profissões, em relação aos homens empregados, cresceu de 3,5% para 20% do total de mão-de-obra adulta empregada em estabelecimentos industriais da capital paulista.⁶⁴ No Espírito Santo, entretanto, se tem conhecimento da presença feminina em indústrias a partir da década de 1920, em duas fábricas: uma localizada em Cachoeiro de Itapemirim, que empregava 186 mulheres, ou seja, 64,80% de seu quadro de empregados, e outra em Vitória.⁶⁵

Com os avanços tecnológicos aliados ao processo da industrialização e ao crescimento da cidade de Vitória, até o final dos anos de 1950 o panorama de trabalho feminino não sofreu grandes modificações, pois as mulheres continuaram não tendo acesso ao profissionalismo, considerado masculino por excelência. Eram poucas, portanto, as oportunidades de trabalho assalariado para elas. Prevalcia o imaginário social que consistia em determinar que o lugar da mulher era o espaço geográfico da casa e que o trabalho feminino fora dele era pernicioso e desmoralizante: pernicioso, porque dava às mulheres a chance de perceber o quanto o mundo público se cercava de irregularidades

⁶³LEITE, Miriam Moreira. (Org.) *A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC. 1994. (Coleção Estudos Históricos).

⁶⁴MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo (1890-1920). *Estudos CEDHAL*, São Paulo, n. 03, 1988.

⁶⁵No Arquivo Público de Vitória, encontram-se várias fotografias das atividades da Fábrica de Tecidos “União Manufatora de Tecidos de Jucutuquara”. Mas somente duas mostram a presença de mulheres trabalhando. Seus registros não trazem qualquer referência a respeito da presença feminina na fábrica, nem mesmo na época das fotos.

e, certamente, de levar consigo a moralidade que desenvolveram na vida privada, o que transformaria as leis discriminatórias em igualdade formal legal entre os gêneros; desmoralizante, porque prevalecia o imaginário de que era o homem quem deveria sustentar sua família.⁶⁶

Somente os empregos de professora, de funcionárias de algum estabelecimento comercial (em escritórios e na burocracia), ou o desenvolvimento de atividades consideradas como extensão de ocupações tradicionalmente femininas e subalternas (como cozinheira, arrumadeira, ama-seca, lavadeira, entre outras), mesmo sendo marginais ao processo vigente de produção e malremunerados, eram aceitos.⁶⁷

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres capixabas que queriam desenvolver atividades fora da área do magistério e tinham condições financeiras para isso tiveram que sair de Vitória e realizar cursos superiores nos grandes centros do país. Assim, algumas formaram-se em Farmácia, Odontologia, Medicina, Nutricionismo, Direito, Física e Química.

Segundo Novaes,⁶⁸ muitas mulheres que se tornaram profissionais graduadas esbarraram em preconceitos, críticas e descrenças com relação ao seu potencial de trabalho. Mesmo assim, prestaram concursos públicos, disputaram empregos com os homens em laboratórios de análises de alimentos, no Banco do Brasil, em hospitais e também em escolas onde somente homens lecionavam.

A própria Maria Stella de Novaes foi vítima desses preconceitos. Na obra *A Mulher na História do Espírito Santo*, ela conta que, em junho de 1923, inscreveu-se para o concurso da Escola Normal do Estado, objetivando dar aulas de Física, Química e História Natural. Segundo a autora, os promotores fizeram de tudo para que ela não participasse das provas. Eis parte de seu relato:

⁶⁶Sobre o assunto, ver NADER, Maria Beatriz Nader. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2. ed. Vitória: EUDFES, 2001.

⁶⁷Em 1928, o *Jornal Diário da Manhã* anunciava ofertas de emprego para “Amma Secca” e “Cosinheira” em casas de famílias. *Jornal Diário da Manhã*, Vitória, 28 maio 1928, p. 4. Acervo do Arquivo Geral de Vitória.

⁶⁸NOVAES, 1999.

Em junho de 1923, porém, a incapacidade mental da mulher sofreu a primeira derrota, na própria cidade de Vitória, porque uma jovem professora interina da escola Normal tivera a coragem suprema de inscrever-se no curso de Física, Química e História Natural, a fim de consolidar sua posição, como catedrática, portanto, vitalícia. Enfrentou críticas, superou descrenças na sua cultura. Venceu, porém, e apresentou a primeira tese impressa, para concursos, no referido estabelecimento de ensino, visto como, até então, as provas eram escritas, com os pontos sorteados, na véspera. A tese constou de duas partes: *Os Moluscos nas suas relações com a geologia e um Traço de união entre a Física e a Química (Eletricidade)*. E as provas duraram dois dias: um, para a defesa da tese; outro, para a preleção e a prática, no laboratório.⁶⁹

Em março de 1925, depois de realizadas as provas eliminatórias, ela foi classificada e nomeada, tornando-se a primeira mulher catedrática do Ginásio, em todo o Brasil.

Anos depois, mais precisamente em abril de 1981, Novaes foi entrevistada por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves e, durante a entrevista, mostrou como foi difícil para ela lutar contra a prepotência masculina, que não admitia o fato de uma mulher ser candidata a uma cadeira na escola onde somente homens *deveriam* lecionar.⁷⁰

Essa experiência vivida por Novaes prova o quanto a segregação no trabalho refletia a idéia de que o gênero se tornara um fator determinante na ocupação de determinados setores do mercado. O acesso à educação, que já era restrito a poucas mulheres, contribuía para manter o leque de opções profissionais ainda muito estreito. O magistério é um clássico exemplo disso. Nas primeiras décadas do século XX, por ser considerado uma profissão em que a mulher reproduz as atividades desenvolvidas dentro da unidade doméstica, o magistério para os primeiros anos escolares

⁶⁹NOVAES, 1999. p.109.

⁷⁰LEITE, Juçara Leite. *Natureza, folclore e história: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia Espírito-Santense no século XX*. 2002. 436 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

passou a ser designado como *profissão naturalmente feminina*, aceita pelos padrões culturais elitistas que determinavam o lugar da mulher dentro dos espaços domésticos.⁷¹ No entanto, as mulheres tinham que lutar para conseguir uma vaga no magistério secundário e superior, fosse para trabalhar, fosse para estudar.

Contrariando tal imaginário, muitas mulheres que conseguiram prosseguir em seus estudos para além do primário, fizeram cursos preparatórios, de modo que pudessem atuar em funções auxiliares na indústria e no comércio. Aproveitando-se de todas as oportunidades que surgiam com a modernidade, elas ocupavam principalmente as funções que lhes eram abertas no setor de serviços.

Em Vitória, até a década de 1950, o ramo de serviços ainda era pouco diversificado. Entretanto, muitas mulheres deram continuidade às atividades exercidas dentro dos muros domésticos, como, por exemplo, o cuidado com as crianças e com os enfermos. Em Vitória, nessa década, foi criada a Escola de Auxiliares de Enfermagem e, por força de um convênio entre o Governo do Estado e o Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o curso de Assistência Social. Este último, gradativamente, deu origem ao serviço social no Juizado de Menores, no Sanatório Getúlio Vargas, na Lavanderia Pública, na Santa Casa de Misericórdia, assim como à criação de centros e obras sociais em bairros da cidade e em municípios próximos.⁷²

As atividades femininas, seja nas empresas que se abriam, seja nos setores relacionados à cultura, às finanças, ou mesmo à administração pública, foram-se expandindo, embora exigissem um nível educacional mais aprimorado. Somente depois que foi criada a Universidade Federal do Espírito Santo, em 1954, as mulheres puderam, enfim, ter oportunidades para ampliar seu leque de conhecimentos e aumentar suas possibilidades de trabalho.⁷³

⁷¹ Mesmo assim, mulheres provindas de camadas sociais empobrecidas buscaram o acesso à educação profissionalizante que a levavam ao magistério.

⁷² NOVAES, 1999.

⁷³ A Universidade Federal do Espírito Santo foi criada em 1954, no Governo Estadual de Jones dos Santos Neves. VALLE, Eurípedes Queiróz do. *O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades* (Os 10 mais ...). 3. ed. Vitória: [s. n.], 1971.

Contudo, o provincianismo que ainda se mantinha como característica da cidade prolongar-se-ia com a chegada maciça dos migrantes rurais, a partir dos anos de 1960, pois, apesar de a cidade impor um estilo de vida peculiar e diferente daquele que ocorria no mundo agrário, exigindo mesmo papéis sexuais cada vez mais socializados e criando novos hábitos e valores, a sociedade vitorienense mantinha-se presa a tradições rurais de comportamento.

Em sua análise sobre a imigração rural para grandes centros urbanos, Souza⁷⁴ afirma que, ao mudar-se para as cidades, a população camponesa tendia a preservar aspectos do velho sistema de organização, levando para a vida urbana comportamentos vividos nos campos. Para o autor, somente as mulheres que praticavam a dupla jornada de trabalho, ou seja, que mantinham estreito contato entre o mundo público e o privado, eram os elementos conciliatórios dos novos hábitos citadinos com os adquiridos pela herança rural.

Contudo, isso demandava tempo. Em Vitória, muito lentamente as mulheres tiveram condições de interagir com as mudanças de comportamento necessárias para a convivência com a cidade que crescia a olho nu. Somente após os anos de 1970 é que realmente elas começaram a sobressair-se na educação e em profissões rentáveis, mesmo assim em número bastante reduzido, pois, embora a população feminina reagisse aos estereótipos e à segregação profissional, muitos preconceitos insistiam em permanecer.⁷⁵

A grande massa populacional feminina, que precisava trabalhar para sustentar sozinha ou mesmo contribuir para o sustento de sua família, não estudou ou não prolongou seus estudos para além dos primeiros anos de escola. Ainda assim, foi incorporada no mercado de trabalho, como assalariada ou não. Milhares de mulheres sem a qualificação exigida pelas atividades industriais e

⁷⁴SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn. *Brazil, portrait of half a continent*. New York: Dryden Press, 1951. p. 291-312.

⁷⁵VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.) *Vitória: trajetórias de uma cidade*. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1993.

comerciais urbanas ligaram-se a atividades informais, tornando-se biscateiras e vendedoras ambulantes ao redor do centro urbano de Vitória. Descontando as que desenvolviam atividades na área de magistério, o número absoluto delas no mercado de trabalho era muito pequeno.

Em 1970, da população total de 70.103 mulheres habitantes de Vitória, somente 35,57% estavam no mercado de trabalho. Segundo o Censo Demográfico do Estado do Espírito Santo, nesse ano elas desenvolviam atividades relacionadas à prestação de serviços que se ligavam às tarefas domésticas remuneradas, tais como serviços de alimentação (cozinheiras, garçonetes) e higiene pessoal (cabelereiras, manicures e pedicures, lavadeiras e engomadeiras).⁷⁶

Nessa década, o setor industrial ainda não possuía um significativo mercado para atender à mão-de-obra feminina e empregava somente 600 mulheres. Os empregadores do ramo contratavam preferencialmente pessoas do sexo masculino para desenvolver atividades características não só da indústria de transformação (empresas que abrangiam as áreas de mecânica, couro, madeira, eletricidade, alimentação, bebidas, indústria gráfica, cerâmica e vidro), mas também da indústria de construção civil (cujos profissionais eram armadores de concreto, pedreiros, mestres de obras, serventes, pintores, caiadores, estucadores, ladrilheiros, tanqueiros, encanadores, vidraceiros, calceteiros, asfaltadores, calafates e operadores de máquinas nas áreas de obras). Normalmente, eram atividades que exigiam contato com máquinas nas áreas de obras e com outros materiais com os quais somente os homens lidavam, ou seja, tratava-se de atividades consideradas masculinas por excelência.

A monografia *Interpretação e variação de uma doce memória: a Companhia Vale do Rio Doce*⁷⁷ apresenta o relato de uma mulher que foi admitida na CVRD, em 1972. Segundo a autora, naquele

⁷⁶FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. 1970.

⁷⁷SOARES, Maria Angela Rosa. *Interpretação e variação de uma doce memória: a Companhia Vale do Rio Doce*. 1997. 270 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

ano apenas 12 mulheres trabalhavam no Porto de Tubarão, exercendo atividades burocráticas no *prédio do escritório central* da empresa. Não mantinham qualquer tipo de contato com as obras desenvolvidas no Porto, onde se concentrava a grande massa de empregados. Fugindo ao padrão classificatório das atividades de trabalho na empresa, essa mulher foi trabalhar no pátio da usina do Porto, em um barracão de madeira, onde fazia o recrutamento de pessoal para trabalhar nas usinas que estavam sendo construídas pela CVRD. Ela era a única mulher que trabalhava no pátio da empresa, e seu contato maior era, portanto, com os peões que trabalhavam no cais do Porto.

Em sua monografia, Soares registra a racionalidade das funções de trabalho no universo masculino e feminino, quando mostra que a empresa dividia seu pessoal em Quadro Técnico e Quadro Geral. No primeiro, somente eram admitidos engenheiros para os cargos de chefia, e raramente uma mulher, mesmo estando apta às funções do cargo. No segundo, que envolvia funcionários abaixo do nível técnico, empregavam-se mulheres. No entanto, se a mulher fosse técnica em eletrônica, ia trabalhar na área de desenho; se fosse técnica em mecânica, ia para a área de materiais. Tal encaminhamento dava-se de forma a *evitar que as mulheres colocassem as mãos nos equipamentos*. Elas precisavam conhecer o material utilizado nos setores para exercer as funções que ocupavam, mas não trabalhavam diretamente com os materiais, pois *isso era coisa de homem*.

Algumas mulheres foram encaminhadas para setores mais operacionais, como o Núcleo de Processamento de Dados, onde desenvolviam atividades mais *delicadas* e compatíveis com a *fragilidade feminina*. Somente em fins da década de 1980, as mulheres da área técnica puderam atuar com os equipamentos da empresa.

Ainda na década de 1970, outras grandes indústrias localizadas ao redor da cidade abriram 21.000 oportunidades de empregos,⁷⁸

⁷⁸Em 1977 a COFAVI mantinha 1.600 empregados. Em 1978, o Complexo Naval e o Complexo Paraquímico empregavam 6.500 pessoas. Só na fase de construção das usinas da CVRD foram empregadas 1.400 pessoas. A CST, nas suas primeira e segunda fases, contratou 4.674 e 7.500 pessoas, respectivamente.

absorvendo maior número de mão-de-obra feminina. Especificamente no ramo industrial, o número de mulheres empregadas durante essa década cresceu da ordem de 24%.

Contudo, foi o comércio e o setor de serviços que abriram maiores oportunidades de trabalho para as mulheres. Em 1980, o setor terciário abrangia 41,15% de todos os empregos disponíveis na cidade e dentro deles enquadravam-se 53,74% da população feminina economicamente ativa. Os empregos nesse setor assumiram um papel relevante dentro do mercado empregatício feminino, principalmente nas atividades da área de serviços que, em dez anos, teve um crescimento da ordem de 48,59%.

Esse fenômeno explica-se primeiro pelo crescimento populacional de Vitória. No Censo Demográfico de 1980, a PEA que vivia ao redor da cidade, isto é, na área da Grande Vitória, era composta de 532.079 pessoas, sendo 51,15% mulheres. Dessas, no entanto, somente 37,9% tinham rendimentos que variavam entre um quarto de salário mínimo até mais de 20 salários (Tabela 10).

Tabela 10 - População feminina economicamente ativa. Grande Vitória, 1980.

Classes de Rendimento Mensal (salário mínimo)	Total	Mulheres	%
Até ¼	58.609	6.107	10,41
+ de ¼ a ½	22.284	15.665	70,29
+ de ½ a 1	53.421	27.068	50,66
+ 1 a 1 ½	58.609	19.936	34,01
+ 1 ½ a 2	34.418	8.566	24,88
+2 a 3	41.339	9.377	22,68
+3 a 5	33.269	7.507	22,56
+5 a 10	24.988	4.826	19,31
+10 a 20	10.528	1.444	17,71
+20	4.649	245	5,26
Sem rendimentos	238.385	170.417	71,48
Sem declaração	1.695	952	56,16
TOTAL	532.079	272.110	51,14

Fonte: SIQUEIRA, 2002, p. 148. (Adaptação).

Outra explicação encontra-se na permanência das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Nessa época, os empregos que absorviam a mão-de-obra feminina multiplicaram-se em relação à década anterior. Porém, as mulheres, em geral, ainda desenvolviam atividades que lhes proporcionavam uma baixa remuneração. Sua presença no mercado de trabalho era maciça, mas, de certa forma, ainda enfrentavam barreiras: ocupavam os lugares menos privilegiados e suas condições de trabalho eram mais precárias do que as dos homens.⁷⁹

As trabalhadoras que não conseguiam emprego recorriam à estratégia de sobrevivência em um mercado que não mantinha ligações com o setor formal de trabalho, vinculando-se à prestação de serviços não especializados ou explorando pequenos negócios e criando um grande mercado informal.

Em fins dos anos de 1980, o mercado de trabalho secundário fez surgir novas oportunidades de trabalho para as mulheres de Vitória. Nessa época, a participação feminina no mercado capixaba chegou a atingir a casa dos 53,23% do total da população ativa da cidade.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no Brasil, durante o período de 1986 a 1996, o índice de contratação feminina atingiu um patamar de 18,42%,⁸⁰ enquanto em todo o mercado de Vitória, no período compreendido entre 1980 e 1991, esse índice foi de 66 % (Tabela 11).

⁷⁹Sobre a precariedade do trabalho feminino em todo o Brasil, ver BRUSCHINI, Cristina. *Mudanças e persistência no trabalho feminino (Brasil, 1985 a 1995)*. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 29-55.

⁸⁰Sobre o assunto, ver SILVA, Cleide Bezerra da. *Matrimônio e patrimônio: as armadilhas do amor em fim de século*. 2002. 201 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2002.

Tabela 11– Setor de atividades da população feminina economicamente ativa de Vitória – 1980-1991.

Setor de Atividades	Total de Mulheres Empregadas	
	1980	1991
Prestação de serviços	13.908	14.542
Atividades industriais	2.502	4.155
Atividades sociais	7.407	11.721
Comércio de mercadorias	2.939	6.299
Administração pública	2.352	838
Transporte, comunicação e armazenamento	603	3.899
Agropecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	89	289
Outras Atividades	1.545	5.746
TOTAL	31.345	47.489

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo (1980, 1991).

O setor de indústria abriu vagas para a mão-de-obra feminina, que cresceu 60,21% entre os anos de 1980 a 1991. Destacou-se a indústria da construção civil, que empregou 644 mulheres em atividades consideradas eminentemente masculinas, tais como pedreiras, encarregadas de obras, pintoras, entre outras, e a indústria de transformação, que, sozinha, abriu espaço para 2.685 mulheres, aumentando suas vagas em torno de 48,64%, durante esse período.

Contudo, novamente foram os setores de serviços e comércio que mais absorveram a mão-de-obra feminina. As novas oportunidades que surgiram chegaram a absorver em torno de 3.153 mulheres.⁸¹

⁸¹ Em 1995, as mulheres alcançaram o patamar de 50,15% da PEA de todo o estado do Espírito Santo. FIBGE – Banco de Dados Agregados. SIDRA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2002.

Esse fato chama a atenção porque normalmente são atividades que envolvem ocupações habitualmente classificadas como de finalidade organizacional, de prestação de serviços para empresas e autônomos que atuam na área do comércio de mercadorias, de armazenagem, em ocupações da área de seguros, finanças e valores, áreas de transportes rodoviário e marítimo, todos empreendimentos considerados de exclusividade masculina. Outras áreas restritas ao gênero masculino durante séculos e que também absorveram significativo contingente feminino foram as de pesca, extração vegetal, silvicultura, transporte e comunicação. Desde 1970, a presença das mulheres nessas últimas atividades teve um índice de crescimento em torno de 16 vezes.

É importante mencionar o fato de que, no âmbito das ofertas de trabalho explicitadas acima, em todo o período pesquisado ocorreu significativa participação feminina no mercado de trabalho, uma participação que as estatísticas não conseguiram captar, pois as dificuldades para se registrar todas as atividades desenvolvidas por elas são expressivas. Não se leva em conta, até hoje, por exemplo, a realização das tarefas realizadas dentro de casa, por não serem consideradas como trabalho produtivo, apesar de as mulheres seguirem sendo as principais responsáveis pelas atividades desenvolvidas no espaço doméstico e pelo cuidado com os filhos e demais familiares. Independente do fato de estarem ou não no mercado de trabalho, as mulheres que realizam tarefas dentro de suas casas são depreciadas e suas atividades não são computadas nas estatísticas, que as classificam como “inativas” ou “domésticas”.

Se todas as mulheres que se casam e trabalham dentro de seu domicílio fossem consideradas não apenas como “esposas”, mas também como trabalhadoras economicamente ativas, as taxas globais de atividade feminina seriam consideradas superiores às existentes e, desse modo, atingiriam um índice aproximado de 99%.⁸²

⁸²BRUSCHINI, 1999.

Tal perspectiva torna evidente a desconsideração pelo trabalho doméstico realizado pela mulher e contribui para a manutenção da hierarquia entre os gêneros, além de confirmar a preservação da *característica feminina* criada pela sociedade, que ainda identifica a mulher como “esposa”.

Na verdade, a compreensão desse fenômeno se dá pela própria interpretação que a historiografia e a literatura realizaram da tutela que o homem exercia sobre a mulher, tutela diretamente relacionada à ordem econômica e ao controle político da sociedade: na primeira, pela dependência econômica feminina para com o homem e a rígida divisão social do trabalho; no segundo, pela manutenção da supremacia masculina na sociedade.

Com base nesses interesses, ao longo dos séculos a relação da vida feminina com o casamento estreitou-se, fazendo com que milhares de gerações acreditassem que esse fosse o único “sonho das mulheres”.

Essa crença obteve êxito, e a sociedade humana durante séculos tomou-a como verdadeira, considerando-a como pertencente à *natureza feminina*, principalmente nas sociedades nas quais as mulheres não trocavam sua lida por salários e dependiam economicamente dos homens.

A DIALÉTICA DA RELAÇÃO CASAMENTO, MULHER E TRABALHO

Antes de me casar escrevi a ele dizendo que o achava superior a mim na maioria das coisas e que daí em diante eu queria “viver minha vida para ele”. Quando reli essa carta “de amor”, vinte anos mais tarde, queimei-a na mesma hora. Ao fazê-lo, percebi que eu estivera pedindo a ele que fosse o estudante diplomado, o psicólogo, o ativista político, o pensador e o fazedor, coisas estas que eu desejava para mim.

NATALIE ROGERS (1993)

CASAMENTO: SENTIDOS E REPRESENTAÇÕES

Já não é novidade as Ciências Sociais afirmarem que todo sistema econômico que se expande devido à industrialização tem seus padrões familiares modificados: os laços da família se alteram, o comportamento dos indivíduos sofre influências externas, deixam de existir determinadas características familiares voltadas à manutenção das obrigações recíprocas e os valores cada vez mais igualitários e universalistas favorecem a igualdade sexual, criando oportunidades para as mulheres se engajarem no mercado de trabalho.

Willian J. Goode⁸³ afirmava que a história do mundo, pela primeira vez, sofria uma série comum de influências – as forças sociais de industrialização e urbanização – e que elas estavam afetando toda sociedade que se conhecia. Mesmo as sociedades mais afastadas do planeta sofriam as influências daquelas forças, modificando seus padrões de família, embora em diferentes ritmos e velocidades.

Como conseqüência dessas mudanças, os novos padrões de comportamento desmontaram as principais funções desempenhadas pelos indivíduos dentro da família tradicional, hierarquizada e estável economicamente: o homem tinha a obrigação de sustentar sua casa e a mulher, manter a virgindade

⁸³GOODE, Willian J. *Revolução mundial e padrões de família*. São Paulo: Nacional, 1969.

até o casamento e a fidelidade depois. Nas sociedades industrializadas, novos elementos foram sendo inseridos como condição essencial para o desenvolvimento: a concentração da população nas cidades, o aparecimento de novas oportunidades de trabalho para as mulheres e o aumento da margem de realização pessoal que estruturou maiores contatos secundários. Os papéis sociais de cada gênero foram sendo modificados, dando a cada um, aos poucos e com certa dificuldade, o estabelecimento de novas posições dentro da sociedade familiar. Os homens tiveram dificuldades para atualizar seu papel, culturalmente definido como provedor da família, e quantidades crescentes de mulheres viram-se incorporadas no mercado de trabalho.

Particularmente na vida feminina, essa influência é sentida ao se estudar a sociedade ocidental do século XX, quando a explosão de reações femininas iniciou o que se convencionou chamar de destruição do poder masculino, instituído havia milhares de anos, ao qual as mulheres, durante toda a história da humanidade, foram subjugadas, e pelo qual foram convencidas a acreditar na natureza de seu destino biológico. E as mulheres obtiveram êxito, pois foi por meio dessa explosão que conseguiram sair de seu confinamento milenar, em termos de situação de vida econômica, social e intelectual. As idéias femininas transformaram-se mesmo em um movimento de massas, cuja preocupação não era separar por classes sociais, cor, níveis de instrução, religião, nem mesmo níveis morais. Seus principais objetivos eram provocar as mudanças da posição e do papel da mulher na sociedade e tornar a vida feminina diferente daquilo que a história feita pelos homens normatizou durante muito tempo.

No Brasil, uma das grandes contribuições para que aquele movimento obtivesse êxito foi o processo de industrialização, que apontou novas formas de organização social, oferecendo diferentes oportunidades educacionais e profissionais para que as mulheres, principalmente aquelas pertencentes às classes média e popular, pudessem não somente se engajar numa vida profissional dentro e fora do lar, mas também modificar toda a estrutura de sua vida doméstica. Se antes o espaço doméstico era tido como naturalmente feminino e a mulher dependia do

marido para seu sustento e o de seus filhos, com a industrialização elas passaram a deter grande parte do controle sobre os recursos familiares e a desempenhar um papel fundamental na vida econômica da família. Elas não só foram trabalhar fora do domicílio, mas tornaram-se também responsáveis pelo provimento da casa. O tratamento dado ao trabalho fora do âmbito doméstico passou a ser para a mulher o sinal concreto de sua emancipação.⁸⁴

O mercado de trabalho, por seu turno, passou a usufruir da mão-de-obra das mulheres, que normalmente desempenhavam atividades consideradas tipicamente femininas dentro dos muros domésticos, e as colocou em posição estratégica no fluxo dos setores formal e informal, valorizando sua força na economia. E se, no desenvolvimento das desigualdades da história do capitalismo, uma das características da acumulação é a existência de um ponderável excedente de força de trabalho, a mão-de-obra feminina, especificamente, tornou-se um fator de grande importância após a década de 1970, quando milhares de mulheres se engajaram no mundo do trabalho.

Diante dessas constatações, infere-se que a industrialização no Brasil provocou mudanças radicais nas estruturas familiares, no que tange tanto à inserção maciça da mulher no mercado de trabalho e à sua contribuição para alterações nas relações no interior das famílias, quanto às modificações ou perdas das tradicionais características femininas, além de promover novas formas de comportamento diante da manutenção da instituição familiar e novo entendimento das mulheres a respeito dos valores familiares.

Trabalhos monográficos publicados recentemente mostram o perfil traçado a respeito da presença feminina no mercado de trabalho no Brasil, após a segunda metade do século XX, e mencionam que, dentre os principais aspectos do sistema padrão da família brasileira que foram modificados por influência da industrialização, a relação da mulher com o casamento destaca-

⁸⁴Sobre o assunto ver NADER, 2001.

se como uma das transformações sociais mais amplas e mais indicativas dessas mudanças.

Em Vitória, assim como em todo o Brasil, historicamente atrelada à família, a mulher teve poucas chances de escolha durante a predominância do sistema familiar patriarcal, sendo, por isso, dependente economicamente de sua família e sem qualquer conhecimento a respeito das relações maritais. Por força da dependência econômica, a maioria delas, durante toda a vida, deveria seguir normas que muitas vezes fugiam aos seus desejos mais secretos. Para as famílias de elite da colônia brasileira, o casamento de suas filhas muitas vezes significava a manutenção de poder, e qualquer contrariedade a esse objetivo poderia resultar em punição, com a prisão em recolhimentos ou mesmo com a morte. Para as famílias de classe menos abastada, nesse mesmo período, o casamento muitas vezes representava a verdadeira oportunidade de sobrevivência.⁸⁵

Com a decadência do arcaico modelo familiar e a modernização dos costumes, a mulher conquistou o direito de escolher seu próprio cônjuge e, principalmente, de escolher o que bem fazer com o próprio corpo. Conquistou cidadania, igualdade de direitos com os homens e o privilégio de participar de importantes decisões na família.

Nas sociedades industrializadas, essas conquistas foram muito além. Em Vitória, conforme será visto adiante, a partir dos anos de 1970, as mulheres passaram a participar ativamente do mercado de trabalho, exercendo profissões antes consideradas exclusivamente masculinas. Por causa disso, puderam compartilhar das despesas do lar e da vida social do marido. Muitas passaram a exigir maior liberdade no trato com os homens e não mais permitiram que os cônjuges tivessem poderes sobre elas.

Nessa perspectiva, concordando com a posição sociológica da ação transformadora das forças sociais da industrialização sobre o comportamento dos indivíduos, é que se situa a cidade de

⁸⁵ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Vitória, após a década de 1970, para focalizar as mudanças na relação da mulher com o casamento.

Na pesquisa *Mulher: do destino biológico ao destino social*,⁸⁶ constatou-se que as mulheres moradoras de Vitória foram muito sensíveis às ações transformadoras da indústria e contribuíram para acelerar as alterações dos padrões de relacionamento familiar e o convívio entre os gêneros na sociedade capixaba. Os hábitos femininos modificaram-se em pouco tempo e muito rapidamente, pois, à medida que as mulheres foram adquirindo algum poder social e econômico pelo acesso à educação e ao emprego remunerado, tornaram-se mais ousadas na sua relação com o matrimônio. A dependência econômica, que antes deixava a mulher sem opção, e o casamento, que lhe parecia a única saída para alcançar o status social de bem-sucedida, deixaram de representar um obstáculo para as que queriam profissionalizar-se e viver uma vida em que pudesse andar com os próprios pés.

Embora se constatasse que a relação casamento e mulher se tenha caracterizado principalmente por sua dependência econômica ao sexo masculino provedor, provocada pela rígida divisão sexual do trabalho, tal trajetória histórica é referência obrigatória para a reflexão sobre as mudanças do comportamento feminino em Vitória que, durante séculos, esteve atrelada aos ditames de uma sociedade obsoleta e obstada do restante do país.

Origem do Casamento: Aproximação

Numa breve retrospectiva histórica sobre o sentido do casamento na vida da mulher, vê-se que o reconhecimento desse ato sofreu variações no tempo e no espaço, e que a historiografia sobre o tema nos remete a vários e diferentes conceitos. Constituído originalmente como um *contrato civil*, o casamento tornou-se um instrumento de controle básico da transmissão do patrimônio e de acordos familiares, desde os primeiros tempos históricos. Somente no século XII a Igreja

⁸⁶NADER, 2001.

Católica transformou-o em sacramento cristão. A partir daí, a Igreja passou controlar os princípios sociais basilares, de forma a coordenar o comportamento dos homens e das mulheres.

Nos dias de hoje, parece-nos um fato cotidiano e natural a idéia de que o casamento seja uma decisão que se baseie na preferência e nos sentimentos dos cônjuges. Mas, ao longo da história da humanidade, as sociedades consideraram-no um assunto demasiado importante para ser deixado à decisão das pessoas envolvidas, principalmente porque poderiam estar seduzidas por *sentimentos* que pouco importavam aos proveitos do corpo social.

Traçar as diferenças entre as sociedades que realizam o casamento por preferência dos indivíduos e as que cuidam para que os interesses coletivos prevaleçam nas comunhões remete-nos ao entendimento, à importância e ao controle do tema que, como nos indica Mead,⁸⁷ sofreram uma variação nos diversos grupos sociais. Esses grupos apresentaram-se e posicionaram-se diante do casamento de diferentes formas ao longo do tempo e do espaço geográfico.

Filósofos, doutrinadores, religiosos e pensadores, de modo geral, que buscam definições plausíveis para o tema, desde a Antigüidade vêem o matrimônio em conformidade com as suas tendências morais, filosóficas, sociais, políticas e jurídicas, além e principalmente, das religiosas e as de seu tempo.

A influência do meio social sobre a vida das pessoas foi-se ampliando, à medida que a civilização se desenvolveu. O indivíduo, por sua vez, à proporção que seus recursos materiais e espirituais foram desenvolvendo-se, adquiriu maior importância e foi firmando-se na conservação da espécie, com tendência natural para uma estabilidade cada vez mais completa, que, como diz Marchesini Júnior,⁸⁸ “[...] é o ideal da civilização”.

Na fase originária da vida social, a personalidade humana esteve

⁸⁷MEAD, Margaret. *Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação*. Petrópolis: Vozes, 1971.

⁸⁸MARCHESINI JÚNIOR, Waterloo. *Instituição do divórcio no Brasil*. Curitiba: Juruá, 1978. p. 18.

sujeita a uma situação de promiscuidade nas relações entre os homens e as mulheres e ao sistema de propriedade, a qual fazia do clã comum um elo homogêneo indefinido. Spencer⁸⁹ afirma que esse clã constituiu “[...] o ponto de partida da evolução social” humana. O homem mais poderoso da tribo, travestindo-se da imagem de chefe, fez-se o primeiro centro de formação de personalidades e de direitos dos indivíduos pertencentes ao seu clã. Somente com o aparecimento da propriedade privada, que fragmentou o clã em famílias, é que esse chefe, agora patriarca, passou a representar o centro mais definido de interesses.

Nas culturas em formação, prevaleceu a superioridade masculina, que se traduziu na instituição do *patriarcado*, fortalecendo o poder do chefe que dispunha de todos os membros da família, principalmente das mulheres. Apesar de ser uma instituição contestável, o *patriarcado* fortaleceu a dominação masculina diante da mulher na história.

À proporção que a civilização se foi desenvolvendo, formaram-se grupos de interesses compartilhados, e cada um, ao seu estilo, necessidade e compreensão, deu ao matrimônio uma definição. Quase todos, porém, atrelaram o papel social da mulher à família, por meio da união conjugal.

Estudioso da Grécia de Platão, Maffre⁹⁰ diz que os casamentos de homens livres eram a forma de se dar filhos legítimos à Pátria. As leis espartanas pugnavam os homens que não fizessem bons casamentos, ou seja, puniam os homens que se unissem com mulheres enfermas e aleijadas, *predestinadas* a lhes dar filhos *deficientes*, ou, mesmo, não lhes dar nenhum herdeiro. Para o autor, as relações entre os sexos, na época clássica grega, não eram apresentadas como relações verdadeiramente amorosas, o que exemplifica com o célebre texto do século IV a.C., em que um pleiteante ateniense afirma:

Temos as cortesãs para o prazer, as concubinas para se ocuparem de nossos cuidados cotidianos, as esposas para

⁸⁹SPENCER, apud MARCHESINI JÚNIOR, Waterloo. 1987, p. 19.

⁹⁰MAFFRE, Jean-Jacques. *A Vida na Grécia Clássica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

que nos dêem filhos legítimos e sejam as guardiãs fiéis da nossa casa.⁹¹

Esse pensamento refletia de forma arbitrária a divisão sexual dos papéis na sociedade grega. Nota-se que em relação ao casamento, os gregos, seguindo os preceitos do sistema de dominação masculina que se afirmava, entabulavam negociações com o objetivo principal de assegurar a continuidade das famílias e de seus cultos, o que sustentava a desvalorização da mulher, um ser *dotado de uma frágil capacidade de deliberação* e, por isso, não merecedora de consideração.⁹²

Veyne⁹³ afirma que também em Roma, cem anos antes da Era Cristã, o casamento era um ato entre famílias. Constituído como um contrato civil no Império Romano, a união entre um homem e uma mulher tornou-se um instrumento de controle básico da transmissão do patrimônio e de acordos familiares. “*Era uma situação de fato que criava efeitos de direito*”, afirma o autor.

Na sociedade romana, a família foi a princípio admitida com todos os seus rigores, para depois, aos poucos, ir perdendo sua primitiva significação. As pessoas, principalmente as mulheres, estiveram, durante muito tempo, sob a rigidez da configuração da conhecida família romana, na qual se originou oficialmente a opressão da mulher e o nascimento do patriarcado, muito debatido na obra de Engels.⁹⁴

Pesquisadores⁹⁵ da formação histórica, social e jurídica da civilização e da família romanas remetem ao significado do casamento, deixando claro que, em cada período da História, essa instituição

⁹¹MAFFRE, 1989, p. 122.

⁹²Esse pensamento aristotélico é amplamente debatido na obra de BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁹³VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, George. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 19-223.

⁹⁴ENGELS, Friederich. *As origens da família, da propriedade privada e do estado*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

⁹⁵Dentre esses pesquisadores destacam-se: ARIÈS e DUBY, 1989; MARCHESINI JÚNIOR, 1978; CAMPOS, Antônio Macedo de. *Teoria e prática do divórcio*. 2. ed. Bauru: Javoli, 1984; CARCOPINO, Jérômi. *Roma no apogeu do império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

teve um significado e, por conseguinte, sofreu alterações em sua forma de contratação. Todas as três formas de casamento, *confarreatio*, *coemptio* e *usus*,⁹⁶ que foram instituídas ao longo da história de Roma, colocaram a mulher sob o poder masculino, ou seja, ela passava das mãos do pai para as mãos do marido.

Privilegiando estudos sobre o gênero feminino na Roma patriarcal, Ciribelli⁹⁷ informa que há mais trabalhos sobre a família e a mulher do ponto de vista jurídico e biológico do que propriamente do histórico. Enfatiza que os estudos sobre a mulher romana foram escritos por homens que deixaram, com certeza, seus valores dominantes masculinos prevalecer em suas análises. Na maioria das obras, as concepções tradicionais e a metodologia utilizada distinguem uma dicotomia na vida feminina diante da instituição familiar: ora as mulheres são esposas honradas, mães de família e possuidoras de grandes virtudes, ora são prostitutas, perdidas e nocivas à sociedade. A vida da mulher resumia-se ao ponto de vista de sua biologia, considerada naturalmente inferior ao homem.

Para se ter uma idéia do que se entendia por entrelaçamento da mulher ao casamento em Roma, Viller⁹⁸ afirma que “[...] *sem exagero nem paradoxo, a mulher em Roma não era sujeito de direito [...] a mulher era unicamente um objeto*”.

No aspecto social, em meados do terceiro século depois de Cristo, Modestino,⁹⁹ autor da obra *Liber singularis de ritu nuptiarum*, descreve o tratado *De Excusationibus*, definindo o casamento sob a influência de idéias de Platão e de Aristóteles: “*Nuptiae sunt conjunctio maris et foeminae et consortium omnis vitae; divini et*

⁹⁶Confarreatio representava a celebração da entrega de pão de trigo aos deuses e deu origem ao bolo de noiva. Coemptio, fartamente utilizado pela plebe, consistia na venda fictícia da mulher ao marido. Usus, mediante a coabitação de um casal por mais de um ano, dava ao homem a posse da mulher, que era equiparada a coisa.

⁹⁷CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Reflexões sobre a história da mulher em Roma. Phoenix, Rio de Janeiro, ano 2, p. 137-146, 1995.

⁹⁸VILLER, apud CIRIBELLI, 1995, p.145

⁹⁹MODESTINO, apud GOMES, Luiz Roldão de Freitas. *O casamento no direito brasileiro*: aspectos diante da Constituição Federal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.temperj.org.br/artigos/civpro/acp1/htm>. Acesso em: 28 nov. 2001.

humani iuris communicatio.”¹⁰⁰

Essa definição reflete um momento histórico da humanidade e mostra que o casamento primitivo *cum manu*, direito exercido pelo *pater-famílias* sobre a mulher, foi superado pela união indissolúvel expressa na comunicação do ser humano com a divindade, *divini et humani iuris communicatio*, excluindo o regime de separação, *communicatio humani iuris*, e o divórcio, o *consortium omnis vitae*.¹⁰¹

Nesse sentido, focalizando a união conjugal apenas pelo prisma social, não lhe determinando a natureza jurídica, cumpre salientar que essa definição encerrava mais um estado do que um ato, ou seja, resultava na troca inicial de consentimentos entre os noivos, sem solenidades, e não nas formalidades próprias da *manus*, que se expressava no direito romano de o homem adquirir o poder marital. Na definição de Modestino, a vontade era o principal elemento do casamento romano, que independia de informação ao público. Bastava haver a convivência, a razão do consenso continuado e do *affectio maritalis*, substância fundamental da relação duradoura, para que a união fosse considerada verdadeira.

A partir daí, o casamento passou a sofrer fortes oposições tanto de nobres leigos quanto de clérigos hostis à união dos sexos. O ato carnal para eles era o grande problema do matrimônio, pois não condizia com a idéia de virgindade voltada à contemplação pregada desde os primeiros tempos cristãos. Considerado como um dilema para a Igreja diante da necessidade de regulamentar a união carnal, o casamento era uma porta aberta às relações sexuais e contrapunha-se ao ideário da virgindade, que era a expressão *corporal da alma triunfante sobre a morte*.

¹⁰⁰“As núpcias juntam marido e mulher em um consórcio para toda vida; é a comunicação do humano com o divino.”

¹⁰¹“A maioria dos juristas no Brasil se utilizaram por muito tempo dessa definição que refletia nobreza e traduzia elevada santidade, mas carecia de rigor científico”, assevera BEVILACQUA, Clóvis. *Direito de família*, 7^o ed. Rio de Janeiro: Rio, 1976, p. 32. Sobre o conceito de casamento no direito brasileiro, ver também GOMES, 2001; CAMPOS, 1984; MARCHESINI JÚNIOR, 1978.

No início do cristianismo, o apóstolo Paulo,¹⁰² precursor de idéias sobre a continência e a virgindade que não davam possibilidades nem aos homens nem às mulheres de se libertarem do mundo corrupto e decadente, divulgou mensagens sobre a salvação da alma, afirmando que o corpo deveria manter-se casto para que a alma pudesse ser elevada a Deus.¹⁰³ Judeu instruído, pregava o retorno do Messias em futuro bem próximo e, mais obstinado do que os outros apóstolos, afirmava que, para os homens compartilharem da glória do corpo ressuscitado de Cristo, deveriam afastar-se das coisas terrenas. Paulo, na realidade, travou uma luta entre o corpo e a alma.

Com o objetivo de formar uma comunidade de pessoas que dedicassem sua vida à espera de Cristo, Paulo criou regras de comportamento que julgava serem as ideais para transformar os pagãos em “filhos do Deus verdadeiro”. Entre os pecados que procurava extinguir, os praticados pelo corpo posicionavam-se em primeiro lugar. Ele destacou, na Primeira Epístola aos Coríntios, o controle sexual e a renúncia aos desejos da carne como a forma ideal para que homens e mulheres virgens pudessem entregar-se à vida celibata e para que os casados e os que já conheciam os prazeres do sexo se afastassem dessa tentação. Especialmente aos casados, Paulo orientou que fizessem longos períodos de abstinência sexual. Só depois desse período é que deveriam manter relações sexuais.¹⁰⁴

Nas pregações paulinas, o casamento, embora representasse a forma legítima de dar vazão aos desejos do corpo, deveria ser renunciado e os desejos dos corpos, reprimidos. Esses seriam os únicos comportamentos que dariam liberdade à alma e favoreceriam a contemplação. Essas eram as principais formas de se resguardar o corpo, estabelecido como o *templo do Espírito Santo*.

¹⁰²Judeu de língua grega, Paulo provavelmente era cidadão romano. Foi executado em Roma, por volta de 60 d.C.

¹⁰³Sobre o assunto, ver VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986 e BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

¹⁰⁴BROWN, 1990.

As idéias de Paulo sobre o casamento foram as mesmas dos padres da Igreja que se iniciava: um ato necessário, mas visto como um mal. Era uma oposição à salvação da alma, que necessitava do exercício constante de contemplação. Ariès¹⁰⁵ assevera que o casamento impedia a alma de recolher-se em si mesma, já que promovia desejos sexuais aos cônjuges que viviam muito próximos.

Também outros sentimentos de caráter mais terreno eram estimulados pelo casamento: o ciúme, a angústia, os conflitos, as irritações e as desavenças, que favoreciam a consideração do casamento como escravidão, uma vez que equivalia à oposição da liberdade da alma. Muitas vezes o casamento foi considerado como a dor e como a morte, pois dele advinha a procriação e a gravidez, que eram sinônimos de dor, deformidade, sofrimento ou mesmo morte.¹⁰⁶

Partilhando desses discursos, vários tratados sobre virgindade foram escritos nos séculos iniciais da Era Cristã e se dirigiram, em sua grande maioria, às mulheres, guardiãs da *virtude da vida continente*. Para elas eram escritas mensagens que justificavam a virgindade como um meio cristão de manifestação de fé, uma vez que o corpo é a morada da alma, e essa, para se manifestar pura, deveria residir em um corpo salvo de tentações e impurezas. No casamento, essa condição era perdida. Logo, as mensagens sobre virgindade eram hostis ao casamento, levando à perturbação dos sentidos femininos, numa época em que os pais arranjavam os matrimônios das filhas e essas deveriam obedecer cegamente às ordens paternas.¹⁰⁷

Poucos tratados sobre a oposição casamento e virgindade eram remetidos aos homens e, quando o faziam, referiam-se ao enlace matrimonial com uma pregação misógina, salientando as discórdias conjugais, as falções e as injúrias femininas. Aconselhavam aos homens manterem-se celibatos e persuadir

¹⁰⁵ARIÈS, Philippe. O amor no casamento. In. _____. *Sexualidades ocidentais*. Lisboa: Contexto, 1983. p. 153-182.

¹⁰⁶VAINFAS, 1986.

¹⁰⁷Ibid., 1986.

suas mulheres a manterem-se virgens e castas.

O matrimônio foi hostilizado, mas, por outro lado, foi tolerado no seio da nova religião cristã, por ser o espaço alternativo às pessoas que não se continham, que eram incapazes de guardar continência. Foi considerado como uma instituição que moralizava os desejos dos corpos.

No século V, Agostinho, o pensador teológico, considerou o casamento como o caminho para o processo catastrófico da dessexualização do amor e condenou a mulher ao plano inferior dos dois humanos. Herdeiro do pensamento dos padres anteriores ao seu tempo, Agostinho revelava uma verdadeira aversão ao sexo, cujo prazer atrelou à transmissão do pecado original. A morte eterna, causada pelo pecado de Eva ao se deixar levar pela tentação, foi associada àquele pecado que, por sua vez, significava os prazeres da carne.¹⁰⁸

Para a moralidade sexual pessimista e contraditória de Agostinho, o casamento, ao mesmo tempo que representava um mal, como espaço de manifestação do desejo do prazer carnal, representava um bem, como fonte de procriação. A criança, a fidelidade e a indissolubilidade da união conjugal constituíam os principais bens do casamento, a cuja finalidade deveria subordinar-se integralmente o ato carnal. Esses bens contribuíam para que as relações sexuais dentro do casamento se tornassem toleráveis e as justificassem moralmente.¹⁰⁹

Exprimindo seu pensamento a respeito da gênese da vida humana na terra e do relacionamento entre homens e mulheres, Agostinho¹¹⁰ colocou-se diante do impasse entre a virgindade e a concupiscência e o casamento. O sexo para ele, mesmo entre os casados, deveria ser um amor sem prazer, principalmente para a mulher, classificada como estimulante, mas nunca como companheira. Para Agostinho, a mulher somente era útil para a

¹⁰⁸Sobre o assunto, ver RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

¹⁰⁹Ibid., 1996.

¹¹⁰HIPONA, Agostinho. *A Cidade de Deus*. Parte 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1990.

reprodução e desqualificada para qualquer outra coisa.

O pensamento misógino e avassalador de Agostinho influenciou os grandes teólogos medievais e toda a Igreja Católica que viria a se formar posteriormente. No século XII, Tomás de Aquino questionava o papel da mulher, pois, para ele, se ela não havia sido dada ao homem para contribuir na geração de filhos, para que mais fora criada?

Para cultivarem a terra juntos? Se fosse necessária ajuda para isso, um homem seria de melhor auxílio para outro homem. O mesmo se há de dizer para o conforto da solidão. Pois muito maior o prazer para a vida e para a conversa quando dois amigos vivem juntos do que quando o homem e mulher coabitam.¹¹¹

Esses pensamentos firmam a posição dos intelectuais da Igreja no desprezo pelo sexo feminino. A aversão de Agostinho à mulher coloca-se de forma bem clara na explicação que ele dá para os três bens que desculpam o casamento: em relação à fidelidade, explica que à mulher não se permitem relações fora do casamento; aos filhos, que eles devem ser bem recebidos, nutridos e criados conscienciosamente; e finalmente à indissolução do casamento, que essa deve ser confirmada para que a esposa rejeitada não torne a casar-se.

A monogamia e a indissolubilidade eram o sustentáculo do casamento cristão que se instituía naquele momento, e esse modelo dava aos seguidores da igreja cristã a possibilidade de se fazerem anunciadores de uma igreja forte e universal, o que os diferenciava e protegia da vulnerabilidade aos sentimentos do sexo a que os outros seres humanos se viam expostos. Era fundamental que, no matrimônio cristão, os cônjuges se portassem de forma *virginal*, ou seja, o casal somente deveria unir-se sexualmente quando tivesse por objetivo a procriação, e a mulher deveria acompanhar a abstinência do marido. Quando o homem tomasse sua esposa, ela deveria conservar-se virgem. Para isso, a mulher não deveria sentir nada enquanto seu marido a violentava.

¹¹¹AQUINO, apud RANKE-HEINEMANN, 1996, p.101.

Esse modelo de casamento na hierarquia da moral cristã não se sobrepunha à virgindade, antes apresentava-se como uma alternativa secundária. E os três fatores explorados por Agostinho tornaram-se compensadores do sexo conjugal, sempre sem prazer para a mulher. A discussão agostiniana dessa situação, segundo Ranke-Heinemann,¹¹² perpassava pelo pecado brando, venial¹¹³ e não mortal, pois se um cônjuge exigia do outro seu sexo sem fins de reprodução seria perdoado, mas aquele que realizava os desejos do outro sem sentir prazer, nem precisava ser perdoado, pois não tinha culpa, apenas satisfazia o parceiro. No sexo conjugal, o marido cristão deveria não gostar da *conexão mortal* (carnal) com sua esposa, assim como deveria contribuir para que ela não sentisse prazer. No pensamento agostiniano, o marido deveria amar o fato de sua esposa ser um ser humano, mas deveria odiar o fato de ela ser uma *mulher*.

Dentro desse imaginário, o casamento foi adquirindo princípios de instituição divina por imposição da Igreja Cristã, que criou regras para moldar o ato a esses princípios. As imposições indicavam que os nubentes não deveriam unir-se por causa da luxúria, não poderiam praticar incesto nem manter relações sexuais objetivando o prazer carnal, além de não poderem copular durante a gravidez. O cônjuge varão não deveria ter concubinas, desrespeitar a castidade da esposa, e só poderia repudiá-la se ela praticasse o adultério. Por seu turno, a mulher deveria manter-se virgem até as núpcias e depois atender aos desejos do marido. Com essas normas, a intervenção eclesiástica na união entre um homem e uma mulher se fazia presente, embora de forma ainda incipiente e complicada, pois os teólogos medievais não conseguiam aceitar a santificação do casamento, uma vez que ele implicava relações sexuais entre os cônjuges.¹¹⁴

¹¹²RANKE-HEINEMANN, 1996.

¹¹³Classificação dada por Agostinho e, mais tarde, confirmada por Tomás de Aquino, ao pecado das relações sexuais, para evitar a própria masturbação. *Ibid.*, p. 258.

¹¹⁴VAINFAS, 1986.

A Sacralização do Casamento e a Veneração Feminina

No século XII, a Igreja Católica transformou o casamento em um dos sete sacramentos cristãos. Daí, passou a controlar os princípios sociais basilares, de forma a coordenar todos os comportamentos sociais dos homens e das mulheres.

Foi Pedro Lombardo,¹¹⁵ autor da obra *Sentenças*, que, no ano de 1150, considerou o casamento como sacramento. Assimilou-o ao mistério da encarnação e definiu-o como dupla conjunção, isto é, com o consentimento das almas e o enlace dos corpos. Sua defesa, como a elevação da relação sexual entre o casal à categoria de símbolo do enlace entre Cristo e Igreja, prevaleceu às hostilidades, e o ato carnal tornou-se a razão de ser do casamento. A sacralização do casamento tinha entre seus objetivos defender o valor da sexualidade e focalizar o consentimento conjugal.

Na época das grandes viagens ao Oriente Médio, os cavaleiros da França, da Alemanha e de outras regiões do norte da Europa mantiveram contato com sociedades que praticavam a poligamia, uma forma de convivência conjugal não aceita pela moral cristã, que, para combater esse mau procedimento, promoveu a imagem da mulher, vista na sociedade medieval européia como um ser frágil e desarmado, a objeto de veneração e instituiu o namoro.¹¹⁶

A Igreja Católica apropriou-se da exclusividade da jurisdição do casamento, transformado em sacramento, e criou um corpo de normas de direito canônico, que passou a regular o matrimônio como ato e estado. Esses procedimentos em nada alteraram as concepções agostinianas acerca da união conjugal, antes reafirmaram suas perspectivas. O *Corpus Juris Canonici*, em 1234, oficializou canonicamente que a finalidade primordial

¹¹⁵Teólogo nascido na Lombardia, estudou em Bolonha e em Paris, onde foi Bispo. Dedicou sua vida ao estudo da teologia cristã. Fez uma compilação das sentenças de várias autoridades patrísticas sobre os temas nucleares da teologia cristã em quatro livros, sendo cada um deles dividido em “distinções” e essas, em capítulos. Sobre o assunto ver RIBEIRO, Ivete. O amor dos cônjuges: uma análise do discurso católico. In: D’INCAO, Maria Angela (Org). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-150; VAINFAS, 1986.

¹¹⁶A invenção do namoro é de origem cristã e data do período medieval. Ribeiro afirma que foi uma reação da Igreja Cristã ao desafio do encontro com o mundo árabe poligâmico (RIBEIRO, 1991).

do casamento deveria ser a procriação e a educação dos filhos, juntamente com a ajuda mútua, e um remédio contra a concupiscência.¹¹⁷

Sendo a sexualidade o objeto principal do casamento dada ao ser humano por Deus para servir somente à procriação, seria um pecado muito grave utilizá-la por puro prazer. Por isso, Aquino afirmava que o sexo somente poderia ser praticado entre os esposos que estivessem à altura de criar e educar seus filhos, pois só assim estariam fortalecidos a dignidade social da família legítima, suas possibilidades econômicas e os laços de parentesco que iriam permitir aos filhos legítimos integrar-se na sociedade. Para ele, os filhos nascidos fora do casamento não passavam de bastardos desprezíveis. Percebe-se que os ideais que Agostinho fixara para o casamento, no século V, se mantiveram inalterados por séculos, mesmo diante da elevação do casamento à condição de sacramento.

Originada do latim, *sacramentum*, a palavra sacramento quer dizer santo, juramento ou sagrado. Segundo a Igreja Católica, é um sinal instituído por Cristo para distribuição da salvação divina àqueles que o recebendo fazem uma profissão de fé. Designa ritos e cerimônias. É um sinal sensível pelo qual Cristo institui a *graça* para santificar as almas, e a Teologia define a *graça* como um dom sobrenatural de Deus, que pode ser transmitido ao homem por meio da oração ou simplesmente pela vontade Dele em agir imediatamente sobre a alma. A *graça*, em seu princípio é, pois, a vida de Deus no homem, conforme afirmava Aquino. A *graça* é tudo na religião cristã. E os meios utilizados por Deus para comunicar as Suas graças são os sacramentos. Os sacramentos, são, portanto, os canais transmissores da *graça* divina às almas.

De acordo com a Igreja Católica, são sete os sacramentos instituídos por Cristo: batismo, crisma, confissão, eucaristia, unção dos enfermos, sacerdócio e o casamento. Alguns são sacramentos que imprimem caráter indelével na alma e, portanto, só podem ser recebidos uma única vez; outros são

¹¹⁷Essa doutrina permaneceu em vigor até o ano de 1927. Ver VAINFAS, 1986.

sinais de sentimento de piedade; o último da série, o casamento, é chamado de *Sacramento de Serviço*, uma vez que foi instituído para que os homens povoassem o mundo.¹¹⁸

Aos olhos dos teóricos dos séculos XI e XII, o casamento tinha uma posição inferior em relação aos outros sacramentos, em virtude das funções que lhe foram atribuídas: a procriação e o remédio contra a incontidência. Para Pedro Lombardo, mesmo sendo um sacramento, o casamento era somente um remédio contra o pecado, um sacramento que não conferia graça, ao contrário do batismo, da eucaristia e do sacerdócio. Aquino reconhecia que o casamento era um sacramento que propiciava as relações carnis, excluindo a castidade e admitindo o pecado da carne. Transfigurava-se em *mistério cristológico*, afirma Vainfas.¹¹⁹

Mais adiante, em meados do século XVI, o Concílio de Trento incluiu o casamento definitivamente dentro do pensamento católico como um instrumento sagrado, necessário e uniformizado. As determinações canônicas fundamentais sobre a contratação do matrimônio subordinaram-no clara e indistintamente à jurisdição da Igreja, principalmente porque havia sido oficialmente declarado um dos sete sacramentos. O Concílio assumiu a iniciativa de sua ordenação e promulgou-a como lei para a Igreja Universal.

Dentro do projeto de renovação da Igreja, cuja característica principal era a crença de que o indivíduo poderia e deveria cooperar com Deus e de que a fé cristã deveria ser mais bem vivenciada na atividade terrena, os conciliares entenderam que a vontade humana não era meramente passiva nem escrava do pecado, mas sim chamada a colaborar para a obra divina, afirma Davidson.¹²⁰ E, diante dessa abordagem, decidiram que a concupiscência era um incentivo ao pecado, embora em si mesma não fosse um obstáculo intransponível. Mas, para evitar o pecado do desejo da carne, somente a união conjugal controlada pela Igreja seria a solução. Foram, então, instruídas medidas, como o Decreto de reformatione

¹¹⁸VAINFAS, 1986.

¹¹⁹*Ibid.*, p. 131.

¹²⁰DAVIDSON, N. S. *A Contra-Reforma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

matrimoni, que disciplinavam as relações sexuais dos indivíduos e, a principal delas, foi o casamento sacramental, ferramenta de luta para indivíduos que não conseguiam viver em castidade. Assim, o matrimônio tornou-se uma instituição obrigatória, dentro de moldes bem definidos, que deveria realizar-se na presença de um pároco ou de um vigário.

As Normas do Casamento e a Mulher

Embora a Igreja, desde tempos remotos, considerasse o casamento como uma união profana, o *pior dos bens*, como dizia o apóstolo Paulo, a partir do Concílio de Trento, seguindo a nova disciplina, passou a ser organizado, mediante uma cerimônia eclesiástica, como a única, perfeita e verdadeira união cristã,¹²¹ que se fazia diferentemente dos ritos populares.¹²²

Depois do Concílio, o casamento passou, então, a ser um contrato elevado à dignidade de sacramento,¹²³ subordinado à cerimônia oficial, cuja liturgia deveria ser uniformizada e celebrada pelo pároco em presença de duas ou mais testemunhas, diante dos quais os nubentes deveriam proferir as palavras de aceitação do enlace. A concepção do matrimônio como sacramento acentua o mútuo consentimento dos cônjuges, expresso por palavras e sinais. Os próprios cônjuges deveriam ministrar o sacramento, na presença de testemunhas.¹²⁴

Para validar uma união conjugal, os nubentes não precisavam do consentimento dos pais, pois o Concílio dispensava essa

¹²¹VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹²²As regras morais do cristianismo por muito tempo não conseguiram penetrar a fundo nas massas populares. A violência foi amplamente utilizada contra essas massas, durante a Idade Média, e muitos núcleos pagãos coexistiram entre os europeus cristianizados, desenvolvendo seus ritos, inclusive o casamento. Sobre o assunto, ver KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus Maleficarum: o martelo das feiticeiras*. 14^ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹²³Entre os diversos temas abordados em Trento, discutiu-se a questão dos sete sacramentos, definindo-os não como meros ritos simbólicos, mas como canais transmissores da graça divina, graça que não é mero revestimento da alma do pecador, mas que opera uma transformação (justificação) interna no indivíduo. Embora não seja encontrada nos primeiros séculos a enumeração metódica que ainda hoje é empregada na citação dos sacramentos, os católicos se utilizam da simples crença do que lhes passaram durante séculos.

¹²⁴Sobre o assunto, ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

autorização, levando em consideração apenas os sentimentos dos noivos. Eles deveriam cuidar para que não houvesse entre si nenhuma ligação de parentesco consanguíneo até o quarto grau, além de outras tantas normas que poderiam propiciar a nulidade do matrimônio.¹²⁵

Preservando a doutrina clássica de reduzir a cerimônia a um ato meramente consensual entre os interessados, o Concílio prescreveu também o pregão do casamento, diretamente pelo pároco, em três domingos consecutivos: o registro do nome dos nubentes e das testemunhas; a data e o local, de forma a comprovar o ato pleno da união; e a solenidade de benção nupcial que deveria encerrar o ato. Estabeleceu, ainda, algumas normas para os casamentos realizados fora dos padrões, mas autorizados pelos bispos,¹²⁶ assim como a proibição do matrimônio de sacerdotes.

O pensamento contrário à Igreja, por seu turno, deu outro caráter ao casamento ao permitir que seus pastores constituíssem famílias. Segundo Jean Delumeau,¹²⁷ Lutero, que não apreciava muito a união conjugal, pois, assim como Agostinho, entendia as relações sexuais como a encarnação do pecado original, casou-se para mostrar aos homens, contrários ao casamento de clérigos, e ao diabo, que a graça de Deus o salvaria, mesmo praticando o ato sexual, ou seja, para ele o sexo, mesmo sendo pecado, era necessário para a revalorização do casamento.

Calvino, diferentemente de Lutero, concebeu a união conjugal como uma tradução do amor do homem pela mulher. Para ele, o homem que ama sua esposa ama a si mesmo, e ambos estão ligados por um único laço, formando uma só pessoa. Delumeau, ligando o entendimento de Calvino às palavras do apóstolo Paulo, entendeu-o como integrado ao movimento de inspiração humanista enaltecendor do casamento e mostrou que,

¹²⁵Os pais ficaram escandalizados por não terem sua autoridade considerada pelo Concílio. Sobre o tema ver FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1991. p. 157.

¹²⁶ - Seriam os casamentos realizados perto da morte de um dos cônjuges e os casamentos secretos que não se confundiam com os casamentos populares.

¹²⁷ - DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1983. v. 1

no século do Renascimento, várias obras literárias teorizavam a igualdade intelectual do homem e da mulher, valorizando a união conjugal.¹²⁸

O pensamento humanista cristão sobre o casamento, no entanto, foi entendido somente por uma pequena camada da sociedade europeia, os homens e as mulheres das classes dominantes pelas quais se transmitiam o poder e a herança. O elogio à união realizada por amor e o elogio à esposa eram novidades que desafiavam o cristianismo medieval, exaltador da existência contemplativa, que preparava o que considerava a verdadeira vida para depois da morte.

Percebe-se, então, que a aversão ao matrimônio, que induzia ao pecado do sexo, e a comparação da mulher com o pecado não foram de todo banidos do pensamento cristão europeu. A Igreja tratou de fortalecer o entrelaçamento da mulher com o matrimônio, transformando ambos em pecados que deveriam ser constantemente vigiados de perto e controlados por dentro.

O projeto de vitalização da Igreja que se manifestou em Trento transformou-se num movimento de eflorescência prolongado até o início do século XX, segundo pesquisadores¹²⁹ da chamada Contra-reforma. Essa eflorescência surgiu do íntimo da Igreja, na qual havia pessoas consideradas santas, e cujo fervor ou piedade caracterizou os séculos XVI e XVII como os *séculos de santos*. Juntamente com eles, os teólogos e doutores participantes do Concílio tiveram por objetivo não mudar as estruturas da Igreja estabelecidas ao longo dos séculos, mas reformar os homens, principalmente os detentores de cargos e funções dentro da Igreja e do Estado e, para isso, partiam do princípio de que o mal se infiltrara na mundanização do clero e que os homens deveriam

¹²⁸Dentre suas citações, Delumeau privilegia as do monge dos Países Baixos, Erasmo, elogiando seu entendimento cristão pela união entre um homem e uma mulher. *Manual do cavaleiro cristão* (1503), *Elogio do casamento* (1518), *Os colóquios* (1523) e *O casamento cristão* (1526) são algumas das obras de Erasmo citadas por Delumeau. Também Norbert Elias, em sua obra *O processo civilizador*, cita Erasmo, e observa que, apesar de ele situar sua grande obra nas tradições medievais, mostra simultaneamente e com clareza inúmeras novidades que se desenvolvem segundo o conceito de *civilité*. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

¹²⁹Por exemplo, DAVIDSON, 1991. e MULLET, Michael. *A Contra-Reforma e a reforma católica nos princípios da idade moderna europeia*. Lisboa: Gradiva, 1984.

ser transformados pela religião, e não essa por eles.

A campanha de doutrinação das massas no comportamento com a fé mediante um discurso normatizador, dentre as decisões do Concílio que afetaram a história cultural da Europa do início da Idade Moderna, no que se refere ao desejo da organização de uma nova sociedade cristã, foi considerada como uma das principais. A consciência da ignorância religiosa da sociedade ocidental, que experimentava uma profunda mudança,¹³⁰ ajudou a Igreja Tridentina a visualizar a possibilidade de educar e conscientizar as massas de fiéis para atingir seus objetivos, por meio de sua inserção na educação e na família, valendo-se dessas duas instituições em um projeto cristão de domesticação do indivíduo.¹³¹

A consecução desse objetivo deu-se ao longo de vários séculos e deveu-se, sobretudo, ao êxito da persuasão, do doutrinamento e de todas as formas de propaganda utilizadas pela Igreja Católica. Nos quatrocentos anos que se lhe seguiram, a mentalidade religiosa do Concílio dominou a Europa cristã, chegando aos territórios colonizados pelos europeus.

Nessa época, a Igreja Católica era a instituição que detinha o poder ideológico e quase o monopólio religioso da sociedade ocidental. Regulava o cotidiano das pessoas de forma a ditar-lhes a ética e o comportamento. Fazia-se presente na vida do indivíduo em todos os momentos, desde o nascimento, com o batismo, até a morte, com a extrema-unção, ditando os gestos, a forma da constituição da família, as rezas domésticas e coletivas, as reconciliações, além de exercer a vigilância doutrinal sobre os costumes por meio das visitas pastorais, com os seus exames do comportamento social e sexual das pessoas.

Os mais fortes meios utilizados pelos padres tridentinos para impor uma forte pressão sobre as populações, vigiadas e

¹³⁰DELUMEAU, 1983; MENDES, António Rosa. A vida cultural. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: no alvorecer da modernidade. (1480-1620)*. Coimbra: Estampa, 1993. p.375-421.

¹³¹Flandrin discute o vislumbre da Igreja quanto à possibilidade de transformar a família em lugar de controlar a massa de fiéis (FLANDRIN, 1991).

controladas a cada passo, eram a confissão, os sermões e as devassas da Inquisição. Bastava a presença de um padre para que os valores concebidos pelos integrantes do Concílio fossem impostos à população, seja pela ameaça, seja pelo prestígio.¹³²

Segundo Mullet,¹³³ o Concílio de Trento, que começou com um longo período preparatório de preocupação e esforço, depois de terminado, infiltrou suas normas nos costumes e nas instituições de forma muito lenta, mas eficaz. A vida das famílias, as relações entre marido e mulher e entre pais e filhos, e aspectos da vida social diária da comunidade foram controlados por regras e conselhos que definiam comportamentos de convivência doméstica. Segundo o autor, seus ensinamentos implicaram reformas do ensino nas escolas, orientadas principalmente pelo princípio jesuítico da formação do adulto, por meio da educação inicial da criança, tanto nas escolas jesuíticas para meninos, como nas escolas para meninas.¹³⁴

A parte feminina da sociedade ocidental foi a que mais sofreu as influências dos novos ensinamentos religiosos propostos pelos conciliares de Trento. Vistas desde o princípio do cristianismo como um ser perigoso, as mulheres, após o Concílio de Trento, passaram a ser consideradas as guardiãs do cristianismo. Essa mudança de comportamento da Igreja deu-se quando as mulheres, procurando manter a sobrevivência da Igreja na França, levaram suas rezas para o ambiente doméstico, espalhando na vizinhança devoções religiosas. A Igreja vislumbrou nesse movimento a forma de levar às famílias a moral cristã.¹³⁵

Dentro do conjunto de estratégias utilizadas pela Igreja para que as mulheres adquirissem uma formação cristã, a educação feminina

¹³²Para se ter uma idéia do controle que a Igreja exercia sobre a sociedade ocidental medieval, Silva mostra que, se uma cidade se revoltasse contra os ditames dos religiosos, receberia como castigo o confisco do sino, o instrumento que referenciava a vida cotidiana. SILVA, Janice Theodoro. *Descobrimientos e colonização*. São Paulo: Ática, 1987.

¹³³MULLET, 1984.

¹³⁴Em 1574, em Avinhão, as Irmãs Ursulinas fundaram a primeira escola para meninas em cidades de língua francesa. Ver DELUMEAU, 1983. v. 2.

¹³⁵MARGOTTO, Lilian Rose. *A Igreja Católica e a educação feminina nos anos 60*: o Colégio Sacré-Coeur de Marie (Vitória 1960-1969). Vitória: EDUFES, 1997.

passou a ser prioridade. Justamente por serem consideradas a base da família, elas precisavam ser preparadas para obedecer, tornar-se totalmente humildes e ter uma formação que as capacitasse para assumir os lares cristãos e oferecer aos filhos uma formação moral baseada no catolicismo.¹³⁶

Um discurso normatizador foi sendo imposto como um processo civilizatório, e várias obras de ensino feminino foram sendo compiladas nos séculos seguintes, estimulando as mulheres a aceitarem seu destino de esposa e mãe, transformando isso no ideal de vida para as mais afeitas à religião cristã.

Em Portugal, especificamente, em nome da moral católica, o papel social da mulher foi sendo delineado ao longo dos séculos seguintes ao Concílio de Trento, e uma série de deveres foi-lhes sendo imposta. Seguindo os preceitos da antiga sociedade patriarcal romana, cabia-lhes manter o cumprimento dos deveres que a condição de mulher exigia: a prática da renúncia, a dedicação e a submissão, aliadas agora a gestos de abdição do desejo, que eram considerados como provas de amor, respeito, honra e submissão.

Imperava nessa sociedade a moral do dever, que possibilitava a identificação do casamento com a manutenção da honra familiar, pela qual a mulher era considerada a grande responsável. A família era tida como uma unidade natural, e seu objeto, o fato natural da geração de filhos. A cultura portuguesa entendia, até meados do século XVIII, que o sustento da casa era responsabilidade do homem. E isso se explicava por ter sido ele o gerador da mulher, criada, de acordo com o texto bíblico, de uma de suas costelas. Em outras palavras, Hespanha¹³⁷ explica que a família em Portugal era concebida como um todo orgânico, no qual prevalecia como regra a sustentação da própria pessoa em primeiro lugar e depois, a dos filhos. A família constituía um universo totalitário, onde existia apenas um sujeito, um interesse, um direito, logo

¹³⁶MARGOTTO, 1997.

¹³⁷HESPANHA, António Manuel. *O Antigo Regime (1620-1807)* Lisboa: Estampa, 1992. v. 4.

marido e mulher eram uma só pessoa.¹³⁸

O autor ainda argumenta que

*[...] esta distinção não deixará de marcar o imaginário das relações entre os sexos, a mulher saíra do corpo do homem, reintegrando-se com o matrimônio, no plano espiritual nessa comunidade corpórea.*¹³⁹

No viés desse raciocínio, não cabendo dentro da família lugar para conflitos sobre o seu e o meu, já que a unidade natural exigia o amor conjugal baseado numa promessa recíproca de ajuda pela igualdade e vida comum, nada era considerado mais justo do que deixar o arbítrio das decisões e o poder a um só membro: o pater-famílias. Foi aí que afloraram as desigualdades naturais dos sexos, que faziam da mulher objeto de sujeição ao homem – primeiro ao pai, depois ao marido –, traduzindo formas generalizadas de permissão ao homem de dirigir, corrigir, defender e sustentar sua esposa.

Delimitado o seu papel social de gênero às paredes da unidade doméstica, à mulher caberia somente obedecer. Casada, ela deveria fazer do trabalho doméstico a base de toda a vida, ou seja, zelar pela dignidade do marido, dar-lhe filhos legítimos e educá-los na vida cristã, cuidar de sua saúde e de sua educação, cuidar dos afazeres domésticos e providenciar os desejos do marido, seu senhor e guardião.

Pelas normas tridentinas, a mulher seria a responsável pelo sucesso ou pelo fracasso do processo civilizatório que, na virada do século XV para o XVI, começava a manifestar-se na cultura portuguesa com incipientes sintomas de mudanças nos comportamentos, o que aliás fez de Portugal partícipe do movimento geral do Renascimento Europeu.¹⁴⁰

O cotidiano da mulher, retirada em sua residência desde criança,

¹³⁸A Igreja até hoje confirma essa idéia, quando repete várias vezes, nas cerimônias nupciais, que o homem e a mulher, mediante o casamento, tornam-se “carne de uma só carne”.

¹³⁹HESPANHA, 1992, p. 273.

¹⁴⁰MATTOSO, 1993, p. 54.

foi estimulado pela Igreja e pela cultura a desenvolver-se em torno do ideal da manutenção da família cristã, levando-a a acreditar que nascera para casar-se.

O casamento cristão tornou-se, então, matéria cujo principal significado era o domínio dos corpos, visto como um recurso da concupiscência, a única forma legal de controlar o instinto da reprodução da espécie.

Essa idéia suscitou muito esforço da Igreja no sentido de legitimar as uniões. A mulher tornou-se o alvo principal para que as uniões fossem realizadas dentro do modelo instituído pelo Concílio de Trento. Catecismos e documentos literários, escritos por pessoas que pretendiam disciplinar o comportamento feminino, fizeram da educação um meio de prepará-la para o casamento. Muitas medidas foram tomadas com o objetivo de promover a união social entre os gêneros, destacando-se dentre elas a instrução familiar, que a mulher, desde pequena, passou a receber. Nesse processo, ela era convencida a querer intensamente o casamento e a gostar dele, mesmo que as conseqüências dessa união não lhe fossem favoráveis.

Logo, tanto a educação doméstica, quanto a escolar instruíam a mulher para aceitar viver ao lado de um homem, dando-lhe sua vida, seu corpo e sua força de trabalho, assumindo o papel de esposa.

CASAMENTO:

TRADIÇÕES E COSTUMES

As tradições e os costumes implantados no Brasil, desde os primeiros tempos coloniais, seguiam as mesmas regras do modelo social português católico, que regeu os valores e o universo feminino do país durante longos séculos. Mesmo deteriorando-se diante do processo civilizatório que se instituía com a modernização dos costumes europeus, o poder patriarcal que se estabeleceu aqui teve diversas conseqüências na sociedade, das quais, as relações entre os sexos foram as mais marcantes, já que se desenvolveram dentro de uma estrutura patriarcal apoiada na dominação patrimonial que se originava no poder doméstico organizado, cuja essência se baseava na submissão, em virtude de uma devoção rigorosamente pessoal, representada principalmente pelo elemento masculino.¹⁴¹

A estrutura econômica da Colônia, apoiada no poder do capital mercantil, recebia reforços reais para a manutenção do poder patrimonial, que se fundamentava na propriedade e na exploração lucrativa da terra, em oposição às relações capitalistas de produção que se formavam na Europa renascentista. No Nordeste açucareiro especificamente, os grupos familiares destacavam-se mais do que o próprio governo e, como unidade produtiva e dona do capital a ser investido no desbravamento do

¹⁴¹SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

solo, a família era a instituição que ditava as regras da sociedade que se compunha.¹⁴²

Embora os grupos familiares fossem muito dispersos e vivessem basicamente da exploração da terra, era a família que exercia a maior parte das funções sociais. Essa instituição firmou-se no Brasil como o centro de produção econômica, religiosa e política, sobre a qual nenhuma outra instituição tinha poder. Sua base, o casamento, seguia as leis civis instituídas em Portugal e era a priori realizado entre grupos de convívio ou parentelas, de modo a não dispersarem o patrimônio adquirido.¹⁴³

Como a indissolubilidade dos bens econômicos era uma das normas para que os casamentos fossem realizados, era muito comum serem eles contraídos dentro de um mesmo grupo, preservando-se o patrimônio e, conseqüentemente, o poder. Logo o casamento era uma das instituições que mais contribuía para a dominação política e econômica da sociedade brasileira.

Desde o início do processo de povoamento do Brasil, a necessidade da presença de mulheres brancas seguia o impulso cultural de manter o estilo de casamento existente na Metrópole. Casar-se com mulheres nativas ou negras escravas não teria o mesmo tom que se casar com mulheres da corte. Diante desse entendimento, urgia que viessem para a Colônia mulheres brancas. Poderiam ser órfãs ou meretrizes, diziam os jesuítas. Pouco importava que essas mulheres não fossem de família. O importante é que fossem mulheres em condições de se casarem com os colonos, que pertenciam a diferentes classes sociais.¹⁴⁴

Freyre¹⁴⁵ afirma que, contrariando esses ideais, os homens que vieram povoar a Colônia deitavam-se constantemente com as mulheres nativas, favorecendo a miscigenação. E, a despeito da impicância dos jesuítas com o fato de os colonos se

¹⁴²FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

¹⁴³PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. Introdução ao seu estudo. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

¹⁴⁴SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistemas de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.

¹⁴⁵FREYRE, 1977.

misturarem com as mulheres nativas, é importante entender que a miscibilidade fazia parte do projeto político e econômico do Estado português para ocupar terras tão vastas, pelo fato de, em Portugal, “terra de escassez de gente”, ser comum o interesse pela procriação, que se fazia sob o consentimento da Igreja, das Ordenações Manuelinas e, mais tarde, das Filipinas. Desde que se aumentasse a população, a tolerância abafava os preconceitos morais e os escrúpulos católicos da ortodoxia, assevera o autor.

Por seu turno, Buarque de Holanda¹⁴⁶ atribui essa miscigenação à *carência de orgulho racial* peculiar ao colono português, que, depois de sofrer invasões, colonizações e conquistas em seu território europeu, incorporou em si traços recorrentes de culturas romanas, africanas e mouriscas, essas últimas com fortes tendências à mestiçagem.

De forma crítica, Bosi¹⁴⁷ analisa as características dos portugueses discutidas por Freyre e Holanda e conclui que cada um desses autores, a seu modo, matiza um pouco a história da capacidade psicológica do português em misturar-se sexualmente com as mulheres nativas e negras. Para o autor,

*A libido do conquistador teria sido antes falocrática do que democrática na medida em que se exercia quase sempre em uma só dimensão, a do contacto físico: as escravas emprenhadas pelos fazendeiros não foram guindadas, ipso facto, à categoria de esposas e senhoras de engenho[...].*¹⁴⁸

Contrariando esse pensamento, Silva¹⁴⁹ alega que muitos colonos constituíram famílias com mulheres nativas seguindo os padrões civis do Reino. Segundo a autora, embora as leis civis portuguesas ordenassem a Colônia, até o século XVII, proliferaram inúmeras uniões entre os colonos e índias e negras, numa miscigenação resultante dos casamentos segundo as *leis da natureza*.

¹⁴⁶HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

¹⁴⁷BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

¹⁴⁸BOSI, 1992, p. 28.

¹⁴⁹SILVA, 1984.

A legislação civil portuguesa no Brasil Colonial funcionou muitas vezes de forma contraditória. Algumas leis entravam em vigor sem que as leis anteriores fossem explicitamente revogadas, variavam de acordo com as *ordens constitutivas da sociedade*, propiciando a criação de regras diferentes para cada parcela da sociedade, ou seja, a legislação vigorava de acordo com as raças e a situação jurídica do indivíduo, se livre ou escravo. Muitas dessas leis eram enunciadas de forma diferente no Reino, na Colônia e em diversos cantos do Brasil. Em São Paulo e na Bahia, por exemplo, havia grandes diferenças em matéria de casamento. Segundo Silva¹⁵⁰, no Brasil essas diferenças eram [...] *suficientes para que [fosse] lícito falar do Brasil colonial com um todo homogêneo.*

Os séculos de dominação portuguesa viram grandes fluxos de pessoas, sobretudo masculinas, buscarem a *adaptação* ao Novo Mundo. Para o projeto metropolitano de ocupação do território descoberto, o ir e vir em busca de melhores condições não correspondia ao tipo de exploração determinado: era necessário o adestramento social da população, mesmo porque, somente com a organização social da Colônia sua exploração daria resultados produtivos. E, para a execução desse projeto, a Igreja Católica, a serviço do Estado, desenvolveu os projetos reformistas do Concílio de Trento, fundamentando as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

As *Constituições*, que repassaram e utilizaram as leis eclesiásticas estabelecidas em Trento, buscaram dar ordem às uniões entre homens e mulheres na Colônia, embora, assim como a leis civis, suas normas variassem entre os grupos sociais, as raças, o estatuto jurídico dos indivíduos e, principalmente, de uma capitania para outra. Seu texto pregava que o casamento era o único meio cristão de dominar os corpos e legitimar as uniões *naturais* entre os sexos, e valia-se da mulher para adequar a população aos novos preceitos cristãos, seguindo os mesmos mecanismos usados pela Igreja na Europa.¹⁵¹

¹⁵⁰SILVA, 1981. p. 12

¹⁵¹MARGOTTO, 1997.

Era objetivo da Igreja no Brasil regularizar as uniões naturais e por isso as condenava como sendo delitos da carne, chegando a punir os homens e as mulheres que se uniam naturalmente com penas pecuniárias, prisão e degredo.¹⁵² No entanto, essas relações se sustentaram de forma aberta e sem preconceitos, inquietando os jesuítas, e perpassaram por todas as camadas sociais, a despeito da relação criada entre a mulher e casamento. Por isso, importava à Igreja impedir as uniões que atendiam unicamente à lei da vontade dos indivíduos. Elas fugiam aos preceitos do sistema de regras civis e religiosas.

As práticas da irracionalidade do instinto contrapunham-se à racionalidade das normas, promovendo repúdio por parte daqueles que pretendiam moralizar a sociedade que se formava no Brasil, pois o casamento cristão era tido como o único recurso contra a concupiscência, tão explorada na América portuguesa. Mesmo com a divulgação das normas tridentinas, o casamento segundo as leis civis continuou sendo utilizado pelas camadas mais populares da sociedade. E uma das formas mais comuns desse tipo de união era o concubinato que, segundo Cândido,¹⁵³ pouco se afastava da prática do casamento cristão, e se dava com frequência na Colônia, graças à mistura étnica, ao regime escravocrata e à baixa densidade populacional. Bastava a intenção do casal em se unir pelo matrimônio para que passasse a conviver socialmente, pois eram relações que se caracterizavam também nos preceitos da família constituída dentro dos ditames cristãos, apesar de terem sido consideradas como uma transgressão às formalidades eclesiásticas contratuais, e também uma negação ao sacramento, conforme as condições disciplinares instituídas no Concílio de Trento.

As normas explícitas no decreto tridentino eram contrárias aos casamentos que não fossem mediados pela Igreja, ou seja, os casamentos realizados sem a presença de um pároco que pudesse ministrar o sacramento eram considerados *casamentos*

¹⁵²SILVA, 1981.

¹⁵³CÂNDIDO, 1951.

clandestinos. Tal situação era condenada, segundo o frei Francisco Larraga,

[...] porque muitos **clandestine** se casavam com uma, e **in facie Ecclesiae** se casavam com outra; viviam e morriam desta sorte, sem que a Igreja (por falta de testemunhas) o pudesse remediar, e faziam, e desfaziam matrimônios à medida de seu desejo contra Deus, e contra suas almas; porque não podiam dissolver-se.¹⁵⁴ (grifo nosso)

A Igreja, no entanto, não deixava de reconhecer os casamentos que não seguiam de todo a forma por ela estipulada. Herculano,¹⁵⁵ na obra *Estudos sobre o casamento civil*, em 1865, conta que muitos casais obrigavam a Igreja aceitar esses casamentos clandestinos, porque os realizavam na presença do próprio padre, mas não seguiam os trâmites legais instituídos. Os casais iam às missas, com suas testemunhas, e esperavam a hora em que o padre se voltasse para o público, ou para dar a bênção ou para descer do altar, para juntos se receberem em voz alta como marido e mulher. O padre, pegado desprevenido, não podia negar sua condição de testemunha do sacramento, devendo, por isso, sacramentá-lo.

Diante dessa *clandestinidade*, a Igreja insistia que o Estado português acabasse de vez com essas uniões, o que só ocorreu em meados do século XVII, quando a Coroa ordenou a seus súditos seguirem os preceitos impostos pela Igreja. A legislação do Período Pombalino, além de modificar profundamente os preceitos dos casamentos, apoiou a sustentação do pátrio poder mediante a celebração do matrimônio. Por meio da Carta de Lei de junho de 1775, o Estado passou a apoiar a autoridade paterna na escolha dos cônjuges ideais para seus filhos,

[...] sustentando-a com medidas concretas, para aplicar mais um golpe nos então chamados casamentos clandestinos, ou ocultos, nos quais a Igreja há muito desempenhava um papel fundamental.¹⁵⁶

¹⁵⁴LARRAGA, apud SILVA, 1984, p. 112.

¹⁵⁵HERCULANO, apud SILVA, 1984, p.76.

¹⁵⁶SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A legislação pombalina e a estrutura da família no Antigo Regime português*. São Paulo: Estampa, [199-?]. p. 408.

Degredo, confisco de bens, acusação de crime, entre outras, eram as punições impostas para quem fosse preso sob a acusação de ter realizado ou testemunhado um casamento fora dos moldes cristãos, ampliando aos nobres as punições aplicadas até então somente aos plebeus. Silva¹⁵⁷ acredita que a colaboração das autoridades civis brasileiras para com a Igreja tenha ocorrido bem mais tarde, pois aqui o casamento contraído sem as formalidades exigidas pelo Concílio de Trento continuou sendo tão válido quanto o realizado segundo o rito tridentino.

Pelo tipo de casamento imposto pelas *Constituições*, os noivos deveriam apresentar uma documentação provando serem solteiros, batizados, e aguardar denúncias durante três domingos para verificação de possíveis impedimentos. Essa documentação custava muito caro para a população e se constituiu em um grande entrave para a realização do casamento nos moldes tridentinos, levando os homens a se envolverem *naturalmente* com mulheres nativas, desviando-se dos interesses da Igreja em promover casamentos entre homens e mulheres brancos.

Samara¹⁵⁸ afirma que as despesas com a celebração do matrimônio e os altos custos da cerimônia e dos proclamas eram realmente obstáculos encontrados por pessoas pobres que decidiam casar-se, mas também existia o problema de falta de cônjuges elegíveis, pois, para haver a união sacramentada, levavam-se em conta fatores seletivos, tais como a riqueza e a origem do indivíduo. Segundo a autora, tanto os homens quanto as mulheres de todas as camadas sociais resistiam aos apelos da Igreja em sacramentar as uniões ilegítimas, provocando com isso a ausência de matrimônios instituídos nos moldes da cristandade.

O baixo índice de nupcialidade no Brasil era resultado das dificuldades observadas, mas também era uma justificativa para a prática do celibato entre homens e mulheres, em todas as camadas sociais. Pessoas optavam por viver sozinhas, ou

¹⁵⁷SILVA, 1984.

¹⁵⁸SAMARA, Eni de Mesquita. Família, divórcio e partilha de bens em São Paulo no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, n. 13, p. 787-797, 1983.

cercadas por outras com quem não tivessem nenhum vínculo de parentesco, como escravos ou agregados. Tanto homens como mulheres desenvolviam essa prática não só no Brasil, mas também na Europa.

Perrot,¹⁵⁹ referindo-se ao celibato francês do século XIX, afirma que o mesmo assumia conotações diferentes para cada sexo. Para o homem, o celibato era a própria expressão de sua liberdade: viver sozinho, receber em sua casa amigos e amores efêmeros, desfrutar de luxos, viagens, risco e jogos. Para a mulher, o celibato representava o oposto, pois era a sociedade que definia seus sentimentos: se vivesse sozinha e fosse solteira, era porque não havia conseguido um casamento e estava à espera dele. Considerada rabugenta, maledicente, intrigante e até histérica e maldosa, a mulher celibatária francesa era tida como *uma aranha na cidade, cristal de todos os estereótipos*. Segundo a autora, na França havia um grande número de mulheres celibatárias e eram as cidades os maiores *reservatórios de mulheres sozinhas*. No censo de 1851, 46% das mulheres francesas eram celibatárias, com mais de 50 anos. Entre elas, 12% eram solteiras e 34% eram viúvas. Tomar conta de pais idosos, viver mais tempo do que os homens, não contrair novas núpcias, seguir carreira religiosa ou trabalhar em casa de outras pessoas como domésticas constituíam-se *mecanismos* que levavam as mulheres ao celibato, forçosamente ou não.

Assim como na França, no Brasil muitas mulheres viram-se obrigadas a viver sozinhas, sem marido. Era muito comum o casamento entre pessoas de diferentes idades, pois os homens mais velhos escolhiam para suas esposas mulheres muito jovens e, muito cedo, elas tornavam-se viúvas.

Também aqui o abandono de mulheres era corriqueiro, pois muitas eram deixadas por seus maridos, que iam em busca de abertura de novas frentes de lavoura e de novas riquezas no interior do Brasil. Na maioria das vezes, não mais voltavam,

¹⁵⁹PERRROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 4, p. 287-303.

deixando suas mulheres tomando conta dos filhos sozinhas.

Tanto uma como outra prática encontravam respaldo para sua existência nas dificuldades socioeconômicas da Colônia. A primeira, pela segurança que os homens mais velhos, em condições financeiras melhores do que as dos jovens, davam às moças, despreocupando os pais, ou mesmo sustentando-os. A segunda, pela dificuldade financeira em manter a família numa sociedade com tantas deficiências econômicas internas. O *Recenseamento da População do Império do Brasil*, em 1872, mostra o quanto era comum as mulheres viverem sozinhas: do total da população feminina livre, 67% eram mulheres solteiras e 5,5% eram viúvas, e entre a população feminina escrava, 89,34% eram solteiras e 2,44 eram viúvas.¹⁶⁰

No século XIX, mesmo diante das dificuldades estabelecidas para sua efetivação no Brasil, o casamento ainda representava, pelo menos para uma pequena parcela da população, a união de interesses na manutenção do prestígio e da estabilidade social. Soeiro¹⁶¹ afirma que, na Bahia, num grupo de 160 mulheres que pertenciam a 53 famílias proeminentes, 14% se casaram, 77% ingressaram na vida conventual e 5% permaneceram solteiras. Era preferível, para essas famílias, enviar suas filhas para os conventos a vê-las casadas com funcionários ou oficiais da Coroa, pois *isso significava casar baixo*.

Essa tendência ocorria em todo o país. Samara, que estudou o casamento em São Paulo no mesmo período, explica:

Isso significa que os casamentos predominaram em certos estratos da população e estiveram preferencialmente circunscritos aos grupos de origem, representando a união de interesses, especialmente entre a elite branca. Esta, preocupada em manter o prestígio e a estabilidade social, procurava limitar os matrimônios mistos quanto a cor, e

¹⁶⁰Sobre o assunto, ver SAMARA, 1997.

¹⁶¹SOEIRO, apud LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. *Revista História*, São Paulo, n. 12, p. 12-28, 1993.

em desigualdade de nascimento, honra e riqueza.¹⁶²

Era comum, portanto, que a escolha dos nubentes fosse feita por parentes que tinham como objetivo preservar a fortuna da família. E, mesmo nas famílias mais humildes ou de pessoas provenientes de uniões ilegítimas, o casamento que se fazia de modo menos rigoroso seguia a tradição de escolher um bom partido para seus filhos. A intensificação da urbanização, no século XIX, não enfraqueceu a tradição da manutenção dos laços familiares por meio do casamento. Pelo contrário, assevera Samara,¹⁶³ a proximidade de membros de uma mesma família nas cidades reforçou os laços de convivência e contribuiu para que ocorressem reuniões cada vez mais regulares, e mostra que, pelo censo de 1836, a formação dos bairros na cidade de São Paulo se fazia pela concentração de indivíduos ligados por laços de parentesco e daqueles que desenvolviam um certo tipo de atividade econômica comum.

As populações pobres das cidades costumavam preservar aspectos do velho sistema de organização familiar, e o proletariado, conservador dos traços comportamentais adquiridos desde seus contatos mais remotos com o sistema patriarcal, também mantinha traços adquiridos daqueles grupos, afirma Cândido.¹⁶⁴ Por isso, nas cidades, mais do que qualquer outra camada urbana, o proletariado estava sujeito à desorganização pessoal e social, sofrendo, por conseqüência, os desajustamentos promovidos pela rápida mudança do meio ambiente cultural.

Embora mantivesse fortes raízes agrárias, a população das cidades, frágil burguesia urbana emergente, no século XIX, foi inserida no contexto de implantação de novos valores, que substituíram paulatinamente a tradicional família patriarcal que vivia confinada à zona rural pela família urbana, menos extensa,

¹⁶²SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo. Século XIX. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989. p. 87.

¹⁶³SAMARA, 1983.

¹⁶⁴CÂNDIDO, 1951.

mais próxima das necessidades pertinentes às mudanças econômicas, políticas e sociais que se desenvolveram no contexto da abolição da escravatura, da imigração européia, do desenvolvimento incipiente da industrialização, das mudanças políticas do país e da emergência das classes médias.

O Casamento e a Mulher

A evolução da economia, com a abertura dos portos, e a introdução de novos valores sociais, com a vinda da Corte Portuguesa no início do século XIX, deram à sociedade brasileira novos matizes e possibilidades por sua repercussão. As populações urbanas foram as que mais de perto perceberam a nova influência de pensamentos filosóficos que enfatizaram a ideologia das concepções teóricas decorrentes das mudanças dos comportamentos. No pensamento do século XIX, quatro fortes correntes filosóficas articularam-se sob novas formas e utilizaram-se da cultura para convencer as mulheres a contribuírem no fortalecimento de seus ideais, principalmente quando a “*família patriarcal de caráter rural passou a ser substituída progressivamente pela família urbana, quer de cunho burguês, quer de caráter proletário*”, afirma Azzi.¹⁶⁵ Tanto a corrente católica, quanto a positivista pregavam, cada uma a seu modo, o ideal de comportamento feminino voltado para o casamento.

Jornais, catecismos, literatura, propagandas e ensino foram, entre outros, os mecanismos utilizados pelos pensadores para transmitir às mulheres o entendimento de que a *natureza feminina* as conduzia ao casamento e à maternidade.

O pensamento católico, que perpassava por todas as camadas da população, cidades e zonas rurais, pregava, através de seus catecismos, os valores que a Igreja desejava impor aos fiéis, principalmente às mulheres, a quem restringia o mais possível a ação para dentro dos muros domiciliares.

¹⁶⁵AZZI, Riolando. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950): um enfoque histórico. In: RIBEIRO, Ivete (Org.) *Sociedade brasileira contemporânea: família e valores*. São Paulo: Loyola, 1987. p. 85-120.

O bispo D. Macedo Costa¹⁶⁶ fez publicar, em 1875, um catecismo que pregava o modelo de comportamento e disciplina feminina predominante na época, de acordo com o estado civil:

Obrigações de uma jovem

1. Ser muito modesta em todas as suas ações.
2. Andar acautelada a cada passo.
3. Ser grave e sempre decente nas falas e maneiras.
4. Gostar de estar em casa e ajudar a sua mãe.
5. Aplicar-se de contínuo ao trabalho.
6. Raras vezes sair, e só por necessidade.
7. Aborrecer as vaidades nos vestidos e enfeites.
8. Evitar conversações indiscretas com pessoas de sexo diferente.
9. Detestar dissipações e profanos divertimentos.
10. Amar os exercícios de piedade.
11. Ser muito franca, leal e amorosa para com a mãe e não ter segredos para ela.
12. Edificar com bom exemplo e doutrina seus irmãos menores.

Obrigações da mulher casada

1. Amar o marido.
2. Respeitá-lo como seu chefe.
3. Obedecer-lhe com afetuosa prontidão.
4. Adverti-lo com discrição e prudência.
5. Responder-lhe com toda a mansidão.
6. Servi-lo com desvelo.
7. Calar, quando o vir irritado.
8. Tolerar com paciência os seus defeitos.
9. Não ter olhos nem coração para outro.
10. Educar catolicamente os filhos.
11. Ser muito atenciosa e obediente para com o sogro e a sogra.
12. Benévola com os cunhados.
13. Prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família.

¹⁶⁶COSTA, apud AZZI, 1987, p. 88-89.

Obrigações da viúva

1. Viver pura como as virgens.
2. Vigilante como as casadas.
3. Dar exemplo de virtudes a umas e outras.
4. Ser amiga do retiro.
5. Inimiga dos divertimentos mundanos.
6. Aplicada à oração.
7. Cuidadosa pelo seu bom nome.
8. Amante da mortificação.
9. Zelante pela glória de Deus.

A moral que preparava a menina para o desempenho das funções domésticas pressionava o comportamento feminino no sentido de a mulher conservar sua honra e não se indispor com a disciplina patriarcal que se manteve na sociedade brasileira até parte do século XX. As normas sociais e *naturais* dos sexos revelavam valores morais que deviam refletir-se no comportamento feminino de forma a garantir sua honra e sua imagem de *moça de família* e *boa esposa e mãe*, devendo tal comportamento prosseguir na viuvez. Segundo Azzi,¹⁶⁷ o enquadramento feminino nesse esquema de ordem conservadora submetia a mulher à hegemonia masculina dentro de casa, deixando livre o espaço político e social para o homem.

Esposa e mãe, ocupada com os afazeres domésticos e evitando a oposição e o choque com a nova ordem social, a mulher, na ótica do pensamento positivista, deveria ser mantida *exclusivamente ao nível familiar*, lugar, por excelência, onde podem ser desenvolvidos os

[...] instintos altruístas [que] são três: o amor para com os iguais, que é o apego; o amor para com aqueles que parecem superiores, veneração; o amor para com aqueles que dependem de nossa proteção, bondade. Estes três instintos são mais desenvolvidos na mulher do que no homem; a mulher é mais terna, mais simpática, mais pura do que o homem.

¹⁶⁷AZZI, 1987.

Pureza quer dizer menor energia no egoísmo: a mulher é mais sóbria do que o homem; o instinto sexual, pode-se dizer que não existe quase, de ordinário, mas é fundamentalmente pura, a pureza quase não custa esforço à mulher, e é por isso que ela é tão severa a este ponto, em relação ao seu sexo.¹⁶⁸

Tais idéias, consideravam os positivistas, fortaleciam as duas esferas básicas da atividade humana, que eram a família e a sociedade, sendo a primeira a principal prerrogativa da mulher, e a segunda, concretizada como a pátria, privilégio do homem.

Contrário, entretanto, a esses ideais, o pensamento liberal denunciava a desagregação da família pelo uso indevido das mulheres pela Igreja Católica. Ruy Barbosa,¹⁶⁹ vulto liberal incontestável, criticava os jesuítas e denunciava suas práticas como sendo uma arte de exploração que se apoderava especialmente da família por meio da mulher.

O jornal liberal *A Folha Nova*, de 30 de dezembro de 1883, denunciava a educação feminina religiosa pela supervalorização da pureza feminina que colocava a mulher em condição débil de sujeição bíblica ao homem, sem direitos de igualdade ao marido quanto à educação dos filhos, e a escravizava à vontade conjugal. No dia 25 de novembro do mesmo ano, no *Jornal O Sexo Feminino*, uma professora mineira reivindicava a emancipação da mulher, alegando a perda de direitos, a falta de uma educação verdadeira e o obscurantismo do conhecimento sobre os negócios do casal. A autora ainda alegava que as mulheres queriam *saber como se fazem esses negócios, seus porquês e pelo que das coisas*, além de declarar que se sentiam enganadas e não queriam continuar a sê-lo.¹⁷⁰

Segundo o liberalismo, o mundo da cultura deveria ser aberto à mulher para que sua relação com o sexo oposto deixasse de ser

¹⁶⁸MENDES, apud AZZI, 1987. p. 101.

¹⁶⁹BARBOSA, apud AZZI, Idem. p. 104.

¹⁷⁰Os artigos dos jornais *A Folha Nova* e *O Sexo Feminino* foram citados por AZZI (1987), às páginas 105 e 107, respectivamente.

opressiva, já que ela tem as mesmas disposições naturais para os estudos superiores e capacidade para uma maior participação na vida política e na vida profissional que os homens.

Tidas como eternas menores de idade, as mulheres dependiam dos maridos para tomar qualquer decisão sobre sua própria vida, principalmente aquelas que se casavam muito jovens com homens muito mais velhos e que não tinham nenhuma experiência, já que desde pequenas aprendiam que deveriam ser sempre dóceis, serenas, amáveis, dispostas a aceitar qualquer imposição do marido, além de ter de se doar para toda a família. Ser boa esposa e mãe dedicada era o papel feminino esperado por toda a sociedade brasileira. Só a educação feminina, seguindo as mesmas regras da educação masculina, poderia dar à mulher a oportunidade de mostrar sua *capacidade*, defendiam os liberais.

Com a implantação do sistema republicano, as cidades fortaleceram-se com as transformações socioeconômicas que gradativamente minavam os valores defendidos pela sociedade patriarcal e, no processo crescente de industrialização e urbanização dessas cidades, os intelectuais positivistas defendiam uma melhora na educação pública como meio fundamental de garantir o progresso do país. Pregavam a moralização dos costumes por meio da instrução, e nela incluíam as mulheres. No entanto, prevalecia a idéia de que a educação deveria preparar a mulher para criar e formar bons cidadãos, *pelo futuro da pátria*, e não para seu crescimento intelectual.

Segundo Franco,¹⁷¹ nessa época, o processo educativo criado pelos republicanos perpetuava o sistema de valores que justificava as desigualdades entre os sexos, reforçando a idéia de que era *natural* e *justo* a mulher subordinar-se à dominação masculina. Para o autor, os homens que detinham o poder na sociedade brasileira tornaram o ensino um meio ideológico de justificar sua dominação.

A instrução oferecida às mulheres na escola tinha implicações ideológicas e atuava também no sentido

¹⁷¹FRANCO, 2001.

*de perpetuar a hegemonia de grupos dominantes. Essa ideologia tinha significativa importância na inculcação da inferioridade do gênero feminino, pois se sabe que é através da ideologia que se escamoteiam os conflitos, se dissimula a dominação.*¹⁷²

Os intelectuais republicanos mantinham-se favoráveis à melhoria da educação feminina, desde que continuasse educando a mulher para seu bom desempenho no seio familiar.

No entanto, à modernização da infra-estrutura econômica das cidades seguiram-se mudanças notáveis nos costumes sociais tanto da elite quanto dos estratos sociais mais baixos, pois, com o aprofundamento da modernização urbana, as mulheres tiveram oportunidades educacionais e profissionais que lhes proporcionaram um acesso imediato ao conhecimento de outras formas de vida que não aquelas apregoadas pelos discursos que as consideravam naturalmente *casadoiras*. Para as que pertenciam às classes mais pobres, a abertura das escolas normais, que as preparavam para a profissão do magistério, foi, sem dúvida, um significativo canal de ascensão social, embora sua vida não mudasse na mesma proporção que mudava a vida das de elite, pois, para estas últimas, que antes viviam em isolamento físico, a desvalorização econômica e social do trabalho doméstico foi, sem dúvida, o início de uma nova era.

Nas primeiras décadas do século XX, o cinema, as revistas femininas, o lazer, entre outras novidades, proporcionaram às mulheres pertencentes às classes urbanas média e alta uma farta publicidade de modos de vida e valores diferentes. Moda, banho de sol na praia, postura física e agilidade corporal, dietas e programas de exercício físico foram umas das muitas transformações no comportamento feminino proporcionado pela modernização que tomou conta da sociedade brasileira.

O bombardeio de novas técnicas, do progresso tecnológico e da proliferação de exibição de riquezas acumuladas transformou completamente a imagem da mulher que se tornou fascinante,

¹⁷²FRANCO. 2001, p. 91.

ainda que assustadora. A mulher do início do século XX

[...] foi, ao mesmo tempo, exibida com orgulho, como demonstração do progresso nacional, e denunciada como ameaça à tradição nacional. Sua autonomia, segurança e realizações educacionais e profissionais cada vez maiores correspondiam às novas liberdades, à ética burguesa e às necessidades econômicas da sociedade urbano-industrial brasileira em expansão.¹⁷³

As que levaram a sério a possibilidade de emancipação social, econômica e sexual feminina, mesmo tachadas de imorais e “estereotipadas como mulheres briguentas, feias e velhas”, redefiniram sua posição na sociedade, reduzindo a dicotomia entre o público e o privado, atribuída segundo o gênero, e abalaram a sociedade masculina e as mulheres que não se enquadraram no verniz de modernidade. Besse¹⁷⁴ acredita que a sociedade brasileira esperava que elas adotassem uma postura sofisticada na aparência exterior, mas mantivessem as qualidades femininas de *recato e simplicidade*, ou seja, sofisticadas por fora e *caipiras* por dentro.

A controvérsia expressa nesses pensamentos foi deflagrada nas relações da mulher com o casamento. Discordantes dos conflitos gerados dentro dos muitos matrimônios realizados por conveniência, elas *de forma geral* passaram a protestar contra a tirania masculina, a opressão e as mais humilhantes desilusões a que eram expostas. Na década de 1920, os protestos femininos contra os valores patriarcais eram expressos em crônicas, romances, artigos de revistas e jornais. As que pertenciam à elite brasileira denunciavam as *misérias matrimoniais* e instigavam o rompimento conjugal como o remédio para as agruras do casamento.¹⁷⁵

Nas classes operárias e pobres, as baixas taxas de nupcialidade

¹⁷³BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 37.

¹⁷⁴Ibid., 1999.

¹⁷⁵Ibid., 1999.

e instabilidade da família, situação que não era nova no Brasil, assustavam as autoridades legais. Os vícios e a imoralidade contestados pelo sistema ameaçavam a sustentação da ordem, e a nova sociedade urbano-industrial do Brasil exigia estabilidade. Sem bens patrimoniais a defender e sem recursos para custear as despesas do casamento, a maioria vivia em uniões consensuais.

Mesmo assim, diante da *crise familiar* que parecia formar-se, as autoridades profissionais e policiais masculinas urbanas concentraram suas atenções na instituição familiar de todos os estratos sociais, com o intuito de preservar a moralidade e a ordem social. A intervenção do Estado tornou-se essencial para a manutenção do casamento e da família.

Apesar de inúmeros juristas discordarem da posição de *escravas* que muitas mulheres eram obrigadas a assumir dentro do casamento e insistirem na proteção da lei contra as tiranias que os maridos exerciam sobre suas esposas, o Estado, temendo a supressão hierárquica e autoritária do homem, expressava-se com leis que *protegiam* a mulher e atendiam a suas reivindicações de liberdade e emancipação, mas que ao mesmo tempo *cerceavam* sua participação no mercado de trabalho. O Código Civil de 1916, bom exemplo desse jogo político de interferência estatal, concedia às mulheres a posição de “*companheira, consorte, auxiliar nos encargos da família*”, mas reafirmava a posição do marido como o “*cabeça da família*”, dando-lhe plenos poderes de administrar os bens da mulher e decidir se ela poderia ou não seguir uma carreira profissional.

O Estado defendia uma política de conciliação geral e, ao mesmo tempo que cedia aos anseios femininos, reforçava a posição tradicional dos papéis sociais para homens e mulheres. Para isso foram utilizadas técnicas coercitivas que enfatizavam a responsabilidade feminina sobre o progresso da humanidade: as mulheres foram induzidas a aceitar como sua obrigação a constituição de famílias modernas e higiênicas e a assumir o papel de “*Rainhas do lar*”.

Obras literárias, jornais, revistas, educação, ensino religioso, entre outros instrumentos sociais, induziam as mulheres à aceitação da

natureza complementar dos sexos e à divisão de tarefas como fundamental para a manutenção qualitativa das diferenças físicas e psíquicas do casal. O texto *O lar feliz*, referendado por Besse,¹⁷⁶ diz que no governo da família o homem deveria ser considerado o ministro da fazenda, encarregado de ganhar dinheiro, e a mulher, a secretária do interior, cuja principal tarefa seria administrar o casamento como se fosse um *Estado*.

O Casamento em Primeiro Plano

No Brasil, os códigos morais que recaíram sobre os indivíduos durante os anos de colonização europeia enquadraram as mulheres em posições sociais de acordo com seu ambiente de nascimento e com o seu comportamento na sociedade.

Só pelo fato de nascerem no seio de famílias abastadas, as mulheres deveriam seguir à risca as condições que lhes eram impostas. Virtude, castidade e fidelidade eram premissas para a manutenção de sua honra e a de sua família. A perda de tais condições levaria a desonra e a vergonha para sua casa. Sem esses privilégios, nasciam as mulheres negras, índias e as brancas livres pobres. Independente de sua classificação, só pela condição feminina, todas ficavam propensas ao jugo dos códigos morais.

Muitos pareceres e considerações foram escritos sobre o comportamento feminino e proferiam, de modo geral, a condição feminina baseada na honra e na virtude, notadamente daquelas que possuíam proteção do pai ou do marido, pois sem a proteção de um homem, a mulher, que carregava o estigma de ser a causa do pecado original, corria sérios perigos de manter ou mesmo fomentar sua natureza maligna.

Na primeira metade do século XVIII, Nuno Marques Pereira,¹⁷⁷ autor do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, explicava que o casamento, a religião e o celibato eram as condições para a preservação da vida humana na graça de Deus. Todavia, esses

¹⁷⁶Não há referências sobre a autoria do texto. BESSE, 1999, p. 68.

¹⁷⁷PEREIRA, apud SILVA, 1984, p. 43.

três estados juntos somente se aplicavam à vida do homem, pois, para a mulher, o casamento e a religião bastavam, uma vez que o celibato seria muito arriscado devido às tentações do corpo. Para evitar esse estado, somente dois caminhos eram oferecidos à mulher: ou entrar para o convento, onde aprenderia a controlar seus impulsos sexuais, ou casar.

Logo, o entendimento que se formou ao redor desse pensamento apregoava que somente o casamento poderia livrar a mulher dos perigos da fragilidade feminina, pois só o homem seria capaz de protegê-la de si mesma. Na Carta de Guia aos Casados, de 1650, Dom Francisco Manuel De Melo compara a honra da mulher a uma murta em crescimento:

*Bem se vê que não basta plantar a murta no jardim, por de melhor casta que ela seja; [...] é necessário torcer-lhe às vezes os raminhos, e outras cortar-lhe as vergôntees; e contudo nada aproveita, se o jardineiro a não tosa e cultiva, porque viceja muito.*¹⁷⁸

Sob essa forma de pensar, o casamento firmou-se na sociedade patriarcal como a única forma de adestrar a sexualidade feminina, por isso a mulher deveria, desde pequena, ser educada para casar-se o mais cedo possível e com quem o pai escolhesse. À mulher não era permitido ter vontade própria, muito menos recusar o marido escolhido pelo pai, pois dependia economicamente dele e deveria, portanto, obedecer-lhe.

O casamento não deixava espaço para os interesses individuais femininos, e muitas meninas, tão logo nasciam, eram prometidas pelo pai a um amigo, ou mesmo ao filho de um amigo. Assim, a grande maioria dos casamentos era realizada dentro de um mesmo grupo de interesses, atendendo ao princípio de igualdade e não dando às mulheres sequer a chance de cogitarem qualquer escolha.

Afetividade raramente pesava na determinação de uma união entre os sexos por meio do casamento, que, escolhido

¹⁷⁸MELO, apud ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil - 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 133.

unilateralmente pelo pai, tutor ou responsável, se transformava em uma transação econômica na qual o sentimento era o que menos importava. Pelo contrário, pois a Igreja Católica via com desconfiança o amor entre os cônjuges. Pelo seu entendimento essa ligação “[...] parecia roubar de Deus a devoção que Ihe era devida”.¹⁷⁹

Tão logo a menina menstruava, era considerada apta ao casamento e, em muitos casos, era entregue ao marido ainda criança, apesar de várias vezes se fazerem contra esse costume. Na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, os manuais de medicina que consideravam as implicações ginecológicas do parto afirmavam que, para as mulheres, os casamentos precoces poderiam ser muito perigosos. Para eles, as mulheres muito jovens, ainda sem vigor físico, poderiam gerar crianças fracas e doentes. Além disso, afirmavam que as mulheres que começavam a procriar muito cedo expunham-se às tensões do parto e poderiam sofrer sérios danos, com prejuízo inclusive para as crianças que poderiam nascer *atrofiadas* e *doentes*.¹⁸⁰

Em 1791, Francisco José de Almeida,¹⁸¹ autor do *Tratado da educação física dos meninos*, discutia o casamento precoce e não acreditava que as primeiras menstruações da menina a fizessem apta à procriação. Para ele, somente depois da puberdade é que os órgãos estariam prontos para o sexo, e isso acontecia a partir dos 18 anos.

Contudo, no Brasil, a realidade era bem diferente. Normalmente as meninas casavam-se com 13 anos de idade e, em geral, aos 15 já eram mães. Se chegasse aos 20 anos sem conseguir um casamento, a mulher era considerada *solteirona*, e esse era o grande medo que imperava dentro das famílias.

Os estereótipos criados no patriarcado relativos à mulher que não se casava até a *idade ideal* fizeram dessa mulher um ser

¹⁷⁹COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 218.

¹⁸⁰Sobre o assunto, ver MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

¹⁸¹ALMEIDA, apud SILVA, 1984, p. 56.

quase invisível nas decisões do núcleo familiar. Quando filha de uma família que detinha recursos financeiros, era mandada para um recolhimento, mas quando pertencia a uma família humilde, sem condições para isso, era tratada como *uma boca a mais*.

Tradicionalmente essas mulheres eram identificadas como beatas, pois, dos poucos lugares que podiam freqüentar, a Igreja era a que melhor as acolhia, até mesmo porque as usava, tal como à mulher casada, para enquadrar a ordem conservadora na família e, conseqüentemente, na sociedade.

Segundo o pensamento católico, o comportamento da mulher solteirona deveria ser enquadrado mais ou menos aos moldes daqueles estipulados para as mulheres jovens, aptas ao casamento, e para as mulheres viúvas, ou seja, a mulher que não se casasse na idade ideal deveria manter-se virgem como as jovens solteiras e reclusa como a mulher viúva. Ambas viviam longe dos divertimentos mundanos e voltadas para a caridade e orações constantes.

À mulher solteirona somente restava o destino de tia, e isso quer dizer literalmente que ela tomava conta dos sobrinhos e dos irmãos menores, enquanto as jovens solteiras iam à Igreja e ao teatro, e as mulheres casadas zombavam dela. Na realidade, essa mulher foi a maior vítima do processo patriarcal em declínio, segundo a visão de Freyre.¹⁸²

A urbanização foi um fator decisivo para que houvesse mudanças na sociedade brasileira.¹⁸³ As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela passagem de uma sociedade burguesa restrita à economia agrária, que se apoiava na ordem patriarcal, para uma sociedade de classes mais ampla, da qual participavam outros grupos econômicos, como comerciantes e imigrantes, que enriqueciam com a evolução de vendas internas, intelectuais e políticos opositores, que faziam do meio social citadino uma sociedade mais complexa. A presença da família em um meio social mais dinâmico, onde novas oportunidades se abriam

¹⁸²FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. v. 2, p.27.

¹⁸³CÂNDIDO, 1951.

à juventude, promoveu mudanças decisivas nas relações entre os homens e as mulheres, fazendo com que as conseqüências fossem visíveis na valorização de novos comportamentos. Chama atenção, entre elas, o fortalecimento das iniciativas individuais independentes da vontade familiar, ou seja, os jovens, tanto os homens quanto as mulheres, podiam escolher seus parceiros de uma forma mais livre, baseando o casamento no sentimento do amor.

Consciente da indissolubilidade do casamento, a nova ordem econômica maximizava o valor das relações afetivas como mediadoras do poder, e o papel da mulher como mãe e esposa passou a ser valorizado sob a forma de amor maternal, conjugal e filial. A expectativa da associação entre o amor e o casamento despertava nos jovens um sentimento romântico capaz de superar o estigma de que um relacionamento afetivo somente acontecia fora do casamento, dentro das unidades satélites, como Cândido¹⁸⁴ rotula as famílias ilegítimas do período colonial.

Tendo em vista que o amor sempre foi tido como “*algo que se alimentava, exatamente, de obstáculos, de breves separações seguidas de exaltadas reconciliações*”, Trigo¹⁸⁵ questiona o novo caráter dado a ele. Na sua análise, a autora afirma que da superação de seu antigo entendimento para seu enquadramento no casamento, lugar de rotina e cotidianidade, o amor passou por uma redefinição para adaptar-se e perdeu suas características de transitoriedade, ilegitimidade e alienação da consciência. Assentou-se exatamente na estabilidade e permanência do espaço doméstico. E, se antes amor fora correlacionado ao prazer e à sexualidade, agora era dessexualizado e voltava-se somente para a procriação, na qual os mitos virgindade e pureza eram exaltados. O casamento tornava-se, então, lugar privilegiado para o amor.

Com o declínio da autoridade paterna aliado à oportunidade de

¹⁸⁴CÂNDIDO, 1951.

¹⁸⁵TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 88-94.

conhecimento de um maior círculo de pessoas, a mulher pôde escolher seu parceiro com mais liberdade, com mais romantismo. A seleção do companheiro para toda a vida, dentro de um quadro imaginário de feitos um para o outro, obrigava maior rigor na escolha e, por isso, foram criadas normas para a seleção dos cônjuges, como, por exemplo, a maior proximidade das idades e a estabilidade financeira do homem.

Aos eleitos foram prometidos deleites nunca antes experimentados: a sexualidade conjugal na coesão da relação entre os cônjuges.¹⁸⁶ O amor físico dentro do casamento passou a atender aos preceitos higiênicos estabelecidos, e a fixação do sexo entre o casal prometia proteger a sexualidade masculina da prostituição e das doenças venéreas, além de estimular a vida sexual da mulher. A ausência desses fatores, segundo declaravam os higienistas da época, comprometia a moral do casal e a saúde dos filhos. O casamento entre homens e mulheres de idades bem diferenciadas levava ao adultério e à masturbação feminina, e eram práticas a serem evitadas por meio do amor e do sexo entre o casal.¹⁸⁷

Correntes entre as práticas da família que se fundamentavam no patriarcalismo, amor e sexo eram separados e faziam parte da causa em favor da manutenção do poder que, agora, mesmo mantendo-se nas relações entre os sexos, assumia uma outra forma de compromisso. Criou-se um *código coercitivo* nas relações entre o homem e a mulher, estabelecendo-se as regras de se evitar o fracasso do casamento por meio do contrato amoroso, ou seja, com o amor dava-se a cada cônjuge a responsabilidade da manutenção do casamento. Com isso, o amor tornava-se a referência para a construção dos modelos de conduta social masculina e feminina.

Procurando regular a harmonia entre o homem e a mulher no casamento, o amor aferia signos pré-conjugais tanto para um como para outro. Migrando do físico ao moral, a força e o

¹⁸⁶COSTA, 1983.

¹⁸⁷Ibid., p. 89.

vigor marcavam a personalidade masculina, que, por natureza, era mais voltada para o combate das forças físicas, para o uso do pensamento e da razão, principalmente para sustentar sua família.

Por muito tempo o trabalho foi interiorizado como um instrumento que proporcionava a efetivação do papel predominante do homem na instituição familiar, aquilo que dava representação de seu poder de chefe na hierarquia da unidade doméstica, pois dele dependiam todos os membros da família. Assim, o homem que pudesse prover sua família era tido como enquadrado na seleção dos cônjuges.

Contrastando com a fortaleza masculina, a fragilidade, primeiro física, depois mental e intelectual da mulher demonstrava sua debilidade moral, necessitada de apoio e vigília. Criada para amar, desde a infância ela aprendia que amava mais do que o homem, e esse, mesmo sabendo-se o mais forte, aprendia a não desejá-la na força, nem a discorrer no alto de uma tribuna seus pensamentos. E, se o lugar da mulher na sociedade, embora agora com amor, continuava a ser o espaço geográfico do lar, era aí que o homem deveria mostrar o seu amor, pois no casamento os desejos femininos se realizavam, e somente nele a mulher poderia entregar-se às suas paixões.

Interiorizado esse sentimento e inculcado em milhares de gerações de mulheres, o casamento transformou-se em um sonho feminino e, por muito tempo, acreditou-se realmente que a mulher só seria feliz se estivesse ligada a um homem por meio do matrimônio.

Os pensamentos e os discursos dos anos de 1960, segundo Bassanezi,¹⁸⁸ difundiam as características apropriadas a cada sexo, fortalecendo a idéia de que a mulher seria um elemento frágil e delicado em oposição ao vigor e à intelectualidade masculina, prolongando ideais do pensamento católico e do positivismo, que se desenvolviam desde o final do século anterior.

¹⁸⁸BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Consideradas afetivas e necessitadas de proteção, as mulheres foram declaradas submissas e portadoras de papéis distintos dos dos homens, por natureza classificados como provedores materiais e morais da família.¹⁸⁹ Moral que preparava a menina para o desempenho das funções domésticas e pressionava o comportamento feminino no sentido de a mulher conservar sua honra e não se indispor com a disciplina vigente. As normas sociais e *naturais* dos sexos revelavam valores morais que deviam refletir-se no comportamento feminino, de forma a garantir sua honra e sua imagem de moça de família e boa esposa e mãe. Em virtude da preocupação paterna em não ver suas filhas celibatárias ou em uniões ilegítimas, as meninas, nascidas não só no interior, mas também nas cidades, desde pequenas, sabiam que seu destino era o casamento.¹⁹⁰

*A união de uma mulher com um homem deixava de ser natural para tornar-se, mediante o sacramento do casamento, uma construção social ligada à noção da essência feminina, cujo destino passava a ser praticamente incontestável. Até a década de 1970, muitas instituições de ensino, de religião e de formação de opinião, como jornais e revistas femininas, em todo o país, repetiam a idéia de que toda mulher desejava casar-se.*¹⁹¹

Por não terem uma profissionalização e pela falta de oportunidade de trabalho, fora do espaço doméstico, que rendesse seu sustento e de seus filhos, a não ser o trato com a terra de propriedade da família, milhares de mulheres se renderam aos preconceitos e às ocupações que lhes atribuíam, e a compreensão social de esse ideal ser nutrido por todas as mulheres fez com que poucas opções de atividades de trabalho lhes fossem oferecidas. Mesmo para aquelas que já trabalhavam fora do ambiente doméstico nessa época, o casamento representava, entre outras vantagens, *status* e segurança, principalmente econômica.

¹⁸⁹VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

¹⁹⁰Sobre o assunto, ver MARGOTTO, 1997.

¹⁹¹BASSANEZI, 1996.

Pelos traços apontados pela historiografia para o Brasil, pode-se afirmar que as mulheres de Vitória mantiveram seu ideal em relação ao matrimônio bem próximo ao de outras mulheres do país. Exemplo disso é o fato de que, mesmo quando surgiram maiores possibilidades de emprego, muitas mulheres deixaram de seguir uma carreira profissional para se dedicar ao casamento, alegando que, na maioria das vezes, casamento e profissão não se conciliavam, sustentando o antigo discurso conservador que predominava na sociedade brasileira: o trabalho feminino era considerado um desprestígio para o homem, que tinha o dever de sustentar sua família; à mulher cabia dedicar-se inteiramente ao lar. Mesmo as mulheres que saíam em busca de trabalho para contribuir no sustento do lar, deveriam sempre mostrar-se voltadas aos interesses do casamento. As mulheres solteiras que trabalhavam fora de casa em nenhuma hipótese deveriam comportar-se de maneira a reduzir suas oportunidades de se transformar em esposas, ou seja, deveriam seguir à risca o comportamento de *moça recatada e bem comportada*, de forma a garantir o destino primordial de suas vidas, casarem-se.

A Mulher Vitoriense e o Casamento

Jóias, enfeites, uma série de preocupaçõezinhas de vaidade substituem o alimento e o conforto que devem existir dentro de casa.

O importante na vida é o casamento. Uma só finalidade na existência: casar.

Assim considera a vida grande número de solteiras intranquílias. Estão à procura de alguém que com elas possa dividir o coração. Neutralizam todas as atenções que fogem a esta perspectiva. Nem mesmo um trabalho intelectual profundo resolveria seus problemas – e então elas o afastam, como inimigo seu. A mulher solteira capixaba não admite, facilmente, um sentido de vida fora do casamento, mesmo que se frustre toda, como tem acontecido: –Sem o casamento, prefiro morrer.¹⁹²

¹⁹²PERPÉTUO, Maurílio Cabral. O assunto é mulher. Revista *Capixaba, Vitória*, ano 1, n. 7, p. 26-29, set. 1969.

A fala feminina, na reportagem da *Revista Capixaba*, em fins da década de 1960, é passível de ser entendida como uma ressalva pela permanência de traços culturais tradicionalmente adquiridos em uma sociedade tipicamente rural e agrária. Com efeito, nessa época, Vitória já recebia um grande número de pessoas vindas de várias regiões do interior do estado do Espírito Santo e de várias outras regiões pobres do país. A erradicação dos cafezais improdutivos no interior e a implantação de grandes indústrias, a partir da década de 1970, na capital, juntas, impulsionaram e atraíram para Vitória várias levas populacionais.

No que diz respeito à população feminina migrante do interior do Espírito Santo, milhares de mulheres, por não terem escolaridade suficiente e uma profissão, continuaram rendendo-se aos preconceitos e às atribuições que lhes foram dadas pela sociedade.

Criadas no seio de uma cultura de pequenos proprietários,¹⁹³ as mulheres dos assentamentos dos povos imigrantes cresceram vendo o desenrolar do sistema de relações de produção familiar, cuja mão-de-obra envolvia todos os membros da família, sem distinção de sexo. No cotidiano, exerciam atividades iguais às dos homens, participavam principalmente da derrubada de florestas, das plantações e das colheitas do café.

No Espírito Santo, para que ocorresse um crescimento da economia baseado na produção agrícola,¹⁹⁴ o Governo incentivou a imigração e a colonização do Estado, em meados do século XIX. A partir daí, milhares de europeus ocuparam o interior, formando colônias onde a mão-de-obra familiar era a tônica do sistema econômico. A estrutura desses grupos era igual à da família patriarcal que, durante os três séculos de colonização portuguesa na América, envolveu homens e mulheres em uma sociedade rigidamente hierárquica. No campo, a presença feminina foi fundamental para a manutenção das fazendas de café, pois as

¹⁹³SALETTI, 1994.

¹⁹⁴O café firmou-se, no Espírito Santo, como uma cultura de pequenos proprietários com mão-de-obra familiar, diferentemente de outras áreas brasileiras produtoras que se utilizavam de formas capitalistas como meio de produção.

mulheres, além de atuarem na lida com os homens, cuidavam do serviço doméstico das fazendas, os quais davam suporte a todas as atividades desenvolvidas no interior das pequenas propriedades.

Saint-Hilaire,¹⁹⁵ viajante europeu que adentrou o Espírito Santo no século XIX, chamou a atenção para o modo de vida feminino em terras capixabas, quando afirmou que as mulheres capixabas se diferenciavam das que ele havia encontrado em outras regiões do Brasil. Eram hospitaleiras e recebiam os estrangeiros fazendo as honras da casa. Vestiam-se com camisas de algodão sobre uma saia simples, à moda das índias, e não corriam para dentro de casa quando chegavam pessoas estranhas, como acontecia nas Minas, além de desfrutarem de liberdade somente conhecida pelas mulheres indígenas. Esse comportamento, deduz-se, era conseqüência da constante presença feminina ao lado dos homens, desenvolvendo atividades que exigiam certa força física.

Apesar dessas constatações, a dominação masculina que aparece na sociedade capixaba primava pelo poder do homem sobre todos os membros da família, principalmente sobre a mulher e os filhos. Tal comportamento aproximava a família capixaba do modelo patriarcal, que estabelecia papéis sociais bem diferenciados entre os homens e as mulheres: para ele, o domínio público; para ela, o destino privado do papel de esposa e mãe, mesmo quando trabalhava ao lado dos homens no campo.

Essa divisão manifesta de sexismo, que atribuía a cada pessoa papéis e modelos de comportamento predeterminados, de acordo com o sexo - os homens nunca fraquejam, têm naturalmente capacidade de gerir seu próprio sustento e se afirmam em sua superioridade, e as mulheres, naturalmente dependentes, devem ser dóceis e submissas a eles - atravessou séculos e se firmou no cotidiano da família capixaba.

Infere-se, portanto, que o pensamento e o discurso da década de 1960, que difundiam as características apropriadas a cada

¹⁹⁵SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

sexo, prolongavam a idéia de que o casamento era a melhor construção social de noção da essência feminina, cujo destino de esposa e mãe, praticamente incontestável, a ligava a um homem mediante o sacramento do matrimônio. Era a atitude natural de seu destino.

As instituições de ensino, de religião e de formação de opinião, em todo o país, repetiam a idéia de que toda mulher desejava casar-se, contribuindo para a interiorização desse sentimento em milhares de mulheres. Exemplo disso é a revista *O Cruzeiro*, que transmitia às mulheres o conhecimento de que a natureza feminina conduzia ao casamento e à maternidade, e, conseqüentemente, as induzia a ser boa dona-de-casa e submissas ao seu marido. Logo o casamento, *um sonho feminino*, foi reforçado pela crença de que realmente era o único destino das mulheres.¹⁹⁶

A sociedade vitoriana também entendia a essência feminina desse modo, pois as meninas, que desde pequenas ouviam esse discurso, sabiam que seu *futuro* era o casamento.

Em Vitória, era tradicional a prática de arrumar as meninas para levar flores à Igreja, principalmente na época das novenas do mês de maio. As mães, juntamente com as filhas, durante as tardes de maio, organizavam a coleta de flores pela vizinhança e, à noite, arrumavam-se para irem à Igreja. Lá, as mulheres organizavam as crianças em fila, por ordem crescente, e, em procissão, entregavam as flores ao padre que as depositava aos pés de Nossa Senhora. Esse ritual representava para as meninas um ensaio de um casamento futuro: entrar na igreja de forma disciplinada, com flores nas mãos, entregar ao padre sua colheita e levar para Maria, a mãe de Jesus, seus sonhos e pedidos de um futuro feliz.

A pesquisa que Margotto¹⁹⁷ fez sobre a educação feminina em Vitória, durante a década de 1960, reforça essa assertiva e mostra que a educação oferecida às meninas da elite capixaba contribuía para a constituição e formação de seus valores e as preparava,

¹⁹⁶BASSANEZI, 1996.

¹⁹⁷MARGOTTO, 1997.

principalmente, para que aceitassem seu futuro de donas-de-casa com resignação.

Na discussão sobre a educação familiar e a religiosa, Pio XI, na *Encíclica Divini illius Magistri*, de 1929, asseverava que a família tinha o dever de criar e educar sua prole, mas não possuía todos os meios necessários para o cumprimento de tal tarefa. Por isso, a Igreja sentia a necessidade de interferir na educação das crianças com o objetivo de complementá-la por meio do ensino religioso. Com esse pensamento, não é de se estranhar que a educação feminina, na década de 1960, ainda seguisse a orientação de valores cultivados no início do século XX. Prova disso, é o depoimento de uma das alunas do Colégio Sacré-Coeur de Marie, entrevistada por Margotto, que mostrou como o ensino religioso cultivava a importância da educação voltada para a inculcação de valores que levavam as meninas a acreditar que a constituição de uma família era o melhor que lhes poderia acontecer:

*O Colégio ensinava que a família era a coisa mais importante que existe, que se você não estiver bem com sua família você não está bem com nada. Mas, na minha vivência do dia-a-dia eu sinto isso também...se você não estiver bem dentro de casa, com seu pai, sua mãe, ou com seu marido, seus filhos, não adianta que a sua [vida] está toda ruim.*¹⁹⁸

Outros depoimentos reforçam o entendimento de que os valores apreendidos pelas meninas da elite capixaba davam grande importância à educação feminina que tinha como objetivo a efetivação da composição de uma família, para a qual o casamento era o principal meio.

[...] naquela época as irmãs falavam para a gente assim: - 'Vocês estão se preparando, vocês futuramente vão casar, ser esposas, quando seu marido chegar em casa, esteja com uma toalha limpinha e o banho quentinho esperando por ele.'
Quer dizer, elas preparavam a gente para o futuro, na

¹⁹⁸MARGOTTO, 1997, p. 137.

*época, agradar o marido[...].*¹⁹⁹

Esse ideal nutrido pelas mulheres de elite estendia-se a todas as mulheres, mesmo àquelas que não tiveram acesso a uma educação considerada esmerada pela elite como a oferecida pelo Sacré-Coeur. Exemplo disso está na reportagem O assunto é *mulher*, da Revista Capixaba, já referida anteriormente. Muitas mulheres entrevistadas, entre elas funcionárias públicas e operárias, que suportam diariamente até 15 horas de trabalho, consideram a espera pelo casamento como uma fase de muita *intranqüilidade*.

Por isso, as mulheres solteiras que trabalhavam fora de casa em nenhuma hipótese deveriam comportar-se de maneira a reduzir suas oportunidades de se transformar em esposas, e muitas, tão logo casavam, abandonavam o emprego para dedicar-se inteiramente ao lar e aos filhos, por livre iniciativa ou por imposição do maridos, que acreditavam deverem ser eles os únicos provedores do lar. Quando já casadas e necessitadas de sair em busca de trabalho para contribuir no sustento do lar, as mulheres deveriam mostrar-se sempre voltadas aos interesses do casamento, mantendo *bom comportamento* dentro do ambiente de trabalho.

O imaginário de que o principal destino da mulher era o casamento contribuiu muito para que as mulheres tivessem poucas opções de trabalho em Vitória. Apesar de aqui, até os anos de 1970, a economia depender da comercialização do café e de a sociedade vitoriense manter traços tipicamente rurais, o pensamento das mulheres capixabas em relação ao casamento não se afastava muito do das outras mulheres do país.

Bassanezi,²⁰⁰ ao mapear a relação casamento e mulher nos anos de 1960, mostra que, mesmo quando surgiram possibilidades de emprego para as mulheres nos grandes centros econômicos do Brasil, muitas deixaram de seguir uma carreira profissional para se dedicarem ao casamento. A própria mulher, que absorvera

¹⁹⁹MARGOTTO, 1987. p. 169.

²⁰⁰BASSANEZI, 1996.

por meio de sua educação os signos do papel feminino na sociedade, justificava esse comportamento alegando que ela deveria dedicar-se inteiramente ao lar, uma vez que casamento e trabalho eram inconciliáveis.

Contudo, à medida que a necessidade de sobrevivência da família se sobrepôs à relação socialmente construída para a mulher e o casamento, aquelas que foram educadas somente para se dedicarem ao marido e aos filhos viram-se obrigadas a buscar, fora de casa, uma atividade que lhes desse uma remuneração capaz de contribuir para o seu sustento e o de seus filhos, e conciliaram afazeres domésticos com as atividades desenvolvidas no mundo público, assim como tantas outras mulheres que, historicamente, dependeram do próprio trabalho para sobreviver.

CAPÍTULO VI

O TECIDO DA VIDA

FEMININA

E O FIO DO TRABALHO

Ao ouvir a expressão *uma mulher que trabalha*, pensa-se de imediato que ela esteja desenvolvendo uma atividade fora do âmbito doméstico. Em sentido mais restrito e rigoroso, imagina-se que ela realize um trabalho remunerado no mundo capitalista e esquece-se de que a sua inserção na vida pública exclui a atividade doméstica da categoria trabalho, mesmo quando se sabe que esse trabalho absorve muitas horas diárias. Essa expressão, na realidade, separa as mulheres que exercem uma atividade formal de trabalho daquelas que exercem atividades no âmbito doméstico, pois normalmente entende-se que o trabalho produtivo é aquele realizado fora de casa e o trabalho doméstico é o particular e improdutivo, inerente ao casamento.

As tarefas domésticas não se ajustam à idéia dominante do trabalho nem são levadas em conta economicamente, já que a mulher casada que desenvolve atividades somente em casa é vista como a mulher que *não trabalha e é sustentada pelo marido*. A importância e o valor da força do trabalho doméstico tornaram-se obscurecidos (como se fossem *invisíveis*), enquanto os homens seguem precisando dessa força *invisível* para conseguirem trabalho que gere salário. É como se os homens precisassem do *não-trabalho feminino* para poderem trabalhar.²⁰¹

²⁰¹ROWBOTHAM, Sheila. *A conscientização da mulher no mundo do homem*. Porto Alegre: Globo, 1983.

A atividade produtiva feminina, ou seja, aquela realizada fora de casa, era vista, até pouco depois da Segunda Guerra Mundial, como secundária, com relação às funções domésticas, e como subsidiária ao trabalho do homem. Isso era necessário para a manutenção da família no sistema patriarcal, que condicionava a mão-de-obra feminina a serviços relacionados às características pessoais da mulher e da família. Por muito tempo, o trabalho feminino foi rotulado por idéias que, somadas às representações do feminino como frágil, instável e até menos apto e inteligente, justificaram a marginalização de um grande grupo de mulheres da força de trabalho.

No entanto, como foi visto anteriormente, a presença feminina no mercado público brasileiro não era nenhuma novidade. Desde o início da colonização portuguesa na América, a maioria das mulheres marcou presença dentro da classe trabalhadora, seja nos trabalhos de campo, seja nos serviços domésticos.

Numa breve retrospectiva histórica sobre a participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil, vê-se que as atividades desenvolvidas por elas sempre foram tão importantes quanto as dos homens para a manutenção da família e da sociedade. Desde o período colonial, as mulheres prestaram serviços na área de comércio, produziam panificação em geral e doces, teceram, costuraram, bordaram e fizeram rendas, além de exercerem ofícios médicos especiais, como parteiras e mães de enjeitados (essas últimas normalmente mulheres negras). Figueiredo, ao estudar o trabalho feminino em Minas Gerais no século XVIII, constatou que

As parteiras [...] eram reconhecidas como de utilidade pública, tendo sua função garantida e estimulada pelas Câmaras Municipais, [e outras mulheres] se especializavam em pequenas cirurgias, como Maria Fernandes Maciel, que, submetida a um exame de qualificação em Conceição do Mato Dentro, obtivera certidão para curar tumores surrosos.²⁰²

²⁰²FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 188.

Na história das frentes de extração aurífera, encontram-se registros sobre os diversos trabalhos desenvolvidos por mulheres: carregavam os cascalhos retirados pelos homens em gamelas para serem lavados, alimentavam a escravaria, separavam e transportavam o minério. Suas atividades contribuíam para que os escravos não se desviassem do trabalho pesado da cata do ouro ou do diamante. Ainda na frente de produção, várias mulheres ajudavam seus maridos, catando e lavando ouro, além de executarem outras tarefas no garimpo.

Como proprietárias de terras, somente algumas conseguiram concessões e garantiram a propriedade sobre a herança deixada pelo pai ou pelo marido. Apesar de geralmente a situação das mulheres ser de dependência da família, as viúvas tinham relativa liberdade de escolher entre casarem-se novamente ou não. Podendo administrar os bens deixados pelo marido, elas sofriam uma certa pressão social para que isso acontecesse novamente. No entanto, mesmo sem instrução, milhares de mulheres viúvas, tanto na área urbana como na rural, atuaram no mercado de trabalho ou assumiram suas herdades.

Durante todo o período colonial, a terra representou a principal fonte de direitos políticos, e a doação de sesmarias para as mulheres requeria provas de riqueza e poder econômico. Por isso, poucas mulheres conseguiram a posse de terras auríferas. Segundo Figueiredo,²⁰³ somente em 1814 é que um número expressivo de mulheres proprietárias de minas na região aurífera da Colônia foi relacionado. Possivelmente eram mulheres que adquiriram minas abandonadas por seus proprietários.

As mudanças políticas que alteraram profundamente as estruturas sociais e econômicas do Brasil, em fins do século XIX, incorporaram milhares de mulheres à nascente força de trabalho assalariado, dando novo significado à presença feminina na sociedade. Até então, no meio urbano, elas somente participavam de pequenos negócios e de variada gama de serviços ligados ao abastecimento. Eram serviços que ofereciam oportunidades para

²⁰³FIGUEIREDO, 1993.

elas ocuparem os espaços deixados pelos homens que migravam em busca de novas frentes de trabalho. Desde o início desse século, em São Paulo, as unidades domésticas eram mantidas por mulheres que lideravam a organização dos trabalhos para garantir a sobrevivência da família, gerindo indústrias têxteis em suas próprias casas e realizando pequenos negócios de vendas.²⁰⁴

No comércio urbano, além de participarem do mercado ambulante que envolvia gêneros de primeira necessidade, tais como a circulação de alimentos e de produto de consumo, as mulheres também se dedicavam ao artesanato. Os quadros de profissões estudados por Samara²⁰⁵ demonstram a complexidade das atividades de base econômica e a presença feminina, especialmente no mercado informal de trabalho que possuía uma grande variedade de ocupações.

Para se ter uma idéia dessa diversidade, tomou-se o Recenseamento da População do Império do Brasil,²⁰⁶ realizado em 1872, o qual demonstra a realidade das atividades femininas fora do universo doméstico, assim como mostra que, na categoria serviços domésticos, os números estão muito próximos da categoria lavradores, vindo em seguida a de costureiras (Tabela 12).

²⁰⁴DIAS, 1984.

²⁰⁵SAMARA, 1992.

²⁰⁶SAMARA, 1997, p. 25-61.

Tabela 12 – Participação feminina no mercado de trabalho. Brasil - 1872.

PROFISSÕES	Participação Feminina		Total
	Número	%	
Advogado	0	0	1.674
Artistas	4.297	0,043	41.203
Canteiros/calçeteiros/mineiros/ cavouqueiros	0	0	4.332
Capitalistas/proprietários	8.723	0,087	31.863
Cirurgiões	0	0	238
Comerciantes/guarda-livros/ caixeiros	8.556	0,086	102.133
Costureiras	506.450	5,099	506.450
Criadores	58.689	0,590	206.132
Criados/jornaleiros	135.455	1,364	409.672
Empregados públicos	0	0	10.710
Farmacêuticos	0	0	1.392
Juízes	0	0	968
Lavradores	905.636	9,119	3.037.466
Manufatureiros/fabricantes	4.870	0,050	19.366
Marítimos	0	0	21.703
Médicos	0	0	1.729
Militares	0	0	27.716
“Notários” e escrivães	0	0	1.493
Oficiais de justiça	0	0	1.619
Operários em chapéus	219	0,002	1.930
Operários em couros/peles	15	0	5.627
Operários em tecidos	133.029	1,340	139.342
Operários em tinturaria	127	0,001	549
Operários em calçados	0	0	20.001
Operários em edificações	0	0	20.960
Operários em madeira	0	0	39.492
Operários em metais	0	0	19.461
Operários em vestuários	0	0	11.242
Parteiros	1.147	0,012	1.197
Pescadores	0	0	17.742
Procuradores	0	0	1,204
Professores e homens de letras	2.218	0,022	3.525
Religiosos (regulares)	286	0,002	393
Religiosos (seculares)	0	0	2.225
Serviços domésticos	848.831	8,548	1.045.615
Sem profissão	2.188.061	22,033	4.172.114
TOTAL	4.806.609	48,402	100,00

Fonte: SAMARA, 1997 (Adaptação).

Enquanto, nas cidades, as mulheres encontravam maiores oportunidades de negócios e de trabalho, como, por exemplo, de costureiras, jornaleras e operárias de tecidos, nos campos, onde prevalecia a produção voltada à exportação, o trabalho rural dava mais emprego aos homens. Um exemplo era o plantio do café, no qual o investimento financeiro era maior: em São Paulo e no Espírito Santo, nessa atividade o número de mulheres trabalhadoras era pequeno e sempre abaixo do número de homens (Tabela 13).

Tabela 13 – Lavradores de café do Brasil, do Espírito Santo e de São Paulo, por sexo -1872.

LOCALIDADE	BRASIL		ESPÍRITO SANTO		SÃO PAULO	
CONDIÇÃO	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasileiros livres	1.591.412	636.210	13.129	4.700	153.203	75.655
Estrangeiros livres	38.089	10.942	657	274	3.862	933
Escravos	373.990	204.125	8.094	4.823	56.934	29.947
TOTAL	2.003.491	851.277	21.880	9.797	213.999	106.535

Fonte: CARVALHO, 1920; SAMARA, 1997.

Em todo o Brasil, como a população era predominantemente rural nessa época, as oportunidades de trabalho para as mulheres no campo eram muito restritas, limitando-se às atividades domésticas e agrárias. Também nas cidades, apesar de haver maiores oportunidades de trabalho feminino, havia o agravante da baixa remuneração. Mesmo executando serviços iguais aos dos homens, as mulheres recebiam salários muito menores, e a justificativa dada pelos proprietários das indústrias era, de acordo com Kühner,²⁰⁷ a crença de que [...] se [as mulheres] trabalharam até então sem remuneração, contentar-se-iam com menor paga ou

²⁰⁷Essa idéia persegue as mulheres no Brasil até hoje. Sobre o assunto ver KÜHNER, Maria Helena. *O desafio atual da mulher*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 49.

mesmo com qualquer preço.

Nem com os avanços tecnológicos advindos com o início da industrialização e com o crescimento das cidades, o panorama do trabalho feminino sofreu grandes modificações. Elas continuaram não tendo acesso às profissões mais bem remuneradas, pois essas eram consideradas masculinas por excelência. Assim como nos campos, a discriminação de gênero determinava as ocupações nas cidades.

Eram poucas as oportunidades de trabalho assalariado para as mulheres. Sua presença destacava-se na função de professoras e em estabelecimentos comerciais, nos escritórios e na burocracia. Isso acontecia porque as atividades que assim desempenhavam davam continuidade às ocupações tradicionalmente femininas. Na realidade, eram serviços marginais ao processo de produção e malpagos.

Além da segregação feminina no mercado de trabalho, as dificuldades encontradas pelas mulheres para o acesso à educação estreitavam o leque de opções profissionais, confirmando, também, a segregação profissional. O magistério é um clássico exemplo dessa segregação: ficou conhecido como *profissão naturalmente feminina* e aceita pelos padrões culturais que determinavam o lugar da mulher dentro do espaço doméstico, por ser considerada uma profissão na qual a mulher reproduzia os afazeres desenvolvidos dentro da unidade doméstica.

O poder desse imaginário deu-se principalmente nas esferas da elite brasileira, nas quais as mulheres não precisavam buscar empregos para sobreviver e onde o trabalho feminino realizado fora da unidade doméstica era considerado como desprezível e pobre. Mesmo assim, milhares de mulheres dedicaram-se aos estudos do magistério.²⁰⁸

Apesar da crença social de que elas só deveriam desenvolver tarefas relacionadas aos afazeres domésticos, em São Paulo

²⁰⁸O magistério, para as mulheres de camadas sociais mais empobrecidas, era grande via de ascensão social. Sobre o assunto, ver FRANCO, 2001.

e no Rio de Janeiro as mulheres exerceram diversas atividades no mercado de trabalho. Só nos estabelecimentos industriais paulistas, nesse fim de século, a presença feminina teve um crescimento superior a 15%.²⁰⁹

No Rio de Janeiro, as mulheres também desenvolveram diversas atividades no ramo industrial. Em 1883, o viajante Ernst Michel²¹⁰ publicou alguns dados sobre as indústrias têxteis do Brasil e revelou que a mais importante das empresas de fiação do país, conhecida como a Fiação do Macaco, localizada na cidade de Petrópolis, no interior do Rio de Janeiro, a qual chegava a produzir 15.000.000 de metros de tecidos por dia, tinha, entre seus empregados, mulheres que chegavam a perceber de três a oito francos por dia.

Em todo o Brasil, os salários eram extremamente baixos para toda a classe trabalhadora, e o salário feminino era ainda menor do que o dos homens. No ano de 1907, nas indústrias têxteis de algodão, essa diferença chegava a 68,75%. Numa análise dessa diferença, Pena e Lima²¹¹ chegaram à conclusão de que o papel da mulher era de *coadjuvante* na complementação do salário do marido, e que sexo era, em princípio, apenas uma categoria de classificação biológica na hierarquia da organização do trabalho produzida pelo capitalismo industrial. Logo a diferença biológica permitia a constituição de segmentos distintos na força de trabalho, gerando diferentes salários.

A literatura disponível sobre trabalho feminino no Brasil,²¹² em fins do século XIX e início do XX, mostra que, para burlarem essa desigualdade e fugir à classificação humilhante de serem consideradas inaptas para determinadas tarefas, milhares de

²⁰⁹MOURA, 1988.

²¹⁰MICHEL, apud LEITE, 1984.

²¹¹PENA, Maria Valéria Junho; LIMA, Elça Mendonça. Lutas ilusórias: a mulher na política operária da Primeira República. In: BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina Oliveira (Org). *Mulher. Mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983. p. 17-33.

²¹²Sobre o assunto, ver a coletânea de pesquisas organizada por ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993; PENA e LIMA, 1983; TEIXEIRA, Amélia Rosa S.B. et al. *O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio*. In: BARROSO e COSTA, 1983. p. 115-133.

mulheres brasileiras, particularmente as casadas, utilizaram seu conhecimento de trabalho manual para ajudar no sustento de suas famílias, ou mesmo para sustentá-las sozinhas. As mulheres que residiam nas cidades desenvolveram trabalhos, em grande parte, dentro da própria casa, improvisando a produção de artigos baratos que faziam por encomendas, ou para venderem nas ruas: doces, brinquedos, charutos, entre outros produtos.

Conciliando os horários de trabalho doméstico com atividades que faziam parte da educação feminina tradicionalmente transmitida de mãe para filha, muitas transformaram-se em profissionais qualificadas para realizar os trabalhos manuais encomendados por fábricas. Precisavam somente dominar os elementos mais importantes para a execução das tarefas: rapidez, destreza, precisão e repetição. E nisso as mulheres eram exemplares.

Segundo Albornoz,²¹³ o trabalho encomendado por fábricas e realizado por mulheres dentro do próprio domicílio transformava-se em uma espécie de trabalho doméstico remunerado, que contribuía para a produção social. Fazer em casa tramas de tiras de couro para as sandálias montadas pelas fábricas era transformar-se momentaneamente em operárias e estar ligadas, ainda que indiretamente, à linha de montagem de uma fábrica, embora não recebessem o pagamento pelas tiras em forma de salário fixo. Para a autora, outras atividades desenvolvidas no âmbito da casa, como a feitura de objetos artesanais, a produção de malhas, de rendas, de tricô e de crochê, se não entravam no conceito de trabalho produtivo segundo o capital, nem devolviam em lucro a força empenhada e os seus custos, com certeza eram usadas pela produtora e por sua família como um trabalho extra para complementar as despesas da casa. Nesse entendimento, o trabalho doméstico que resultava em bem de uso era produtivo em sentido mais amplo, uma vez que também produzia objeto material.

A mais complexa e também mais importante das atividades manuais realizadas em casa era a costura. Para um grande

²¹³ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, [199-]. p. 11-68. (Coleção Primeiros Passos, v. 13).

contingente de mulheres, essa ocupação tornou-se a única opção para o sustento da casa. Recebendo encomendas de variadas fábricas dos ramos têxteis e de vestuário, as mulheres costuravam produtos de cama e mesa, e roupas em geral. A grande produção caseira feminina, no entanto, era a costura de sacos para a embalagem de café.

Em fins do século XIX, o comissariado industrial exportador de café rejeitava as máquinas estrangeiras que confeccionavam e costuravam os sacos para embalagem do produto, alegando que as máquinas não produziam sacas com a perfeição do trabalho manual desenvolvido pelas mulheres na esfera privado/domiciliar. Isso contribuiu para que continuassem realizando o trabalho manual dentro de suas unidades domésticas, afastadas do mundo público. Até a década de 1920, esses trabalhos domiciliares femininos encarnavam a conciliação dos serviços domésticos com uma atividade remunerada.

O trabalho realizado dentro do próprio domicílio só veio a enfraquecer quando, nos anos 20, aumentou consideravelmente a disponibilidade da força de trabalho masculina que saía dos campos para as cidades. Muitas empresas que utilizavam a mão-de-obra dessas mulheres ao estilo de produção doméstica substituíram o trabalho feminino pelo masculino, dentro das fábricas. Essa substituição promoveu uma queda da presença feminina na força de trabalho e alterou substancialmente as condições da mulher na sociedade brasileira.

Só com a modernização do modo de organização da vida social e as mudanças no relacionamento familiar é que as atividades femininas de produção se tornaram *invisíveis*. Os estímulos dos novos modelos de comportamento tornaram as mulheres apenas mães e esposas, principalmente nas cidades, onde os discursos médicos exigiram a integração das práticas do sexo e do amor somente dentro do casamento. O novo código de relações entre os gêneros subordinava a mulher à disciplina aburguesada das elites citadinas. As novas classes urbanas criaram hábitos, valores, normas e símbolos diferentes dos tradicionalmente traçados pelo sistema patriarcal da sociedade rural desenvolvido no Brasil

desde o século XVI.

O pensamento e os discursos católicos e positivistas que difundiram as características apropriadas a cada gênero, em fins do século XIX mantiveram sua influência mais ou menos até 1950 e contribuíram para propalar no país o imaginário da intimidade familiar, que reconduzia a mulher ao lar, lugar onde deveria desempenhar seu papel de esposa e mãe.²¹⁴ Também os discursos médico-sanitaristas classificaram a mulher como um elemento frágil e delicado em oposição ao vigor e à intelectualidade masculina, sendo, por isso, naturalmente necessitada de proteção contra os trabalhos insalubres das fábricas e da costura domiciliar de sacarias, que exalavam odores e pó não compatíveis com a saúde feminina. As mulheres foram declaradas portadoras de papéis distintos dos dos homens, que, por natureza, mantiveram sua classificação como provedores materiais e morais da família.²¹⁵

A modernização da ordem social e econômica do país, no início do século XX, transformou a divisão social e sexual do trabalho, acarretando um processo de privatização da mulher no domicílio, principalmente nos centros que se urbanizavam e industrializavam. Diferentemente do enclausuramento feminino praticado na sociedade colonial, essa privatização feminina firmou a relação da mulher com a família em contraposição à sociabilidade desenvolvida no mundo público urbano.²¹⁶

A maior parte das mulheres, no entanto, não se enquadrou de todo ao processo de limitação de seu trabalho no lar. As pertencentes às classes mais baixas, por sobrevivência, procuraram conciliar suas atividades domésticas com trabalhos que lhes continuassem a proporcionar alguma renda, dentro ou fora do lar.²¹⁷

²¹⁴AZZI, 1987; VAITSMAN, 1994.

²¹⁵RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil - 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²¹⁶VAITSMAN, 1994.

²¹⁷MADEIRA, Felícia R.; SINGER, Paul I. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*. Caderno CEBRAP, São Paulo, n. 13, 1975.

Apesar de, nas cidades, haver uma imposição de estilo de vida peculiar e diferente do desenvolvido no mundo agrário e por exigir papéis cada vez mais socializados, criando novos hábitos e valores, a sociedade urbana, até o início dos anos de 1950, manteve-se presa às tradições rurais de comportamento. A população brasileira rural, ao mudar-se para as cidades, trazia consigo aspectos do velho sistema de organização social, no qual o provedor da casa deveria ser elemento masculino, e a mulher, a dona-de-casa.²¹⁸

O impacto social criado pelas transformações econômicas ocorridas nos anos de 1960, sem dúvida, deu nova interpretação ao trabalho feminino. O processo econômico brasileiro, de antecedentes bem definidos, passou por uma série de recessões, provocando significativos custos sociais para todas as famílias. O aprofundamento da situação de pobreza, a rápida desvalorização da moeda, o aumento desordenado de preços e custos de vida, as altíssimas taxas inflacionárias, os diversos planos econômicos, o aumento demográfico da população e a perspectiva da ausência de emprego mudaram sensivelmente o contexto social do Brasil. A estrutura produtiva e o movimento de expansão industrial que veio acompanhado de uma crescente e descontrolada urbanização criaram condições para um aumento desenfreado da inflação, proporcionando ao país uma profunda crise econômica, que reduziu a renda *per capita* e aumentou as dificuldades socioeconômicas das famílias brasileiras, principalmente daquelas inseridas nas classes de baixa renda, nas quais os homens encontravam dificuldades crescentes para atualizarem seu papel culturalmente definido como provedores da casa.

A tendência da nova lógica econômica do país levou quantidades crescentes de mulheres a serem incorporadas no mercado de trabalho, principalmente o urbano. Por necessidade de contribuir para o sustento de suas famílias, elas foram desenvolvendo, fora de sua unidade doméstica, atividades que, até então, eram realizadas exclusivamente por homens, tanto nas indústrias que

²¹⁸CÂNDIDO, 1951.

se estabeleciam, quanto no comércio e em áreas financeiras. Nas indústrias, particularmente as de vestuários, calçados e artefatos de tecidos, a presença feminina atingiu patamares de ocupação em torno de 2/3 dos empregos oferecidos na década de 1970. Nos setores de atividades de serviços, a presença feminina, nesse mesmo período, atingia a casa dos 96,6%, nos empregos, por exemplo, de secretárias, comerciárias, funcionárias públicas e bancárias.²¹⁹

Buscando conseguir uma melhor condição financeira na estrutura ocupacional, as mulheres que já possuíam uma formação profissional deixaram de lado os serviços considerados tipicamente femininos, como de magistério e enfermagem, e se engajaram em atividades que lhes proporcionavam maior remuneração, principalmente nos setores de serviços modernos de produção e de consumo coletivo. Por outro lado, as mulheres de classes mais populares, com pouco ou nenhum preparo educacional, concentraram sua mão-de-obra na prestação de serviços às indústrias.

Essa diferença de concentração ocupacional feminina explica-se pela disparidade do acesso à educação a que as mulheres estiveram sujeitas ao longo da história do Brasil e, por conseqüência, pela falta de profissionalização feminina, ocasionada pela discriminação do gênero no mercado de trabalho.

A Educação Feminina no Processo da Industrialização

No século XIX, John Luccock,²²⁰ o mercador britânico que ficou célebre por fazer comentários a respeito do envelhecimento precoce, o mau gênio e a obesidade das mulheres do Rio de Janeiro, observou que, aqui, as mulheres viviam mais enclausuradas do que na Europa. Para ele, na realidade, isso acontecia para impedir

²¹⁹Década da mulher (1976-1985). Avaliação. Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1995.

²²⁰LUCCOCK, apud HAHNER, June E. A mulher no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 32. Sobre Luccock, ver também QUINTANEIRO, Tânia. Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeiros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996.

às mais jovens e de *classe alta e média* o acesso à instrução que lhes possibilitaria o engajamento no mercado de trabalho colonial. Em um trecho de seu relato, Luccock diz que

*[...] o pouco contato que os costumes com elas permitem, dentro em breve, põem a nu a sua falta de educação e instrução. Isto, aliás, fazia parte do sistema declarado; estava assentado que o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, pois que isso lhes seria útil, nem tampouco se desejava que escrevessem a fim de que não o fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte[...]; transcorridos poucos anos, talvez que a coisa estivesse de algum modo remediada, mas a melhora não foi substancial.*²²¹

As mulheres das classes proprietárias, cercadas por serventias proporcionadas pela sociedade escravista, tinham uma educação que lhes dava conhecimentos superficiais e lhes proporcionava condições somente para desenvolverem trabalhos leves, que visavam à ostentação de riqueza e à administração da escravaria. Por isso sua instrução, em grande parte, era oferecida na própria casa. Sua frequência em escola era um luxo dispensável, pois em casa sua aprendizagem era mais próxima da realidade. Sobre a educação caseira, Luccock questiona:

*[...] que pode ensinar, quem nada sabe? Que esforços se podem esperar no sentido de formar uma boa moral, por parte de pessoas que não exercem nenhuma restrição sobre si próprias?*²²²

Enquanto a educação masculina preparava o homem para assumir atividades ou empregos públicos, a educação feminina preparava a mulher somente para o casamento. O nível instrucional feminino era pobre e as ordens religiosas que sustentaram o ensino no Brasil, desde o período colonial, nada mais ofereciam do que uma *educação ornamental*, ou seja, voltada apenas para o aprendizado das letras e das quatro operações.²²³ Não havia

²²¹LUCCOCK, opud HAHNER, 1978, p. 37.

²²²Idem, p. 38.

²²³QUINTANEIRO, 1996.

escolas que preparassem as mulheres para a vida profissional, e somente as mulheres pobres, que necessitavam de trabalhar para o seu sustento, eram as que *encaravam* o mercado de trabalho. No entanto, para estas não havia escolas.

Nos centros urbanos, mesmo as filhas de famílias abastadas, que freqüentavam escolas particulares, desde cedo eram estimuladas a se preparar para o casamento e para a maternidade. Eram poucas as escolas que educavam as meninas para o ingresso no mercado de trabalho. Assim mesmo, as que existiam ofereciam uma educação voltada para a profissionalização feminina em atividades tipicamente domésticas, tais como magistério e enfermagem.²²⁴

Quando a sociedade brasileira iniciou seu processo de industrialização, no século XX, as populações rurais, que sofriam com a política impulsadora da pobreza e da miséria da população trabalhadora, foram sendo fortemente atraídas para as cidades em busca de soluções para seus problemas. Sem uma educação que preparasse para o enfrentamento de novas formas de convivência, essa população acabou deparou-se com os códigos citadinos de comportamento, que exigiam sua integração em um contexto social urbanizado. Para enquadrar essa população de costumes rudes aos novos segmentos sociais urbanos, várias campanhas políticas e educacionais proclamavam a necessidade da difusão de um ensino capaz de modernizar a instrução, por meio de uma reforma na educação que preparasse todos os brasileiros para a convivência com as novas condições de vida. Os projetos objetivavam a promoção de uma reforma educacional capaz de mudar a mentalidade da população que deveria tornar-se disciplinada, ordeira, trabalhadora e respeitadora das leis.²²⁵

Embora combatidas pelos intelectuais urbanos, as oligarquias rurais, sobretudo a cafeeira, que impulsionou financeiramente o processo de industrialização no Brasil, tinham no seu comportamento senhorial um exemplo que as populações

²²⁴BESSE, 1999.

²²⁵FRANCO, 2001.

migrantes buscavam seguir para a sua ascensão social. A velha mentalidade escravocrata, que ligava o trabalho à escravidão, afastava das classes emergentes a idéia de educar-se para o trabalho. Isso agravava a situação da escassez de mão-de-obra qualificada, exigida pela industrialização.

A educação acadêmica e aristocrática, aliada à pouca importância dada à educação da população das cidades, fundava-se na estrutura e organização da sociedade brasileira, e, somente quando essa estrutura mostrou sinais de ruptura com os movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas sociais profundas, foi que a educação mostrou sinais de crise. A escola, que sempre buscou formas de aquisição de *status*, aliada ao preconceito do trabalho manual, deu sinais de necessidades de mudanças, e as camadas sociais que organizavam a educação acadêmica já não conseguiram reformar o ensino voltado para seus objetivos. O aumento da demanda social de educação e a busca de novos recursos humanos por parte das empresas que se estabeleciam constituíram-se em necessidades de formação educacional para atender à economia em transformação. O velho sentido da educação em atender somente às necessidades de minorias privilegiadas, principalmente das pessoas do sexo masculino, terminou por ser substituído por um novo sistema, acessível à maior parte da população.

Nesse quadro, a progressiva extensão de oportunidades de acesso à escola, em todos os níveis de ensino, favoreceu às mulheres e, em poucas décadas, o número de matrículas nos diversos segmentos de ensino e nos cursos voltados à educação comum aumentou consideravelmente a oportunidade de profissionalização feminina: enquanto em 1930 se formaram em cursos superiores somente 83 mulheres, em 1940 esse número aumentou para 7.639.²²⁶

As mulheres que não tinham acesso à educação superior continuaram ingressando em cursos ligados tradicionalmente

²²⁶D'AVILA NETO, Maria Inácia. *O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

à educação feminina, como magistério e enfermagem, mas também passaram a freqüentar cursos que lhes proporcionavam conhecimentos que iriam ajudar a desenvolver atividades em empregos nos órgãos da administração governamental que se expandiam. Esses órgãos reconheciam as vantagens de empregar mulheres em suas recepções e em seus gabinetes de telefonia e datilografia, além de se beneficiarem com os baixos salários com os quais remuneravam suas funcionárias.²²⁷

O próprio desenvolvimento econômico do país pressionava o sistema educacional vigente, permitindo incorporar às escolas um grande número de mulheres, em todos os níveis, seja como educanda seja como educadoras (Tabela 14).

Tabela 14 – População feminina no processo educativo, por grau de escolaridade. Brasil - 1940.

PESSOAS COM IDADE ENTRE 5 E 39 ANOS NO PROCESSO EDUCATIVO			
Nível	Total de pessoas no processo educativo	Mulheres	
		Número	%
Elementar	2.967.707	1.435.467	43,28%
Médio	308.912	133.509	4,03%
Superior	40.294	7.639	0,23%
TOTAL	3.316.913	1.576.615	47,53%

Fonte: ROMANELLI, 1983; Censo Geral do Brasil (1946).

Nos anos de 1940, a participação das mulheres no mercado de

²²⁷Uma pesquisa encomendada pelo Ministério do Trabalho nos anos de 1930, concluía, com informações de empregadores masculinos, que as mulheres empregadas eram mais concentradas do que os homens, toleravam mais a rotina e tinham ambições que podiam ser satisfeitas com menores salários (BESSE, 1999, p. 150).

trabalho reiniciou seu processo de crescimento, concentrando suas atividades no setor terciário. Madeira e Singer²²⁸ acreditam que essa concentração tinha base em fatores culturais que impulsionaram certos tipos de ocupação ou trabalho feminino, e afirmam que também a questão cultural estava presente na influência da classificação das ocupações masculinas e femininas, promovendo recrutamentos baseados não na capacidade do sujeito, mas no sexo. Para os autores, esses fatores perpetuaram crenças machistas sobre habilidades e deficiências femininas.

Essa interpretação retoma a discussão de que a educação profissionalizante e a posição feminina no mercado de trabalho têm a ver com o papel social feminino e as atividades domésticas desempenhadas pelas mulheres dentro da família. Enquanto a formação profissional feminina foi determinada por conceitos tradicionais, as mulheres não tinham opção e eram levadas a desenvolver seus estudos em cursos que não as preparavam para o mercado de trabalho. Os cursos que freqüentavam não lhes davam meios efetivos de se colocarem no mercado, mas proporcionavam um falso posicionamento no meio social. Exemplo disso eram os cursos oferecidos pelas Faculdades de Filosofia, vistos como uma forma de brilho para as mulheres conseguirem um casamento vantajoso.²²⁹

Esses entendimentos são criticados por Cardoso²³⁰ que acusa essa visão de ser um tanto ou quanto misógina. Para ela, somente a formação profissional feminina seria a solução para acabar de vez com a discriminação da mulher no mercado de trabalho. A autora usa dados estatísticos para mostrar a crescente participação da mulher no mundo público e, baseada em dados da PEA, afirma que entre os anos de 1950 e 1960 a taxa de crescimento da população brasileira foi de 3,5% ao ano, mas que a distribuição por sexo dessa população no mercado de trabalho não mudou até os anos de 1970. Em 1950, as mulheres economicamente ativas

²²⁸MADEIRA e SINGER, 1975.

²²⁹ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

²³⁰CARDOSO, Iredé. *Mulher e trabalho: as discriminações e as barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez, 1980.

perfaziam um percentual de 14,6%, passando para 18,6% em 1970. Para a autora, esse aumento ficava muito longe de se assemelhar à média dos países desenvolvidos, mas era bastante significativo quando considerado o grande salto dado pelos números da PEA feminina da época, que atingiu a taxa de crescimento de 127%, enquanto a população total cresceu 79%.

Diante desse quadro, sobressaía-se a dinâmica do sistema econômico que influenciava as taxas de participação feminina no mercado de trabalho nas diversas regiões do Brasil. Nessa década, a situação econômica brasileira sofreu graves reveses, levando milhares de mulheres que desenvolviam atividades dentro do espaço doméstico a necessitarem do trabalho produtivo fora do lar, principalmente em Vitória, onde o dinamismo das indústrias urbanas registrou a maior participação feminina nas forças produtivas que surgiram com os grandes projetos econômicos desenvolvidos no período.

A Trabalhadora Vitorienne

A trajetória deste trabalho desemboca finalmente no tema proposto: a mulher trabalhadora e profissional na cidade de Vitória, no período que compreende as três últimas décadas do século XX. Este estudo mostra que, apesar de as mulheres, na gênese das sociedades modernas, terem sido isoladas nos espaços privados do lar,²³¹ as capixabas, assim como as demais brasileiras, também propiciaram com os homens equilíbrio na força de trabalho e não deixaram de exercer sua parte complementar na manutenção da balança sociológica. O trabalho feminino e o masculino, de caracteres diferenciados, principalmente nas plantações e comercialização de café, tornaram-se esferas complementares que suportavam um e outro, fortalecendo e construindo a sociedade vitorienne.

O trabalho doméstico exercido pelas mulheres em Vitória sempre

²³¹A compreensão desse fenômeno, sociológica e economicamente, dá-se pela própria evolução das relações sociais e sexuais de trabalho, inauguradas a partir da privatização da família, com a conseqüente exclusão das mulheres das práticas sociais modernas, exercidas na esfera pública.

foi essencialmente necessário e útil quando dele dependia a sobrevivência da família. Durante a vigência do sistema econômico fundamentado na agricultura, os homens que não adquiriam recursos suficientes para manter a estrutura familiar beneficiaram-se do trabalho feminino, que não se limitava à responsabilidade de operacionalizar a alimentação consumida pela família. A mulher preparava produtos que eram utilizados por todas as pessoas da unidade doméstica, do fio de algodão para os tecidos com que costuravam as roupas e agasalhos aos produtos que podiam ser comercializados no mercado, como doces, bebidas, chapéus, couro, entre outros.²³² Até as classes senhoriais dependiam do trabalho feminino para manter o núcleo em funcionamento.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, quando a sociedade brasileira se enquadrava no ritmo das indústrias, nos grandes centros econômicos, onde as máquinas substituíram em grande parte o trabalho manual feminino, as mulheres redefiniram sua posição na sociedade e não mais esperaram que seus maridos as sustentassem e a seus filhos. Antes, desenvolveram atividades no mercado de trabalho, formal e informal, tornando-se operárias ou profissionais liberais, elevando seu nível de instrução e ocupando os espaços criados pela sociedade moderna. Mesmo as de classes mais abastadas buscaram construir projetos de vida vinculados às aspirações pessoais, redefinindo as relações de gênero nas dimensões de sua esfera social.

Em Vitória, nessa época, as mulheres, com raras exceções, ainda seguiam as regras do modelo social tradicional em que o papel feminino consistia em trabalhar em casa e cuidar do marido e dos filhos. Uma esposa doméstica dava à família o orgulho de parecer que os homens haviam vencido na vida. O trabalho feminino era sinal de pobreza da família e motivo de desprezo para os homens, tradicionalmente simbolizados como provedores do lar.

Além dos preconceitos tradicionais que impediame condicionavam a participação das mulheres no mercado de trabalho, havia

²³²Sobre a produção da indústria caseira no Espírito Santo, ver MORANDI, 1984.

fatores culturais que iam além dos que se referiam à qualificação; aqui quase que inexistiam ofertas de emprego tanto para os homens quanto para as mulheres. Para elas, somente algumas repartições públicas abriam oportunidades, e poucas. No comércio quase não havia vagas e, especificamente nas vendas de café, a presença masculina dominava. No magistério das escolas públicas primárias, os ganhos eram irrisórios e as vagas, na maioria, eram ocupadas por mulheres da classe popular, que buscavam no magistério um degrau para ascender socialmente. Nas escolas particulares, quase sempre ligadas à Igreja, a maioria das vagas era ocupada por religiosas. Somente enfrentando muitas barreiras, as mulheres conseguiam uma vaga no magistério secundário.

A situação de pobreza da população vitoriense era muito grave e foi alimentada, em fins na década de 1960, pelo grande número de pessoas desempregadas e desqualificadas que deixaram os campos depois da erradicação dos cafezais. Milhares de mulheres que buscaram a capital capixaba nessa época vinham com a expectativa de conseguir empregos e melhores condições de vida. No entanto, somente a partir da metade dos anos de 1970, com a implantação dos grandes projetos industriais, é que tiveram oportunidade de ocupar em massa o mercado de trabalho.

Assim como os homens, a maioria das mulheres que buscavam emprego nas indústrias e no mercado de trabalho que se lhe seguia não tinha nenhum preparo profissional e, muitas vezes, era analfabeta, principalmente as casadas, que foram socializadas nos anos de 1950, para desempenhar papéis similares aos de suas mães, e não tiveram oportunidades de ingressar em escolas que ao menos as alfabetizassem. Para suas famílias, era motivo de orgulho que elas conseguissem um casamento e desempenhassem bem seu principal papel, de mãe e esposa, e não que estudassem e trabalhassem.

Tal interpretação não chega a analisar a fundo a questão sociocultural das mulheres da cidade, mas permite observar que a maioria delas teve sua educação pautada com resquícios

da tradicional sociedade patriarcal e preservou traços culturais que privilegiavam o casamento como o status almejado pelas mulheres capixabas, até os anos de 1970.

As constatações a respeito do casamento vistas até aqui e a afirmação das Ciências Sociais quanto às modificações do comportamento da sociedade mediante o processo de desenvolvimento econômico devido à industrialização só podem ser compreendidas com base em um estudo visto pelo prisma histórico da compreensão da relação social da mulher com o casamento e o trabalho. O percurso demonstra que essa relação sofreu transformações à medida que historicamente os ajustes operados em torno de valores cultivados em diferentes épocas modificaram o entendimento do papel feminino na sociedade.

A importância conferida à contextualização histórica da relação casamento, mulher e trabalho deriva justamente da tentativa empreendida, ao longo desta pesquisa, de situar alguns valores que determinam a adoção da proposta deste estudo: as mudanças que a participação da mulher no mercado de trabalho proporcionou na relação mulher e casamento, após a industrialização da cidade de Vitória, no período que compreende os anos de 1970 a 2000.

Os resultados das pesquisas sobre o casamento e o trabalho na vida da mulher permitiram o entendimento de como se processaram as mudanças do comportamento social feminino, em uma cidade cujo sistema econômico se expandiu devido à industrialização. Observa-se que, ainda hoje, as mulheres acreditam que “devem se casar”, mesmo aquelas que querem quebrar esse modelo e ter como eixo central de sua vida uma profissão. A condição de esposa mantém-se relevante no papel da mulher, mas a sua relação com o casamento, diante dos novos paradigmas sociais femininos, já não é a mesma.

O MERCADO DE TRABALHO E A NOVA CONDIÇÃO DA MULHER

Se o casamento hoje é frágil por causa da separação e do divórcio, embora continue sendo encarado com esperança e baseado no afeto, no passado ele era frágil por causa da morte. Não podemos inferir nada automaticamente dessa fragilidade demográfica.

ALAN MACFARLANE (1900)

VISIBILIDADE FEMININA:

APROXIMAÇÃO

Na exposição sobre a formação econômica de Vitória, observou-se que, até os anos de 1960, sua estrutura esteve apoiada na economia agroexportadora da monocultura cafeeira e que o município se apresentava como uma região periférica e subdesenvolvida, com pouca integração ao mercado nacional. Verificou-se, também, que essa situação se modificou com a desagregação da economia primário-exportadora do estado do Espírito Santo e com a implantação de grandes indústrias produtoras de bens de capital, que abriram um enorme mercado de trabalho na cidade, processos que trouxeram para a capital milhares de pessoas desempregadas.

Essa situação refletiu-se na economia e na sociedade de Vitória, que, a partir dos anos de 1970, sofreu uma descaracterização geral, perdendo o tradicional perfil de cidade administrativa e comercial do Estado, com ares coloniais, para tornar-se um aglomerado urbano que absorvia enorme quantidade de pessoas vindas do mundo rural em busca de emprego. A cidade sofreu um impacto populacional e congestionou-se com a expansão de favelas e atividades informais. Ao mesmo tempo, formava-se um novo mercado, secundário e terciário, promovido pela implantação dos grandes projetos industriais.

Fenômeno singular na história da cidade – a chegada de um enorme contingente populacional e a abertura de um grande mercado que fugia ao tradicional comércio cafeeiro –, essa

situação foi particularmente significativa para as mulheres vitorenses, consideradas inativas economicamente, apesar de se destacarem como coadjuvantes na força de trabalho do Estado. Por tradição, as mulheres foram preparadas para assumir atividades pertinentes ao casamento, ou seja, executar tarefas domésticas. Sua ocupação principal devia ser a manutenção da casa, a criação dos filhos e o cultivo de relações sociais. A rígida formação da população capixaba caracterizava a educação feminina sob uma base doutrinária conservadora que tolhia, sempre que possível, a participação da mulher na escola, no lazer e, principalmente, no mercado de trabalho, preparando-a especificamente para o casamento.

De acordo com os poucos documentos de onde se pode extrair alguma referência sobre as atividades femininas na história de Vitória, o pequeno número de mulheres que participavam de trabalhos fora do âmbito doméstico dedicava-se às ocupações relacionadas à arte, ao magistério, ao comércio, à produção têxtil artesanal e à costura, além de exercer atividades na área de saúde, tais como parteira. Até a segunda metade do século XX, o número de mulheres vitorenses que trabalhavam fora de casa, desenvolvendo atividades remuneradas que não se relacionavam com as funções domésticas, era ainda muito pequeno.

Essa situação mudou completamente nos anos de 1970, quando se deu o empobrecimento do país, a rápida desvalorização da moeda e o aumento desordenado de preços e custos. O agravamento da pobreza provocou grandes distúrbios financeiros e sociais por todo o Brasil. Especialmente em Vitória, essa situação foi grave em virtude do êxodo rural provocado pela erradicação dos cafezais improdutivos e pela constante chegada de migrantes de outras localidades do país em busca de emprego nas indústrias que se implantavam na cidade.

Mesmo o mercado que se abria naquele momento não absorvia tamanha mão-de-obra, e a pobreza que se instalou na cidade impulsionou milhares de mulheres a saírem do âmbito doméstico para auxiliar nas despesas do lar, sobretudo as casadas cujos maridos não mais conseguiam manter financeiramente suas

unidades domésticas. Apesar de a maioria ser analfabeta e não ter qualquer qualificação profissional, elas deixaram suas casas e se engajaram no mundo público para contribuir para o sustento da casa.

A necessidade de sobrevivência da família se sobrepôs à relação social criada para a mulher e o casamento. As mulheres que foram educadas somente para serem dependentes e submissas aos maridos viram-se obrigadas a trabalhar fora de casa e passaram a gerir suas próprias vidas e, muitas vezes, a de toda a família. Elas assumiram uma posição na sociedade em função da qual não mais seriam vistas apenas como seres passivos de reprodução, mas também como trabalhadoras capazes de sustentar suas famílias, sem depender dos maridos.

Em todo o Brasil, nessa época, as mulheres conquistavam o mundo do trabalho, e milhares delas, incentivadas pelos movimentos feministas dos anos de 1960, reivindicavam a obtenção de garantias contra as desigualdades econômicas e sociais que lhes impunham as diferenças dos papéis sexuais e as impediam de se afirmar e se expressar como pessoas integrantes da sociedade.

O entendimento de que as formas de desigualdade entre os sexos eram resultado de processos injustos e não de falta de disposição natural ou de capacidade de apreciar ou resolver assuntos de interesse individual levou inúmeros grupos femininos a debruçarem-se sobre os problemas voltados para a saúde, a educação e os direitos da mulher, envolvendo pessoas de todas as camadas sociais, níveis de escolaridade, credo e raça. Faziam parte desses grupos mulheres das classes trabalhadoras que eram oprimidas por questões relativas não só ao sexo, mas também à classe social, e pessoas pertencentes às classes média e alta que tiveram acesso mais fácil ao conhecimento. Em decorrência, foram criadas inúmeras associações femininas, que desenvolveram publicações periódicas, denunciando o preconceito e a discriminação da mulher na família, na educação e no trabalho, além da discriminação sexual, que marcou com profundas diferenças socioeconômicas a relação dos gêneros.

Nos anos de 1980, as mulheres brasileiras já não lutavam mais

por igualdade de direitos e papéis em relação aos homens, mas por diferenças entre os sexos como forma de recuperar a cultura feminina, de modo a afirmá-la dentro do universo masculino dominante. Faziam questão de se vestir de modo a realçar sua beleza, sua capacidade de ser feliz e, acima de tudo, faziam questão de valorizar sua imagem com maior intensidade, independente de serem casadas ou não.

Manini²³³ mostra que, nessa década, a insatisfação das mulheres com o movimento feminista da década anterior, que vestira as mulheres com cores escuras e as envolveu em lutas *revolucionárias*, dera lugar aos assuntos femininos, tais como moda, beleza, sexualidade e psicologia. As mulheres distanciaram-se das visões que pretendiam sobrepor as lutas gerais da sociedade à especificidade da questão de seu próprio interesse e voltaram-se para o campo da sexualidade e da saúde feminina, além de desenvolverem práticas para auxiliar outras mulheres no que dizia respeito à instrução e à profissionalização. Mobilizações em torno de práticas como maternidade, aborto, contracepção, planejamento familiar e direito sobre o corpo resultaram em projetos de lei que ampliaram as possibilidades de práticas emancipatórias.

As mulheres tornaram-se mais visíveis nos espaços de trabalho, de consumo e lazer, e por isso foram profundamente afetadas pelo que a mídia lhes dirigia, por meio de inúmeras publicações e programas de televisão voltados para o público feminino.

O estudo realizado por Denise Alves²³⁴ com as revistas *Nova* e *Ele/ Ela* destaca vários artigos em que mulheres divulgavam novos comportamentos sociais como subsídios para a construção de uma nova mulher, moderna, bem-informada, que mesmo trabalhando fora de casa não perdia sua feminilidade nem sua preocupação em se manter sensual e atraente. Tais artigos procuravam dar um novo perfil à mulher que emergia da agonia

²³³MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL: mulher, história e feminismo*, Campinas, n. 3 e 4, p. 46-65, 2. sem. 1995 / 1. sem. 1996.

²³⁴ALVES, Denise. *O desencontro marcado: a velha-mulher-nova e o machão moderno*. Petrópolis: Vozes, 1985.

contraditória de que, se quisesse ser respeitada pelos homens, deveria trabalhar e agir como eles, mas, se quisesse ser amada, deveria agir como sempre, ou seja, ser apenas uma mulher que, além de mãe e esposa, tivesse a responsabilidade de ser bonita, sempre jovem e atraente.

O resgate da feminilidade era fundamental para a realização como *pessoa* e como *mulher*. Como *pessoa*, ela se envolvia na marca de mulher moderna, profissional, que enfrentava discriminações; como *mulher*, ela se voltava para o casamento e/ou para a maternidade. A primeira, ligada ao domínio público, era dificultada pela segunda, que, por mais evoluída que fosse, ainda estava vinculada ao domínio privado, ao amor e à felicidade. Contudo, observa Alves,²³⁵ o maior desafio para ela era a sua realização completa, como *pessoa* e *mulher*.

Nos anos de 1990, a mulher buscou de todas as maneiras encarar esse desafio, sem se sentir pressionada pela responsabilidade de resgatar a sua sexualidade, afirmando-se na imagem de mulher inteligente, capaz, ativa, batalhadora e arrojada, que raramente se vinculava à imagem de *feminista*, caracterizada, nessa época, como masculinizada, violenta e machona. Mesmo conquistando um espaço maior na sociedade, a imagem de *mulher arrojada* foi vencida pela permanência da imagem da *mulher-quimera*, dedicada ao seu trabalho, mas também dedicada ao casamento e à família.²³⁶

Diante desse quadro, pode-se afirmar que, nos últimos trinta anos do século XX, no desencontro de Cinderela, Julieta e Super-Mulher, as mulheres se propuseram construir um novo modelo de casamento, pondo fim à dupla moral sexual. Do ponto de vista sociológico, elas foram responsáveis pelo rompimento da representação tradicional do casamento, ou seja, as mulheres liberadas, profissionais, que passaram a trabalhar fora de casa e a manter-se economicamente, buscaram uma nova forma de viver

²³⁵ALVES, 1985.

²³⁶FERREIRA, Verônica C. Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil. *Cadernos AEL: mulher, história e feminismo*, Campinas, n. 3 e 4, p. 153-197, 2. sem. 1995 / 1. sem. 1996.

com seus companheiros, dividindo responsabilidades financeiras e domésticas, além de transformarem completamente seu papel social diante da união conjugal, seja pela forma de união estável, união civil, união religiosa, seja pela junção dessas últimas. O certo é que o casamento já não mais representava a única opção de vida feminina.

O Casamento em Vitória: Evidências Empíricas

No período compreendido entre os anos de 1970 e 2000, as inúmeras mudanças que ocorreram na vida da mulher vitorienne criaram uma nova realidade em seu cotidiano, principalmente no que dizia respeito à questão demográfica, pois, na evolução estatística das uniões conjugais, nas três décadas pesquisadas, verificaram-se mudanças radicais no comportamento feminino em relação ao casamento.

Uma dessas mudanças pôde ser verificada nas estatísticas da união consensual. No Censo Demográfico de 1970, a união do casal sem registro civil ou religioso já era computada como união consensual e, no Espírito Santo, esse estado conjugal representava 3,73% do total de mulheres casadas. Em Vitória, esse percentual chegou a representar 3,80% das mulheres recenseadas que se declararam casadas.²³⁷

No censo de 1980,²³⁸ a FIBGE, ao investigar o estado conjugal da população capixaba, não levou em conta elementos que permitiriam o conhecimento do estado civil de mulheres que viviam com seus parceiros, informando apenas que 10,37% das mulheres do Estado viviam em outra situação conjugal que não a de casadas no civil e no religioso. O *Anuário Estatístico do Espírito Santo* de 1980/1985,²³⁹ no entanto, informa que, em Vitória, o percentual de mulheres vivendo uma união conjugal sem registro em cartório, entre 1970 e 1980, aumentou em torno de 60,9%,

²³⁷FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1970.

²³⁸FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1980.

²³⁹ESPÍRITO SANTO (Estado). 1986.

ou seja, em números absolutos, no ano de 1970, 1.689 mulheres declararam viver em uniões conjugais consensuais e, em 1980, o número aumentou para 4.504.

Contudo, é na documentação do casamento legalizado que se encontra a maior parte das uniões conjugais realizadas em Vitória, e onde se pode observar melhor a nova relação da mulher com o casamento.

Desde os primeiros mapas de população registrados em Vitória, verificou-se que o contingente feminino se apresentava de forma majoritária,²⁴⁰ diferentemente dos dados demográficos nacionais, que registraram, no Censo de 1940 e a partir do Censo de 1970, o número de mulheres superior ao de homens.

Em Vitória, devido à entrada maciça de migrantes na cidade, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, a população feminina aumentou em torno de 64,4%, ou seja, no ano de 1970 Vitória tinha, em números absolutos, 70.103 mulheres, passando para 108.966 em 1980. Entretanto, o percentual de crescimento da população feminina caiu vertiginosamente para 7,95% em 1991 e para 8,83% em 2000, em relação à população total de mulheres na cidade. Entre as principais causas da ocorrência desse fenômeno está o fato de muitas mulheres migrantes voltarem para seus lugares de origem porque não conseguiram emprego, ou de partirem em busca das novas frentes de trabalho que se abriram na fronteira norte do país, como no caso de Rondônia, onde o Governo Federal proporcionou a aquisição de terras para famílias que se *aventurassem* a abrir novas frentes de assentamento rural.

Em 1970, entre as mulheres residentes em Vitória, 20.475 eram casadas e correspondiam a 29,20% de toda a população feminina. Em 1980, o número de mulheres casadas em relação à população feminina aumentou em aproximadamente 4%, mostrando certo equilíbrio entre o aumento da população feminina e o número de casamentos, nessa época.²⁴¹

²⁴⁰Ver Tabela 7.

²⁴¹Os registros de casamento foram pesquisados nos Cartórios de Registro Civil e Tabelionato das Primeira, Segunda e Terceira Zonas Judiciárias de Vitória, a saber: Sarlo, Zilma Leite e Amorim, respectivamente.

Nas décadas posteriores, porém, observa-se que diminuiu o crescimento da população feminina, mas os registros de casamento nos três cartórios da cidade aumentaram. Para que se possa ter uma idéia melhor desses dados, compilou-se, estatisticamente, o total de casamentos registrados nos documentos pesquisados nos Cartórios Sarlo, Amorim e Zilma Leite (Tabela 15).

Tabela 15 - Casamentos civis e casamentos religiosos realizados em Vitória – 1970-2000.

PERÍODO	CARTÓRIOS						TOTAL
	SARLO		AMORIM		ZILMA LEITE		
	Civil	Religioso	Civil	Religioso	Civil	Religioso	
1970-80	4.090	4.630	2.911	1.261	3.966	921	17.779
1981-90	5.537	7.274	3.220	2.761	4.662	1.990	25.444
1991-00	7.170	3.158	6.039	2.395	3.071	868	22.701
TOTAL	16.797	15.062	12.170	6.417	11.699	3.779	65.924

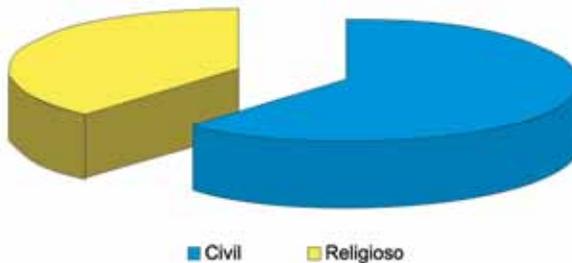
Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

No que concerne ao menor número de casamentos realizados na Igreja, duas observações merecem ser feitas. A primeira diz respeito aos preceitos da religião católica, que não acompanharam as mudanças dos valores sociais, as novas descobertas científicas e o avanço tecnológico empreendidos, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Dentre elas destacam-se o fim do controle da sexualidade feminina com a queda do tabu da virgindade antes do casamento e a descoberta da pílula anticoncepcional, que deu poderes à mulher sobre o seu próprio corpo. A segunda foi a introdução de práticas religiosas evangélicas na cidade, que, de certa forma, atraíram grande parte de fiéis católicos depois da década de 1940. Naquele ano, o número de pessoas católicas representava 92,2% da população, reduzindo-se para 86,06% em 1970, e para 83,6% por ocasião do

Censo Demográfico de 1980.²⁴²

Nas décadas seguintes, essa redução foi ainda maior, pois, nos Censos Demográficos de 1991 e 2000,²⁴³ a população que se declarou católica foi de 74,04% e 63,36%, respectivamente. A pesquisa realizada nos cartórios confirma essas afirmativas quando mostra que somente 38,3% dos casamentos foram realizados no religioso²⁴⁴ (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Tipos de casamento realizados em Vitória – 1970-2000.



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

No Cartório Sarlo, que atende à população residente na região cujos moradores demonstram ter maior poder aquisitivo, o número de casamentos realizados no *civil* e no *religioso* sofreu um decréscimo acentuado a partir de meados da década de 1980. Por outro lado, observa-se que, no Cartório Zilma Leite, que atende à população residente na jurisdição mais pobre da cidade, os casamentos registrados somente no *civil* superam os registrados no religioso (Tabela 16 e gráfico 4).

²⁴²FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo. 1980.

²⁴³FIBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo. 1991 e 2000.

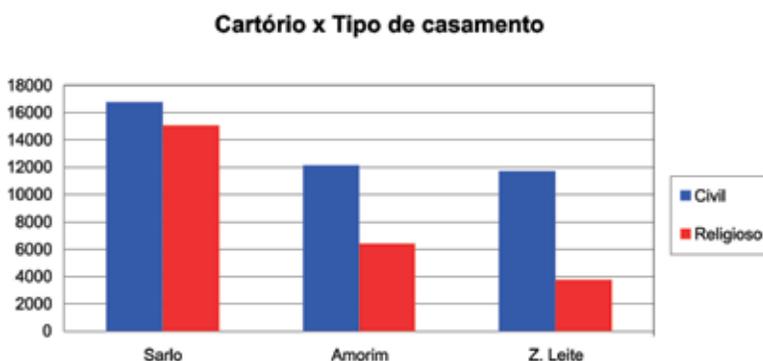
²⁴⁴Existem dois tipos de casamento registrados nos cartórios: o casamento civil (aquele que se oficializa somente no cartório, perante o juiz) e o casamento civil e religioso (aquele que se realiza perante o juiz e o representante da igreja). Nesta pesquisa, doravante considerar-se-ão ambos os tipos de casamento como casamento civil e casamento religioso, entendendo que este último também é registrado como civil.

Tabela 16 - Tipos de casamento por Cartório. Vitória - 1970-2000.

CARTÓRIO	TIPOS DE CASAMENTOS		TOTAL
	Civil	Religioso	
Sarlo	16.797	15.062	31.859
Amorim	12.170	6.417	18.587
Zilma Leite	11.699	3.779	15.478
TOTAL	40.666	25.258	65.924

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Gráfico 4 - Casamentos civis e casamentos religiosos. Vitória – 1970-2000.



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Enquanto no Cartório Sarlo os casamentos realizados no civil e no religioso registravam apenas 5,45% de diferença entre si, nos Cartórios Amorim e Zilma Leite essa diferença deu-se em torno de 20,22%. No Cartório Zilma Leite, os casamentos registrados somente no *civil* chegaram a equivaler a 75,58% dos casamentos realizados.

Durante todo o período pesquisado, tomando-se a evolução dos registros dos dois tipos de casamento, podem-se observar as variações que ocorreram dentro de cada cartório e entre eles.

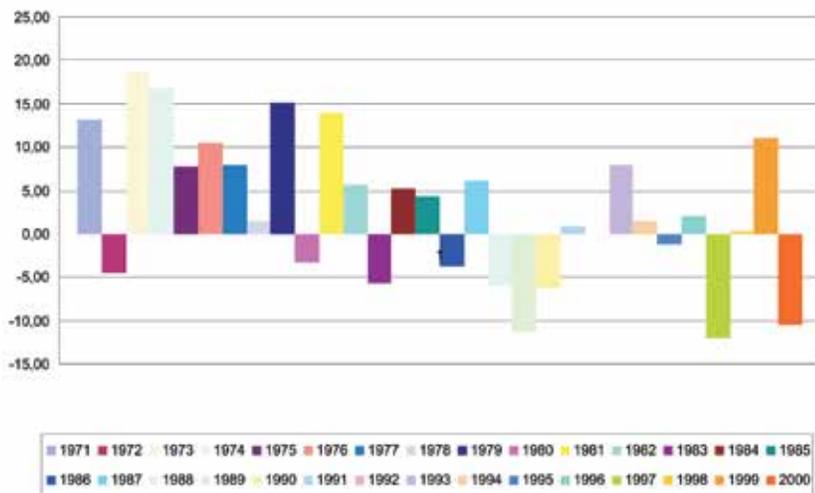
No Cartório Sarlo, desconsiderando o período compreendido entre os anos de 1977 e 1981, quando os registros de casamentos no *civil* e no *religioso* foram feitos em um mesmo livro, o ano em que ocorreu o maior número de casamentos no *civil* foi 1996

(877), e no *religioso* foi 1985 (749). No Cartório Amorim, no ano 2000, registrou-se o maior número de casamentos no *civil* (851), enquanto houve maior incidência de registros de casamentos realizados no *religioso* (330) em 1991. Por seu turno, o Cartório Zilma Leite registrou o maior número de casamentos realizados no *civil* (607) em 1984, e, no *religioso* (261), em 1982.

Quanto aos menores índices de casamentos, os documentos mostram que, no matrimônio *civil*, uniram-se no Cartório Sarlo, em 1976, 193 mulheres; no Amorim, em 1970, 202; e no Zilma Leite, também em 1970, 225. No matrimônio *religioso*, no ano 2000, no Cartório Sarlo, 85, e no Amorim, 136; no Zilma Leite, em 1997, 44.

Procurando explicar os porquês da oscilação dos números de casamentos *civis* e *religiosos* intra e entre cartórios, não se encontrou uma explicação sociológica plausível para os índices de variação percentual de crescimento ou diminuição dos casamentos realizados em Vitória. Observa-se, porém, que, nos cartórios, os anos de maiores índices positivos foram 1972 e 1973, com 18,49%, e de maiores índices negativos foram 1996 e 1997, com -12,02%, conforme mostra o Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Evolução dos casamentos realizados em Vitória. 1970-2000



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Em uma breve análise dos índices de casamentos por década, verifica-se que houve mais períodos de índices positivos do que de índices negativos, e que ocorreram entre as décadas de 1970 e 1980, quando o mercado de trabalho de Vitória ainda estava no processo de expansão e as mulheres que se casavam ainda eram, em sua maioria, domésticas, sem qualquer especialização profissional, conforme se verá adiante.

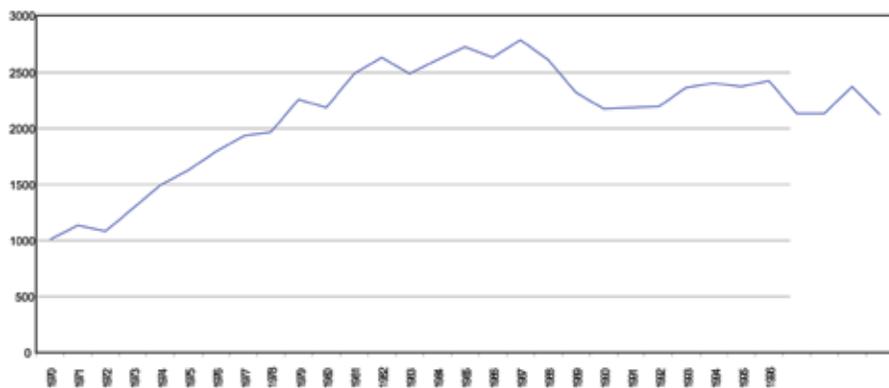
Entre os anos de 1971 e 1980, o maior índice de crescimento negativo ocorreu entre os anos de 1971 e 1972, -4,48%, enquanto, no período de 1981 a 1990, os índices negativos somam cinco períodos, o maior deles, -11,32%, nos anos de 1988 e 1989. No entanto, foi na década de 1990, entre os anos de 1996 e 1997, que ocorreu o maior índice negativo de todos os 31 anos pesquisados, -12,02%.

Considerando-se estatisticamente que há certa normalidade nessas oscilações, infere-se que em algumas delas a questão econômica dos noivos deva prevalecer. Especificamente quanto à diminuição dos índices na década de 1980, recorde-se que, nesse período, a política de estabilização implementada pelo governo brasileiro teve significativos custos sociais: a taxa de desemprego urbano manifestou-se superior a 35%, e a PEA do país, representada por 73,5% dos trabalhadores, recebia menos de três salários mínimos. Além disso, a taxa de inflação, no final dessa década, chegou a beirar os 100%.²⁴⁵

De modo geral, em todo o período pesquisado, foi na década de 1980 que houve o maior número de casamentos, com uma incidência maior no ano de 1987 (2.783). Dois fenômenos chamam atenção para esse fato: o primeiro, por se tratar do ano em que se comemoravam dez anos da promulgação da Lei n.º 6.515, de 17 de dezembro de 1977, que instituiu o divórcio no Brasil, e o segundo, por esse número aparecer no topo da pirâmide que retrata a evolução dos casamentos em Vitória (Gráfico 6).

²⁴⁵Sobre o assunto, ver *Década de mulher* 1985; MINAYO, Maria Cecília S. *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

Gráfico 6 - Evolução dos casamentos realizados em Vitória. 1970-2000.



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Antes e depois do ano de 1987, ocorreu uma retração no número de casamentos.

No que se refere ao registro de casamento *religioso*, o Cartório Sarlo, durante os 31 anos pesquisados foi o que mais documentou esse tipo de casamento. Embora não se pudesse afirmar que as mulheres das classes alta e média eram mais religiosas do que as da classe popular, observou-se nos dados do Censo Demográfico de 1980 que, do total de mulheres residentes em Vitória, 83,29% professavam a fé católica, 11,23% eram evangélicas e o restante seguia as religiões espírita, oriental e judaica.²⁴⁶ De 108.966 mulheres registradas naquele censo, apenas 2.492 declararam não ter religião. Desses resultados, pode-se destacar que aproximadamente 96,80% das mulheres moradoras de Vitória seguiam uma religião qualquer, mas a maioria preferia casar-se somente no *civil*, sustentando a premissa de que o casamento no *religioso* era mais caro do que o casamento no *civil*.

²⁴⁶FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1980.

Além de uma alta quantia cobrada pelos cartórios,²⁴⁷ os noivos deveriam pagar também à Igreja uma taxa, para realização da cerimônia. Acrescentem-se a isso os custos da festa que tradicionalmente acompanha o casamento *religioso*, e, ainda, em respeito à tradição, o fato de o casamento *religioso* ser cercado de inúmeras crenças e costumes milenares.

Dentre as tradições brasileiras referentes ao cerimonial de enlace matrimonial, destaca-se a de que, para o casamento *dar certo*, deve ser realizado diante de Deus e acontecer no mês de maio, considerado o mês de Maria, a Mãe de Jesus. Isso em decorrência do fato bíblico que narra o primeiro milagre de Jesus. Diz a Bíblia que, a pedido de sua mãe, Jesus transformou água em vinho, na festa de casamento de um primo, em maio, mês que os cristãos dedicavam a Maria, e que passou a ser conhecido nacionalmente como o *Mês das Noivas* e o *Mês das Mães*. Também existe a crença de que as noivas cristãs, para se casarem, dão preferência ao mês dedicado à Virgem Maria, protetora das uniões.

Com o objetivo de comprovar a crença de que o mês de maio é o *Mês das Noivas*, buscou-se esquadriñar, em todos os cartórios de Vitória, os meses, dentro do período pesquisado, em que ocorreu o maior número de casamentos (Tabela 17 e Gráfico 7).

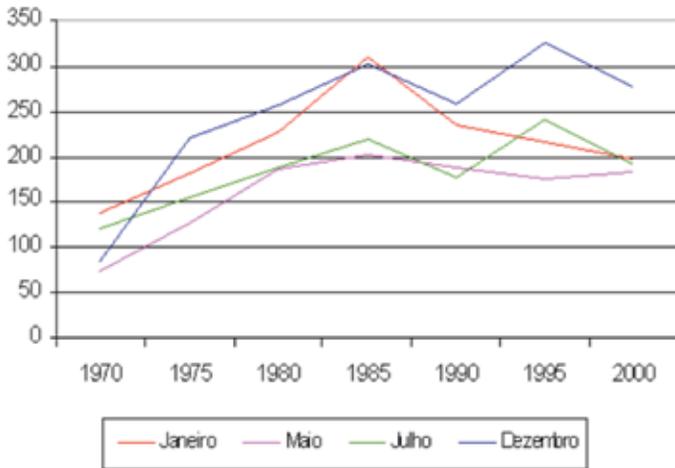
Tabela 17 - Meses em que mais ocorreram casamentos entre os anos de 1970 e 2000.

ANO/MÊS	Janeiro	Maio	Julho	Dezembro
1970	138	75	120	85
1975	181	127	155	222
1980	228	185	189	256
1985	310	202	219	302
1990	235	188	177	259
1995	217	176	240	325
2000	196	183	190	277

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

²⁴⁷No Cartório Sarlo, no ano 2000, as nubentes tinham que desembolsar aproximadamente 35 dólares para a realização do casamento civil.

Gráfico 7 - Evolução dos casamentos nos meses de maior ocorrência.



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Os dados não confirmaram o mês de maio como o de maior realização de casamentos, pelo contrário, apontaram para esse mês um número absoluto de casamentos bem menor do que o dos outros meses.²⁴⁸ A Tabela 17 e o Gráfico 7 mostram que dezembro se destacou como o mês em que houve maior número de casamentos, nos anos pesquisados. Tal fenômeno pode ser explicado pela proximidade das férias de fim de ano, por ser período de verão, ou ainda pela possibilidade de utilização do décimo terceiro salário no orçamento dos noivos. Nessa época pesquisada, as mulheres que foram incorporadas no mercado de trabalho contribuíam financeiramente para o casamento.

²⁴⁸No Censo Demográfico do Brasil, do ano 2000, essa constatação se revela como válida para todo o país.

AS TRABALHADORAS E O CASAMENTO: ADAPTAÇÕES

Com o objetivo de identificar mais de perto as mulheres moradoras de Vitória que romperam as barreiras tradicionais e contribuíram para que houvesse uma mudança radical na forma feminina de relacionar-se com o casamento, optou-se pela realização do estudo de 8.680 registros de casamentos contra os quais elas se insurgiram e recorreram ao rompimento conjugal como forma de contestação aos costumes que as mantinham presas numa união insatisfatória. A escolha dessa amostra é necessariamente objetiva e se adapta perfeitamente ao objeto desta pesquisa, que versa sobre as mudanças na relação casamento e mulher que participa do mercado de trabalho, em Vitória.

Em se tratando de mulheres que trabalhavam fora de casa, verificou-se, no universo da amostra, que 2.654 mulheres se classificaram como sendo domésticas, demonstrando que grande parte delas, quando se casaram, cuidavam apenas dos afazeres de sua própria casa, ou simplesmente trabalhavam em casa de família, como domésticas. Dessas mulheres, 51,73% registraram-se entre os anos de 1970 e 1979.

Segundo Madeira e Singer,²⁴⁹ no Brasil da década de 1970, mais

²⁴⁹MADEIRA e SINGER, 1975.

de dois milhões de mulheres eram domésticas e desempenhavam atividades femininas tradicionais, como a prestação de serviços pessoais aos membros de sua própria família ou aos de uma outra. Para os autores, a doméstica era considerada pela sociedade como membro inferior na escala de produção do país e tinha uma situação social duplamente falsa: primeiro, porque desenvolvia um trabalho que não promovia a emancipação da mulher, segundo, porque se situava à margem da divisão social do trabalho. Somente após os anos de 1970, quando o trabalho doméstico passou a expressar a noção do processo de alienação feminina e de sujeição da mulher ao homem, esse quadro foi-se modificando. As domésticas que trabalhavam em *casa de família* foram reclassificadas por suas patroas como secretárias, e as que trabalhavam em sua própria casa, como simplesmente do lar.

Nos anos de 1980, período em que o mercado capixaba se firmava como um grande parceiro da emancipação da mulher vitorienense, no universo da pesquisa, 1.141 mulheres classificaram-se como domésticas, ou seja, em relação ao período anterior, houve uma queda de 16,9% na autoclassificação da profissão como domésticas das mulheres que se casaram nessa época. E quando o trabalho realizado pela mulher fora de casa passou a ser um sinal concreto de sua emancipação, mais precisamente no período de 1990 a 2000, o trabalho doméstico tornou-se, então, obsoleto, na vida feminina capixaba. Isso pode ser visto de forma bastante clara nos dados registrados nos três cartórios já mencionados: em 11 anos, somente 140 mulheres se classificaram como domésticas. Essa mudança radical permite concluir que o conceito de trabalho feminino, aquele que é definido socialmente como um trabalho manual, frágil, para cujo desempenho não se exige raciocínio, perdeu seu status social e tornou-se algo desprezível para as mulheres.

Observando-se a evolução histórica dos trabalhos realizados pela mulher em função do bem-estar de toda a família e da casa, nota-se que o entendimento de trabalho feminino mudou seu sentido no decorrer do período pesquisado, tanto que as atividades relacionadas ao universo doméstico aparecem muito pouco na amostra escolhida (Tabela 18).

Tabela 18. Profissões relacionadas ao trabalho feminino doméstico. Vitória – 1970-2000.

PROFISSÕES	TOTAL
Bordadeira	1
Cabeleireira	29
Copeira	8
Costureira	81
Cozinheira	6
Garçonete	1
Manicure	31
Servente	32
Doceira	2
Passadeira	1
Zeladora	7
TOTAL	199

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Destacada entre as profissões femininas, desde o primeiro censo do Brasil, em 1872, a costura torna-se quase que oficialmente considerada uma atividade manual tipicamente desenvolvida por mulheres. Assim como os outros trabalhos manuais femininos, a costura não requer preparo educacional e pode ser executada somente com o conhecimento adquirido no interior da unidade doméstica.

Contudo, em Vitória, desde os anos de 1960, instituições como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), mantêm diversos cursos de corte e costura. Também entidades religiosas e comunidades de bairro oferecem cursos de treinamento para bordadeira, cabeleireira, costureira, cozinheira, manicure e doceira para mulheres de classe popular que pretendem adquirir uma profissão.

A mudança no entendimento do trabalho feminino não só descaracterizou as tradicionais atividades femininas domésticas como também promoveu alterações significativas em seu perfil: as filhas das mulheres que entraram no mercado de trabalho nos anos de 1970 eram adolescentes naquela época e defrontavam-se com um mundo repleto de possibilidades e diferentes estilos de vida, que alteravam profundamente o comportamento feminino das gerações seguintes. Suas aspirações provocaram mudanças decisivas na estrutura da sociedade capixaba, indicando que a presença feminina modificaria definitivamente a estrutura do mercado de trabalho.

A análise das taxas de atividade feminina, no período pesquisado, mostra não somente que houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho capixaba, mas também que o mercado absorveu uma mão-de-obra feminina mais qualificada. As mulheres cujas mães antes se classificaram como profissionais de serviços considerados tipicamente femininos deixaram de se auto-relacionar como tal e fizeram a opção por um preparo profissional, mesmo que isso exigisse muitos anos de estudos.

Das mulheres representadas na amostra, 501 foram registradas como profissionais já graduadas, ou mesmo como detentoras de cursos de pós-graduação. Acredita-se, inclusive, que muitas mulheres com curso superior deixaram de indicar seu nível de instrução quando se classificaram nos registros de casamento, dando preferência por informar sua condição no mercado de trabalho. Podem ter informado simplesmente que eram funcionárias públicas e empresárias, por exemplo (Tabela 19).

Tabela 19- Profissões de nível superior das mulheres casadas. Vitória – 1970-2000.

PROFISSÕES	TOTAL
Administradora de Empresas	47
Advogada/Promotora/Juíza	55
Agrônoma	2
Analista de Sistema	13
Antropóloga	1
Arquiteta	6
Artista Plástica	7
Assistente Social	36
Bibliotecária	10
Bióloga	5
Bioquímica	2
Contadora	36
Dentista	56
Desenhista	30
Economista	17
Engenheira	28
Farmacêutica	10
Fisioterapeuta	1
Geógrafa	1
Historiadora	1
Comunicóloga	24
Matemática	1
Médica	68
Nutricionista	2
Pedagoga	25
Psicóloga	13
Tecnóloga	2
Tradutora	1
Veterinária	1
TOTAL	501

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

O próprio desenvolvimento econômico da cidade pressionou o sistema educacional existente, que incorporou às escolas um grande número de mulheres em cursos que antes eram freqüentados quase que exclusivamente por homens, como Engenharia, Direito e Medicina. A presença delas tornou-se maciça também nos cursos que atendem ao mercado capixaba, como Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Administração de Empresas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Tecnologia Mecânica, Turismo, Ciências Biológicas, Bioquímica, Ecologia e Arquitetura.²⁵⁰

²⁵⁰A associação entre a escolaridade e a participação feminina no mercado de trabalho demonstra a intensidade da absorção da mão-de-obra feminina qualificada, majorada na década de 1980.

Além das mulheres que se declararam já graduadas, 1.846 classificaram-se como estudantes, mas nem todas forneceram dados sobre o grau de estudos em que se encontravam nem quais cursos estavam realizando. Apenas 81 informaram que cursavam algum curso superior na época do casamento.

Somente por meio da simples classificação das mulheres como estudantes, torna-se difícil precisar o grau de instrução que elas tinham na época do casamento. Porém, ao estender-se a análise para o campo das profissões que exigem o ensino médio, observa-se que o próprio desenvolvimento econômico exigia a incorporação de pessoas cada vez mais qualificadas para o mercado. A título de exemplo, no universo pesquisado, 9,84% das mulheres se classificaram como formadas em cursos da área técnica, tais como Administração, Agrimensura, Análises Clínicas, Comunicação, Edificações, Eletrônica, Enfermagem, Estatística, Estradas, Filatelia, Informática e Manutenção de Máquinas.

Essas constatações levam à observância de que as mulheres vitorenses conquistaram um espaço de trabalho numa área que, até algumas décadas atrás, era somente ocupada por pessoas do sexo masculino. Exigindo força física, essas profissões eram escolhidas por homens que iriam trabalhar ou já trabalhavam em áreas de obras e/ou em atividades em que, normalmente, não se admitia a presença feminina.

Em Vitória, somente depois da década de 1970 é que algumas mulheres passaram a praticar certas funções técnicas. Ainda assim, sua presença nesse meio era muito rarefeita.

Outra constatação merece ser feita em relação à profissão técnica das mulheres da amostra: a maioria pertencia às classes mais privilegiadas da sociedade. Essa assertiva justifica-se pelo fato de 58,25% das mulheres que se classificaram como profissionais técnicas estarem em maioria registradas nos Livros de Registros de Casamentos dos Cartórios Sarlo e do Amorim, que atendem à população de melhor poder aquisitivo da cidade (Figuras 1 e 2).

Cartórios

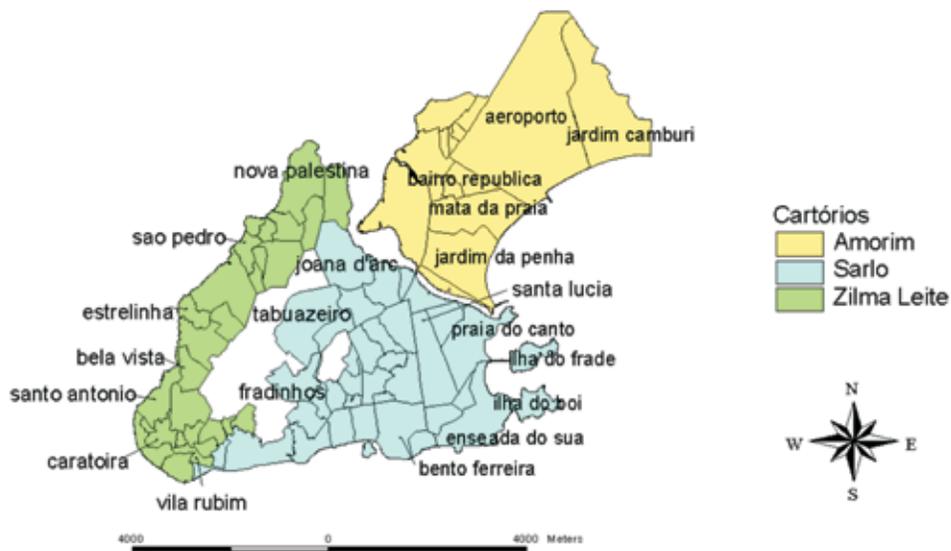


Figura 1. Zonas judiciárias atendidas pelos cartórios de registros civis de Vitória.
Fonte: PMV, 2000.

Classes Sociais

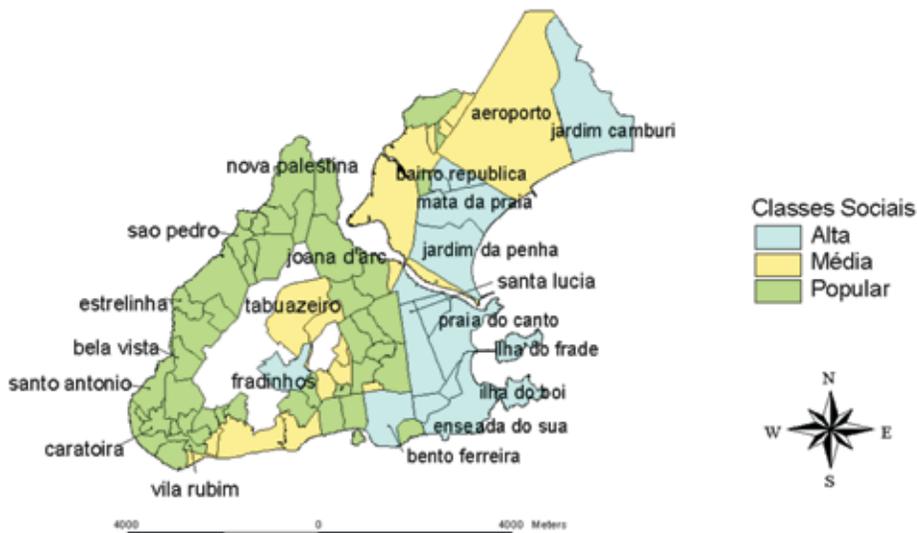


Figura 2. Distribuição das áreas de Vitória por classes sociais.
Fonte: PMV, 2000.

Essa assertiva também se fundamenta nos documentos do Cartório Zilma Leite, que atende à população com menor poder aquisitivo: enquanto o Sarlo registrou, só na década de 1980, 32 mulheres profissionais da área técnica, o Zilma Leite registrou apenas 17 mulheres, no período de 1970 a 2000.

Várias outras mulheres não tiveram a preocupação de se classificar profissionalmente como técnicas, mas deixaram claro que tinham formação em cursos de ensino médio profissionalizante. É o caso das mulheres que se classificaram como laboratoristas (20), protéticas (1), radialistas (1), mecanógrafas (3), aeroviárias (6), agentes postais (1), agentes de viagem e turismo (2), analistas químicas (1), conferentes (2), entre outras.

Das mulheres que, nos registros de casamento, se classificaram como bancárias (215), economiárias (26),²⁵¹ funcionárias públicas (municipais (42), estaduais (186) e federais (89)), secretárias (296), industriárias (94), comerciantes (101) e comerciárias (701), torna-se difícil determinar o grau de instrução. Todavia, por força da tipificação do exercício dessas profissões, que exige concurso público e grau de instrução mais elevado, infere-se que a maioria delas, para ser qualificada ao exercício dessas profissões, tenha frequentado pelo menos o ensino médio.

É igualmente difícil precisar o grau de instrução das mulheres que se classificaram como professoras (566), uma vez que não há qualquer referência sobre o seu grau de instrução e/ou o nível educacional em que lecionavam. Nem mesmo se pode qualificá-las de acordo com a localização do cartório onde se encontram seus registros de casamento, pois nessa profissão a mulher pode trabalhar em várias escolas, localizadas em bairros periféricos ou não. Ela pode morar em um bairro de classe média em Vitória e dar aulas em dois ou três bairros da periferia da cidade e/ou mesmo na Grande Vitória. Observa-se, porém, que o maior número de mulheres que se classificaram como professoras, concentrou-se na década de 1970 (316). Nas décadas de 1980 e 1990, esses números caíram para 218 e 59, respectivamente.

²⁵¹Funcionárias da Caixa Econômica Federal.

Na pirâmide ocupacional feminizada da amostra, há uma concentração de mulheres com escolaridade somente no ensino fundamental. Entre essas, 360 classificaram-se como auxiliares, atendentes ou assistentes de profissionais graduados (Tabela 20).

Tabela 20 - Profissões que exigem apenas o ensino fundamental. Vitória – 1970-2000.

PROFISSÕES	TOTAL
Assistentes e atendentes de serviços relacionados à administração, ao comércio exterior, aos serviços operacionais de clínicas, hospitais e serviços odontológicos.	9
Auxiliares de administração, de contabilidade, de serviços gerais, de codificação, de departamento, de enfermagem, de eletrônica, de estatística, de finanças, de fiscalização, de gerência, de informática, de pessoal, de processamento de dados, de produção e de serviço operacional.	351
TOTAL	360

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

As profissões relacionadas no quadro acima não exigem formação educacional além do ensino fundamental. As mulheres que se classificaram profissionalmente nesse quadro trabalhavam em pequenas empresas e muitas atuavam no mercado de trabalho em áreas relacionadas ao comércio e à indústria, mas não se classificaram como industriárias e/ou comerciárias. Foi o caso das profissionais que trabalhavam com comércio exterior, eletrônica, estatística, informática e pessoal. Percebe-se uma forte tendência de essas mulheres confundirem sua profissão com a função exercida dentro da empresa em que trabalhavam.

Verificou-se ainda que, entre elas, não se encontravam as mulheres que se classificaram como comerciantes (101), comerciárias (701) e industriárias (94). Segundo a classificação profissional, dificilmente poder-se-á afirmar o nível instrucional das trabalhadoras da indústria. Nessa última área, há menos chance de se fazer qualquer inferência a respeito do nível de escolaridade das trabalhadoras, pois industriária diz respeito tanto a operária quanto a proprietária de uma indústria,

diferentemente da área comercial que separa a comerciária, que é a empregada no comércio, da comerciante, que é sempre a proprietária da empresa.

Segundo Richers,²⁵² para o funcionamento de qualquer empresa, seja da área do comércio, da área da indústria, da área de serviços, seja da área social, é necessário que a proprietária tenha poder de decisão para saber com quais produtos irá trabalhar, em que quantidades, a quem vender, quanto investir, ter noção prévia de quanto vai ser restituído como lucro e/ou retorno sobre o dinheiro aplicado. Para saber tomar essas decisões é preciso haver um conhecimento do instrumental técnico necessário para exercer as funções básicas da área escolhida. Por isso, infere-se que a mulheres comerciantes e as proprietárias de indústrias tenham cursado, no mínimo, o nível médio.

No contexto dessas profissões, outra observação merece ser feita. Trata-se especificamente do número de mulheres que se classificaram como comerciárias, comerciantes e industriárias. No primeiro caso, o número de comerciárias foi sete vezes maior do que o número de comerciantes, que, por sua vez, foi 7% maior do que o das industriárias.

A análise dessas diferenças mostra que, no universo das 8.680 mulheres pesquisadas, o número das envolvidas no setor terciário (9,3%) era muito superior ao das que trabalhavam no ramo industrial (1,42%). Só na área de comércio, excetuando as proprietárias, somavam-se 803 mulheres, o que corresponde a 29,84% das profissionais do setor terciário. Tal fenômeno confirma o fato de que o desenvolvimento do sistema econômico industrial sempre traz consigo um caudaloso mercado de trabalho que extrapola o setor secundário. Particularmente em Vitória, a estruturação de setores de serviço de saúde, de assistência social e de turismo evidenciou a adaptação da cidade às exigências industriais e permitiu a integração de mulheres, cada vez mais qualificadas, no mercado de trabalho terciário, que se abriu por força da implantação da economia industrial na cidade.

²⁵² RICHERS, Raimar. *O que é empresa*. São Paulo: Brasiliense, [199-]. p. 69-121. (Coleção Primeiros Passos, v. 13).

As referências profissionais femininas listadas até aqui deram oportunidade para o esclarecimento de que as mulheres com mais anos de escolaridade apresentaram taxas mais elevadas de atividade, em virtude, possivelmente, de o mercado oferecer maior receptividade às trabalhadoras qualificadas. No decorrer da pesquisa, observou-se essa tendência à medida que as mulheres foram mudando seu perfil profissional. Se na década de 1970 a maioria das mulheres se classificava como doméstica, era porque muitas ainda desenvolviam atividades manuais dentro do espaço doméstico e sua educação as preparava para atuar nesse círculo. Havia poucas escolas que ofereciam a elas uma educação profissionalizante, e as que se aventuravam a buscar seu sustento ou de sua família na esfera pública envolveram-se não só com o mercado formal que se abria, mas muito mais com o mercado informal de trabalho, que não exigia uma especialização profissional.

Somente a partir dos anos de 1980, na expectativa de atender ao mercado que se firmava em Vitória, outras profissões foram sobressaindo-se em detrimento da profissão doméstica. Nessas ocupações, a participação feminina era maior na burocracia. Havia, também, forte tendência ao aumento do trabalho feminino entre os profissionais liberais.

Nos anos de 1990, o processo de feminização do mercado capixaba entrou em franca ascensão. Assim como nos serviços de administração empresarial, de contabilidade, de comunicação, de tecnologia, de informática e de assistência social, as mulheres aumentaram sua participação em empresas que atuavam no ramo de turismo, de comércio exterior e de escolas de formação profissional – em níveis de graduação e pós-graduação. Nessa época, muitas mulheres competiram em condições de igualdade de conhecimentos com os homens e superaram as barreiras que insistiam em existir no mercado de trabalho, e chama atenção a tendência à ocupação feminina em cargos executivos, nas posições de comando das empresas, como presidente, gerente-geral ou função equivalente.

Considerando a presença feminina em todos os níveis hierárquicos,

em fins do período pesquisado, mais precisamente entre os anos de 1999 e 2000, constatou-se que houve um grande crescimento da presença feminina em altas posições, principalmente como encarregadas e coordenadoras. A concentração delas em cargos de assistentes e em posições de atendimento demonstra que as mulheres são vistas como mais aptas para o trato com clientes.

Disso se conclui que a qualificação profissional se tornou um aspecto fundamentalmente significativo na vida das mulheres. E na medida em que elas galgaram a escala produtiva, permitiram-se adquirir maiores oportunidades de trabalho no mercado, o qual progrediu com a produção de bens materiais e permitiu, sobretudo, que elas adquirissem uma liberdade estrutural na sociedade, principalmente na sociedade familiar.

Idade e Profissão

Enquanto a economia da cidade se estruturava na produção agrária e se pautava culturalmente no sistema patriarcal, o modelo dominante do papel feminino consistia em que a mulher ficasse em casa e cuidasse do marido e dos filhos, principalmente se ela pertencesse a uma classe social mais abastada. O trabalho feminino era sinal de pobreza da família e suscitava desprezo para os homens, tradicionalmente simbolizados como provedores do lar.²⁵³

Conforme ficou evidenciado anteriormente, após a década de 1970 Vitória teve sua economia agroexportadora alterada para o sistema industrial, o que contribuiu para que o comportamento de toda sua sociedade fosse modificado. As tradições perderam sua força e o comportamento do homem e da mulher, que tradicionalmente deu sustentação à vida da comunidade capixaba, deixou de lado costumes antigos que perfilavam a mulher como dependente e submissa ao pai, quando solteira, e ao marido, depois de casada, apesar de, historicamente, sua presença ser constante nas frentes de trabalho, desde os tempos coloniais. A

²⁵³Ver Artigo 233 do Código Civil Brasileiro em vigor no período em epígrafe.

influência da mudança econômica no comportamento feminino pode ser nitidamente observada nas mulheres vitorienenses que entraram no mercado de trabalho aberto pela industrialização.

Reverendo a trajetória da mulher na história recente capixaba ver-se-á que, ainda na década de 1950, era costume a menina casar-se antes de completar vinte anos, e aquelas que ultrapassavam essa idade sem um marido em perspectiva normalmente sentiam constrangimentos ao serem abordadas por cobranças sociais que as consideravam encalhadas. As que chegavam aos vinte e cinco anos sem se terem casado eram estigmatizadas como solteironas e viviam sujeitas a constantes embaraços e insatisfações, além de serem forçadas a um controle obrigatório de sua reputação. Como não arranjavam marido para sustentá-las, eram consideradas um peso para a família e somente aquelas que desenvolvessem alguma ocupação que gerasse remuneração capaz de sustentá-las poderiam viver mais sossegadamente.

As mulheres que acorreram ao mercado de trabalho, em fins dos anos de 1950 e durante a década seguinte, influenciaram suas filhas a buscarem um estudo que as profissionalizasse e as ajudasse a conseguir emprego com o fim de se tornarem independentes, libertando-se, em parte, das expensas financeiras masculinas que deram poderes aos homens sobre elas. As que foram educadas para repetir o papel social de suas mães e tiveram que reorganizar suas vidas para se adaptar à nova condição de trabalhadoras fora do lar, já não mais permitiam que suas filhas imitassem sua trajetória social. Antes, trataram de orientá-las para que tivessem uma vida melhor.

Essa geração de mulheres foi protagonista de uma série de mudanças nos códigos de comportamento e nas relações entre os gêneros. Dentre essas mudanças, destaca-se a redefinição de práticas e ideologias desafiantes da dicotomia entre papéis sexuais que levaram mães a matricularem suas filhas em escolas que iriam prepará-las para o enfrentamento do mercado de trabalho, alterando significativamente a idade das mulheres para o casamento.

Em fins dos anos de 1960, Perpétuo,²⁵⁴ afirmava que as mulheres capixabas que trabalhavam fora de casa, para conquistarem sua independência, chegavam a suportar até 15 horas de trabalho diário, em empregos que lhes davam somente pequena remuneração. Nessa época, o jornalista também denunciava que as mulheres trabalhadoras da cidade, principalmente as funcionárias públicas e operárias, tinham uma vida sacrificada, em função da qual 75% delas se ocupavam não com trabalhos intelectuais, mas com trabalhos que as levavam a fazer um esforço sobre-humano para manter o próprio sustento. Além disso, se quisessem contar com a confiança dos seus, tinham de apresentar à família uma folha de trabalho onde relatavam toda sua produção. O autor acrescenta que, mesmo assim, cada vez mais jovens buscavam emprego e nenhuma delas queria permanecer sem trabalho, pois

[...] se envergonhavam de sua condição de desempregadas. Muitas já deixaram os estudos, por se sentirem inúteis à sociedade. Um simples fato marca a situação dessas jovens: - Em casa não é possível a sobrevivência se eu não deixar a escola e empregar-me, como o papai pede!²⁵⁵

Tão logo concluíam o primeiro grau e com aproximadamente 16 anos de idade, essas jovens iniciavam a busca por um emprego que lhes desse condições de burlar a tradição de depender economicamente de um marido, apesar de não descartarem a idéia do casamento.

As filhas de famílias menos abastadas que precisavam de trabalho para custear seus estudos no ensino médio, ainda muito jovens passaram a trabalhar durante o dia e estudar à noite. Nos anos de 1970, várias escolas públicas de Vitória ofereciam cursos secundários profissionalizantes no horário noturno, incorporando-se à nova legislação educacional (Lei n.º 5.692/71) e à realidade social. Só as filhas de famílias com boas condições financeiras não precisavam trabalhar e mantinham seus estudos

²⁵⁴PERPÉTUO, 1969.

²⁵⁵Ibid., p. 28.

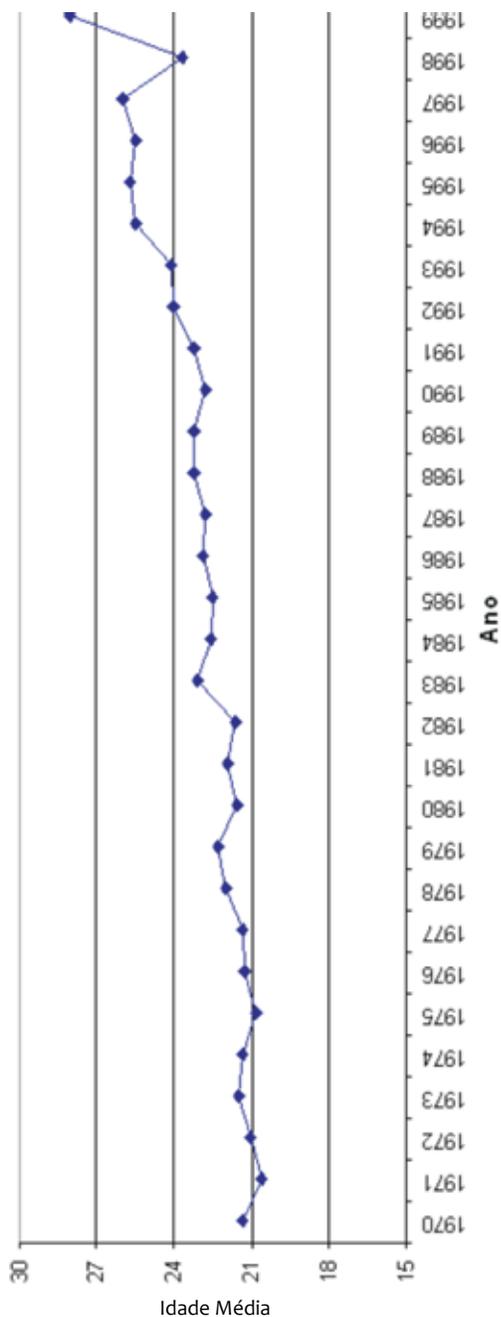
secundários no período diurno, em escolas particulares.

O ensino superior gratuito, especificamente os cursos da Universidade Federal do Espírito Santo, até meados dos anos de 1990, era quase todo oferecido durante o dia, impossibilitando a frequência de jovens de classes sociais menos favorecidas que trabalhavam nesse horário. Somente algumas escolas particulares ofereciam cursos superiores no período noturno, mas tinham preços proibitivos para as mulheres de classes populares. Mesmo assim, no início da década de 1970 as moças já constituíam 44,68% da população que freqüentava o ensino superior em Vitória.

À primeira vista, esses dados parecem ser um tanto contraditórios. Não obstante, sua evolução temporal demonstra que a mudança no perfil da relação mulher e trabalho proporcionou ganhos à classe feminina: ela desempenhou um papel importante no crescimento de uma consciência favorável à entrada de outras mulheres no mercado de trabalho, produzindo efeitos que, associados às mudanças culturais ocorridas após os anos de 1970, evidenciaram-se na evolução etária casadoura da população feminina capixaba. O que antes era tomado como um elemento tradicionalmente forte no controle cultural da vida feminina (a idade ideal para o casamento), diante do confronto com a nova realidade de vida das mulheres, que vivenciaram significativas alterações no perfil de sua relação com o casamento, tomou novos rumos.

Em Vitória, até a metade dos anos de 1960, o mercado de trabalho ainda era restrito à participação feminina, e a idade das mulheres, quando se casavam, variava entre 17 e 20 anos. Na década de 1970, época em que o mercado capixaba de trabalho iniciou seu processo de abertura à participação feminina, essa média saltou para 22 anos, havendo significativas alterações a partir da década seguinte, conforme apresenta o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Evolução da idade das mulheres quando se casaram. Vitória - 1970-1999



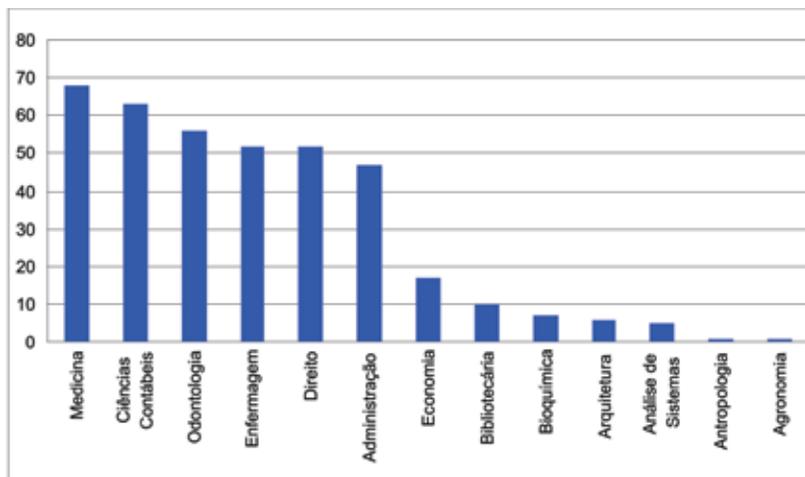
Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Observa-se no gráfico relativo ao período pesquisado um aumento significativo da idade feminina no ato do casamento, permitindo relacionar esse fato com a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho vitorienense. Essa ocorrência pode ser mais bem analisada se for associada aos dados profissionais femininos e às idades das mulheres da amostra. Nesse universo, verifica-se que 32,10% delas se casaram antes de completarem 20 anos de idade e que, entre essas, 18,87% já realizavam algum trabalho que lhes rendia algum bem financeiro. Essas últimas atuavam em funções ligadas a trabalhos das áreas administrativa, contábil, econômica, financeira e de saúde, além de desenvolverem atividades de comércio, ensino e secretariado. Contudo, todas as mulheres que se casaram com menos de 14 anos classificaram-se, nos registros dos cartórios, como estudantes e domésticas.

No grupo das mulheres que se casaram entre 20 e 29 anos de idade também se encontram domésticas e estudantes. Trata-se, porém, de um percentual (41,09%), em relação ao total de mulheres dessa faixa etária, bem menor do que o da faixa anterior (81,12%), que comporta 2.261 mulheres menores de 19 anos.

No universo da faixa etária de 20 a 29 anos, 35,46% das mulheres já eram profissionais quando se casaram. Desse fato, pode-se inferir que, primeiro, o perfil de mulheres nessa faixa etária estava mais bem distribuído no quadro de profissões, e, segundo, que o mercado exigia trabalhadoras mais experientes e/ou especializadas. Nessa faixa etária, as mulheres, em grande parte, já haviam concluído o curso superior quando se casaram. As que se declararam profissionais atuavam, por exemplo, nas áreas de Arquitetura, Direito, Bioquímica, Economia, Medicina, Odontologia, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Agronomia, Análise de Sistema, Antropologia, Biblioteconomia, entre outras (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Profissões de nível superior



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Como se pode perceber, a inserção de mulheres em profissões que ficaram predominantemente nas mãos dos homens por muitos anos é um fato comprovado. A presença feminina com curso superior no mundo do trabalho é marcante e denota o quanto as mulheres estão dedicando-se à própria educação.

Contudo, observa-se que, entre as seis profissões que exigem curso superior de maior destaque na amostra, três são da área de saúde (Medicina, Odontologia e Enfermagem), área que mantém certa relação com as atividades desenvolvidas por mulheres dentro de seus domicílios, durante longos séculos de reclusão feminina.

Cumprir observar também que, especialmente nos setores das áreas de administração, contabilidade e economia, não atuavam apenas profissionais formadas em cursos superiores, mas também mulheres que tinham somente o primeiro grau ou o segundo grau profissionalizante, como as auxiliares de contabilidade, as auxiliares de escritórios e as técnicas em administração. Essas profissionais representavam 79,31% das mulheres que se casaram na faixa etária de 20 a 29 anos.

Nas áreas envolvendo conhecimento de matemática financeira, o mercado já dava sinais de superação dos signos ideológicos que impediram, durante milênios, a mulher de exercer funções relacionadas aos números e numerários. Nelas, encontram-se, entre outras, as gerentes e caixas de bancos particulares e privados, as gerentes de agências de financiamento, cobradoras, faturistas e caixas operadoras.

Juntas, as mulheres que se casaram com idade superior a 30 anos representam somente 5,64% da amostra e, assim como as das faixas etárias anteriores, classificaram-se, em sua maioria, como domésticas (24,58%). Todavia, 7 mulheres desse grupo, ao se casarem, declararam-se estudantes e com menos de 34 anos, porém não informaram o nível educacional que cursavam.

Seguindo as domésticas, nesse grupo de idade encontram-se, em ordem decrescente, funcionárias públicas (13,05%), comerciantes e comerciárias (10,3%), professoras (11%), profissionais da área de saúde (9%) e da área de administração e contabilidade (7%) (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Ocupações das mulheres que se casaram com idade superior a 30 anos.



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Chamam atenção, nesse grupo, as mulheres que se casaram com mais de 50 anos. Quase todas eram domésticas ou faziam parte do pequeno grupo das que desenvolviam atividades manuais.

No quadro geral da amostra, observa-se que são poucas as mulheres que ao se casarem desenvolviam atividades manuais tradicionalmente consideradas femininas (2, 29%). Nesse universo, a maioria encontrava-se na faixa etária de 20 a 29 anos. Tomando-se como exemplo a costura, observou-se que, apesar de concentrar o maior número de mulheres que desenvolviam atividades profissionais relacionadas ao trabalho feminino doméstico, representava menos de 1% do total das profissões então declaradas.

Para tornar-se uma costureira profissional, a mulher deveria ter um conhecimento que podia ser adquirido dentro da própria casa ou em cursos especializados, não sendo necessário sequer o primeiro grau, conforme já mencionado. No entanto, havia um total desinteresse das mulheres da amostra por essa atividade que, durante décadas, garantiu a sobrevivência de muitas famílias brasileiras. Entre aquelas com menos de 19 anos, somente 0,33% mostraram-se como profissionais da costura.

O mesmo desinteresse aconteceu em relação ao magistério. Também considerada uma profissão tipicamente feminina, sobretudo depois da proclamação da República, o magistério foi exercido por milhares de mulheres que viam no exercício dessa profissão uma possibilidade de ascensão social. No período pesquisado, porém, apenas 6,83% da amostra das que se casaram classificaram-se como profissionais dessa área.

Levando-se em conta que, no universo das mulheres professoras, apenas 4,56% informaram ter feito o curso de Pedagogia, calcula-se que o restante havia concluído somente o ensino médio, provavelmente o normal, e atuava no ensino de primeiro grau. Entretanto, algumas mulheres que se classificaram como dentistas, matemáticas, engenheiras, biólogas, comunicólogas e tradutoras poderiam estar exercendo atividades de magistério em áreas de ensino médio, tais como História, Geografia, Estudos Sociais, Matemática, Ciências Humanas, Português, Inglês, entre

outras (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Ocupações tipicamente femininas. Vitória - 1970-2000.

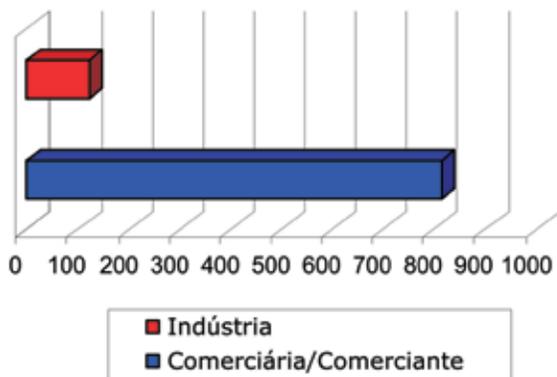


Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

O magistério e a costura também chamam atenção pelo fato não só de as mulheres se casarem, em sua maioria, na faixa etária entre 20 e 29 anos, mas também porque no quadro geral das profissões existiam 26 professoras que se casaram com mais de 35 anos e 3 costureiras que já haviam ultrapassado a idade de 50 anos quando se casaram. Em se tratando particularmente de professoras que se casaram depois de completar 25 anos (41,65%), observa-se que, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, mesmo antes de completarem o curso normal, muitas delas já davam aulas em escolas públicas, por meio de contratos que as consideravam Docentes de Emergência, o equivalente à Designação Temporária atual.

Ainda em relação às mulheres que se casaram na faixa etária entre 20 e 29 anos, nota-se que, na década de 1980, tanto as envolvidas com o comércio quanto as que atuavam na indústria casaram-se, em sua maior parte, entre 20 e 24 anos de idade. Mas essas similaridades deixam de existir quando se observa a diferença na evolução dos números de cada profissão dentro do período pesquisado (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Ocupações femininas no comércio e na indústria.



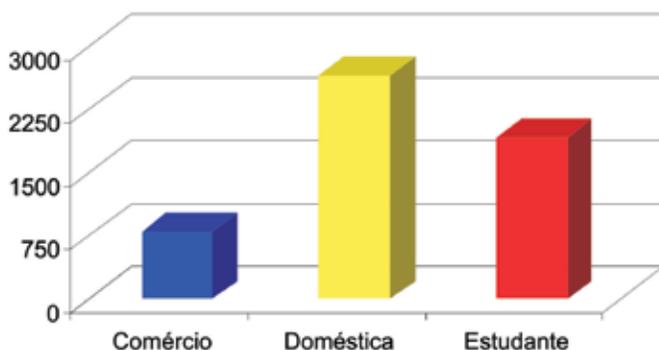
Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

O número de mulheres profissionais do comércio que se casaram na década de 1970 era 273, enquanto o de industriárias era 59. Na década de 1980, essa diferença aumentou: da área comercial, casaram-se 414 mulheres e da área industrial, apenas 55. Só na década de 1990 essa diferença atingiu exatos 92,25%. Duas explicações podem ser aventadas para esse fenômeno. A primeira é a de que o mercado de trabalho que se abriu em Vitória para as mulheres pautou-se muito mais no setor terciário, formado para atender às grandes indústrias implantadas na cidade, do que no próprio setor secundário. Por isso, é significativo mencionar que o percentual de mulheres da amostra que se classificaram como industriárias era muito reduzido e não se aproximava, nem de longe, do percentual que se referia àquelas que atuavam no comércio. Contudo, não se pode deixar de mencioná-lo, considerando-se o perfil do mercado de trabalho capixaba. A segunda, conforme se sugeriu anteriormente, é a de que muitas mulheres, que tomaram como referência suas ocupações para se classificarem como profissionais, podem não ter informado aos cartórios onde se casaram que trabalhavam em indústrias, preferindo classificar-se de outra forma. Citam-se como exemplo as mulheres que desenvolviam atividades nas áreas de pessoal,

nos laboratórios de bioquímica e informática dentro de indústrias, mas que se classificaram como laboratoristas, auxiliares de administração, de contabilidade, de informática, telefonistas, recepcionistas, secretárias e auxiliares de assistência social, não mencionado o setor onde desenvolviam suas atividades.

Particularmente, as mulheres da amostra que se classificaram como profissionais do comércio foram superadas somente pelas domésticas e estudantes (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Maiores índices de ocupações femininas



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

É significativo observar que as mulheres que se classificaram como domésticas casaram-se mais na década de 1970, período em que a sociedade capixaba ainda estava adaptando-se ao novo sistema econômico, e muitas jovens, principalmente as menores de 19 anos, não haviam entrado no mercado de trabalho. Nessa mesma época, auge da explosão demográfica da cidade, havia forte influência da cultura rural nas mulheres de famílias que migravam para Vitória e muitas delas estavam fora das escolas.

Contrariando essa observação, as estudantes, por seu turno, estão bem mais representadas na amostra (22,20%). Casaram, em sua maioria, na faixa etária de 15 a 19 anos. Estavam praticamente

na “etapa inicial” da vida adulta feminina e, segundo Miranda,²⁵⁶ nessa fase, entre outros fatores, a mulher ainda recebia forte influência da situação socioeconômica da família. Por isso, quanto melhores as condições familiares, maiores as possibilidades de continuação dos estudos e as probabilidades de conseguir um bom emprego e tornar-se independente.

Depreende-se assim que o nível de escolaridade das mulheres da amostra desempenhou um papel fundamental na escolha feminina entre a continuidade dos estudos e o casamento. Tal inferência se faz com base no fato de que somente 4,20% das mulheres afirmaram ser estudantes de ensino superior.

A concentração de mulheres que se casaram na faixa etária de 15 a 24 anos mostra que a relação mulher, trabalho e família pode ser responsável pela queda das taxas de casamento a partir da idade de 25 anos, uma vez que, presumivelmente, as mulheres que entravam no mercado de trabalho já possuíam um curso médio ou superior, sobretudo a partir de meados dos anos de 1980, quando a atividade produtiva feminina fora de casa se tornou tão importante quanto o casamento e a maternidade.

As mulheres que se casaram com idade acima de 25 anos e que desenvolviam atividades supostamente mais bem remuneradas, como arquitetas, decoradoras, artistas, advogadas, magistradas, bioquímicas, corretoras de seguros e de imóveis, médicas, dentistas e enfermeiras, chegaram a superar as taxas daquelas que se casaram na faixa etária de 15 e 24 anos. Isso, porém, não quer dizer que o interesse pelo casamento nutrido pelas mulheres já profissionalizadas não continuasse. Ocorre que ele foi bastante atenuado com a possibilidade de as mulheres se manterem independentes depois do casamento, de poderem escolher entre o trabalho e a maternidade e, acima de tudo, de terem o poder de redefinir sua relação no casamento.

²⁵⁶MIRANDA, Glaura. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 15, p. 23-56, 1975.

CAPÍTULO IX

NO TECIDO DE MUITOS FIOS:

TRABALHO FEMININO E ROMPIMENTO CONJUGAL

A grande participação feminina na força de trabalho deu à mulher, a partir da década de 1970, uma liberdade que, de certa forma, já estava em movimento desde o início da industrialização no país, em fins do século XIX. Depois da Segunda Guerra Mundial, no contexto dos movimentos feminista, hippie, sexual e principalmente político-econômico dos anos de 1960, milhares de mulheres que acorreram ao mercado de trabalho contribuíram para que a estrutura do casamento no Brasil fosse alterada. Isso se deu não só porque elas passaram a receber alguma remuneração que lhes dava condições de prover seu sustento e o de seus filhos,²⁵⁷ mas também porque passaram a perceber e aprender que a vida doméstica não era a única opção de vida e que elas poderiam não mais depender economicamente dos homens, não tendo a necessidade de estar casadas para serem sustentadas.

As mulheres que se profissionalizaram, que buscaram empregos para o seu sustento e, muitas vezes, para o de seus familiares, mudaram a forma de se relacionar com o casamento: as solteiras passaram a contrair as núpcias cada vez mais tarde, ou mesmo

²⁵⁷A história mostrou que elas sempre contribuíram economicamente para o sustento da família, seja trabalhando no meio doméstico, seja exercendo alguma tarefa fora de casa.

optaram por não se casar, e o trabalho remunerado passou a representar respeitabilidade social, aumento da auto-estima e, principalmente, liberdade de escolher o próprio destino. Quando se casavam, grande parte das mulheres continuava trabalhando, pois não desejava mais depender economicamente do marido. Depois de séculos relegadas em planos sociais que as definiam como pertencentes ao segundo sexo²⁵⁸ por não terem independência econômica, as mulheres decidiram ficar em pé de igualdade com o sexo oposto.

Nos principais centros urbanos do contexto brasileiro, na década de 1970, as mulheres tanto solteiras quanto casadas compartilharam de práticas e idéias que contribuíram para derrubar a visão patriarcal que firmava a concepção de dependência feminina ao homem. As que haviam entrado na universidade, as que participavam de movimentos estudantis, políticos e culturais, as que ganharam sua independência financeira e as que já detinham profissões que lhes garantiam uma ocupação de prestígio na sociedade, como advogadas, médicas, dentistas, professoras universitárias, passaram a rejeitar a relação hierárquica no casamento.

A expansão da individualidade, o crescimento intelectual e a melhoria das condições materiais conquistadas pelas mulheres favoreceram a igualdade entre marido e mulher e deram oportunidade a melhores relações sociais, existenciais e, sobretudo, econômicas, o que as levava a desfazer casamentos tidos como insatisfatórios. As diversas oportunidades de trabalho que se abriram para elas foram as mesmas que diversificaram os recursos que lhes possibilitaram mudar as situações de vida pessoal. O ganho financeiro das mulheres mudou completamente a estrutura do casamento tradicional, fundada na hierarquização dos sexos e, conseqüentemente, na dependência econômica.²⁵⁹

Enquanto a sociedade entendeu que a principal finalidade da

²⁵⁸BEAUVOIR, 1980.

²⁵⁹Sobre o assunto, ver VAITSMAN, 1994; GOODE, 1969; ROGERS, Natalie. *A mulher emergente: uma experiência de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

vida feminina era o casamento, as mulheres foram encorajadas a sustentar relações conjugais insatisfatórias, tanto pela força da religião quanto pela legislação. A moralidade cristã, que transformou o casamento em um sacramento, condenando-o, por isso, a permanecer válido por toda a vida, praticamente indissolúvel, subjugou a liberdade da dissolução do matrimônio, mas não estruturou condições para que o casamento sobrevivesse às crises causadas pela falta de amor entre os cônjuges e pelo adultério masculino. Francisco Manuel de Melo,²⁶⁰ autor da Carta de *Guia dos Casados*, escrita no século XVIII, aconselhava os maridos a extravasarem suas paixões com outras mulheres que não fossem suas esposas, pois estas somente deveriam admitir um bem-querer amistoso, nunca a paixão. A Igreja condenava o amor do esposo pela esposa, mas obrigava a mulher a suportar, com amor, as escapadas do marido. *Uma vez casada, casada para sempre* era a expressão utilizada pela sociedade religiosa para convencer a mulher a se sujeitar a um casamento infeliz.

Nas leis brasileiras que vigoraram até a regulamentação da Lei do Divórcio,²⁶¹ em 1977, o preceito da indissolubilidade do casamento também pregava que somente a morte de um dos cônjuges desfaria a sociedade conjugal. O desquite,²⁶² termo designado pelo Código Civil de 1916 para substituir o divórcio no Brasil, dissolvia a sociedade conjugal e a separação definitiva dos bens, mas resguardava a indissolubilidade do vínculo conjugal.

Somente com a Lei do Divórcio desapareceria a palavra desquite do direito brasileiro. A dissolução da sociedade conjugal passou a ser denominada simplesmente *separação judicial*, dada por mútuo consentimento dos cônjuges, desde que fossem casados por mais de dois anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado. A sentença de separação judicial passou a autorizar

²⁶⁰MELO, apud SILVA, 1984, p.66.

²⁶¹O divórcio é a dissolução do casamento, ou seja, a separação do casal, que confere às partes o direito de novo casamento civil. A Emenda Constitucional n.º 9, de 28 de junho de 1977, permitiu a instauração do divórcio no Brasil, e a lei nº 6.515/77 o regulamentou.

²⁶²É a dissolução legal da sociedade conjugal, ou seja, a separação legal do casal, desobrigando as partes de certos compromissos, como o dever de vida em comum ou coabitação, mas não permitindo direito de novo casamento.

a separação de corpos e a pôr termo ao regime matrimonial de bens, como se o casamento fosse dissolvido.²⁶³

Areação feminina, logo de início, por força de uma educação rígida e religiosa, foi a de não aceitar o divórcio e permanecer casada, mesmo que a relação conjugal se tornasse algo insuportável. No Brasil dos anos de 1960, somente 48% das mulheres eram a favor do divórcio.²⁶⁴ Em Vitória, nessa mesma época, o jornalista Perpétuo²⁶⁵ mostrava que as mulheres capixabas tinham grandes preconceitos contra o divórcio. Na *Revista Capixaba*, em sua coluna de entrevista com mulheres de camadas abastadas da cidade, questionava sobre o divórcio e recebia, quase sempre, a resposta de que a entrevistada era contrária a ele. A principal justificativa dada por elas era a de que os problemas que o divórcio causava para os filhos e para a família como um todo não compensava o rompimento conjugal. As entrevistadas, normalmente, eram esposas de empresários e políticos, portanto, mulheres de classes alta e média, educadas somente para o casamento e para o cuidado com o marido e com os filhos. O conflito ocasionado pelo estilo de rompimento conjugal trazido pelo divórcio - o *rompimento total* - de certa forma assustava as mulheres, principalmente pelo fato de elas dependerem economicamente do marido e não terem nenhuma condição profissional de se manterem e a seus filhos sem a presença dele.

No início da década de 1970, entretanto, as estatísticas dos rompimentos conjugais capixabas demonstraram que o poder dessas idéias foi aos poucos sendo minado pelas mudanças econômicas e sociais de então. Foi nessa época que Vitória se transformou em palco para a implantação dos grandes projetos industriais, abrindo e diversificando as oportunidades para que mulheres pudessem ser inseridas no mercado de trabalho.

²⁶³LEVENHAGEN, Antônio José de Souza. *Do casamento ao divórcio*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1979.

²⁶⁴GOODE, 1969.

²⁶⁵PERPÉTUO, 1969.

Os Rompimentos Conjugais em Vitória

Antes mesmo de a Lei do Divórcio ser implementada no país, em Vitória já eram altos os índices de rompimentos conjugais. O Censo Demográfico de 1970,²⁶⁶ registrou, apenas nessa cidade, 1.006 casamentos contra a ocorrência de 2.148 rompimentos conjugais. A julgar pelo número desses processos, não foram poucos os procedimentos jurídicos dessa natureza na cidade, embora não tenha havido um acréscimo acentuado na quantidade, nas décadas seguintes. Dos 65.924 casamentos realizados no período de 1970 a 2000, 13,17% passaram pelo processo de rompimento conjugal, entre separações e divórcios, até o dia 31 de dezembro de 2000. Para que se possa ter melhor idéia do total de processos de rompimentos conjugais ocorridos no período, compilaram-se os números, ano a ano, na Tabela 21.

O número de rompimentos conjugais diz respeito ao somatório dos processos de separação, de divórcio e dos processos de separação e divórcio conjuntos. Isso porque a Lei n.º 6.515/77 previu que somente poderiam divorciar-se os casais que estivessem separados judicialmente por mais de três anos, ou separados de fato por mais de cinco anos ininterruptos. Com a Lei do Divórcio, no caso de separação por mais de cinco anos e independente da decretação da separação judicial, qualquer dos cônjuges poderia promover diretamente a ação do divórcio. Tal abertura jurídica fez com que, conforme documentado nos Livros de Registro Civil dos cartórios pesquisados em Vitória, fossem anotadas referências quanto à separação judicial, ao divórcio direto e indireto²⁶⁷ e à separação e divórcio juntos.

²⁶⁶FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1970.

²⁶⁷Divórcio direto é o divórcio transitoriamente admissível no Brasil, decorrente da separação de fato por mais de dois anos, e o divórcio indireto é o divórcio resultante da conversão judicial ou do desquite. Essa conversão só pode dar-se após um ano de prévia separação judicial ou desquite, contado da data da decisão ou da que concedeu a medida cautelar correspondente.

Tabela 21– Total de processos de rompimentos conjugais registrados nos cartórios de Vitória – 1970 - 2000.

ANO	TOTAL	%
1970	193	2,23
1971	226	2,61
1972	214	2,46
1973	260	2,99
1974	272	3,14
1975	337	3,88
1976	363	4,19
1977	415	4,78
1978	422	4,86
1979	441	5,08
1980	423	4,87
1981	528	6,09
1982	498	5,73
1983	449	5,17
1984	460	5,30
1985	460	5,30
1986	409	4,71
1987	413	4,75
1988	394	4,59
1989	289	3,32
1990	239	2,75
1991	238	2,74
1992	217	2,50
1993	170	1,95
1994	138	1,58
1995	99	1,14
1996	65	0,74
1997	33	0,38
1998	14	0,16
1999	1	0,01
2000	-	-
TOTAL	8.680	100,00

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.²⁶⁸

²⁶⁸O número de separações e divórcios registrados nos cartórios (8.680) diz respeito apenas aos processos que tiveram suas certidões averbadas com o rompimento. Isso quer dizer que muitos casais que romperam oficialmente seus casamentos não procuraram os cartórios onde se casaram para registrar o rompimento e obter a certidão de casamento com averbação de separação ou divórcio, ficando de posse somente da certidão provisória dada pela Vara de Família, onde foi realizada a audiência. Segundo os próprios donos dos cartórios pesquisados, um dos motivos que levaram os casais a não buscar a certidão foi o alto preço da averbação da certidão de casamento. Por isso, acredita-se que o número das separações e divórcios ocorridos e não registrados nos cartórios é, de longe, muito maior.

No período que compreende o fim do primeiro decênio após a implementação da Lei do Divórcio, o número de rompimentos conjugais registrado nos cartórios de Vitória ultrapassou a casa dos 56% de todos os rompimentos do período de 1970 a 2000. Entretanto, a partir do ano de 1990, em virtude de os casamentos serem recentes, houve um decréscimo no número de separações e divórcios. A explicação para isso encontra-se no fato de o levantamento ter considerado somente os rompimentos realizados até 31 de dezembro de 2000, estando incluídos nesta pesquisa, portanto, casamentos com menos de 1 ano. No caso específico do ano 2000, até o mês de encerramento deste estudo, não havia ocorrido nenhum rompimento conjugal.

Coerente com a inovação introduzida pela Lei n.º 6.515, a Tabela 21 indica que, no período pesquisado, 1981 foi o ano em que ocorreu o maior número de divórcios. Como a Lei foi regulamentada em dezembro de 1977, o ano de 1981 marcava exatamente três anos após a promulgação da Lei e o prazo dado para que os casais separados judicialmente recorressem ao divórcio.

A partir daí, em todo o Brasil milhares de mulheres recorreram ao divórcio para se libertarem de seus *casamentos insatisfatórios*. Entre 1982 e 1992, os processos cresceram em torno de 72,27% em todo o país. No estado de São Paulo, em 1982 ocorreram 53.527 processos de rompimentos conjugais, aumentando para 67.301 em 1992. No estado do Espírito Santo, nesse mesmo período, o crescimento dos processos de rompimento conjugal envolvendo separação e divórcio foi da ordem de 115%.²⁶⁹

A Lei do Divórcio extinguiu no direito brasileiro o tradicional princípio da indissolubilidade do vínculo matrimonial, mas, na prática da moralidade cristã, ela continuou existindo. A Igreja Católica condenou o divórcio e manteve a indissolubilidade do casamento religioso.²⁷⁰

²⁶⁹FIBGE. Estatísticas do registro civil, 1995.

²⁷⁰Pelas leis católicas, o cônjuge divorciado de direito que quisesse tornar a se casar na Igreja deveria requerer a dissolução do casamento diretamente ao Vaticano, com uma justificativa muito convincente.

No entanto, a sociedade brasileira dos anos de 1980, que sofreu uma mudança radical em seu sistema de valores, alterou profundamente sua forma de aceitação das imposições da Igreja. As atitudes moralistas dos religiosos, que, até então, pregavam o comportamento feminino baseado no viés da tolerância e da submissão ao marido, deixaram de existir e os casamentos tornaram-se suscetíveis ao rompimento, sem qualquer seqüela religiosa. A mudança no comportamento da sociedade foi tão acentuada depois dessa época, que o estigma de *mulher separada e/ou divorciada, uma mulher disponível*, deixou aos poucos de existir e, naturalmente, diminuiu o medo de o rompimento conjugal trazer a perda da respeitabilidade feminina, tão fortemente pregada pela Igreja.

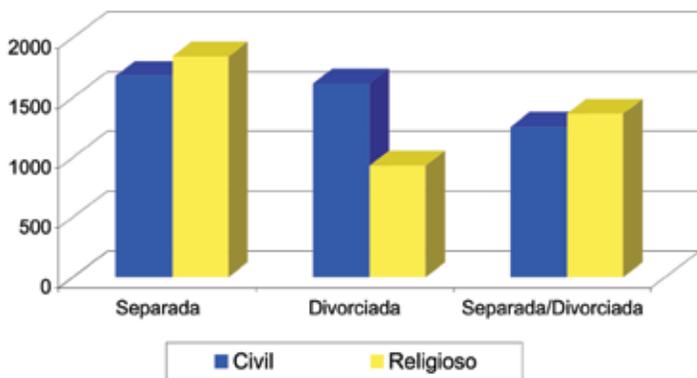
Em Vitória, uma cidade tão apegada aos preceitos religiosos e moralistas, no período de 1970 a 2000, tendo por base os dados da amostra de 8.680 rompimentos conjugais, os casamentos realizados no *religioso* passaram pelo processo de separação e divórcio mais do que os realizados no *civil* (Tabela 22 e Gráfico 14).

Tabela 22 – Tipos de casamento e situação do rompimento conjugal. Vitória – 1970-2000.

SITUAÇÃO	TIPOS DE CASAMENTO	
	RELIGIOSO	CIVIL
Separação	42,28%	39,08%
Divórcio	23,41%	34,30%
Separação/Divórcio	34,31%	26,62%
TOTAL	100,0	100,0%

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Gráfico 14 - Tipos de casamentos e situação do rompimento conjugal. Vitória – 1970-2000.



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

No Cartório Sarlo, que atende à população concentrada nas regiões mais prósperas da cidade, registrou-se o maior percentual de casamentos realizados no religioso (47,27%), conforme citado anteriormente. Guardadas as proporções de superioridade numérica, o Cartório Sarlo também foi o que registrou o maior percentual de rompimento desse tipo de casamento (54,46%).

Esse fenômeno tornou-se de grande relevância para as Ciências Sociais, tanto que, no que diz respeito ao divórcio nas classes sociais mais abastadas, Goode já afirmava, desde fins da década de 1960, que, no Mundo Ocidental, as leis regulamentares da convivência familiar foram tipicamente elaboradas pelas autoridades governamentais para solucionar problemas das camadas mais ricas da sociedade, e o divórcio, nos países que o admitiram naquela época, era mais freqüente entre as camadas médias e superiores do que entre as camadas mais populares da sociedade. O autor afirma que o divórcio só era possível para pessoas de classes sociais elevadas, visto que tinham mais condições econômicas para tanto e mantinham comportamentos mais liberais.

Em Vitória, a partir dos anos de 1970, casais pertencentes às classes menos favorecidas financeiramente também recorreram ao rompimento conjugal de forma oficial, sem se deixarem levar por preconceitos religiosos nem pelo alto preço que isso representava.

Basta ver que nos Cartórios Amorim e Zilma Leite os casamentos realizados somente no *civil*, entendidos como os de menor custo, foram os que sofreram maiores percentuais de rompimento: 58,65% e 73,15%, respectivamente (Tabela 23).

Tabela 23 - Tipos de casamento e situação do rompimento conjugal, por cartório. Vitória – 1970-2000.

SITUAÇÃO	TIPOS DE CASAMENTO						TOTAL
	Civil			Religioso			
	Cartórios			Cartórios			
	Sarlo	Amorim	Zilma Leite	Sarlo	Amorim	Zilma Leite	
Separação	860	490	490	1.069	402	208	3.519
Divórcio	672	451	492	579	220	131	2.545
Separação/ Divórcio	659	325	269	973	270	120	2.616
TOTAL	2.191	1.266	1.251	2.621	892	459	8.680

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

De todos os cartórios, o Zilma Leite, que atende à população de menor poder aquisitivo, apresenta maior percentual de rompimento nos casamentos realizados no *civil*. Com isso, pode-se observar que as separações e divórcios em Vitória atingiram indivíduos pertencentes às diversas camadas sociais, contrariando a expectativa goodiana.

Samara²⁷¹, que estudou esse fenômeno em São Paulo, também concluiu que, no século XIX, os rompimentos conjugais se davam em todos os grupos sociais. Naquela época, a cidade paulista passava por um incipiente processo de urbanização, uma situação social multifacetada e efervescente, e a vida alterava-se com rapidez, assim como em Vitória no fim do século XX.

Independentemente do período, o certo é que os rompimentos matrimoniais atingiram indivíduos não só das diversas camadas sociais, mas também de diferentes idades.

Enquanto no país,²⁷² no período de 1991 a 2000, as maiores taxas de separação ocorreram para mulheres, na faixa etária dos 28 aos

²⁷¹SAMARA, 1989.

²⁷²FIBGE. *Estatísticas do registro civil*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 dez. 2002.

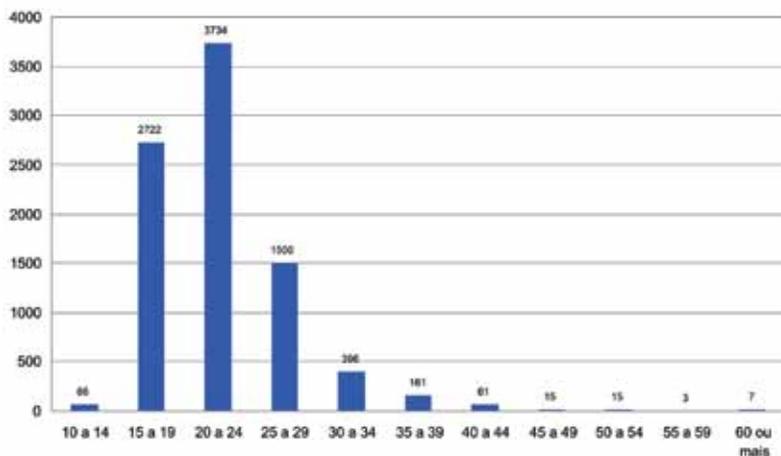
29,7 anos, e de divórcio, na faixa de 31,9 a 32,9 anos, na Ilha de Vitória, no período de 1970 a 2000, não foram raros os casos de separação de mulheres que se casaram com menos de 14 anos de idade, bem como das que se casaram com idade superior a 50 anos (Tabela 24 e Gráfico 15).

Tabela 24 - Faixa etária das mulheres quando se casaram e quando passaram por processos de rompimentos conjugais. Vitória – 1970-2000.

FAIXA ETÁRIA	FREQÜÊNCIA	%
10-14	66	0,76
15-19	2.722	31,35
20-24	3.734	43,02
25-29	1.500	17,28
30-34	396	4,57
35-39	161	1,85
40-44	61	0,70
45-49	15	0,17
50-54	15	0,17
55-59	3	0,04
60 e mais	7	0,09
TOTAL	8.680	100,0

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Gráfico 15 - Idade das mulheres quando se casaram.



Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

Embora pareça irrelevante o número de separação de mulheres que se casaram com menos de 14 anos, é importante destacar que, em Vitória, era muito comum as meninas se casarem logo após a puberdade, sobretudo na década de 1970, quando chegavam à cidade várias levas de migrantes do interior do Estado, trazendo na bagagem cultural resquícios de uma sociedade patriarcal que ainda não se dissolvera de todo.

Segundo D'Avila Neto, a cidade impõe um estilo de vida que difere radicalmente daquele desenvolvido no interior:

As exigências da vida urbana criaram novos hábitos, supostamente menos tradicionais que os do estilo de vida rural.

Modificaram-se os próprios valores, normas, símbolos, crenças. Se, no meio urbano, vamos encontrar uma heterogeneidade que acompanha a situação de cada um na hierarquia social (tanto mais flagrante em países ditos em desenvolvimento), esse meio urbano, enquanto estilo de vida, não deixa de atingir, ainda que em graus diversos, aqueles que dele participam.²⁷³

Em toda a amostra pesquisada, dos casamentos de mulheres com idade abaixo de 24 anos, 74,36% tiveram duração inferior a 15 anos. Tal fenômeno mostra claramente a influência da vida urbana sobre a interpretação dada pela nova mulher à sua relação com o casamento. Esta já não representava mais um suporte na estruturação da família que devia ser preservada sob qualquer situação de conflito. Preservar uma família não quer dizer mais viver insatisfeito no casamento, durante toda a vida. A duração do casamento passou a variar de acordo com a satisfação na convivência do casal.

Em Vitória, tomando-se os casamentos por década, verifica-se que eles tiveram pouco tempo de duração, principalmente após os anos de 1980. As separações e divórcios em casamentos com menos de 10 anos de duração ocorreram mais entre as mulheres

²⁷³D'AVILLA NETO, 1980, p. 13-14.

que se casaram com menos de 24 anos de idade (Tabela 25).

Tabela 25 - Faixa etária feminina no período do casamento e a duração dos casamentos em Vitória – 1970-2000.

Faixa etária	Faixa de tempo do casamento						Total	
	0 a 4	5 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30		
Década de 70	10 a 14	7	12	13	9	2	1	44
	15 a 19	125	410	316	269	120	18	1258
	20 a 24	151	501	399	333	168	30	1582
	25 a 29	56	153	130	110	54	14	517
	30 a 34	13	34	29	28	9	1	114
	35 a 39	4	8	6	8	5	1	32
	40 a 44	2	4	2	-	1	1	10
	45 a 49	1	1	-	-	1	-	3
	50 a 54	-	1	2	-	-	-	3
	50 ou mais	1	1	-	-	-	-	2
Total	360	1125	897	757	360	66	3565	
Década de 80	10 a 14	6	9	4	-	-	-	19
	15 a 19	326	582	258	76	-	-	1242
	20 a 24	446	861	390	79	-	-	1776
	25 a 29	200	352	194	32	-	-	778
	30 a 34	54	96	34	5	-	-	189
	35 a 39	19	57	8	1	-	-	85
	40 a 44	10	17	5	-	-	-	32
	45 a 49	2	3	-	-	-	-	5
	50 a 54	3	3	-	-	-	-	6
	55 a 59	1	-	-	1	-	-	2
60 ou mais	2	1	-	-	-	-	3	
Total	1069	1981	893	194	-	-	4137	
Década de 90	10 a 14	1	2	-	-	-	-	3
	15 a 19	115	106	-	-	-	-	221
	20 a 24	193	179	-	-	-	-	372
	25 a 29	127	78	-	-	-	-	205
	30 a 34	59	34	-	-	-	-	93
	35 a 39	26	18	-	-	-	-	44
	40 a 44	13	6	-	-	-	-	19
	45 a 49	5	2	-	-	-	-	7
	50 a 54	6	-	-	-	-	-	6
	50 ou mais	1	1	-	-	-	-	2
55 a 59	1	-	-	-	-	-	1	
Total	547	426	-	-	-	-	973	

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

No reverso da medalha, contudo, verifica-se que essas mulheres que se casaram com menos de 24 anos ficaram mais tempo com seus maridos do que aquelas que se casaram com mais idade. Esse fenômeno demonstra que a duração do matrimônio também sofria influências econômicas, isto é, as mulheres que se casaram com menos de 24 anos ficaram mais tempo casadas do que as que tinham entre 25 e 30 anos quando se casaram, pois eram inexperientes e dependentes economicamente dos maridos.

Aquelas que se casaram nos anos de 1970, tinham ainda muito presente em seu comportamento a educação voltada para o casamento e não dispunham de uma profissão nem de emprego que lhes dessem condições de sobreviverem sozinhas.

O papel feminino de mãe e esposa ainda era latente na educação feminina daqueles anos e, apesar do movimento feminista, das transformações sociais e econômicas, da comunicação de massa e mesmo da pílula anticoncepcional, muitas mulheres continuaram a sonhar com o casamento e com uma vida voltada somente para o marido e os filhos.

É importante ressaltar que um número expressivo de mulheres já profissionalizadas também se separou e divorciou pouco tempo depois do matrimônio (47,22%). Os índices mais elevados dizem respeito às mulheres que trabalhavam no comércio, nas áreas de administração, contabilidade e magistério (Tabela 26).

Tabela 26 – Mulheres separadas e divorciadas, por setores de atividades. Vitória – 1970-2000.

SETORES DE ATIVIDADES	TOTAL
Administração/Contabilidade	549
Agropecuária	06
Arquitetura/Decoração/Arte	59
Bacharel/Magistrada	80
Bioquímica	08
Comércio	803
Comunicação	33
Corretora de Seguro de Imóveis	20
Doméstica	2653
Economia/Finanças	268
Eletroeletrônica	12
Empresária/Autônoma	25
Estudante	1927
Funcionária Pública	330
Indústria	123
Magistério	593
Moda/Estética	151
Recepção/Secretariado	399
Saúde/Assistência Social	335
Tecnologia/Informática	111
Telefonia/Postagem	50
Viagem/Turismo	11
Outras	133
TOTAL	8.680

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória.

As necessidades geradas pelo empobrecimento da sociedade, que impulsionaram a entrada e permanência dessas mulheres no mercado de trabalho, foram favorecidas por dois fatores socioculturais que ocorreram na sociedade capixaba.

O primeiro foi a expansão da escolaridade, que aumentou as credenciais femininas para o enfrentamento do trabalho fora do âmbito doméstico. Não apenas as mulheres de classes populares buscaram empregos; também as mulheres de classes média e alta, que haviam estudado em escolas primárias e secundárias particulares e freqüentado a Universidade Federal do Espírito Santo, tornaram-se profissionais liberais no mercado capixaba.²⁷⁴ Essa assertiva baseia-se na amostra das mulheres que se classificaram como profissionais de curso superior, como as administradoras de empresas (47), as advogadas (52), as contabilistas (63), as enfermeiras (52), as dentistas (56) e as médicas (68), entre outras.

O segundo fator foi a valorização do exercício da atividade profissional feminina que, devido às mudanças culturais em relação ao papel das mulheres na sociedade, impulsionou para o mundo do trabalho até mesmo aquelas que teriam outra opção de vida.

Antes dos anos de 1970, a grande maioria das mulheres que trabalhava fora de casa encarava o emprego de modo instrumental, até como meio de conseguir um bom casamento para livrar-se do trabalho assalariado que garantia sua sobrevivência. Eram poucas as mulheres privilegiadas economicamente que pretendiam uma carreira profissional somente com a finalidade de auto-realizar-se. Mas, a partir dessa época, as mulheres de classes média e alta, que viram o poder aquisitivo da família ruir em conseqüência da situação econômica precária resultante do crescimento da população urbana, esmagada pelas altas taxas de inflação e pela pressão das novas necessidades geradas pela diversificação das

²⁷⁴Normalmente, para se tornarem profissionais das áreas listadas na tabela 26, as mulheres necessitavam de um respaldo financeiro durante todo o período em que estivessem estudando. Além disso, em Vitória, no período pesquisado, as aulas desses cursos eram oferecidas somente durante o dia, impedindo as alunas de trabalharem para seu sustento.

pautas de consumo, não puderam mais prescindir de participar cada vez mais do mundo do trabalho, juntamente com as mulheres das classes populares.

Embora participassem do universo público, muitas mulheres que, como seus maridos, contribuía para o sustento da casa certamente entendiam o significado do trabalho como uma necessidade, não como uma opção de vida. Contudo, na medida em que tiveram acesso ao poder, ao respeito e à admiração por meio de seu trabalho, juntaram-se àquelas que alcançaram uma profissão por meio da educação e por desejo de auto-realização, e conquistaram seu poder de emancipação, passando a gerir o próprio sustento e o da própria família.

O trabalho, por fazer as pessoas se sentirem com capacidade de produzir, passa a ser sinônimo de competência pessoal, eficiência e poder diante da sociedade. Além disso, tem o efeito de mudar o entendimento do senso de valor pessoal e remodelar o comportamento das pessoas. A auto-estima promovida por ele valoriza a energia e o sucesso das mulheres, de forma que, para a maioria, o exercício de uma atividade remunerada fora de casa serve de válvula de escape para compensar as necessidades básicas não encontradas no relacionamento conjugal.

A independência financeira feminina deu lugar ao estabelecimento de relações mais individuais no interior da família, afrouxando os laços familiares gerados pela instabilidade conjugal. As mulheres perceberam que as alterações em suas vidas ao entrarem no mercado de trabalho, além de influenciarem no poder econômico e nas decisões familiares, despertaram novos interesses pessoais, modificando a relação feminina com o casamento. As relações de poder que existiam entre o marido e a esposa passaram a ser questionadas pelas mulheres que já não mais se enquadravam no processo de aceitação e conformismo imposto e idealizado para os diferentes papéis sexuais no interior das famílias. A resistência ou mesmo a indiferença masculina diante de novas solicitações femininas tendeu a levar a uma situação de conflito dentro do domicílio e, posteriormente, ao rompimento conjugal.

Em Vitória, tais mudanças foram impulsionadas pela abertura de

um mercado de trabalho que absorveu a mão-de-obra de milhares de mulheres. Depois da regulamentação do divórcio no país, elas desafiaram os componentes básicos do papel que exerciam no interior da sociedade doméstica, uma vez que as diferenças e a instabilidade afetiva e econômica, que não são estimulantes para a manutenção de laços conjugais estáveis, ocasionaram o rompimento de milhares de relações conjugais conflituosas.

As estatísticas dos rompimentos conjugais, entre os anos de 1970 e 2000, mostram que os casamentos das mulheres vitorienenses que trabalhavam fora de casa e podiam manter-se economicamente não mais eram considerados como eternos e sua duração era cada vez menor.

Segundo a literatura pesquisada sobre crise nas relações conjugais,²⁷⁵ a modificação dos papéis femininos com a inserção da mulher no mundo do trabalho influenciou, de forma gradual, a duração do casamento. Os conflitos entre os papéis masculinos e femininos que se estabeleceram no interior das unidades domésticas foram fatores que levaram as divergências comuns da relação entre os cônjuges à crise, jogando por terra a idéia de que o casamento deveria durar por toda a vida.

A interação entre o dinheiro e o poder na relação conjugal interferiu na convivência dos casais de forma a acentuar cada vez mais os conflitos familiares. Ganhar o próprio dinheiro deu às mulheres prerrogativas que certamente repercutiram na composição do vínculo conjugal e, em consequência, determinaram a duração de seus casamentos. A distribuição do poder entre o casal passou a fundamentar-se na distribuição de renda de cada um e nas respectivas contribuições para o orçamento doméstico.

Enquanto o casal era constituído tradicionalmente, ou seja, o homem trabalhava fora de casa e provia financeiramente sua família, e a mulher labutava dentro de casa, cuidando só dos afazeres domésticos e dos filhos, o chefe da família tinha o direito

²⁷⁵GRÜNSPUN, Haim; GRÜNSPUN, Feiga. *Casamento e acalento: como se tecem as relações familiares*. São Paulo: Marco Zero, 1990; MALDONADO, Maria Tereza. *Casamento: término e reconstrução*. Petrópolis: Vozes, 1986; ANDOLFI, Maurizio; ANGELO, Cláudio; SACCU, Carmine (Org.). *O casal em crise*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1995; SCARF, Maggie. *Casais íntimos: convivência, casamento, afetividade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

de assumir explicitamente a posição de dominação e autoridade, e a mulher deveria apenas segui-lo e respeitá-lo. Entretanto, quando a mulher passou a trabalhar fora de casa e a contribuir para renda familiar, essa posição se inverteu: o homem ficou com menos poder e perdeu seu direito de manipulação familiar.

Uma vez estabelecida a inversão dos papéis, verificou-se a desestabilidade do casal. Maldonado²⁷⁶ afirma que se esse fenômeno [...] se prolonga por muito tempo, a tendência é gerar ressentimentos, cobranças e desrespeito, deteriorando o relacionamento.

Indubitavelmente, durante o período pesquisado, os casamentos das mulheres que trabalhavam fora de casa, ganhavam seu próprio dinheiro, competiam com os homens no mercado de trabalho e não mais se deixavam dominar tenderam a durar menos tempo do que os das mulheres que ainda dependiam economicamente dos maridos.

Entendido como um dos fatores que levaram a relação a seu pleno desenvolvimento, o poder econômico quase sempre decidia a duração do casamento: por um lado, ele podia fazer com que o casal compartilhasse no sustento da família, por outro, podia ser responsável pela destruição da relação conjugal. Por isso, pode-se afirmar que o fato de as mulheres adquirirem poder econômico e controle de suas vidas contribuiu para que a duração dos enlaces fosse cada vez menor.

Em Vitória, o percentual maior relativo à duração de casamento, no período pesquisado, ocorreu na faixa de 5 a 10 anos (40,71%), e nesse caso a maioria das mulheres tinha uma profissão (Tabela 27).

276MALDONADO, 1986, p. 32.

Tabela 27 - Profissões femininas e duração de casamento. Vitória – 1970-2000.

PROFISSÃO	DURAÇÃO DOS CASAMENTOS						TOTAL
	0 - 4	5-10	11-15	16-20	21-25	26-30	
Administração/Contabilidade	165	233	105	35	9	2	549
Agente de Turismo	4	4	3	-	-	-	11
Agropecuária	2	1	2	1	-	-	6
Arquitetura/Decoração/Arte	18	18	18	4	1	-	59
Bacharel/Magistrada	21	45	11	2	1	-	80
Bioquímica	3	5	-	-	-	-	8
Comércio	207	341	152	76	24	1	801
Comunicação	8	15	5	4	-	1	33
Corretora Seguro/Imóveis	8	8	3	1	-	-	20
Doméstica	377	964	690	410	178	34	2.653
Economista/Financista	83	107	50	20	1	1	268
Eletroeletrônica	3	6	2	1	-	-	12
Empresária/Autônoma	12	13	-	-	-	-	25
Estudante	496	833	343	189	56	8	1.925
Funcionária Pública	80	152	54	32	11	1	330
Industriária	33	40	34	13	3	-	12
Professora	130	234	113	66	38	12	593
Figurinista/Esteticista	38	65	26	15	7	-	151
Recepção/Secretariado	118	179	60	30	11	1	399
Saúde/Assistência Social	101	135	65	27	5	2	335
Tecnologia/Informática	33	48	20	7	2	1	111
Telefonia/Postagem	8	20	14	5	1	2	50
Outras	28	66	20	13	6	-	133
TOTAL	1.976	3.532	1.790	951	360	66	8.675

Fonte: Livros de Registro Civil dos Cartórios de Registro Civil de Vitória. * Cinco registros mostram datas não coerentes entre o casamento e o rompimento conjugal.

Mesmo as mulheres que se classificaram como domésticas tiveram seus casamentos marcados pelo rompimento na faixa de 5 a 10 anos. Não obstante, entre todas as mulheres, foram elas que, proporcionalmente, estiveram casadas por períodos mais prolongados. Por seus números, pode-se afirmar que a dependência econômica é que estabelecia a duração dos casamentos.

Pela diversidade de profissões encontrada nos registros e pelo tempo de casamento, que variou de alguns meses a 30 anos de duração, pode-se concluir que, do total da amostra pesquisada, as mulheres profissionais que atuavam nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Tecnologia e Informática foram as que mais se separaram e divorciaram com menos de 10 anos de casadas. Dois fatores chamam atenção para esse fenômeno: o primeiro é que as áreas profissionais citadas foram dominadas, durante muito tempo, exclusivamente pelos homens, e só recentemente as mulheres foram inseridas nesse contexto; o segundo, decorrente da grande presença masculina cultivada ao longo do tempo, é a proximidade das mulheres com o sexo oposto, o que não acontece com mulheres que somente desenvolvem atividades dentro dos muros domésticos.

Esses dados permitem verificar que os casamentos tradicionalmente constituídos tenderam a prolongar-se por mais tempo. As mulheres que foram educadas para o casamento, logo que saíram do domínio econômico do marido, não desenvolveram sua autonomia porque, ainda muito jovens, estavam ligadas aos cuidados de alguém. Mas quando alcançaram sua independência financeira, começaram a ficar mais decididas, a ter consciência do que queriam, por conseguinte, não se deixaram mais depender dos homens com facilidade.

FINAL

A opinião que as mulheres manifestam de si mesmas, de seu lugar na sociedade e de suas possibilidades, são representações que poderão ser compreendidas de forma mais clara se abordadas por esse ângulo da questão.

Irede Cardoso. (1980)

Considerações finais

Ocorridas em Vitória após os anos de 1970, as mudanças econômicas que permitiram o acesso de milhares de trabalhadores ao mercado de trabalho que se abriu com a implantação dos Grandes Projetos Industriais, traçaram profundas transformações na vida da mulher vitorienne. Ao abordar esse tema, minha intenção foi estabelecer um conjunto de reflexões sobre as diversas mudanças que ocorreram no comportamento da mulher moradora de Vitória, particularmente no tocante à sua relação com o casamento.

É necessário retomar uma colocação essencial para o entendimento dessa relação: depois de deixarem de depender economicamente do pai e/ou do marido, as mulheres passaram a se relacionar de forma diferente com o casamento. Acostumadas que foram à condição de trabalhadoras sem remuneração, seja atuando no espaço doméstico, seja desenvolvendo atividades no campo, em uma sociedade que ainda trazia resquícios do regime patriarcal até meados de 1960, as vitorienne, ao ingressarem no mercado de trabalho remunerado, elaboraram novos padrões de conduta, mostraram-se socialmente capazes de gerir seu próprio sustento e o de sua família, além de alterarem o projeto socialmente considerado o ideal da vida feminina: o casamento.

Com o objetivo de fundamentar as mudanças de comportamento feminino no contexto econômico capixaba, salientei os processos de evolução cafeeira e industrial de Vitória, antes e durante o período proposto para a presente pesquisa. Mostrei como o crescimento e a falência do capital cafeeiro transformou estruturalmente a sede administrativa do Estado do Espírito Santo, além de focalizar, historicamente, a presença feminina nas propriedades familiares de café e sua grande ausência no comércio do produto em Vitória. Mostrei, também, como

o desenvolvimento da indústria e, conseqüentemente, o do comércio se transformaram nas principais medidas tomadas pelos Governos Estadual e Federal para tirar a economia capixaba do caos que tomou conta de Vitória após a erradicação dos cafezais improdutivos e o conseqüente êxodo rural, que trouxe para a cidade milhares de famílias desempregadas. Expus, ainda, como o mercado de trabalho secundário e terciário absorveu essas famílias e, em especial as mulheres, que, em Vitória, pela primeira vez, tiveram acesso ao mercado de trabalho.

Para elas, o crescimento econômico capixaba criou perspectivas que desafiaram e romperam os costumes patriarcais que, ainda no início dos anos de 1970, persistiam em Vitória. As gerações anteriores que, com muito custo, redefiniram práticas comuns às suas ascendentes, abriram novas perspectivas de mudanças de comportamento para as gerações futuras: acorreram à educação, profissionalizaram-se, deixaram de lado a tradição de se casarem com a idade socialmente considerada ideal e praticaram o direito do rompimento conjugal. Essas mudanças, entre diversas outras, foram identificadas como paradigmas de alterações no comportamento feminino.

Depois que as mulheres emprestaram sua mão-de-obra para contribuir na manutenção financeira da família, deixaram de ser consideradas simplesmente seres passivos de reprodução, mostrando capacidade em gerir seu próprio sustento e o de sua família. Foi essa transformação no *status* econômico feminino que caracterizou a mudança das relações femininas com o casamento.

Muitas mulheres desistiram mesmo de casar, preferindo morar com o companheiro sem precisar assinar nenhum documento perante a Justiça Oficial ou a igreja. Alteraram completamente as tradições que as levavam ao altar virgens e com pouca idade. Socializadas para serem esposas e mães, foram também estimuladas a estudar e a aspirar à autonomia e à igualdade, deixando de lado o casamento como única alternativa de seu destino e, em meio a um mundo de possibilidades, não se acanharam diante do rompimento conjugal.

Concretamente, o enfraquecimento da importância do casamento na vida feminina pode ser visto quando expus os dados primários coletados nos três cartórios de registro civil de Vitória e os dados estatísticos disponibilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por meio deles, observei que, durante os últimos trinta e um anos do século XX, o comportamento feminino em relação ao casamento sofreu mudanças progressivas: aumentou o número de uniões consensuais, os casamentos religiosos perderam sua importância, houve uma queda quantitativa de casamentos oficiais, aumentou consideravelmente o número de separações e divórcios, além de as mulheres se casarem cada vez com mais idade.

Para reforçar as considerações finais deste trabalho, optei por entrevistar dez mulheres que iniciaram sua vida profissional, mantiveram um relacionamento marital, seja oficial ou não, e passaram pelo processo de rompimento conjugal. O objetivo dessas entrevistas foi observar detidamente o modo como algumas das mulheres que viveram a transformações nas suas vidas percebiam questões, trabalhadas aqui de uma maneira mais quantitativa. Trata-se, portanto, de uma análise que se pretende qualitativa e exemplificadora dos dados obtidos até então.

A exposição de detalhes de suas vidas e do que pensavam a respeito de sua relação com o casamento e o trabalho revelou-se bastante profícua, na medida em que as experiências pessoais apontavam para a possibilidade de vislumbrar na história local versões mantidas por um segmento populacional: mulheres separadas e/ou divorciadas moradoras de Vitória. Além desse critério, também serviram como parâmetros o fato de o início da vida profissional dessas mulheres ter ocorrido na cidade de Vitória, e o de terem se unido a um homem de forma conjugal após 1970 e se separado e/ou divorciado antes de 2000. Esses foram os únicos critérios previamente adotados.

Do grupo das contatadas para as entrevistas, algumas eram de meu conhecimento pessoal, as quais, ao tomarem conhecimento das exigências estabelecidas para a participação na pesquisa, se mobilizaram e contribuíram comigo, indicando outras mulheres

que odiam e queriam ser entrevistadas.

Cada entrevista durou cerca de duas horas. Antes de iniciá-la, para deixar as entrevistadas bem à vontade, procurei explicar de forma minuciosa os objetivos da pesquisa e como pretendia expor sua visão a respeito da relação mulher, casamento e trabalho, além de comunicar-lhes que não usaria seus nomes originais. Expliquei o que pretendia e como utilizaria suas informações.

Considerando ser a *liberdade de exposição* a verdadeira razão da pesquisa, procurei não impor uma ordem rígida às questões. Ao mesmo tempo, fiz perguntas de forma ampla, sempre colocadas em grandes blocos. A adoção de um roteiro²⁷⁷ de entrevistas conferiu uma dinâmica entre entrevistadora e entrevistada, o que possibilitou a obtenção de dados qualitativos ao mesmo tempo em que facilitou a comparabilidade do material coletado. Segundo Lüdke e André²⁷⁸ e Meihy²⁷⁹, esse é o tipo de entrevista que estimula a relação com a população entrevistada, dando vazão à fluidez de informações notáveis e autênticas que contribuem muito para o conhecimento de um fenômeno, neste caso a História das Mulheres. É a partir desse roteiro que os dados são apresentados.

As entrevistadas Paula, Mônica e Adriana são originárias de famílias vindas do interior do Estado do Espírito Santo. De outros estados, notadamente de Minas Gerais e Rio de Janeiro, vieram Elizabeth, Maria de Fátima e Eliane. Todas, à exceção de Eliane, que já tinha 23 anos quando veio para Vitória, foram trazidas por seus pais, nas décadas de 1960 e 1970, antes de completarem 14 anos de idade.

Nascidas em famílias classificadas por elas próprias como de classe média e pobre, essas mulheres vieram para Vitória acompanhando os pais, que buscavam emprego e uma vida melhor. Paula era filha de pais lavradores, analfabetos e pobres.

²⁷⁷Ver Anexo B

²⁷⁸LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Atlas, 1986.

²⁷⁹MEIHY, José Carlos S. *Bom. Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

Elizabeth era filha de um motorista e uma doméstica, pobres, que não completaram o ensino fundamental. Mônica era filha de uma doméstica analfabeta e de um lavrador que tentou a sorte como frentista, no interior do Espírito Santo, mas não conseguiu sustentar a família com o que ganhava. Somente Adriana, Eliane e Maria de Fátima vieram para Vitória em situação financeira melhor, uma vez que seus pais eram, respectivamente, comerciante, fazendeiro e fiscal de renda.

Layla, Ana e Ângela nasceram em Vitória, mas também afirmaram ser originárias de famílias pobres. Diferente das demais, Helena, que também havia nascido em Vitória, no seio de uma família de classe média, afirmou que durante os anos de 1970 seus pais sofreram um abalo financeiro que fez mudar sua situação social.

Mesmo aquelas que vieram para Vitória ainda crianças viveram nessa cidade a maior parte de sua vida, aqui estudaram e se formaram. À exceção de Eliane que, do ensino fundamental ao superior, estudou somente em escola particular, no interior de Minas Gerais, todas estudaram em escolas públicas de Vitória. Ângela, Ana, Layla e Helena estudaram também em escolas particulares.

Das dez mulheres, Paula foi a única que não concluiu o ensino fundamental. Mônica abandonou o ensino médio antes de completar o primeiro ano. Nesse nível de ensino, Layla fez o curso Técnico em Contabilidade, Adriana, o curso Técnico em Agrimensura, Ângela, o curso Técnico em Estradas e Ana, o curso Técnico em Secretariado. Somente Eliane e Elizabeth cursaram o secundário Científico, preparatório para o ensino superior. Maria de Fátima e Helena fizeram o curso Normal, que as preparou para o magistério.

Quase todas as entrevistadas concluíram o curso superior. Eliane formou-se em Odontologia e trabalha em seu próprio consultório. Maria de Fátima fez o curso de Direito e é proprietária de um cartório de Registro Civil. Layla formou-se em Administração de Empresas e atua em empresa administradora de condomínios. Ana, Ângela, Helena, Adriana e Elizabeth optaram por cursos que preparam para o magistério na área de Ciências Humanas. As

quatro primeiras atuam hoje em várias escolas de ensino superior de Vitória, e Elizabeth trabalha em uma escola particular, onde ministra aulas para o ensino médio e o pré-vestibular.

Ana, Ângela, Helena, Adriana, Elizabeth e Eliane fizeram cursos de pós-graduação no Brasil ou no exterior.

Apesar de a maioria das entrevistadas ter um grau de instrução elevado para os padrões brasileiros, a cultura, que por séculos foi utilizada para incutir o entendimento de que o destino feminino era o casamento, as convenceu a adotar a ideologia das concepções teóricas que pregavam o ideal de comportamento feminino voltado para o casamento, ainda nos anos de 1970. Literatura, cinema, novelas e propagandas foram meios descritos por Mônica, Adriana, Ana, Ângela e Helena como os que transmitiam à sociedade a idéia de que a natureza feminina as conduzia ao casamento e à maternidade.

Adriana, Ângela e Ana confirmaram terem lido muitas revistas e gostado de novelas que mostravam a importância do casamento na vida das mulheres. Elas acham que tanto as revistas quanto as novelas da televisão influenciam nas decisões femininas a respeito do casamento. Formadores de opinião, esses instrumentos, na opinião dessas entrevistadas, induziam as mulheres a serem boas donas-de-casa e submissas aos seus maridos, além de levantarem a bandeira de que elas deveriam ser preparadas para o casamento desde pequenas.

Maria de Fátima, Eliane e Layla acham que as revistas femininas, a televisão e a família não exerceram qualquer influência na sua concepção sobre o casamento. Elas consideram que não foram educadas para isso e não houve qualquer interferência externa quando resolveram se casar. Contrariando essa posição, Elizabeth e as outras mulheres afirmaram terem sido educadas para o casamento, além de receberem influência de *amigas da faculdade, tias, primas e avó paterna*.

Educadas ou não para o casamento, Layla se casou aos 17 anos, Mônica, aos 18 anos, Ângela e Elizabeth, aos 19 anos de idade. Maria de Fátima e Ana casaram-se com 20 anos, Paula, com 22,

Eliane, com 24 e Adriana, com 28 anos. Somente Helena, que teve uma união não oficializada, começou sua vida conjugal aos 31 anos de idade, com um homem mais novo do que ela.

As que se casaram na década de 1970 foram Layla, em 1971, Maria de Fátima, em 1976, Ana, em 1977, e Elizabeth, em 1979. Todas se casaram na Igreja, e somente Maria de Fátima registrou sua união no Cartório Zilma Leite. As demais registraram seu casamento no Cartório Sarlo.

Na década de 1980, ocorreu o maior número dos casamentos da pesquisa, de acordo com o levantamento efetuado nos cartórios de Registro Civil, nos recenseamentos e também com as entrevistadas. Ângela casou-se em 1980, Eliane, em 1981, Helena, em 1983, e Mônica e Paula, em 1987. Somente Paula e Eliane se casaram no religioso e nos cartórios Zilma Leite e Sarlo. Mônica e Ângela oficializaram suas uniões nos cartórios Amorim e Sarlo, respectivamente, mas não quiseram ou puderam casar-se na Igreja. Helena optou pela união consensual em 1983.

Adriana foi a única mulher pesquisada a se casar na década de 1990. Casou-se aos 28 anos, na Igreja Católica e no Cartório Amorim.

Quase todas elas, quando iniciaram sua vida conjugal, acreditavam que era esse o seu destino. Elizabeth desde muito cedo recebeu uma educação que a levou a se casar aos 19 anos, acreditando que *“fosse ficar casada pelo resto da vida”*. Foi criada no interior de uma família religiosa e se casou com o primeiro namorado *“sério”* que teve. Paula, que também recebeu uma educação religiosa e voltada para o casamento, disse que se casou aos 22 anos com a expectativa de que *“seria feliz e iria compartilhar de coisas boas com o marido pelo resto da vida”*. Ana, aos 20 anos, acreditava que o seu casamento era a *“coisa mais importante da vida”*, uma vez que realizava o seu sonho. No fundo, essas mulheres adentraram ao casamento com a esperança de que estavam realizando sua missão feminina na sociedade.

Desejando *“Viver feliz a vida toda”*, *“Ficar com o homem que eu amo por toda vida”*, *“Fazer tudo para agradar ao homem que amo”*

e “*Viver em um mar de rosas, num paraíso eterno*”, Paula, Ana, Mônica e Helena afirmaram que realizaram suas expectativas. Maria de Fátima disse que no início do casamento todos os seus desejos foram alcançados, mas depois que teve seus filhos “*tudo mudou*”.

Nascidas nos idos de 1950 e 1960, quando as mulheres capixabas ainda eram educadas para seguir um comportamento considerado apropriado para seu gênero, as entrevistadas não ficaram isentas de atitudes ambíguas e cheias de contradições. Independente da condição financeira de suas famílias, foram preparadas para o desempenho de tarefas no lar, ao mesmo tempo que cursavam uma escola profissionalizante e buscavam um espaço no mercado de trabalho. Aprenderam a exercer atividades remuneradas fora de casa como algo imprescindível na manutenção econômica da casa, assim como a defender sua família como seu *domínio natural*.

Parece que, pelo menos Eliane, Maria de Fátima, Helena e Mônica interiorizaram bem essas contradições, pois concordaram que as mulheres foram talhadas para o amor e o casamento. Helena, Maria de Fátima, Mônica, Paula e Adriana acham que “*todas as mulheres devem se casar, para saberem como é.*”

Contudo, os elementos contritos presentes em suas falas chocam-se com a ideologia do casamento por amor. Mônica queria casar-se para “*ficar livre da pressão*” que sua mãe fazia sobre ela, quando lhe dizia o que fazer de sua vida. Para ela, o casamento seria o “*lugar*” onde faria o que quisesse, da forma que melhor lhe aprouvesse. Casou-se “*pensando que ficaria livre*”. Eliane afirmou que “*tinha dificuldades de relacionamento com o pai*” e queria casar-se para “*ter uma família que gostaria de ter tido desde criança*”.

Aos olhos de Mônica e Eliane, embora o casamento fosse o objetivo de sua vida, representava uma fuga aos problemas de relacionamento enfrentados em suas famílias de origem. Por outro lado, suas falas denotam, de certa forma, que existia um grande envolvimento com a família, mesmo que muitas vezes fosse negativo.

Maria de Fátima demonstrou ressentimento em relação ao pai, principalmente no tocante à pressão que ele exercia sobre ela para que se casasse logo. Ela revelou que só pôde ir ao cinema com o namorado aos 15 anos de idade, depois que ficaram noivos, e que seu pai a obrigara a se casar aos 18 anos. Ela então terminou o noivado. Revelando-se contrária à idéia de que deveria casar-se somente porque seu pai exigia, preferiu continuar seus estudos e trabalhar. Casou-se algum tempo depois, com um homem que ela mesmo escolheu.

Envolvidas diretamente com suas mães, estas quase todas donas de casa e com pouco estudo, as mulheres entrevistadas manifestaram *querer viver de forma diferente*. Mesmo as que não conseguiram prolongar seus estudos de modo a se tornar profissionais de alto gabarito e conseguir um trabalho que lhes desse uma boa remuneração, começaram a buscar um trabalho capaz de promover sua independência econômica desde muito cedo. Mônica, aos 10 anos de idade, começou a trabalhar como doméstica, fora da casa de seus pais. Paula, aos 15 anos, era doméstica em casa de uma família “rica”. Maria de Fátima, aos 13 anos, ajudava sua mãe no cartório e recebia uma remuneração que a fazia sentir-se “poderosa”. Ana, tão logo completou 14 anos, “conseguiu emprego de atendente em uma empresa de representação de material escolar”. Aos 15 anos, Ângela trabalhava como secretária em um escritório de vendas. Adriana, aos 17 anos, fazia estágio numa firma que atuava no ramo de aerofotogrametria. Layla começou a trabalhar no comércio antes de completar 16 anos. Helena, aos 15 anos, começou o curso secundário de magistério e iniciou sua trajetória de alfabetizadora, em uma escola pública onde sua tia trabalhava. Somente Eliane e Elizabeth começaram a trabalhar após completarem 23 e 22 anos, respectivamente, a primeira, em uma clínica odontológica, e a segunda, como professora, em uma escola pública.

Depois de casadas, somente Paula parou por um tempo de exercer atividades extradomésticas. Mesmo depois que tiveram filhos, as mulheres continuaram a trabalhar fora de casa. Elas precisavam contribuir para o sustento da família ou “*para continuar a ser dona de meu nariz*”, conforme afirmou Ana. Algumas se mantiveram

no mesmo ramo do início de suas trajetórias profissionais, outras mudaram não só de emprego, mas também de profissão.

Eliane foi a única mulher a receber um salário maior do que o do marido. Por causa disso, alegou que ele tinha “ciúmes” de suas atividades profissionais, demonstrando que não gostava de que ela “fizesse cursos de atualização”. No período em que estiveram casadas, as outras mulheres não conseguiram receber um salário que superasse o de seu cônjuge.

Layla, Maria de Fátima, Ângela e Elizabeth afirmaram que seus maridos eram *indiferentes* às suas atividades extradomésticas e não se preocupavam quando saíam para o trabalho. Maria de Fátima afirmou que *“ele até gostava, pois sabia que eu estava ganhando dinheiro e porque podia ficar mais tempo a sós com a empregada”*.

Por seu turno, Adriana disse que a relação de seu cônjuge com seu trabalho era *“ambígua”*, uma vez que, *“ao mesmo tempo em que ele tinha respeito, ele tinha ciúmes. Era como se eu estivesse roubando o tempo em que deveria me dedicar a ele”*. Já o marido de Mônica costumava ficar vigiando para ver o que ela fazia quando saía do trabalho. Segundo ela, ele demonstrava insegurança em relação às suas atividades extradomésticas e ambos brigavam muito por causa disso.

Interessante foi o relato feito por Helena: *“Quando ele ganhava mais do que eu, a relação dele com o meu trabalho de professora era ótima. Ele elogiava o que eu fazia e me ajudava em minhas tarefas quando eu fazia pós-graduação. Mas quando eu comecei a ganhar mais e bancar uma série de coisas dentro de casa, ele começou a implicar comigo. Não com o meu trabalho, mas comigo. Piorou quando ele ficou desempregado. Tudo o que antes ele elogiava em mim, passou a ser visto como algo negativo. Ele criticava meu cabelo, que antes achava lindo, até meu modo de falar e de andar. A implicância dele, ou mesmo ciúme ou inveja, com o meu trabalho, foi transportada para mim.”*

Mesmo não relacionando seus trabalhos extradomésticos com o fim de seus casamentos, todas as mulheres deixaram claro que,

se não desenvolvessem alguma atividade remunerada durante o período da união conjugal, não teriam conseguido desvencilhar-se do “*inferno*” em que se tornou a convivência com seu cômuge.

Paula alegou que, quando chegava do trabalho, além de fazer as tarefas domésticas, ainda tinha que esperar por seu marido que “*começou a ficar fora de casa muitos dias*”. Ele trabalhava em uma fábrica de sandálias na Grande Vitória e não voltava para casa no fim do expediente. Ela separou-se aos 33 anos de idade, depois de 11 anos de convivência. Não registrou sua separação no cartório, e seu marido casou-se outra vez. Com sua experiência, não quer mais saber de casamento. Hoje, só “*namora*”.

Maria de Fátima estava grávida de seu segundo filho quando, chegando a casa para almoçar, flagrou seu marido na cama com a empregada. Dias depois, sua filha de seis anos encontrou o pai novamente com a empregada. Separou-se e divorciou-se depois de 9 anos de casada. Registrou o rompimento conjugal no Cartório Zilma Leite, o mesmo cartório onde registrou seu segundo casamento.

Helena afirmou que sua relação conjugal era muito feliz e jamais lhe passou pela cabeça que seu companheiro pudesse estar namorando outra mulher, até o dia em que descobriu, 12 anos após o início da união, que ele tinha outra. “*Coloquei-o para fora de casa e, como não havia registrado o casamento em nenhum cartório, tudo foi mais fácil*”, alegou. Sofreu muito e afirmou não querer mais unir-se a nenhum homem. Continuou trabalhando e estudando, no Brasil e na Europa.

O mesmo aconteceu com Elizabeth. Seu marido confessou-lhe estar apaixonado por outra mulher. Ela estava grávida, mas mesmo assim optou pelo rompimento conjugal, depois de 2 anos de casamento e 6 de namoro. Contudo, alegou que se casaria outra vez, porque acredita poder ser feliz “*numa relação a dois*”. Hoje, seu trabalho a remunera em aproximadamente 15 salários e é proprietária de quatro imóveis.

“*Foi uma discussão boba, mas a forma grosseira como ele se dirigiu a mim, dentro de minha casa, foi o suficiente para iniciar o fim*

de meu casamento.” Adriana, a partir daí, não mais conseguiu conviver com seu marido. Passaram a brigar constantemente. Saiu de casa e deixou-lhe todos os bens adquiridos durante o casamento, que durou 4 anos. Acredita que seu trabalho, que lhe rende em torno de 20 salários, foi um forte aliado para sua decisão. Atualmente vive uma união estável e tem um filho.

Brigas e discussões também se tornaram rotina no relacionamento de Mônica e seu marido. Mas seu casamento terminou no dia em que ele bateu nela. Ficou casada por 9 anos, teve dois filhos e separou-se aos 27 anos de idade. Não registrou sua separação em nenhum cartório de Vitória e vive hoje uma união consensual. Continua a trabalhar como doméstica e percebe em torno de 1 salário mínimo e meio.

“Meu casamento acabou na lua-de-mel, quando tivemos uma grande discussão”, disse Ana. Mesmo assim, conviveu com o marido por mais 8 anos. Teve uma filha e separou-se aos 29 anos de idade. Não se casou novamente, mas também não realizou seu sonho “de se tornar proprietária de uma escola de ensino superior”. Continuou a dar aulas em uma faculdade próxima de Vitória e percebe em torno de 12 salários.

“Casei com a intenção de viver feliz até o fim de minha vida, mas não deu”, disse Layla. Ficou casada por 4 anos e alegou não se lembrar da causa específica de sua separação, “pois já faz muito tempo que isso aconteceu”. Teve um filho desse casamento e outro de uma união estável, que também acabou. É administradora de condomínios da orla marítima de Vitória e Vila Velha, ganha em torno de 15 salários mínimos e não quer mais se “envolver com ninguém”.

Ângela, mãe de uma menina, terminou seu casamento “quando ele se sentiu muito rico” e não precisou mais dela. Casada por 10 anos, disse que sempre trabalhou para ajudar seu marido nas despesas da casa. Contudo, ele conseguiu “subir na vida” e passou a ganhar muito dinheiro, “me desprezando”. Ela conheceu outra pessoa e pediu a separação. Foi morar com seu novo parceiro, com quem tem dois filhos.

O casamento que durou mais tempo foi o de Eliane, 17 anos. Mas, já no primeiro ano, “*eu abri mão de ser eu*”, disse ela. “*Ele era agressivo, gritava comigo, ao ponto de eu precisar fazer terapia.*” Apesar disso, teve dois filhos, continuou estudando e montou seu próprio negócio. Separou-se e divorciou-se. Hoje convive consensualmente com outro homem, ganha mais de 20 salários e só quer usufruir o que já conquistou. Contudo, expressa seu desejo de continuar estudando e trabalhando: “*Quero fazer cursos de especialização e não quero parar no tempo.*”

Todas as mulheres conseguiram, cada uma a seu modo, conquistar um lugar no mercado de trabalho e não depender economicamente de seus maridos. Elas alegaram estar ganhando o suficiente para se sustentar e à sua família, sem precisar de pensão alimentícia nem de outro marido para sustentá-las. O trabalho extradoméstico que realizam essas mulheres, mesmo que algumas o encarem como “*obrigação*” e “*necessidade*”, as faz sentirem-se *cidadãs*, uma vez que o encaram como o “*complemento da vida*”.

O cotejo dos dados levantados nos Cartórios de Registro Civil, na documentação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e nas entrevistas com as mulheres possibilitou ampliar as representações a respeito das relações entre a mulher e o casamento. Embora não tenha a pretensão de que este trabalho represente fidedignamente todos os elementos complexos que compõem essa problemática, as reflexões expostas aqui, de certa forma, contribuem para o esclarecimento das interrogações que originaram este trabalho.

Os resultados obtidos podem ser relacionadas às mudanças de comportamento das mulheres vitorienses durante o período pesquisado. As mulheres que se casaram com menos de 25 anos, exerceram profissões de pouca rentabilidade, ou foram simplesmente domésticas, dependendo economicamente de seus maridos, mantiveram seus casamentos por mais tempo do que aquelas que se casaram com idade superior a 25 anos e já estavam estabilizadas financeiramente. A maioria destas últimas manteve seu casamento por um período inferior a 10 anos. O

total de registros concentrados sobre casamentos na faixa dos 5 a 10 anos de duração corrobora a premissa de que a relação das mulheres com o casamento mudou. Elas não mais o encaram como único destino, nem como eterno.

O modelo institucional de casamento concebido como uma união que só com a morte acaba, e gerenciado somente pelo indivíduo do sexo masculino, historicamente provedor da família, sofreu uma forte convulsão em seus fundamentos, instalando nas relações conjugais aquilo que se convencionou chamar de “crise”.

Talvez por isso muitas mulheres já não querem mais casar-se. Basta ver o momento presente.

Fontes e bibliografia

FONTES

A Saga do Espírito Santo: das caravelas ao século XXI. **A Gazeta**, Vitória, 17 fev. 2000. Suplemento Especial.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – Bandes. Informações básicas sobre o Estado do Espírito Santo. Vitória, 1989.

_____. Perspectivas de desenvolvimento integrado do Espírito Santo no próximo milênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos grandes projetos. Vitória, 1993.

CARTÓRIO SARLO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DA PRIMEIRA ZONA JUDICIÁRIA DE VITÓRIA - Livros de Registro Civil. Casamentos. 1970-2000.

CARTÓRIO ZILMA LEITE DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DA SEGUNDA ZONA JUDICIÁRIA DE VITÓRIA - Livros de Registro Civil. Casamentos. 1970-2000.

CARTÓRIO AMORIM DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DA TERCEIRA ZONA JUDICIÁRIA DE VITÓRIA - Livros de Registro Civil. Casamentos. 1970-2000.

CARVALHO, Bulhões de. **Introdução**. Recenseamento do Brasil: 1872, 1890, 1900 e 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMÉRCIO). Directoria Geral de Estatística. 1 set 1920. V. IV (1ª parte).

Centro Industrial de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 29 set. 1987. Suplemento Especial.

COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-CEPA/ES. **Município de Vitória**: situação socioeconômica. Vitória, 1978.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO. **Relatório anual 1993**. Vitória, 1994.

_____. **Plano estratégico de desenvolvimento da CST**. Vitória, 1986

Documento do Estado. **A Gazeta**, Vitória, 26 out. 1991. Suplemento

Especial.

DÓREA, Hélio. Andréa é a primeira dama de Vitória. Revista Capixaba, Vitória, ano 1, n. 5, p. 24-25, jul. 1967.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Anuário estatístico do Espírito Santo – 1970. Vitória, Departamento de Estatística, 1971.

_____. Anuário estatístico do Espírito Santo. 1975-1976. Vitória, Departamento de Estatística, 1977.

_____. Anuário estatístico do Espírito Santo. 1980-1985. Vitória, Departamento de Estatística, 1986.

_____. Anuário estatístico do Espírito Santo. 1993. Vitória, Departamento de Estatística, 1993.

_____. Anuários estatísticos do Espírito Santo. 1995. Vitória, Departamento de Estatística, 1996.

_____. Relatório final do projeto de avaliação do plano estadual de qualificação: Estado do Espírito Santo – 1998. Vitória: FCAA, 1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Anuário industrial do Espírito Santo. Vitória:Findes/Ideies,1991.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Espírito Santo – 2000.** Tabulação avançada da amostra. Resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Contagem da população – 1996.** Rio de Janeiro,1997.

_____. **Censo demográfico do Espírito Santo – 1991.** Rio de Janeiro,1997.

_____. **Censo demográfico do Espírito Santo – 1991.** Migração. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro,1997.

_____. **Estatísticas do registro civil.** Brasil. Rio de Janeiro,1995.

_____. **Censo industrial:** dados gerais. Rio de Janeiro,1985.

_____. **Censo demográfico do Espírito Santo – 1980.** Dados

gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Censo demográfico do Espírito Santo – 1970**. Rio de Janeiro, 1973. Série Regional, v. I. Tomo XV.

_____. **Recenseamento geral do Brasil – 1946**: censo demográfico. População e habitação. Rio de Janeiro, 1946. v. II.

_____. Banco de dados agregados: SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Vitória, 28 maio 1928.

PERPÉTUO, Maurílio Cabral. O assunto é mulher. **Revista Capixaba**, Vitória, ano 3, nº. 24, p. 16-29, fev. 1969.

_____. Marisa R. Coser: beleza e elegância. **Revista Capixaba**, Vitória, ano 1, nº. 5, p. 2-4, jul. 1967.

_____. As pílulas da vida e da morte. **Revista Capixaba**, Vitória, ano. 1, nº. 5, p.15-23, jul. 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Uma ilha de oportunidades a sua espera. Caderno Vitória. Vitória, 2002.

_____. **Projeto Vitória do Futuro**: plano estratégico da cidade (1996-2010). Vitória, 1996.

SANTOS, Ricardo. **Os grandes diretores do processo de transformação do Espírito Santo**: Espírito Santo, século 21. Vitória: Rede Gazeta, [199-].

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, [199-]. p. 11-68. (Coleção Primeiros Passos. v. 13).

ALDRICH, Richard. Questões de gênero na história da educação na Inglaterra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. Mime.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ALMEIDA, Amylton de; GOBBI, Henrique. **Lugar de toda pobreza**. Vitória: DEARES, 1982.

ALMEIDA, Maria Suely K. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ALVES, Denise. **O desencontro marcado: a velha-mulher-nova e o machão moderno**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDOLFI, Maurizio; ANGELO, Cláudio; SACCU, Carmine (Org.) **O casal em crise**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1995.

ARIÈS, Philippe; DUBY, George. **História da vida privada**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. v. 1, 4, 5.

ARIÈS, Philippe. O amor no casamento. In. _____. **Sexualidades ocidentais**. Lisboa: Contexto, 1983. p. 153-182.

BADINTER, ELISABETH. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 1998.

BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina Oliveira (Org.) **Mulher. Mulheres**. São Paulo: Cortez, 1983.

BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres:** revistas femininas e relações homem-mulher. 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** a experiência vivida. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELOTTI, Elena G. **Educar para a submissão.** Petrópolis: Vozes, 1985

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade:** reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

BEVILACQUA, Clóvis. **Direito de família.** 7. ed. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX.** Rio de Janeiro: Catedra, 1987a.

_____. **A formação econômica do Espírito Santo:** o roteiro da industrialização. Do engenho às grandes indústrias. (1535-1980). Rio de Janeiro: Cátedra, 1987b.

BORGO, Ivan et al. **Norte do Espírito Santo:** ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960). Vitória: EDUFES, 1996.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOXER, C.R.A. **A mulher na expansão ultramarina ibérica.** Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

BROWN, Peter. **Corpo e sociedade:** o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BRUSCHINI, Cristina. Mudanças e persistência no trabalho feminino (Brasil, 1985 a 1995). In. SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) **Trabalho feminino e cidadania.** São Paulo: Humanitas, 1999. p. 29-55.

BRUSCHINI, Cristina. **Séries Históricas:** mulheres no mercado de trabalho. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br>>

BUFFON, José Antônio. O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. 377 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

BUSSOLA, Carlo. O feminismo: história de uma ideologia moderna. **Revista de Cultura da UFES**, Vitória, n. 34, p. 47-63, 1985.

CAMACHO, Thimóteo. **Mulher, trabalho e poder: o machismo nas relações de gênero na UFES**. Vitória: EDUFES, 1997.

CAMPOS, Antônio Macedo de. **Teoria e prática do divórcio**. 2. Ed. Bauru: Javoli, 1984

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial. 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CARCOPINO, Jérômi. **Roma no apogeu do império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARDOSO, Irede. **Mulher e trabalho: as discriminações e as barreiras no mercado de trabalho**. São Paulo: Cortez, 1980.

CHANEY, Elsa M.; CASTRO, Mary Garcia (Ed.) **Muchacha no more: household workers in Latin America and the Caribbean**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

CHANEY, Elsa M. **Supermadre: la mujer dentro de la política en America Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Reflexões sobre a história da mulher em Roma. **Phoînix**. Rio de Janeiro, ano 2, p. 137-146, 1995.

COSTA, Albertina de Oliveira; Cristina Bruschini (Org.) **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAVIDSON, N. S. **A Contra-Reforma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

D'AVILA NETO, Maria Inácia. **O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

DÉCADA DA MULHER (1976-1985). Avaliação. Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento.** Lisboa: Estampa, 1983. v. 1

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

D'INCAO, Maria Angela (Org.). **Amor e família no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

ESTATÍSTICAS RETROSPECTIVAS. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais, de 1500 a 1988.** 2. Ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990. v. 3.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALUDI, Susan. Backlash e salários: o preço a ser pago à mulher que Trabalha. In: _____. **O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001. p. 356-379.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração do mercado nacional. 1840-1960.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

FERREIRA, Verônica C. Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil. **Cadernos AEL. Mulher, História e Feminismo**. Campinas, 2. Sem. n. 3 / 4, segundo semestre de 1995/primeiro semestre de 1996. p. 153-197.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FLANDRIN, Jean-Louis. **Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa: Estampa, 1991.

FLORES, Moacyr. A educação da mulher na propaganda republicana positivista. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 119-130, 1994.

FOUCAULT, Michel. A sabedoria do casamento. In. _____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 129-136.

_____. O Papel Matrimonial. In. _____. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 79-87.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República**. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia racionalista, ou de como deixar de ler e escrever as Catarina (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Geneanas, Apolônias e Grécias até os Severinos**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Vilma Rodrigues de. **A mulher capixaba em busca de sua identidade e de seu espaço na sociedade: um estudo exploratório**. 1991. 60 f. Monografia (Graduação em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1991.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. v.2.

_____. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GOODE, Willian J. **Revolução mundial e padrões de família**. São Paulo: Nacional, 1969.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. **O casamento no direito brasileiro: aspectos diante da Constituição Federal**. Disponível em: <<http://www.temperj.org.br/artigos/civpro/acp1/.htm>>

GRÜNSPUN, Haim; GRÜNSPUN, Feiga. **Casamento e acalento: como se tecem as relações familiares**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GHIRALDELLI Jr., PAULO. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série Formação do Professor).

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HANAWALT, Barbara (org.) **Women and work in preindustrial Europe**. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HESPANHA, António Manuel. **O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa, 1992. v.4.

HIPONA, Agostinho. **A Cidade de Deus**. Parte 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

HUGON, Paul. **Demografia brasileira**: ensaio de demoeconomia brasileira. São Paulo: Atlas, 1977.

KON, Anita. Economia política do gênero: reformulações em uma sociedade em transformação. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 30., 2002, Nova Friburgo. **Anais...**, Nova Friburgo: ANPGE, 2002. 1 CD-Rom.

KRAMER, Heinrich e SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum**: o martelo das feiticeiras. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KÜHNER, Maria Helena. **O desafio atual da mulher**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LEITE, Juçara Leite. **Natureza, folclore e história**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. 2002. 436 f. Tese (Doutorado em História) programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LEITE, Míriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, 1984 (Estudos Históricos, 4)

LEITE, Yara. **Como requerer em juízo**: modelos processuais em separação judicial, divórcio, nulidade e anulação de casamento. São Paulo: Saraiva, 1978.

LEVENHAGEN, Antônio José de Souza. **Do casamento ao divórcio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1979.

LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. **Revista História**, São Paulo, n. 12, p. 12-28, 1993.

LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. In. VAINFAS, Ronaldo. História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. p. 67-88.

LOBOS, Julio. **Mulheres que abrem passagem**: e o que os homens têm a ver com isso. São Paulo: J. Lobos, 2002.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro (Coord.) **Código Civil**. 4. ed. ver., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A . **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Atlas, 1986.

MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

MADEIRA, Felícia R.; SINGER, Paul I. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. **Caderno CEBRAP**, São Paulo, n. 13, 1975.

MAFFRE, Jean-Jacques. **A vida na Grécia Clássica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MALDONADO, Maria Tereza. **Casamento: término e reconstrução**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL. Mulher, história e feminismo**. Campinas, n. 3 / 4, 2. Sem. 1995/ 1. Sem., p. 46-65, 1996.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina: os colégios das Irmãs São José de Chambery**. (1859-1919). São Paulo: FFLCH/ USP, 1988.

MARCHESINI JÚNIOR, Waterloo. **Instituição do divórcio no Brasil**. Curitiba: Juruá, 1978.

MARGOTTO, Lilian Rose. **A Igreja Católica e a educação feminina nos anos 60: o Colégio Sacré-Coeur de Marie (Vitória-1960-1969)**. Vitória: EDUFES, 1997.

MATTOSO, José. **História de Portugal: no alvorecer da modernidade**. (1480-1620). Coimbra: Estampa, 1993.

MEAD, Margaret. **Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação**. Petrópolis: Vozes, 1971.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MESQUITA, Letícia N.M. **A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX: a revelação de Adelina Lírio**. Vitória: IHGES, 1999.

MINAYO, Maria Cecília S. **Os muitos brasis: saúde e população na década de 80.** São Paulo: HUCITEC, 1995.

MIRANDA, Glaura. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, p. 23-56, 1975.

MORAES, Paulo Stuck. Vitória: alguns dados demográficos. 1940-1980. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 44, p. 55-64, 1994.

MORANDI, Angela Maria. **Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo. 1930-1970.** Vitória: UFES, 1984

MORGADO, Belkis. **A solidão da mulher bem-casada: um estudo sobre a mulher brasileira.** 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo (1890-1920). **Estudos CEDHAL**, São Paulo, n. 03, 1988.

MULLET, Michael. **A Contra-Reforma e a reforma católica nos princípios da Idade Moderna europeia.** Lisboa: Gradiva, 1984.

NADAI, Elza. A educação de elite e a profissionalização da mulher brasileira na Primeira República: discriminação ou emancipação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo. v.17, n. 1 / 2, p. 05-33, jan. / dez 1991.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social.** 2. ed. Vitória: EDUFES, 2001.

_____. A mulher e as transformações sociais do século XX: a virada histórica do destino feminino. **Revista de História.** Vitória, n. 7, p. 61-71, 1998.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo.** Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

NEVES, Joana. História social e construção da identidade social. **Saeculum. Revista de História**, João Pessoa, n. 3, p. 32-39, jan. / dez., 1997.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1969.

_____. **A mulher na história do Espírito Santo**: história e folclore. Vitória: EDUFES, 1999. (Coleção José Costa, v. 4)

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: EDUFSC, 1994.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, 1992.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. **Lutas de famílias no Brasil**: introdução ao seu estudo. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

QUINTANEIRO, Tania. **Retratos de mulher**: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeiros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo Reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

REIS, Maria Candida Delgado. Crescer, multiplicar, civilizar: destino de mulher nas orientações educacionais disciplinares (São Paulo, anos 20 e 30). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, n.19, p. 81-113, set. 1989 / fev. 1990.

RIBEIRO, Ivete (Org.) **Sociedade brasileira contemporânea**: Família e Valores. São Paulo: Loyola, 1987.

RICHERS, Raimar. **O que é empresa**. São Paulo: Brasiliense, [199-]. p. 69-121. (Coleção Primeiros Passos. v. 13).

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria. **Cafecultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo. 1955-1985. Vitória: FCAA, 1991.

ROGERS, Natalie. **A mulher emergente: uma experiência de vida.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973).** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

ROMERO, Elaine. **Estereótipos masculinos e femininos em professores de educação física.** 1990. 325 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ROSEMBERG, Fúlvia et al. **A educação da mulher no Brasil.** São Paulo: Global, 1982.

ROWBOTHAM, Sheila. **A conscientização da mulher no mundo do homem.** Porto Alegre: Globo, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SALEM, Tania. **O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares.** Petrópolis: Vozes, 1980.

SALETTI, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequenas propriedades no Espírito Santo (1888-1930).** Vitória: EDUFES, 1996

_____. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo. (1888-1930).** 1994. 241 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) **Trabalho feminino e cidadania.** São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996). **Revista Biblioteca Mário de Andrade.** São Paulo, v.57, p. 55-64, jan. / dez, 1999.

_____. Mudanças econômicas, gênero e família no Brasil (1836-1996). **População e Sociedade**. n.4, p. 43-57, 1998.

_____. (Org.). **As idéias e os números do gênero**. Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. (org.) **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. **Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX**. Conference on Matrilineality and Patrilianty in Comparative Historical Perspective. Minneapolis, USA: University of Minnesota, maio de 1992.

_____. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia Latino-Americana recente. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 11, n. 21, p. 227-240, set. 90 / fev.91.

_____. **As mulheres, o poder e a família. São Paulo**. Século XIX. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

_____. Família, divórcio e partilha de bens em São Paulo no Século XIX. **Estudos Econômicos**. São Paulo, n. 13. p. 787-797, 1983.

_____. Casamentos e papéis familiares em São Paulo no Século XIX. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 37, p. 17-25, maio / 1981.

SAMARA, Eni de Mesquita; MATOS, Maria Izilda Santos de. Manos femeninas: trabajo y resistencia de las mujeres brasileñas. (1890-1920). In: THEBAUD, Françoise. **Historia de las mujeres**. El Siglo XX. Sapin: Taurus Ediciones, 1993. p. 709-717.

SANT ANA, Julio H. **Ecumenismo e libertação: reflexões sobre a relação entre unidade cristã e o Reino de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, Íria L. G.; RABELO, Marta K. O. **Família, trabalho e educação: uma história escrita por mulheres**. 1998. 48 f. Monografia (Graduação em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

SCARF, Maggie. **Casais íntimos: convivência, casamento e afetividade**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 63-95.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n. 20, p. 5-22, jul. / dez., 1990.

SILVA, Cleide Bezerra da. **Matrimônio e patrimônio: as armadilhas do amor em fim de século**. 2002. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2002.

SILVA, Janice Theodoro. **Descobrimientos e colonização**. São Paulo: Ática, 1987.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Sistemas de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Queros, 1984.

_____. **Cultura no Brasil Colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A legislação pombalina e a estrutura da família no Antigo Regime português**. São Paulo: Estampa, [19--].

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

_____. Interesses em Jogo. **Revista Instituto Jones dos Santos Neves**. Vitória, ano 6, n. 2, p. 31-36, jul. / set. 1987.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória**. 1950-1980. Vitória: EDUSP, 2002.

SOARES, Maria Angela Rosa. **Interpretação e variação de uma doce memória: a Companhia Vale do Rio Doce**. 1998. 275 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.

SOARES, Vera (Org.) **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2000.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. The brazilian family. In: T. Lynn Smith. **Brazil, portrait of half a continent**. New York: Dryden Press, 1951. p. 291-312.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Crise familiar e contexto social. São Paulo. 1890-1930**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SOUZA, Maria Conceição de. **Mulher em ação**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1986

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VALLE, Eurípedes Queiróz do. **O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades (Os 10 mais ...)**. 3. ed. Vitória: [s. n.], 1971.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.) **Vitória: trajetórias de uma cidade**. Vitória: PM Vitória, 1993.

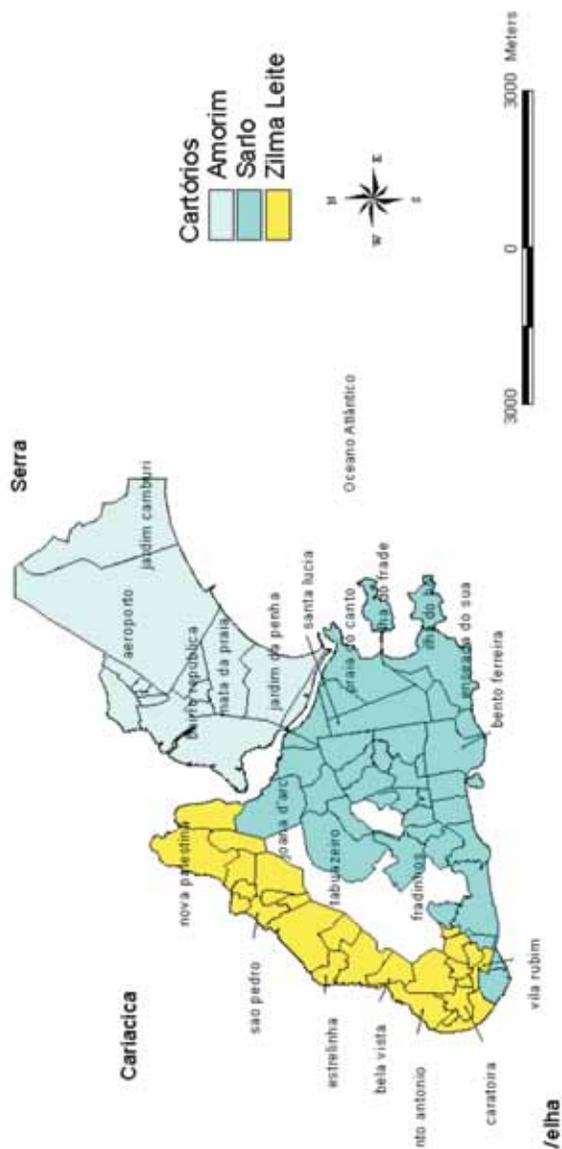
WAENWE, Marina. **Da fera à loira: sobre contos de fadas e seus narradores**. São Paulo: Cia. das letras, 1999.

YALOM, Marilyn. **A história da esposa: da Virgem Maria a Madonna. O papel da mulher casada dos tempos bíblicos até Hoje**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ANEXOS

ANEXO A

CARTÓRIOS



ANEXO B

Roteiro das Entrevistas

Bloco 1: Origem, Instrução e Religião

Local onde nasceu e onde viveu a maior parte da vida; Ocupação, condição financeira e grau de instrução dos pais; Tipo de educação recebida; Socialização diferencial percebida entre irmãos e irmãs; Idade que veio para Vitória; Grau de instrução e escolas onde estudou; Religião e idade atual.

Bloco 2: **Histórico ocupacional anterior ao casamento**

Sobre a idade e o trabalho anterior ao casamento; Ocupações exercidas na vida pública; Relação casamento e trabalho; Sobre o trabalho atual.

Bloco 3 – **Casamento**

Idade de quando se casou; Data do casamento; Sobre o casamento religioso e civil; Grau de instrução e a profissão do marido; Sobre o salário dos cônjuges; Relação do marido com o trabalho.

Bloco 4 –**A relação da Mulher com o casamento**

Educação e valores recebidos; Influência externa para o casamento; Sobre as mulheres, o amor e o matrimônio; Opinião a respeito da relação conjugal consensual; Expectativas antes do enlace e grau de satisfação atingido; Opção de vida contrária ao casamento; Sobre um novo enlace matrimonial.

Bloco 5 - **O rompimento conjugal**

Breve relato do fim da união conjugal; Idade e profissão na época da separação; Duração do casamento; Opção pela separação e/ou pelo divórcio; Sobre os registros oficiais do rompimento conjugal: cartório, data e novo casamento; Opinião sobre a mulher separada.

Bloco 6 - **A relação com o trabalho**

Sobre as tarefas exercidas no ambiente doméstico; Significado dado ao trabalho realizado em casa; Sobre o trabalho extradoméstico; O rompimento conjugal e o trabalho extradoméstico; Diferenças entre a renda durante e após o casamento; Renda atual; Pretensões a respeito da carreira profissional no futuro.

ANEXO C

Casamentos Realizados no Cartório Amorim, por mês e por ano. 1970-2000.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1970	17	12	13	17	14	18	15	15	10	24	21	26
1971	22	9	15	12	21	18	33	18	26	19	18	27
1972	20	11	12	19	21	23	29	21	19	26	17	20
1973	34	29	35	30	24	29	37	19	21	15	14	38
1974	42	20	32	16	35	33	32	33	32	25	26	38
1975	36	29	29	25	28	37	32	32	30	34	24	52
1976	50	54	26	25	40	33	45	39	43	32	23	47
1977	56	33	36	33	41	30	42	34	31	52	28	64
1978	53	41	25	41	34	32	45	26	42	38	37	55
1979	67	48	35	30	37	39	48	28	32	47	36	66
1980	56	39	41	34	45	41	33	22	48	53	40	46
1981	52	57	36	40	43	38	60	38	57	58	38	73
1982	73	58	56	47	39	53	57	30	32	45	30	64
1983	50	45	39	34	48	38	49	32	37	35	39	59
1984	50	55	35	34	40	33	40	23	46	58	39	46
1985	73	44	38	44	37	46	36	35	40	52	40	72
1986	50	38	57	51	54	57	63	39	51	54	46	78
1987	73	57	59	40	45	58	67	55	49	55	51	98
1988	78	60	58	37	50	35	65	60	60	69	38	79
1989	56	49	43	46	59	52	52	32	56	55	50	80
1990	65	55	55	34	56	36	50	42	42	53	49	66
1991	74	55	48	47	69	64	64	42	56	65	60	103
1992	67	69	59	63	46	71	70	35	59	65	62	102
1993	62	46	52	47	70	71	93	52	64	65	67	96
1994	74	62	66	44	65	68	74	43	69	74	74	125
1995	70	60	66	43	61	66	90	37	104	63	77	131
1996	74	67	69	63	68	69	101	59	75	55	76	124
1997	87	57	49	47	73	46	65	41	59	59	70	105
1998	81	51	65	52	55	73	75	49	59	86	67	119
1999	67	54	54	63	69	69	85	62	116	84	96	134
2000	104	71	71	67	70	64	99	53	84	93	95	116

ANEXO D

Casamentos realizados no Cartório Sarlo, por mês e por ano. 1970-2000

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
100	69	45	30	36	38	76	29	47	41	30	
70	97	44	28	41	34	83	31	40	42	30	
81	54	58	30	58	27	62	29	62	54	27	
115	53	52	31	44	41	71	43	37	51	43	
99	54	61	27	67	54	100	42	44	53	35	
110	65	51	51	53	60	76	52	43	63	48	
112	93	81	48	65	43	87	56	69	70	65	
102	72	78	47	102	70	91	74	82	65	56	
115	77	62	58	86	48	105	51	93	71	59	
118	85	66	51	90	86	104	57	83	71	69	
111	91	81	61	93	72	97	57	89	71	66	
131	116	84	83	102	91	117	82	106	83	83	
153	123	104	73	101	96	148	70	100	100	85	
122	117	90	79	93	95	116	77	86	84	80	
95	135	109	79	124	74	103	65	126	139	112	
167	119	115	112	96	97	138	86	117	159	115	
159	100	101	94	104	100	94	100	109	120	96	
151	121	84	88	126	111	106	90	111	121	97	
137	64	100	72	99	96	129	92	127	117	90	
90	86	91	79	90	123	122	83	125	102	100	
121	74	94	61	99	110	92	76	76	100	70	
101	95	88	74	97	90	91	67	82	84	81	
87	84	79	71	92	96	86	66	77	121	88	
99	89	92	101	107	102	119	77	81	121	92	
105	91	132	42	97	101	112	70	103	94	94	
115	93	95	95	95	93	131	49	126	84	96	
107	80	99	54	94	98	141	68	96	103	98	
99	87	71	72	87	78	117	71	99	89	81	
83	61	74	67	75	66	60	59	84	67	82	
75	53	50	43	52	55	72	40	154	53	55	
45	45	45	30	51	39	53	34	56	44	44	

ANEXO E

Casamentos realizados no Cartório Zilma Leite, por mês e por ano. 1970-2000.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dez
70	21	11	11	13	25	21	29	14	20	20	19	
71	21	20	21	16	34	27	34	21	19	19	30	
72	35	19	21	10	22	21	24	17	19	23	17	
73	27	19	18	26	24	40	26	18	32	32	20	
74	49	26	25	28	27	36	42	36	38	41	28	
75	35	47	38	36	46	38	47	18	27	39	20	
76	38	40	40	26	35	34	41	30	27	45	33	
77	48	40	40	37	31	36	38	31	48	34	35	
78	47	60	27	47	34	46	52	37	50	45	57	
79	58	38	54	29	53	48	77	103	102	54	59	
80	61	57	60	46	47	38	59	43	51	61	65	
81	74	54	56	64	63	49	72	45	62	59	51	
82	80	64	53	65	46	64	74	70	66	48	41	
83	77	75	79	70	65	56	52	40	60	59	58	
84	70	71	67	50	66	77	74	75	58	59	52	
85	70	46	58	37	69	53	45	56	57	64	61	
86	81	46	38	37	50	55	50	55	59	64	53	
87	76	78	49	45	64	52	48	33	64	70	51	
88	87	53	71	41	39	54	59	45	55	55	48	
89	45	24	59	26	31	37	25	23	39	34	41	
90	49	26	34	33	33	48	35	37	30	40	34	
91	49	31	18	28	29	21	28	36	38	24	28	
92	30	35	23	15	29	19	45	18	24	21	29	
93	39	17	29	17	27	33	30	21	30	28	24	
94	34	28	36	31	24	23	27	22	23	34	37	
95	32	30	28	15	20	16	19	10	20	23	24	
96	24	20	26	17	25	37	28	17	22	31	27	
97	27	19	21	18	27	17	28	15	32	15	34	
98	38	15	19	20	36	24	41	34	27	35	36	
99	35	35	39	32	57	41	69	47	105	38	41	
00	47	40	50	46	62	50	38	13	56	45	44	

ANEXO F

IDADE MÉDIA DAS MULHERES QUE SE CASARAM EM VITÓRIA

1970-2000

ANO	IDADE MÉDIA
1970	21
1971	21
1972	21
1973	22
1974	21
1975	21
1976	21
1977	21
1978	22
1979	22
1980	22
1981	22
1982	22
1983	23
1984	23
1985	22
1986	23
1987	23
1988	23
1989	23
1990	23
1991	23
1992	24
1993	24
1994	26
1995	26
1996	26
1997	26
1998	24
1999	28

ANEXO G

PROFISSÃO E TIPO DE CASAMENTO DAS MULHERES SEPARADAS/
DIVORCIADAS

	Civil	Religioso	Total
Administração/Contabilidade	60	118	178
Agropecuária	2	1	3
Arquitetura/Decoração/Arte	6	11	17
Bacharel/Mag.	10	21	31
Bioquímica	-	1	1
Comércio	105	102	207
Comunicação	4	6	10
Corretora Seguro/Imóveis	3	3	6
Doméstica	417	198	615
Economia/Finanças	42	58	100
Eletro-eletrônica	2	4	6
Empresária/Autônoma	2	5	7
Estudante	253	426	679
Funcionária Pública	49	69	118
Indústria	16	22	38
Magistério	118	103	221
Moda/Estética	26	12	38
Recepção/Secretariado	59	70	129
Saúde/Assistência Social	43	72	115
Tecnologia/Informática	7	34	41
Telefonia/Post.	8	9	17
Viagem/Turismo	2	4	6
Outras	19	14	33
Total	1253	1363	2616

ANEXO H

PROFISSÕES E TIPO DE CASAMENTO DAS MULHERES SEPARADAS

	Civil	Religioso	Total
Administração/Contabilidade	99	155	254
Agropecuária	1	-	1
Arquitetura/Decoração/Arte	13	18	31
Bacharel/Mag.	14	17	31
Bioquímica	2	3	5
Comércio	179	171	350
Comunicação	4	8	12
Corretora Seguro/Imóveis	3	5	8
Doméstica	722	294	1016
Economia/Finanças	44	64	108
Eletro-eletrônica	-	3	3
Empresária/Autônoma	7	4	11
Estudante	288	430	718
Funcionária Pública	63	83	146
Indústria	21	32	53
Magistério	123	128	251
Moda/Estética	41	29	70
Recepção/Secretariado	90	86	176
Saúde/Assistência Social	63	86	149
Tecnologia/Informática	23	28	51
Telefonia/Post.	7	7	14
Viagem/Turismo	1	1	2
Outras	32	27	59
Total	1840	1679	3519

ANEXO I

PROCESSOS DE SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO DE CASAMENTOS REALIZADOS NO CIVIL POR CARTÓRIO E POR ANO

	Sarlo	Amorim	Z. Leite	Total
1973	-	-	1	1
1978	4	-	1	5
1979	13	2	4	19
1980	9	6	2	17
1981	18	9	6	33
1982	20	4	7	31
1983	19	7	12	38
1984	28	13	10	51
1985	30	5	13	48
1986	14	4	10	28
1987	23	15	18	56
1988	25	21	16	62
1989	48	29	32	109
1990	62	49	47	158
1991	72	53	54	179
1992	80	52	49	181
1993	104	56	59	219
1994	107	53	40	200
1995	114	56	42	212
1996	110	66	60	236
1997	113	69	65	247
1998	104	79	61	244
1999	115	71	58	244
2000	99	57	94	250
Total	1331	776	761	2868

ANEXO J

PROCESSOS DE SEPARAÇÃO DE CASAMENTOS REALIZADOS NO RELIGIOSO POR CARTÓRIO E POR ANO

	Sarlo	Amorim	Z. Leite	Total
1976	1	-	-	1
1979	3	-	1	4
1980	6	-	3	9
1981	22	5	2	29
1982	18	8	4	30
1983	36	6	4	46
1984	58	10	5	73
1985	57	15	7	79
1986	46	14	10	70
1987	54	19	13	86
1988	52	18	8	78
1989	42	13	9	64
1990	55	9	12	76
1991	54	23	15	92
1992	66	23	14	103
1993	63	31	10	104
1994	53	27	6	86
1995	55	26	8	89
1996	74	24	20	118
1997	69	32	9	110
1998	60	21	18	99
1999	65	44	14	123
2000	60	34	16	110
Total	1069	402	208	1679

ANEXO K

PROCESSOS DE DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO DE CASAMENTOS REALIZADOS NO RELIGIOSO POR CARTÓRIO E POR ANO

	CARTORIO			Total
	Sarfo	Amorim	Z. Leite	
1980	1	-	-	1
1981	1	-	-	1
1982	8	-	-	8
1983	11	-	2	13
1984	9	3	-	12
1985	20	1	3	24
1986	29	4	2	35
1987	38	8	3	49
1988	60	9	6	75
1989	70	17	10	97
1990	110	30	15	155
1991	133	29	13	175
1992	139	27	30	196
1993	139	42	25	206
1994	115	53	16	184
1995	114	51	22	187
1996	119	42	16	177
1997	135	41	21	197
1998	102	48	19	169
1999	105	45	20	170
2000	94	40	28	162
Total	1552	490	251	2293

ANEXO L

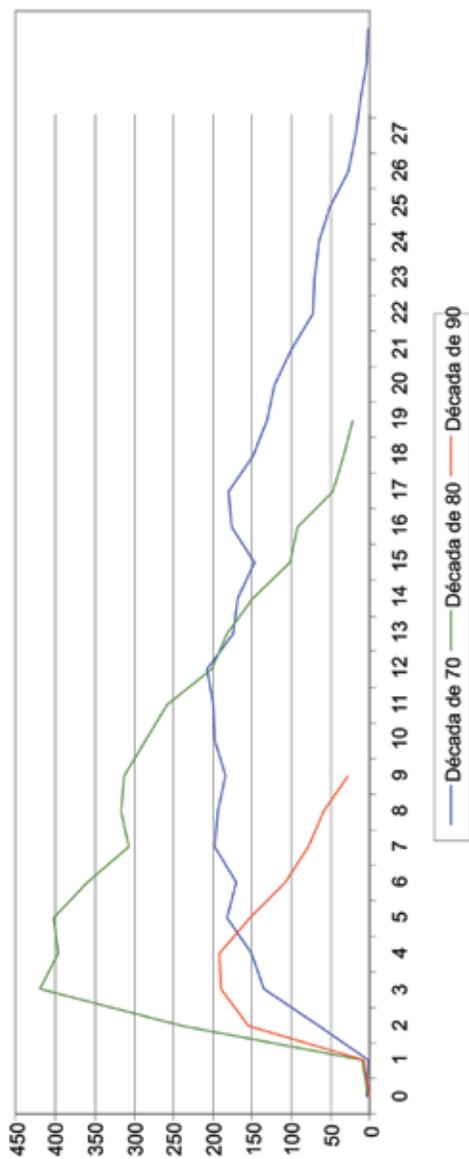
PROCESSOS DE SEPARAÇÃO DE CASAMENTOS REALIZADOS NO CIVIL POR CARTÓRIO E POR ANO

	Sarló	Amorim	Z. Leite	Total
1972	-	1	-	1
1974	1	-	3	4
1975	3	-	2	5
1976	4	3	1	8
1977	5	1	3	9
1978	9	1	3	13
1979	8	2	5	15
1980	15	10	9	34
1981	10	3	1	14
1982	16	10	9	35
1983	20	19	16	55
1984	24	18	11	53
1985	30	12	30	72
1986	29	20	35	84
1987	27	27	43	97
1988	49	34	33	116
1989	23	27	25	75
1990	37	18	36	91
1991	36	19	29	84
1992	57	20	18	95
1993	37	33	23	93
1994	54	33	8	95
1995	48	29	22	99
1996	70	29	28	127
1997	51	36	19	106
1998	59	29	17	105
1999	85	28	32	145
2000	53	28	29	110
Total	860	490	490	1840

ANEXO M

DURAÇÃO DOS CASAMENTOS, POR DÉCADA.

VITÓRIA - 1970-2000



ANEXO N

PROFISSÃO DAS MULHERES QUE PASSARAM POR PROCESSOS DE SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO

	Separada	Divorciada	Separada/Divorciada	Total
Administração/Contabilidade	254	117	178	549
Agropecuária	1	2	3	6
Arquitetura/Decoração/Arte	31	11	17	59
Bacharel/Mag.	31	18	31	80
Bioquímica	5	2	1	8
Comércio	350	246	207	803
Comunicação	12	11	10	33
Corretora Seguro/Imóveis	8	6	6	20
Doméstica	1016	1023	615	2654
Economia/Finanças	108	60	100	268
Eleto-eletrônica	3	3	6	12
Empresária/Autônoma	11	7	7	25
Estudante	718	530	679	1927
Funcionária Pública	146	66	118	330
Indústria	53	32	38	123
Magistério	251	120	221	592
Moda/Estética	70	43	38	151
Professora	-	1	-	1
Recepção/Secretariado	176	94	129	399
Saúde/Assistência Social	149	71	115	335
Tecnologia/Informática	51	19	41	111
Telefonia/Post.	14	19	17	50
Viagem/Turismo	2	3	6	11
Outras	59	41	33	133
Total	3519	2545	2616	8680

ANEXO O
MULHERES QUE PASSARAM POR
PROCESSOS DE ROMPIMENTO CONJUGAL.
PROFISSÕES E FAIXA ETÁRIA QUANDO SE CASARAM

Profissão	Faixa etária													Total
	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 ou mais	Total		
Administração/Contabilidade	1	69	287	147	29	13	2	-	1	-	-	549		
Agropecuária	-	-	4	1	1	-	-	-	-	-	-	6		
Arquitetura/Decoração/Arte	-	5	21	27	4	1	1	-	-	-	-	59		
Bacharel/Mag.	-	2	25	38	9	4	1	1	-	-	-	80		
Bioquímica	-	-	2	4	2	-	-	-	-	-	-	8		
Comércio	-	176	416	143	48	13	6	1	-	-	-	803		
Comunicação	-	4	18	5	5	-	1	-	-	-	-	33		
Corretora Seguro/Imóveis	-	3	5	10	2	-	-	-	-	-	-	20		
Doméstica	40	1194	951	307	90	39	15	3	9	1	5	2654		
Economia/Finanças	-	22	139	75	23	5	3	1	-	-	-	268		
Eletrônica	-	1	7	2	1	1	-	-	-	-	-	12		
Empresária/Autônoma	-	-	14	5	2	2	2	-	-	-	-	25		
Estudante	25	1002	805	88	7	-	-	-	-	-	-	1927		
Funcionária Pública	-	10	128	106	44	22	10	6	3	1	-	330		
Indústria	-	27	54	34	6	1	1	-	-	-	-	123		
Magistério	-	53	293	175	46	18	7	1	-	-	-	593		
Moda/Estética	-	29	63	35	10	7	2	2	2	-	1	151		
Recepção/Secretariado	-	71	225	82	16	3	2	-	-	-	-	399		
Saúde/Assistência Social	-	16	117	144	35	19	4	-	-	-	-	335		
Tecnologia/Informática	-	10	64	26	9	2	-	-	-	-	-	111		
Telefonia/Post.	-	7	29	8	2	3	1	-	-	-	-	50		
Viagem/Turismo	-	1	7	3	-	-	-	-	-	-	-	11		
Outras	-	20	60	35	5	8	3	-	-	1	1	133		
Total	66	2722	3734	1500	396	161	61	15	15	3	7	8680		

ANEXO P

PROFISSÕES DAS MULHERES QUE PASSARAM PELO PROCESSO DE ROMPIMENTO CONJUGAL

	Frequência	%
Administração/Contabilidade	549	6,3
Agropecuária	6	,1
Arquitetura/Decoração/Arte	59	,7
Bacharel/Mag.	80	,9
Bioquímica	8	,1
Comércio	803	9,3
Comunicação	33	,4
Corretora Seguro/Imóveis	20	,2
Doméstica	2654	30,6
Economia/Finanças	268	3,1
Eleto-eletrônica	12	,1
Empresária/Autônoma	25	,3
Estudante	1927	22,2
Funcionária Pública	330	3,8
Indústria	123	1,4
Magistério	592	6,8
Moda/Estética	151	1,7
Professora	1	,0
Recepção/Secretariado	399	4,6
Saúde/Assistência Social	335	3,9
Tecnologia/Informática	111	1,3
Telefonia/Post.	50	,6
Viagem/Turismo	11	,1
Outras	133	1,5
Total	8680	100,0

ANEXO Q

Ano de Casamento e Situação da Mulher

ANO	Situação da Mulher				Total
	Casada	Separada	Divorciada	Separada e Divorciada	
1970	813	65	63	65	1.006
1971	912	90	57	79	1.138
1972	873	83	56	75	1.087
1973	1.028	90	78	92	1.288
1974	1.232	102	92	78	1.504
1975	1.284	129	98	110	1.624
1976	1.428	144	92	127	1.791
1977	1.519	174	107	134	1.934
1978	1.542	189	97	136	1.964
1979	1.820	199	89	153	2.261
1980	1.762	185	100	138	2.185
1981	1.960	215	140	173	2.488
1982	2.132	194	119	185	2.630
1983	2.032	164	125	160	2.481
1984	2.151	183	135	142	2.611
1985	2.265	170	158	132	2.725
1986	2.215	144	156	109	2.624
1987	2.370	150	146	117	2.783
1988	2.220	169	130	95	2.614
1989	2.029	111	110	68	2.318
1990	1.931	94	80	65	2.170
1991	1.952	106	79	53	2.190
1992	1.974	93	78	46	2.191
1993	2.195	87	45	38	2.365
1994	2.263	55	56	27	2.401
1995	2.272	54	34	11	2.371
1996	2.355	43	17	5	2.420
1997	2.096	22	8	3	2.129
1998	2.122	14	-	-	2.136
1999	2.372	1	-	-	2.373
2000	2.125	-	-	-	2.125
TOTAL	57.244	3.519	2.545	2.616	65.924

Com esse trabalho *Paradoxos do progresso. A dialética da relação mulher, casamento e trabalho*, Maria Beatriz Nader, coloca em questão um importante debate na “categoria gênero” tratando da relação mulher, casamento e trabalho na cidade de Vitória, nas últimas três décadas do século XX, a partir do processo de modernização da economia do estado do Espírito Santo e das transformações sócio-econômicas processadas na capital capixaba naquele período. Nader pesquisou o processo que consolidou em Vitória a moderna sociedade urbano-industrial e alargou as possibilidades da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Apoiada em intensa pesquisa de fontes primárias, principalmente, fontes cartoriais, Nader revela ações de mudanças na vida das mulheres, notadamente em suas relações com o casamento.

Na perspectiva dessas questões, esta publicação apresenta uma grande contribuição na área de estudos relativos ao gênero, proporcionando uma maior reflexão a respeito do campo de interesse que trata das mudanças do comportamento feminino em relação ao casamento mediante assimilação dos novos paradigmas estabelecidos tanto no mundo do trabalho quanto nas relações sociais. A pesquisa mostra que a modernização econômica criou novas condições sócio-urbanas que desafiaram e romperam com costumes tradicionais ainda predominantes, abrindo perspectivas de mudanças de comportamento para gerações futuras, principalmente caracterizando mudanças das relações femininas com o casamento.

Profa. Dra. Maria da Penha Smarzarzo Siqueira